

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**TRABALHO E IDENTIDADE:  
TRAJETÓRIAS DE MOBILIDADE OCUPACIONAL**  
Histórias de vida por um olhar da Sociologia Clínica

Autora: Thamires Castelar Torres Sales

Brasília, 2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**TRABALHO E IDENTIDADE:  
TRAJETÓRIAS DE MOBILIDADE OCUPACIONAL**  
Histórias de vida por um olhar da Sociologia Clínica

Autora: Thamires Castelar Torres Sales

Dissertação apresentada ao  
Departamento de Sociologia da  
Universidade e Brasília/UnB como  
parte dos requisitos para a  
obtenção do título de Mestre.

Brasília, julho de 2013

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**TRABALHO E IDENTIDADE:  
TRAJETÓRIAS DE MOBILIDADE OCUPACIONAL  
Histórias de vida por um olhar da Sociologia Clínica**

Autora: Thamires Castelar Torres Sales

Orientadora: Prof.a Doutora Christiane Girard Ferreira Nunes (UnB)

Banca: Prof.<sup>a</sup> Doutora Christiane Girard Ferreira Nunes (UnB)  
Prof. Doutor Marcelo Carvalho Rosa (UnB)  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Tânia Cristina Alves de Siqueira (Unieuro)  
Prof.<sup>ª</sup>. Doutora Christiane Machado Coelho (Suplente)

*Enquanto a mente mantiver-se calada em meio ao seu mundo imóvel de esperanças, tudo está refletido e organizado na unidade de sua nostalgia. Mas, assim que se movimenta, o mundo se quebra e cai em mil pedaços e um número infinito de fragmentos luminosos fica à disposição do nosso entendimento.*

Camus, Albert. The myth of Sisyphus.

## AGRADECIMENTOS

Ao conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pelo apoio despendido por dois anos para a realização desta pesquisa de mestrado.

Ao programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Brasília – UnB, a todos os professores e funcionários que tornaram possível o percurso de formação e de pesquisa.

À querida professora Christiane. Quaisquer palavras seriam insuficientes para expressar minha imensa gratidão. Sou absolutamente agradecida por toda sua atenção, cuidado, compreensão, carinho e sabedoria, dispensados com toda generosidade em cada momento do meu percurso. Representou para mim, acima de tudo, uma fonte de força e de confiança. É profunda minha admiração por seu trabalho, por sua sensibilidade sociológica e por seu interesse por tudo aquilo que é fundamentalmente humano. Recuaria nos anos e, para muito além de todos seus ensinamentos enquanto mestre, identificaria algo mais fundamental: agradeço por ter semeado em meu coração a curiosidade intelectual, por ter me incentivado a pensar e, principalmente, por ter me autorizado a fazê-lo.

Ao professor Sadi Dal Rosso e ao Grupo de Estudos e Pesquisa para o Trabalho, pela receptividade e acolhimento nas discussões e atividades do grupo.

Ao professor e amigo Edson Silva, e ao Grupo de Pesquisa Cultura, Memória e Desenvolvimento, pelos bons momentos de discussão, de trabalho e de alegria.

Aos professores Marcelo Rosa, Analia Soria Batista, Sérgio Tavolaro, Michelangelo Trigueiro, Eurico Cursino, Heloísa Martins, Mariza Veloso, Sayonara Leal e a todos os professores que tanto contribuíram para a minha formação.

Aos trabalhadores que, ao abrirem suas vidas, tornaram possível esta pesquisa. Sem eles, trabalho nenhum teria sido possível.

Ao Raul, querido amigo, que me acompanhou de perto no percurso acadêmico, entre altos e baixos. Devo um agradecimento especial por sua ajuda para a degravação das entrevistas aqui realizadas.

À querida Cândida Alves, Candura, por suas palavras de força e lucidez, pela paciência e, especialmente, por ter sido a primeira leitora deste trabalho e com grande desprendimento ter contribuído para sua melhoria.

Às amigas do coração Daniela Marinho, Bruna Elisa, Flora Maravalhas, Maíra M. Galvão, Juliana Albuquerque e Camila Márdila por todo apoio e amizade.

Aos amigos Tauvana Young, Carolina Vicente, Natália Silveira, Nanah Vieira,

Marcos Amaral, Frederico Viana e Pedro Isaac, fiéis companheiros de viagem nesse universo complicado chamado sociologia.

Aos queridos amigos Joana e Fausto a quem eu sou profundamente agradecida pelo início de um caminho de consciência. Aos queridos Samantha, Guilherme, Ana, Acrísio, Virgínia, Cristina, Luciana e Mariene, por toda força agregada e pelo amor que flui.

Ao meu querido namorado Ivan, por seu apoio e por ser esse carinho grande em minha vida.

Enfim, agradeço à minha família, pelo amor e pelo apoio oferecido. Em especial, à minha mãe, cuja generosidade e suporte foram incondicionais.

## **RESUMO**

A presente dissertação busca investigar a construção da identidade por meio da análise de trajetórias de mobilidade ocupacional no mercado de trabalho. Realizada no Distrito Federal, o universo empírico da pesquisa consiste em duas histórias de vida de trabalhadoras, cujas socializações no mundo do trabalho foram marcadas por experiências em diversas atividades. O ponto de partida é a questão sobre as identidades contemporâneas, na qual se insere as discussões sobre trabalho e subjetividade. Em segundo plano, desenvolve-se paralelamente, uma discussão quanto à heterogeneidade crescente no mundo do trabalho e de suas repercussões no plano teórico acerca das identidades profissionais. Considerações teóricas sobre o trânsito intenso de trabalhadores (entre o emprego formal, o informal, o desemprego e a inatividade) e a noção de fluidez social como características marcantes do contexto brasileiro, mobilizam o interesse sociológico para a compreensão da identidade via trabalho a partir das formas instáveis de inserção. Discute-se a qualificação profissional, a seguridade social e suas implicações para a mobilidade em ocupações subalternas. Nesse sentido, evoca-se o tema da cidadania, cuja discussão aponta para o papel do Estado e os aspectos normativos e institucionais que, do ponto de vista estrutural, conformam certo tipo de integração social. Para a aproximação da realidade vivida, privilegiou-se a abordagem da sociologia clínica, cuja pertinência justifica-se pela proposta de articulação entre história individual e a história social para a compreensão da realidade social conformada pelo objeto em questão.

**Palavras-chave:** trabalho, socialização, identidade, mobilidade ocupacional, cidadania.

## ***ABSTRACT***

The present dissertation seeks to investigate and analyze the construction of identity throughout occupational mobility trajectories in the job market. Situated in the Federal District of Brazil, the empirical universe of this study consists of two life histories of laborers whose socialization in the job market has been marked by experiences in several different activities. The starting point is the issue of identity crisis in which we find discussion on work and subjectivity. In the background, a parallel discussion is developed on the growing diversity in the job market and its repercussions, at the theoretical level, for professional identities. Theoretical considerations on the intense movement of laborers (between formal employment, informal employment, unemployment and inactivity) and the notion of social fluidity of the Brazilian context have mobilized sociological interest to comprehend identity by way of employment based on instable forms of insertion. Discusses professional qualifications, social security and its implications for mobility in menial occupations. This brings up the theme of citizenship, of which discussion points towards the role of the State and the normative and institutional aspects which, from a structural point of view, conform to a certain manner of social integration. For a greater approximation to daily life, a preference has been made to clinical sociology approach, whose pertinence is justified by the proposed articulation between individual history and social history in order to comprehend social reality as shaped by the object in question.

**Keywords:** labor, socialization, identity, occupational mobility, citizenship.

# SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| INTRODUÇÃO .....   | 9   |
| PRIMEIRA PARTE .....   | 15  |
| CAPÍTULO I. IDENTIDADE E SOCIABILIDADES MODERNAS .....                                 | 15  |
| CAPÍTULO II. IDENTIDADE E TRABALHO EM CONTEXTO DE GRANDES MUDANÇAS .....               | 29  |
| i) <i>Transformações contemporâneas e mundo do trabalho</i> .....                      | 29  |
| ii) <i>Mundo do trabalho e identidade</i> .....  | 37  |
| iii) <i>Identidade via trabalho e histórias de vida</i> .....                          | 39  |
| CAPÍTULO III. O MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL: MOBILIDADE OCUPACIONAL .....              | 46  |
| i) <i>A reestruturação no Brasil e o mundo do trabalho</i> .....                       | 46  |
| ii) <i>Seguridade social brasileira: percursos institucionais e normativos</i> .....   | 48  |
| iii) <i>No Brasil, o desemprego recorrente</i> .....                                   | 51  |
| iv) <i>Fluidez e trânsito: o Estado na construção da sociedade do trabalho</i> .....   | 53  |
| v) <i>Estado, Mercado e o fenômeno da rotatividade</i> .....                           | 60  |
| CAPÍTULO IV. TRÂNSITO EM DOIS EIXOS: MOBILIDADE VERTICAL E MOBILIDADE HORIZONTAL ..... | 66  |
| i) <i>Identidade e mobilidade: da teoria social à sociologia do trabalho</i> .....     | 66  |
| ii) <i>Sobre a identidade narrativa</i> .....  | 73  |
| iv) <i>Problema de pesquisa</i> .....  | 86  |
| v) <i>Socioclínica e histórias de vida</i> .....                                       | 92  |
| CAPÍTULO V. DEFINIÇÕES DO CAMPO DE PESQUISA .....                                      | 95  |
| i) <i>Distrito Federal, mercado de trabalho</i> .....                                  | 95  |
| ii) <i>Universo de pesquisa</i> .....  | 101 |
| CAPÍTULO VI. A HISTÓRIA DE MARIANA .....   | 108 |
| CAPÍTULO VII. A HISTÓRIA DE JOCÉLIA .....  | 146 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS.....  | 198 |
| ANEXO 1 .....  | 211 |
| ANEXO 2 .....  | 218 |

## INTRODUÇÃO

Desde os clássicos, as ciências sociais têm referenciado o trabalho como categoria central para a compreensão da sociedade, bem como de suas transformações. Fundamentalmente, a centralidade do trabalho institui-se pela convicção em seu poder de socialização, de criação de laços morais entre os indivíduos e de atribuir sentido as subjetividades individuais. Nas últimas décadas do século XX, porém, foram vastas as mudanças desencadeadas pela reestruturação produtiva nos países industriais centrais, fundadas pela terceira revolução tecnologia e intensa automação e pela reconfiguração dos padrões de gestão. Os impactos expressos em fortes transformações no mundo do trabalho, em especial na desarticulação da sociedade salarial, da qual muitos foram excluídos, foram captados pela sociologia. Esta, por sua vez, voltou os olhares para novos paradigmas, colocando em xeque a centralidade do trabalho como fundadora dos vínculos sociais.

Pode-se pensar o aumento massivo das taxas de desemprego como grande responsável por novos questionamentos. É uma das grandes novidades instauradas no mundo do trabalho, agora regido sobre as égides da flexibilização, da qualidade total e da precarização. Sabe-se que nos países de maior industrialização, contextos em que as relações de trabalho eram, em tese, sólidas quando da reestruturação, o denominado desemprego estrutural encontrou lugar legítimo no forte sistema de seguridade social. Resultante do complexo processo de institucionalização, o fenômeno do desemprego de longa duração destaca-se como a condição oposta à de trabalhador estável e assalariado. Assumindo o lugar de negação do trabalho, o desemprego duradouro é reconhecido, então, em seu grande valor heurístico por trazer à tona as rupturas de vínculos que integram os indivíduos à sociedade. Frente aos valores morais instituídos em torno do labor, o não trabalho estigmatiza os sujeitos com o selo da inutilidade, implicando necessariamente em graves repercussões à subjetividade.

Em torno de todas as reflexões sobre o desemprego em suas formas atuais, a questão da centralidade do trabalho é colocada à prova. Afirma-se, por exemplo, que a reestruturação do trabalho em toda sua magnitude de conseqüências teria inviabilizado o trabalho em sua função socializadora e de referência para a construção das identidades individuais. Distanciando-me dessa postura, pego emprestada a pergunta de Castel (1998), para introduzir a problemática inicial, que motivou o desenvolvimento da pesquisa: *Em que medida a degradação da situação de trabalho é paga com uma degradação do capital relacional? De que maneira a instabilidade na trajetória dos trabalhadores repercute em suas subjetividade?*

Do ponto de vista da sociologia do trabalho, estão em jogo os processos de precarização e de flexibilização, associados às profundas transformações estruturais das últimas décadas, e responsáveis pela heterogenização das formas de trabalho. Cada vez mais, indivíduos traçam trajetórias incertas e aleatórias. Ligado ao esfalecimento das organizações sindicais, este argumento postula a crise das identidades profissionais. Atrelada ao desmonte do Estado de Bem-Estar e à degradação da sociedade salarial, as novas formas de trabalho estariam degradando o poder socializador do trabalho. Ao passo que a seguridade social se mostra ineficaz, as possibilidades de cidadania via trabalho são progressivamente minadas. No campo científico, a fragilização dos vínculos nas relações de trabalho repercutiu de modo a colocar em xeque a centralidade do trabalho. Diante da impossibilidade de identificação coletiva, do ponto de vista individual o trabalho já não representaria uma referência segura e duradoura e, portanto, o sentido do trabalho perderia relevância na construção das identidades.

Em contextos socioeconômicos de industrialização tardia, como é o caso do Brasil, os impactos da reestruturação do modo produtivo foram mais perversos, na medida em que a nova massa de desempregados não pode, de fato, contar com o suporte estatal de proteção social. Sem proteção, o típico desemprego europeu, aquele de longa duração, não tem muito espaço para instalar-se entre novos desempregados. A inatividade não é uma opção para quem precisa gerar renda para sobreviver. Nesses termos, a massa subutilizada insere-se como pode, precária ou informalmente, traçando trajetórias instáveis e de intensa mobilidade ocupacional.

Os resultados de uma pesquisa de metodologia longitudinal realizada na Região Metropolitana de São Paulo, na qual o percurso dos indivíduos no mercado de trabalho foi analisado por um período de tempo (em anos), indicam a existência de certa tensão entre a expectativa teórica e os dados da realidade (GUIMARÃES, 2004). Segundo a pesquisa, conclui-se que mover-se cruzando as fronteiras de saída do mercado mostra-se um tipo de transição tão banal quanto se mover entre a ocupação e o desemprego. Essas características generalizam-se para uma parcela quantitativamente muito significativa da população em atividade. Assim sendo, diversos são os padrões assumidos pelas trajetórias e transições ocupacionais. Essa reflexão me instigou particularmente para a formulação do problema de pesquisa. A partir dessa constatação inicial, pude perceber a relação entre desemprego e subjetividade, em geral, tratada pela literatura sociológica de modo a considerar o fenômeno em sua situação aparentemente mais extrema. Nesse sentido, as conseqüências do desemprego de longa duração apontam correntemente para a ruptura progressiva dos laços sociais de forma a vulnerabilizar os indivíduos psíquica e objetivamente. Entretanto, especificidades

nacionais precisam ser levadas em conta, pois as formas de sociabilidade no trabalho são, antes de tudo, construções sociais. Desse modo, importaria observar o mundo trabalho (seja nas formas de emprego ou desemprego) as dimensões institucionais e normativas, definidas por uma história social particular.

Sendo assim, o trânsito intenso de indivíduos no mundo do trabalho, sem a realização de uma mobilidade social efetiva, corresponde à dificuldade de integração pelos meios regularizados. Tendo em foco a relação entre trabalho e subjetividade, a questão do reconhecimento é central. Uma vez instituída pelo Estado, ela remete também à questões de cidadania e é portanto uma questão política. Considerando-se a identidade como uma construção permanente, por perspectiva eminentemente sociológica, a análise da subjetividade está pautada nas relações sociais: o “eu” que se faz possível somente pela existência do olhar do outro. Acordando com a concepção de Elias (1998), entendo que as trajetórias de mobilidade subjetivamente vividas são, ao mesmo tempo, produtos e produtoras de uma mesma realidade social. Assumindo-se a relevância do trabalho para a sobrevivência de quem vive dele, parte-se do pressuposto seja qual for o estatuto da atividade laboral, ela é estruturante da identidade.

Desse modo, seria preciso considerar que, assim como o nacional não pode ser interpretado como realidade essencialmente “particular”, pois é integrante de um contexto global, a sociabilidade via trabalho não pode ser considerada como autônoma em relação aos aspectos mais profundos correspondentes aos tipos de vínculos sociais predominantes na contemporaneidade. Seguindo os termos daquela preocupação inicial, o tema de interesse que motivou a realização deste trabalho ganhou forças por inquietações teóricas e empíricas ao longo do curto percurso acadêmico que comporta a formação de mestrado. Se inicialmente, a partir do contato com discussões teóricas sobre trabalho e subjetividade, foi possível acessar algumas temáticas mais amplas colocadas em destaque, situadas entre debates, o aprofundamento na literatura significou, pro outro lado, a necessidade de refinamento da discussão trazida à tona bem como o amadurecimento da problematização proposta, em especial no que diz respeito à questão das identidades. Em verdade, o trabalho está organizado de modo a explicitar o próprio percurso, desde a necessidade de um diálogo com a teoria de problematização para a pesquisa de campo.

Do ponto de vista teórico, a questão das identidades parece instigante por excelência. Aos pouco, fui me dando conta de que não há análise simples capaz de lidar com a complexa natureza das identidades: entre o fazer, o ter e o ser. Sempre em construção dialética entre ser

a um só tempo igual e diferente. Entre pertencer, ser parte de um grupo, e existir como indivíduo, ser único. A tensão que permeia a constituição das identidades se dá, pois, nos planos individual e coletivo. Se por um lado a sustentação da identidade individual está essencialmente vinculada ao olhar dos outros, sendo assim eminentemente social, por outro lado, as identidades coletivas também dependem de condições sócio-históricas específicas para se sustentar e garantir um mínimo de coesão que dê sentido a um “nós”. Em ambos os casos, o que parece estar no cerne da questão são os tipos de vínculos sociais que se fazem possíveis para a conformação das identidades, tanto dos indivíduos, quanto das coletividades, e são, portanto, assunto de interesse de primeira ordem das Ciências Sociais. Desde já, poderia situar o objeto de pesquisa imerso nesse universo de tensões que envolvem o tema das identidades contemporâneas. É precisamente essa dimensão mais ampla das discussões postas no campo da teoria social que privilegio abordar no primeiro capítulo. Valendo-me das considerações de Stuart Hall (2011), apresento os dilemas teóricos implicados no cerne da teoria social apresento brevemente argumentos de notáveis pensadores como Norbert Elias e Anthony Giddens.

Do ponto de vista da sociologia do trabalho os processos de precarização e flexibilização se destacam. Associados às profundas transformações estruturais das últimas décadas seriam eles os principais responsáveis pela heterogenização das formas de trabalho. Cada vez mais, indivíduos traçam trajetórias incertas e aleatórias. Atréada ao esfalecimento do Estado de Bem-Estar e à degradação da sociedade salarial, as novas formas de trabalho estariam degradando o poder socializador do trabalho. Na medida em que a seguridade social se mostra ineficaz, as possibilidades de cidadania via trabalho são progressivamente minadas. Um ponto que procuro manter em relevo é, sem dúvida, o papel importante atribuído às organizações sindicais, à articulação coletiva em torno de categorias socio-profissionais: argumenta-se que a crise das identidades profissionais seria em grande medida advinda do enfraquecimento das organizações sindicais enquanto fonte de identificação. Diante da impossibilidade de identificação coletiva, do ponto de vista individual o trabalho já não representaria uma referência segura e duradoura e, portanto, o sentido do trabalho perderia relevância na construção das identidades. Essa discussão é o foco da discussão desenvolvida no segundo capítulo.

No terceiro capítulo, procuro deslocar as lentes de aproximação para o mundo do trabalho no Brasil. Ao abordar algumas especificidades do contexto brasileiro nas transformações recentes no mundo do trabalho, a literatura sociológica nacional traz novos

elementos para se pensar a sociabilidade brasileira. Para além das constatações sobre o “desemprego recorrente” (GUIMARÃES, 2009), me vali também de um estudo com foco mais historiográfico, que trás a noção da “fluidez social” como característica fundamental da construção da nossa sociedade de trabalho (CARDOSO, 2010). Por essa perspectiva, as formas heterogêneas de trabalho, não seriam apenas anteriores ao fim do chamado “compromisso fordista”, mas constitui-se historicamente como característica marcante da estrutura social. Nesse contexto, marcado pela informalidade persistente, a mobilidade ocupacional corresponde à dificuldade de integração pelos meios regularizados. Diria que, em grande medida, o desafio posto é o de compreender melhor os termos do dito *welfare* brasileiro, tanto em termos de seguridade, quanto em termos das possibilidades de cidadania.

O capítulo quarto destina-se a uma discussão cujo foco são as discussões sobre os tipos de mobilidade social. Em alguma medida, procurei trazer à tona os elementos de distinção que marcam a construção do mundo do trabalho e definem as posições a serem ocupadas em função do trabalho exercido. A partir do conceito de espaço social (BOURDIEU, 2008), procura-se explorar a lógica da disputa de por lugares a partir da qualificação e de outros critérios que sustentam a seletividade do mercado. Enfim, procuro discutir e investigar a construção da identidade do trabalhador, cuja trajetória se constitui por experiências em ocupações diversas. A mobilidade ocupacional, tal qual tratada aqui, está diretamente relacionada a uma frágil inserção no mercado de trabalho justificada pela baixa qualificação profissional.

Ainda no quarto capítulo apresento com maior precisão o problema de pesquisa em sua forma final, bem como uma breve discussão sobre os pressupostos teórico-epistemológicos que justificam o método privilegiado para a condução das análises. Adiantaria que o objetivo da pesquisa consiste em se aproximar da experiência vivida buscando a compreensão do processo identitário em função das diversas ocupações que qualificam este tipo de inserção instável no mercado de trabalho. Nesse sentido, apresento sociologia clínica, privilegiada enquanto método, representando o esforço de empreender a leitura da realidade vivida de modo a situá-la nas interdependências, conformada pelo peso do social, da história, da política e da economia. Nesse sentido, a investigação da subjetividade à luz da análise de histórias de vida, transcorridas em dado contexto sócio-histórico, faz sentido quando se busca focalizar o elo necessário entre os planos individual e coletivo sem, contudo, desprezar a autonomia relativa que permite aos indivíduos a realização enquanto sujeitos.

No quinto capítulo, para finalizar a primeira parte, apresento as considerações feitas para a definição do universo de pesquisa, bem como algumas limitações da pesquisa de campo. Por um lado, procurei descrever de maneira breve as particularidades do mercado de trabalho do Distrito Federal e, por outro, compartilhar o percurso da pesquisa de campo que tornaram possível o debruçar sobre duas histórias de vida. Histórias de vida dessas duas trabalhadoras que lhes apresento, Mariana e Jocélia, a partir das quais me proponho a analisar, nos capítulos sexto e sétimo, a maneira pela qual as experiências aleatórias de trabalho permitem a socialização em referência à esfera do trabalho.

Por fim, ressaltaria que para a análise das identidades enquanto processo (ELIAS, 1988), tendo em foco a relação entre trabalho e subjetividade, a questão do reconhecimento assume posição de destaque. Conquanto seja instituída pelo Estado, ela remete também à questões de cidadania e é portanto uma questão política. Considerando-se a identidade como uma construção permanente, por perspectiva eminentemente sociológica, buscou-se empreender uma análise da subjetividade, de modo a considerá-la em sua faceta fundada nas relações sociais: o “eu” que se faz possível somente pela existência do olhar de um “outro”. Assim, partindo-se do pressuposto de que as trajetórias de mobilidade subjetivamente vividas são, ao mesmo tempo, produtos e produtoras de uma mesma realidade social. Assumindo-se a relevância do trabalho para a sobrevivência de quem vive dele, parte-se do pressuposto seja qual for o estatuto da atividade laboral, ela é estruturante da identidade. E nesse sentido, por meio das análises empreendidas, procura-se explorar a identidade enquanto processo; ou seja, como se forjam as identidades para quem experimenta a instabilidade de renda e o exercício de várias ocupações ao longo de uma vida de trabalho.

## **PRIMEIRA PARTE**

### **Capítulo I. Identidade e Sociabilidades modernas**

Inicia-se a exposição do percurso de pesquisa, que se desenvolve da pergunta sociológica à investigação empírica, com uma discussão um tanto parcial acerca de dois temas de enorme envergadura no vasto campo científico das humanidades. O primeiro é o tema da identidade, relativamente novo e, sem dúvida, controverso nas Ciências Sociais. Objeto de interesse de especialistas diversos – psicólogos, historiadores, antropólogos, sociólogos, cientistas políticos –, o termo apresenta-se polissêmico e repousa em terreno pouco firme, justamente por ser passível de análise por múltiplas vias. O segundo tema, embora receba nomes variados, a depender da orientação teórica, poderia ser apresentado como um conjunto das grandes transformações societárias recentes. Neste capítulo introdutório, o principal objetivo é explicitar como ambos os temas estão articulados entre si do ponto de vista da teoria social, mais especificamente sociológica.

Em geral, entende-se por recente o período compreendido pelas últimas quatro décadas, desde o início dos anos setenta. Segundo as interpretações correntes, as transformações ocorridas ao longo desse período são de ordens estruturais (econômica, política e cultural) e de alcance global e, portanto, o momento atual caracterizar-se-ia pela ruptura generalizada em relação aos paradigmas modernos. Assim, estaria em curso uma dissolução da definição dos papéis sociais. Padrões de sociabilidade emergentes estariam moldando novos tipos de vínculos e, conseqüentemente, configurando uma maior variabilidade de construções identitárias. As leituras sociológicas sobre essa heterogeneidade emergente, contemporânea, que pode ser interpretada como crise das identidades em geral (família, religião, política etc.), estão em grande medida ancoradas às teorias de grande alcance acerca da ascensão do individualismo na modernidade. Este ponto será aprofundando mais adiante. Afunilando-se gradualmente a discussão, de modo a se aproximar de objeto de pesquisa, o foco, por ora, consiste em enunciar e desenvolver a explicação justamente quanto ao o nexo entre ambos os temas, a saber, a identidade e as grandes transformações societárias recentes. Nesse sentido, mobiliza-se seletivamente alguns recursos da rica e extensa produção em teoria sociológica acerca das sociabilidades contemporâneas.

As discussões referentes à identidade não são precisamente tradicionais no campo das ciências sociais, ao menos não nos moldes em que hoje estão em voga. Ao que parece, o interesse pelo tema e, conseqüentemente, o fôlego dedicado às investigações sobre esta

questão estão em ascensão. Pode-se dizer que a força das questões de identidade tem aumentado na mesma medida em que se são percebidos e decodificados os mecanismos das grandes mudanças de ordem estrutural. Trata-se, no fundo, de um interesse quanto às dinâmicas estruturais profundas que sustentam os vínculos sociais. Na opinião de Hall (2011), o problema torna-se especialmente relevante em um contexto em que as identidades são percebidas cada vez menos a partir de grupos fechados. A ampliação das possibilidades de vínculos transcendentais às referências local/comunitária confere à identidade (em sentido genérico) uma qualidade híbrida. A hibridez dá-se em decorrência dos processos modernos e potencializa-se pelo contexto mais recente de globalização.

Por essa ótica, não seria talvez exagerado inferir-se uma certa convergência nas interpretações em torno da ideia de que, em um mundo cada vez mais instável, as identidades são correspondentemente instáveis. É precisamente essa ideia que pretende-se evidenciar a seguir, trazendo as interpretações propostas por Stuart Hall (2011), Norbert Elias (1994) e Anthony Giddens (1991, 2002), importantes pensadores da teoria social, que oferecem posição de destaque ao tema da identidade.

É tarefa extremamente difícil apresentar de modo sintético, em termos minimamente satisfatórios, os elementos indispensáveis à discussão do tema “identidade”. Como apontou-se inicialmente, a questão, além de muito ampla, é complexa. Para a realização desse exercício inicial, privilegiaram-se algumas ideias essenciais; aquelas formuladas por Stuart Hall (2011), grande pensador contemporâneo dos estudos culturais. Em sua pequena obra de grande peso, *A Identidade Cultural na pós-modernidade*, Stuart Hall (2011, p. 7) expõe em termos precisos a temática que introduz a presente discussão:

A questão da identidade está sendo extensamente discutida na teoria social. Em essência, o argumento é o seguinte: as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como sujeito unificado. Assim, a chamada “crise de identidade”<sup>1</sup> é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.

Os argumentos desenvolvidos exploram possíveis respostas a alguns questionamentos principais, quais sejam: o que se pretende dizer exatamente com “crise das identidades”?, a quais acontecimentos se deve tal crise nas sociedades modernas?, e finalmente, quais seus principais aspectos e suas possíveis consequências? O autor reconhece que não há qualquer indício de consenso interno à comunidade acadêmica. Isso vale certamente para as discussões

---

<sup>1</sup> Hall refere-se prioritariamente à questão das identidades nacionais.

travadas dentro da comunidade sociológica. Os percursos até agora traçados são curtos e as respostas encontradas ambíguas: “O próprio conceito com o qual estamos lidando, ‘identidade’, é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova.” (HALL, 2011, p. 8)

Trata-se, portanto, de uma tentativa. Para desenvolver as respostas no sentido de esclarecer essas questões, Hall (2011) empreende uma breve digressão quanto a desdobramentos e modificações, ambos referidos às concepções de identidade no desenrolar da modernidade. Para tanto, ele se vale de algumas interpretações de teóricos contemporâneos, que, por sua vez, descrevem essas transformações no pensamento moderno quanto às conceitualizações de “sujeito” – que se confundem com as de “identidade”. Cada conceitualização sustentou hegemonia por um certo período de tempo. Basicamente, percorre-se brevemente a história desde o nascimento do “sujeito moderno”, unificado, fruto do Iluminismo (momento 1), até a emergência recente do “sujeito pós-moderno”, fragmentado (momento 3); entre um e outro está a noção intermediária de “sujeito sociológico” (momento 2), oriundo principalmente das teorias sociais do início do século XX (HALL, 2011, p. 10-23).

Quanto ao “sujeito do Iluminismo”, por ora basta enfatizar o caráter “essencializado”, “autocentrado” e “individualizado”, fruto do cogito cartesiano. A noção de “sujeito sociológico”, por sua vez, tributária especialmente do interacionismo simbólico, coloca o sujeito em uma posição interativa. Nesse sentido, tal conceitualização origina-se da crítica sociológica ao “individualismo racional”, e concebe o sujeito localizado em processos sociais. Está compreendida principalmente nas primeiras correntes das teorias da socialização:

“(a sociologia) desenvolveu uma explicação alternativa do modo como os indivíduos são formados subjetivamente através de sua participação em relações sociais mais amplas; e inversamente, do modo como os processos e as estruturas são sustentados pelos próprios papéis que os indivíduos neles desempenham” (HALL, 2011, p. 31).

Contudo, aponta o autor, essa visão da sociologia convencional que afirma a idéia de “internalização” do exterior pelo sujeito e a “externalização” de seu interior, em uma via de mão dupla, por meio de suas ações no mundo, não esteve imune a críticas. Algo do dualismo de Descartes (negativamente interpretado) estaria implícito nessas teorizações, por conceberem “indivíduo” e “sociedade” como entes objetivamente distintos, separados. Para a “dissolução” de tal dicotomia, interpretações mais recentes apontam saídas teórico-interpretativas e conceituais. Antes de chegar à terceira concepção de sujeito, a saber, a de “sujeito pós-moderno”, aproveitar-se-ia o ensejo para dedicar maior atenção a essa discussão,

e explorar um pouco mais a fundo três elementos até aqui expostos. As teorizações mais recentes representam, acredita-se, uma ponte entre o “sujeito sociológico” (momento 2) e o “sujeito pós-moderno” (momento 3). Enfim, será abordada na discussão a postura sociológica frente a este último, que representa em si um desafio contemporâneo para as ciências sociais.

O primeiro elemento a ser explorado diz respeito ao processo de transformação histórica das conceitualizações de “indivíduo”. O segundo quesito refere-se ao conteúdo dessa crítica no que concerne à oposição entre indivíduo e sociedade. Para um e para outro, as ideias defendidas por Norbert Elias (1994) serão expostas, como exemplo explicativo. Indispensável aos dois anteriores, o terceiro ponto se refere, enfim, àquele processo mais amplo de mudança, ou às mudanças estruturais societárias, citados inicialmente. Para complementar o argumento quanto ao segundo ponto, serão trazidas as considerações teóricas de Anthony Giddens (1991, 2002), cuja extensão do argumento satisfaz também o terceiro quesito. Ao abordar esses três pontos, pretende-se conferir maior clareza a algumas das formulações mais fundamentais da sociologia contemporânea. Entende-se que a acuidade da abordagem quanto ao que está em questão quando se fala em “crise das identidades”, ou em identidade pós-moderna (como conceitua Hall), depende da apresentação das ferramentas conceituais pelas quais a sociabilidade moderna tem sido tratada e interpretada. Interessa esclarecer, enfim, de que modo ela se relaciona com as ideias de “individualismo” e fragmentação/multiplicidade identitária. Para abordar os três pontos, lança-se mão dos argumentos de Elias e Giddens, grandes referências atuais para o trato da “identidade”.

Para a garantia de um corpo mais integrado das ideias próprias a cada autor, será apresentado primeiro um, e depois o outro. Desse modo, os três pontos serão abordados de forma menos sistemática, mais fluida. Guarda-se, desde já, a ideia de que, independentemente da definição que receba, o conceito de identidade está profundamente imbricado às mais importantes formulações interpretativas da teoria social contemporânea. Como procurar-se-á demonstrar, questões de primeira ordem para a sociologia evocam necessariamente o tratamento da identidade para suas respostas teóricas, tendo, como fundamento, o problema da implicação entre “estrutura e ação”. Nesse sentido, pretende-se abordar, ainda que em linhas gerais, esses dois pontos de vista, de Elias e de Giddens, com enfoques distintos para o tratamento sociológico da “identidade” frente às “grandes transformações recentes”.

Apresenta-se à discussão uma das mais importantes obras de Norbert Elias, *A sociedade dos indivíduos* (1994), pela qual o autor aborda e desenvolve reflexões sobre o processo social de formação das “subjetividades”. De modo bem simplificado, como afirma o

próprio Elias, o objetivo geral da obra é desconstruir a antítese semântica consolidada no senso comum entre “indivíduo” e “sociedade”, a qual dissimula a experiência moderna. O ponto de partida que guia essa leitura crítica da realidade social é o reconhecimento dos danos que a naturalização dos conceitos tem causado às ciências sociais. A intenção de libertar o pensamento da compulsão de compreender os dois termos como “substâncias” em oposição era uma inquietação antiga, um problema que aflorou e ficou claro durante os estudos de sua obra *O processo civilizador* (publicada em 1939). Em outras palavras, poder-se-ia dizer que seu intento era explorar minuciosamente a questão identitária, considerando-a necessariamente implicada nas redes de interdependência que os indivíduos estabelecem entre si em determinadas configurações sócio-históricas.

Para iniciar a desconstrução da representação antitética de “indivíduo X sociedade”, o autor acredita que é preciso “indagar que desenvolvimentos, que aspectos estruturais da nossa sociedade terão levado a sua emergência e a seu uso como meio incontestado de comunicação” (ELIAS, 1994, p. 129), e, para tanto, tem uma proposição metodológica. Parte do pressuposto de que os conceitos desempenham sempre uma função, ou seja, eles sempre possuem caráter instrumental em dada organização social, e servem para atestar algumas de suas particularidades estruturais. Elias concebe que as expressões da linguagem, mais especificamente os conceitos, são a concretização das transformações sociais. Nesse sentido, sugere que o significado atual da palavra “indivíduo” nas sociedades ocidentais forjou-se à medida que a identidade-eu foi ganhando força, ou seja, à medida que se foi moldando um *habitus* no qual a autopercepção dos indivíduos se funda na experiência de se ser único, autônomo, fechado em si e independente de outros seres humanos. É precisamente esse processo de desenvolvimento que ele vai investigar: a gênese e as condições de uso do conceito de “indivíduo”, pressupondo-se que as transformações conceituais estão intimamente relacionadas com transformações nas estruturas sociais.

A fim de desvelar a dicotomia, Elias percorre o caminho dos conceitos de “indivíduo” e “sociedade” desde a Antiguidade. Afirma que, na *praxis* social do mundo antigo, não cabia a possibilidade de se considerar um indivíduo como algo em si, dissociado da família, da tribo, de grupos sociais e do estado. Não havia qualquer conceito equivalente que considerasse um sujeito despido das relações sociais que o envolviam – não havia necessidade. Segundo o autor, foi no Renascimento, século XVII, com o aumento da possibilidade de ascensão social (mobilidade), quando também aumentou a necessidade de distinção individual, que foi passível a identificação do indivíduo “independente” de sua origem social (puritanismo

inglês). Nesse momento, as mudanças na balança eu-nós passaram a ser mais evidentes, pendendo com maior peso para a "identidade-eu", enquanto a "identidade-nós" (embora sempre presente) passa a ser obscurecida pela consciência (e, com efeito, pela linguagem). O impacto da Filosofia do Conhecimento teve especial relevância nesse processo. O deslocamento iniciou-se com os humanistas – Descartes e seu “cogito cartesiano” – e o auge no existencialismo de Sartre. A noção de *homoclausus* (ou seja, do eu despojado do nós) como modo genuíno de autopercepção (forma configurada no tempo e no espaço) foi ganhando grandes proporções.

Em suma, o autor afirma que, em tempos mais “primitivos”, havia um único plano de integração, ou seja, uma camada de identificação com o nós, um pequeno grupo de origem fixado a um local. Nesse extremo, a intensidade de identificação com a família era máxima, quase exclusiva. Havia assim grande carga afetiva vinculada à noção de nós, a família, pois o vínculo com ela se impunha ao indivíduo como inevitável e indispensável à sobrevivência. Em tempos mais recentes, haveria vários planos de integração (muitas e simultâneas conexões, ou seja, possibilidades de identificação como "nós"). Nesse estágio do desenvolvimento, com outras possibilidades de "nós", ou seja, a identificação (envolvimento) dos indivíduos com várias instâncias (cidade-natal, estado, nação), a intensidade da identificação com a família vai perdendo força. Ela já não é permanente e crucial à existência. O Estado vem ganhando espaço para o exercício dessa função. E isso está diretamente ligado ao estágio de desenvolvimento no processo de individualização (em avanço constante), pelo qual a identidade-eu ganha cada vez mais peso na identificação, a despeito da identidade-nós. Imbricada nessas mudanças é verificada uma maior permanência das "relações-nós" (que são potencialmente mutáveis, "quebráveis"). E essa é apontada por Elias (1994, p. 167) como uma das características estruturais das sociedades modernas: “Agora o indivíduo tem que contar muito mais consigo mesmo ao decidir sobre a forma dos relacionamentos e sobre sua continuação ou término. Ao lado da permanência reduzida, surgiu uma permutabilidade maior dos relacionamentos, uma forma particular de *habitus* social”.

Assim, difundiu-se essa configuração particular de identidade-eu, a do *homoclausus*: a concepção de si mesmo como um “eu” desprovido de um “nós”. É uma marca do modo genuíno de autopercepção na modernidade, que perpetua-se e intensifica-se. Tal concepção de um “eu” desprovido de um “nós” é fonte de um conflito que marca a experiência contemporânea: de um lado, a necessidade humana natural de afirmação afetiva da pessoa em relação recíproca com outras pessoas, e, por outro lado, o medo da satisfação dessa

necessidade e uma resistência a ela. É a facilidade de se dissolver os laços que caracterizam relações efêmeras. É o próprio individualismo moderno que está em jogo, e esse modo específico de se “ser no mundo” é uma questão de *habitus* social.

Nesse sentido crítico, Elias (1994) lança mão do termo “balança eu-nós”, cujas medidas estão expressas pela relação dinâmica que atribui diferentes configurações aos termos “indivíduo” e “sociedade” ao longo do tempo. O conceito é um instrumento de observação e reflexão, capaz de lançar luz sobre o aspecto multifacetado dos “conceitos-nós”. Tal balança se equipara à pluralidade dos planos interligados de integração (conexões, interdependências) que caracterizam a sociedade humana em seu estágio atual de desenvolvimento. E isso é fundamental: há uma variabilidade do conceito "nós" de acordo com os diferentes estágios do desenvolvimento. Assim, a preocupação sociológica não diz respeito a questões individuais, mas sim a uma questão do social internalizado: o individualismo como traço básico da estrutura de personalidade social das pessoas da era moderna.

O *habitus* corresponde à composição social do indivíduo: cada pessoa singular, por mais diferente que seja de todas as demais, tem uma composição específica que compartilha com outros membros da sociedade. Nessa composição, se definem (a cada época e lugar) as proporções assumidas entre a “identidade-eu” e a “identidade-nós” em cada formação social.

A ideia de que o indivíduo porta em si o *habitus* de um grupo e de que seja esse *habitus* o que ele individualiza em maior ou menor grau pode ser definida com um pouco mais de precisão. Em sociedades menos diferenciadas [...] talvez o *habitus* social tivesse uma camada única. Nas sociedades mais complexas, tem muitas [...] É do número de planos interligados de sua sociedade que depende o número de camadas entrelaçadas no *habitus* social de uma pessoa [...] (ELIAS, 1994, p. 150-151).

Destacam-se, por fim, três categorias analíticas usadas por Elias (1994) para articular entre si essa ideia de dinâmica histórico-processual: definido como “estrutura social de personalidade”, o *habitus* (1) modifica-se conforme estágio e padrão de auto-regulação individual” (2) que, por sua vez, é definido por uma “individualização” (3) (crescente ou decrescente). Tudo isso por uma perspectiva de desenvolvimento, cuja leitura sociológica faz-se possível pela análise dos conceitos, ou seja, expressões da linguagem. Nessa lógica, sociedade e linguagem são processos sem começo, de longa duração e cuja direção do desenvolvimento é imprevisível (não planejados). O autor afirma, enfim, que há essa tendência identificável. Uma maior integração, que significa maior interdependência entre os indivíduos e que, por fim, molda as experiências de identificação tendo por referência essas múltiplas vias de “relações sociais” (as múltiplas faces/possibilidades do “nós”).

Sobre essa “nova” forma de individualismo, emergente na modernidade (há tanto tempo, lugar comum dentro e fora das ciências sociais), Hall (2011) chama atenção para o seguinte fato: essa nova concepção do sujeito individual e de sua identidade (como, por exemplo, o *homoclausus* de Elias e identidade reflexiva em Giddens, conforme será apresentado), não nega que em tempos pré-modernos existiam “indivíduos”. Quer dizer apenas que essa individualidade era experimentada, vivida e conceitualizada de outros modos, que não o contemporâneo. As colocações de Elias (1994) exprimem que a “questão da identidade” coloca-se em dois planos, no mínimo. Por um lado, ela emerge de mudanças vividas, empiricamente verificáveis. Por outro lado, a questão situa-se no plano discursivo. A ideia de modernidade remete a inesgotáveis vias interpretativas. Trata-se certamente de um profundo processo de transformação, cuja complexidade da análise, em termos políticos e detalhes historiográficos, fogem ao propósito da exposição. Interessa, sim, entender as categorias apuradas pela teoria social para sua leitura.

A mesma ideia é validada por Giddens (2002): a organização do eu reflexivo em torno de uma autobiografia é uma questão de identidade. Essa experiência de autoidentificação, tal como é descrita, só se faz possível no contexto de dissonâncias identitárias vividas na modernidade tardia. Giddens (2002) oferece uma organização sistemática de suas ideias acerca do conceito de identidade em sua obra *Modernidade e Identidade*. Afastando-se do foco de Elias em alguma medida, suas preocupações teórico-interpretativas concentram-se em torno do desenvolvimento da “autoidentidade”, a identidade “individualizada”. Para a noção de “narrativa autobiográfica”, Giddens (2002) lança mão de uma revisão de conceitos oriundos do campo da psicologia, e desenvolve um arcabouço conceitual próprio, coerente com o conjunto de sua obra, em especial com a “teoria da estruturação”. Sendo assim, a compreensão da identidade por essa perspectiva demanda o resgate de alguns elementos de sua teoria mais geral. Bem como aparece em Elias, é possível observar que, no fundo, as interpretações quanto às sociabilidades na modernidade tardia têm por referência o problema da “estrutura e ação”.

Desde já, gostaria-se de ressaltar um ponto que aproxima os autores: justamente a ideia de que há um tipo específico de sociabilidade peculiar à modernidade. Também para Giddens, as transformações na “autoidentidade” estão necessariamente vinculadas a mudanças de caráter global, conformando um problema teórico de grande relevância para as ciências sociais. Antes, contudo, de colocar em pauta os temas “autoidentidade” e “alta modernidade”, explorados pelo autor, caberiam algumas considerações sobre o conceito de

modernidade e suas consequências mais amplas.

Modernidade, para Anthony Giddens (1991), corresponde a um modo de vida, cultura e organização social abarcado por transformações institucionais experimentadas desde o século XVII (assim como afirma Elias). Mais especificamente, entende-se a modernidade como um movimento de alargamento de quatro formas institucionais, a saber: capitalismo, industrialismo, vigilância e poder militar. A atuação conjunta e o fortalecimento mútuo das potencialidades de cada uma, ou seja, o entrelaçamento dessas quatro instituições, conformariam, pois, a modernidade. Essa teria sido a principal condição para o estabelecimento do sistema de Estado-Nação e para que se erigisse uma economia mundialmente articulada. Em *As consequências da modernidade* (1991), o autor apresenta três características principais, expressões das mudanças que imprimem dinamismo à modernidade tardia. Primeiramente, o autor refere-se à alteração radical nas noções que abarcam o binômio espaço-tempo: verifica-se uma separação entre espaço e tempo. A experiência no mundo, segundo o autor, tem sido gradualmente impactada por essa nova relação:

O advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros “ausentes”, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face. [...] O que estrutura o lugar não é simplesmente o que está presente em cena; a “forma visível” do local oculta relações distantes que terminam sua natureza. (GIDDENS, 1991, p.27)

Da separação entre espaço e tempo deriva a segunda principal característica. Trata-se do *desencaixe*, que seria justamente esse “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço” (GIDDENS, 1991, p. 24). Por fim, destaca-se a reflexividade das práticas sociais, tanto no âmbito institucional quanto no patamar individual. Segundo Giddens (1991), no que concerne ao primeiro, o avanço do conhecimento científico corresponde a uma radicalização da capacidade de revisão incessante da produção da vida social. Por esse processo, o conhecimento produzido é incorporado à prática social, conferindo maior “intensidade” à dinâmica de reprodução social. Há, portanto, um contraponto claro à noção de rigidez pré-moderna. Em suma, eis o conjunto das principais transformações:

A apropriação reflexiva do conhecimento, que é intrinsecamente energizante mas também necessariamente instável, se amplia para incorporar grandes extensões de tempo-espaço. Os mecanismos de *desencaixe* fornecem os meios desta extensão retirando as relações sociais de sua “situacionalidade” em locais específicos (GIDDENS, 1991, p. 51-52)

Assim como Elias (1994), Giddens (2002) pensa nas transformações estruturais que definem a transformação das identidades dos indivíduos, tendo em conta a dinâmica espaço-

temporal. Nas sociedades pré-modernas, a tradição, o parentesco e a localidade definiam a identidade social dos indivíduos. Nas sociedades modernas, as identificações se ancoram no cultivo das potencialidades individuais, possibilitando ao indivíduo uma identidade móvel e mutável. Quanto mais se avança no tempo, mais intensa essa dinâmica.

A chamada modernidade tardia representa, pois, a fronteira máxima, o esgarçamento dessas características. É nesse sentido que as transformações na autoidentidade implicam em mudanças de caráter global. O conceito de “identidade reflexiva” trava o nexo entre os modos de funcionamento institucional e as *praxis* individuais (GIDDENS, 2002). Assim, é justamente em função da reflexividade desenvolvida em nível institucional que o “eu” passou a se configurar também como um eu reflexivo. Na falta de referências fixas, estáveis, a identidade passa a ancorar-se no próprio sujeito, que se apresenta como um projeto. Assim, o eu é em si um projeto reflexivo.

No plano individual, segundo Giddens (2002), a reflexividade marca a agência na medida em que o eu se desdobra por meio de uma avaliação permanente do passado com vistas a um futuro antecipado. É essa reflexividade que atribui à experiência subjetiva um senso de continuidade e integridade psíquica. O conceito de *autoidentidade* refere-se à trajetória traçada pelo indivíduo ao longo da vida. Mais especificamente, ela deriva das diversas situações institucionalizadas que são organizadas reflexivamente como uma biografia. A *autoidentidade* é definida, portanto, como uma “narrativa reflexiva do eu”.

A realização do projeto reflexivo é apontada por Giddens (2002) com a ideia de “autonomia”. A identidade individual “autônoma” é, portanto, fruto de um contexto específico. Nesse sentido, julga-se fundamental chamar a atenção para o seguinte aspecto: a autoidentidade e a noção de autonomia são expressões, na experiência individual, das profundas transformações estruturais. Giddens refere-se, portanto, a uma articulação entre a experiência subjetiva e o modo de organização social. O peso da identificação recai sobre o indivíduo e, nesse sentido, o projeto de “autonomia” corresponde ao mínimo de segurança ontológica, que permite ao sujeito enfrentar o contexto de risco e a sensação de insegurança que permeiam as sociabilidades. Trata-se de uma identidade específica a uma conformação de tempo e espaço.

Resumidamente, poder-se-ia falar, então, que a consciência discursiva da ação refere-se ao caráter intencional do comportamento humano, enfatizando a intencionalidade como processo. O fato de se dispor de uma justificativa diz respeito, pois, às capacidades

discursivas dos atores. Contudo, a ação social realiza-se por um conhecimento tácito e habilmente aplicado, o qual Giddens (2003) trata como *consciência prática*. A *consciência prática* é aquela que o ator não elabora intelectualmente ou não expressa no plano discursivo. Dessa forma, com a ideia de agência, que engloba as consequências impremeditadas da ação individual, o autor consegue lançar mão de um conceito em substituição ao dualismo de teorias anteriores.

O conceito de *dualidade da estrutura* constitui, pois, peça-chave para a compreensão da Teoria da Estruturação; da mesma forma que o agente, individualmente ou em grupo, é fundamental, conforme a noção de agência já tratada. É válido dizer que o indivíduo recebe um patamar essencialmente privilegiado na teoria da estruturação, pois são asseguradas, na sua consciência, as condições e consequências de seus atos, havendo, portanto, reflexividade no sujeito. Mesmo assim, Giddens (2003) foge de um possível erro lógico – no qual correntes anteriores caíram –, ao admitir que, inevitavelmente, não há conhecimento ou domínio completo das condições e de alguns resultados impremeditados da ação. Assim sendo, rompe-se com o dualismo clássico entre objetivismo/subjetivismo, entre estrutura e indivíduo, existindo uma constante tensão reflexiva entre eles no plano social.

Em sua obra *A Constituição da Sociedade* (2003), por meio da ideia de *dualidade da estrutura*, Giddens propõe a dissolução desse dilema, convertendo o antagonismo em uma dualidade, em uma mútua implicação. A ação do agente é racional, intencional e reflexiva. A reflexividade valida a existência de uma consciência prática, que leva em conta a implicação da subjetividade: indivíduos são “escultores” e “esculturas” de suas vidas. Em relação à estrutura, leva-se em conta as instituições práticas na relação tempo-espço, a agência dos indivíduos e a contingência, a imprevisibilidade das ações. Assim como Elias (1994), Giddens (2003) mostra-se particularmente sensível às transformações de identidade em função dos dilemas postos pelo conjunto das grandes transformações. Neste ponto, é importante observar que há uma inquietação de fundo teórico comum àquela que foi exposta por Elias, a saber, a tentativa de se romper com o dualismo postulado pela tradição sociológica entre indivíduo e sociedade; no caso, entre “ação” e “estrutura”. Observa-se que os autores, com termos e interpretações próprios ao seu *corpus* teórico, descrevem o “sujeito moderno” e, ao mesmo tempo, buscam superar as limitações do “sujeito sociológico” (descrito por Hall). Ademais, ambos parecem engajar-se na tentativa de apreender as dinâmicas de sociabilidade contemporânea que nas palavras de Hall, se traduz por “pós modernidade”.

Interpreta-se que o ideal de construção de sua própria identidade figura como um

modo de socialização que permite aos indivíduos gozarem de alguma segurança ontológica para se “ser no mundo”, a despeito das ameaças decorrentes das dissonâncias consequentes da modernidade tardia. Assim, há uma tensão posta ao indivíduo. Por um lado, as possibilidades de identificação dão-se por múltiplas referências e, assim, descortina-se o futuro como um mar aberto de escolhas. Por outro lado, ele passa a ser responsável por si e pelo seu destino e está, em verdade, solto, perdido, desorientado e extremamente suscetível à necessidade de adequar-se ao ritmo e pertencer de alguma forma.

Enfim, tem-se que o caráter da mudança na modernidade tardia pode ser explicado por várias vias. Hall (2011), por exemplo, cita, além de Giddens, David Harvey e Laclau, e conclui: estes autores oferecem leituras um tanto diferentes da natureza da mudança do mundo pós-moderno, mas suas ênfases na descontinuidade, na fragmentação, na ruptura e no deslocamento contêm uma linha comum. Quanto a David Harvey, sobre a “condição pós-moderna”, explorar-se-á alguns de seus argumentos no próximo capítulo. Poderia-se, contudo, ter citado outros autores de grande relevo como Ulrich Beck, que fala em “sociedade de risco”, ou Zygmunt Bauman, cuja expressão se dá por “modernidade líquida”, dentre muitos outros. Essa linha comum permeia a teoria social e, a despeito das irreduzíveis diferenças entre os autores (entre opções teóricas e percursos interpretativos), permaneceriam notáveis as convergências quanto aos “diagnósticos” da modernidade a partir da segunda metade do século XX: modernidade tardia, alta-modernidade, segunda modernidade, sociedade de informação, sociedade pós-industrial etc.

Por meio dos argumentos até aqui mobilizados, procura-se evidenciar as linhas comuns do olhar sociológico, segundo o qual há profundas transformações na sociabilidade humana no estopim da modernidade. Trata-se de uma dinâmica global necessariamente implicada na relação espaço-tempo. Importa notar que novas sociabilidades significam novos modos de identidade. A partir do reconhecimento das chaves comuns de leitura, mobilizadas até aqui, pode-se ressaltar os termos da importância atribuída pela sociologia contemporânea aos fundamentos sociais da identidade. Do aporte teórico apresentado, ressalta-se especificamente a forte relação entre a dinâmica espaço-tempo e a questão da identidade: grandes transformações societárias recentes (dentre as quais destaca-se a globalização) correspondem a novas formas de sociabilidades.

As interpretações, cada uma a seu modo, parecem convergir quanto à centralidade do indivíduo para a interpretação dessas sociabilidades. Pode-se dizer que tal importância justifica-se tanto por um sobressalto do “eu” em relação ao “nós” (preponderância da

identidade-eu, conforme Elias), quanto por um modo específico de experimentação do “eu” (nos termos de Giddens, autoidentidade e identidade reflexiva).

Nesses termos, afirma-se a existência de dilemas que permeiam a socialização, dentre os quais se destaca a tensão permanente entre as possibilidades múltiplas de identificação vivenciadas ao mesmo tempo como impossibilidade de estabilidade e segurança em relação às condições objetivas da existência. Encarar as grandes mudanças estruturais significa olhar também para suas repercussões nos níveis mais profundos do eu. Esses níveis correspondem aos sentidos da *praxis* social. Tem-se que a compreensão da identidade está necessariamente vinculada a configurações correspondentes aos modos de organização social. Hall (2011, p. 9) apresenta com precisão o essencial do argumento comum que permeia as teorias no que diz respeito às mudanças no plano identitário:

Um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas ao final do século XX. Isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade,<sup>2</sup> que no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia de que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um “sentido de si” estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento – descentração dos indivíduos tanto em seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos – constitui uma crise de identidade para o indivíduo.

Viu-se até aqui que o cotejo das mudanças nas diversas esferas de socialização enseja a formulação de explicações de grande envergadura, cuja pretensão e esforço explicativos visam corresponder à força do processo de globalização. No que concerne às consequências no limiar da modernidade, a “força dos laços fracos”, o “risco” e as “incertezas” são elementos de primeira ordem para a interpretação de sociabilidades e identidades – “crise em todas as esferas da vida”. Se no presente capítulo procurou-se esclarecer o olhar da sociologia sobre a questão identitária no mundo contemporâneo, restaria compreender em quais termos se desenvolvem as discussões em cada esfera de sociabilidade. Para os interesses da presente pesquisa, a indagação orienta-se para o mundo do trabalho. No capítulo que se segue, buscar-se-á desenvolver com maior profundidade os termos da discussão quanto aos efeitos das grandes transformações para os processos de socialização específicos ao mundo do trabalho. Assim, pela ótica da sociologia do trabalho, pretende-se discutir as mudanças no paradigma produtivo: sua dimensão, seus efeitos e as principais características da ordem vigente. Nesse sentido, interessam mais especificamente compreender os impactos subjetivos dessas

---

<sup>2</sup> Cabe observar que, embora Hall (2011) aponte essa gama de aspectos que estão em jogo para a crise de identidades, o principal foco de seu interesse na obra citada diz respeito à questão da cultura nacional. Mais especificamente, o autor desenvolve seus argumentos de modo a abordar a estreita relação entre os processos de mudanças abarcados na globalização e as identidades nacionais.

mudanças para a experiência no mundo do trabalho.

## Capítulo II. Identidade e trabalho em contexto de grandes mudanças

### i) Transformações contemporâneas e mundo do trabalho

Vem ocorrendo uma mudança abissal nas práticas culturais, bem como político-econômicas, desde mais ou menos 1972. Essa mudança abissal está vinculada à emergência de novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo e o espaço. Embora a simultaneidade nas dimensões mutantes do tempo e do espaço não seja prova de conexão necessária ou causal, podem-se aduzir bases a priori em favor da proposição de que há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de “compressão do espaço tempo” na organização do capitalismo. (HARVEY, 2012, p. 7)

Eis a tese central defendida por David Harvey em *A condição pós-moderna* (2012). Embora não evoque o conceito de *homoclausus* (ELIAS, 1994) e tampouco de *desencaixe* ou de *identidade reflexiva* (GIDDENS, 1991, 2002), a afinidade entre essa ideia e as anteriormente apresentadas pode ser identificada, e ela acentua-se na análise das grandes transformações mais recentes decorrentes da globalização. Harvey atribui, por certo, maior ênfase a um elemento específico, a saber, a organização capitalista. O autor desenvolve parte de sua análise de modo a convergir seus esforços interpretativos para a compreensão de como se deram essas grandes mudanças na esfera produtiva. Essa é, sem dúvida, uma chave privilegiada para se aproximar do tema amplo de interesse da presente dissertação: o mundo do trabalho. A partir das ideias de Harvey, gostaria-se de chamar a atenção para a importância atribuída à sociabilidade capitalista na conformação das grandes mudanças e, desse modo, apresentar a discussão pela ótica da sociologia do trabalho.

Sobre transformações estruturais, apresentam-se reconhecidas contribuições. Em sua notável obra, Harvey (2012) busca subsídios históricos, empíricos e teóricos para tentar examinar com cautela quão “profunda e fundamental pode ter sido a mudança” (HARVEY, 2012, p.117) na economia política mundial ao final do século XX. Em verdade, pode-se dizer que o autor investe na reflexão de modo a, por um lado, ponderar os principais elementos que têm sido destacados como evidências de transição e, por outro, identificar uma lógica subjacente aos modos de produção capitalistas em meio ao turbilhão de novidades. Conforme sinaliza o próprio autor, o modo de formulação de sua hipótese é familiar a uma corrente específica de pensamento, denominada “escola da regulação”. Por esse prisma, os eventos que marcam diferenças entre um período e outro sinalizam uma “transição no regime de acumulação e no modo de regulação social e política a ele associado” (HARVEY, 2012, p.

117). De acordo com Lipietz (apud HARVEY, 2012, p. 117), a relação entre essas duas formas estruturais poderia assim ser descrita:

[...] uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc. que garantam a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados tem o nome de modo de regulamentação.

Por esse ponto de vista, privilegia-se uma ênfase na análise do conjunto de “relações e arranjos” estabelecidos, em um dado lugar geográfico e em um dado período histórico, específicos, para a manutenção do crescimento do produto, bem como da distribuição de renda e de consumo. A estabilidade atingida por esse conjunto de fatores se daria, portanto, por um longo processo, que tem de ser renovado de geração em geração. Assim, entre conflitos e renovações, se dá a continuidade legítima de um regime de acumulação, ao qual corresponde uma forma predominante de socialização, correspondente a um modo de “controle social”. Assim o foi para o período denominado “fordismo” (HARVEY, 2012, p. 118-119). Harvey chama a atenção para a longa duração da familiarização dos trabalhadores aos termos do assalariamento enquanto norma social, ao menos para as ditas “economias centrais”, e destaca no mundo do trabalho alguns elementos de maior relevância.

Nesse quadro teórico, para apreender essa complicada questão, que tem em seu fundamento um modo específico de disciplinamento da força de trabalho para a acumulação capitalista, segundo o mesmo autor, é preciso que se conceba as formas do “controle do trabalho” implicadas nas diferentes relações assumidas por Mercado e Estado nos diferentes regimes de acumulação. Sabe-se que, em verdade, seu foco é a transição do regime “fordista” à “acumulação flexível” a partir da qual levanta a tese sobre uma *compressão no espaço-tempo* na organização do capitalismo. O fundamento de sua tese é o de que a organização do trabalho é pautada em diferentes relações técnicas de produção, de regulamentação por meio de formas específicas de usos do trabalho:

Ela (a disciplinação) envolve, em primeiro lugar, alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm e ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo. A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca de identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho”. (HARVEY, 1992, p. 119)

Por essa perspectiva, assume-se que, para além da socialização direta via trabalho, a organização social do trabalho tem repercussões em todas as esferas de sociabilidade. Do ponto de vista da produção (no caso, por uma orientação marxista) é isso que se destaca quando se fala das grandes transformações em curso. Enquanto regime de acumulação e de regulamentação, o modelo fordista-keynesiano teria se desenvolvido e se consolidado sobre certas práticas de controle do trabalho, inovações tecnológicas, modos de consumo e de “configurações de poder político-econômico” (HARVEY, 2012, p.119). Portanto, para o período pós Segunda Guerra, assume-se a afirmação da hegemonia fordista na condição de modelo para a configuração societária das sociedades capitalistas ocidentais.

De acordo com Ricardo Antunes (2009), junto às alterações no processo de trabalho, instauraram-se importantes renovações políticas e ideológicas. Foi nesse período que os adjetivos “compromisso” e “regulação” passaram a compor a imagem do Estado: era o “compromisso fordista”. O autor argumenta que, nos “países capitalistas avançados, esse ideário”, que viabilizava ganhos sociais em termos de seguridade aos trabalhadores, “ofereceu a ilusão de que o sistema de metabolismo social do capital pudesse ser efetiva, duradoura e definitivamente controlado, regulado e fundado no compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado” (ANTUNES, 2009, p. 40). Por essa perspectiva, o chamado *welfare state* teria sido capaz de subordinar de modo articulado e funcional os mecanismos sindicais. Desse modo, o regime político-econômico e a noção de cidadania nele possível não se realizavam sem o trabalho, mais especificamente sem o ideal de pleno emprego. Conforme apresentado, esse modelo de sociedade correspondia a um modelo de gestão do trabalho, cujos atributos poderiam ser (grosseiramente) resumidos por: social-democracia, industrialismo, forte e rígida regulação das relações de trabalho, caracterizando um “trabalho homogêneo”. A concepção de homogeneidade se sustenta fundamentalmente pelo assalariamento generalizado, mas também diz respeito à padronização característica do processo de trabalho industrial.

A crise do capital, nos moldes keynesianos de acumulação, significava a crise do modelo de produção e organização do trabalho. O subtrabalho, caracterizado pela alienação, repetição e dura divisão do trabalho, acabou por eclodir na rejeição, pelos trabalhadores, das formas de gestão. Tem-se que o estrangulamento do modelo Taylor-fordista deu-se gradativamente até o início da década de 1980, para a emergência de um novo tipo de gestão, capaz de capturar efetivamente a subjetividade dos trabalhadores a seu favor. As inovações foram adaptadas ao vigente padrão de acumulação, culminando na modificação do ideário

imperativo: era o início da era pós-fordista de acumulação flexível do capital (ANTUNES, 2009).

Pode-se dizer que o Toyotismo<sup>3</sup> (ou pós-fordismo) surgiu como um componente estratégico do capitalismo para dar conta da crise da produção em massa do sistema fordista. Sua adoção em todos os segmentos da indústria automobilística, a partir de seus princípios, métodos e técnicas, tornou-se aplicável a outros ramos de serviço, o que lhe rendeu, dentre outras denominações, as de “modelo japonês” e “produção enxuta”, em razão da sua caracterização de modelo fechado e de sua adaptabilidade (CATTANI e HOLZMANN, 2006). Diz-se, basicamente, que o chamado modelo japonês, toyotismo, teria reestruturado o sistema produtivo de modo a tornar flexível a acumulação do capital, tornando-o mais adaptável às oscilações de demanda do mercado. O sistema de produção dedica-se à diversificação de produtos e à garantia da qualidade total. Ao lado das máquinas, as atribuições do trabalhador traduzem-se em diversas funções relativas a todo o processo produtivo.

As alterações estruturais abriram espaço para o neoliberalismo e inauguraram os moldes da chamada “sociedade pós-industrial”, na qual a flexibilização (contratos, tempo, polivalência do trabalhador) e precarização das relações de trabalho configurariam um contexto de desemprego estrutural e de “trabalho heterogêneo”. A heterogeneidade nessa esfera se fundaria especialmente nas novas formas de trabalho (“atípico”), abarcando a informalidade e a terceirização. O sentido do termo também diz respeito à “flexibilidade” em seus vários aspectos, que serão tratados mais a frente.

É fundamental ter em vista, ainda, os critérios de transferibilidade desse “receituário” para os diferentes contextos nacionais. Os modos de apropriação por cada país estão condicionados aos moldes particulares de suas condições econômicas, sociais, políticas e ideológicas (ANTUNES, 2009, p. 59). As singularidades das relações e mercados de trabalho, bem como a posição ocupada pela nação na divisão internacional do trabalho, são determinantes para a configuração assumida no contexto de incorporação (seletiva, portanto) de elementos do Toyotismo. Em contextos nacionais cujos mercados de trabalho são essencialmente compostos por uma “massa” assalariada relativamente estável, o crescimento do desemprego, como consequência da precarização e flexibilização (em toda a amplitude de sentidos) causada pela consolidação do modelo de gestão pós-fordista, atinge os trabalhadores

---

<sup>3</sup> Fordismo e toyotismo são “receituários” dos moldes de produção que se hegemonzaram no ocidente. Pode-se dizer que são comumente compreendidos como “tipos ideias” (em sentido weberiano), que, na realidade empírica, nunca são encontrados em sua forma pura. Contudo, são lógicas distintas de Mercado, com critérios bem definidos de articulação com o Estado, bem como estratégias específicas para a gestão do trabalho.

de maneira específica. No próximo capítulo, caso nacional será objeto prioritário para a discussão.

Não se poderia deixar de comentar as repercussões de todas essas transformações para o campo científico, em especial para o pensamento sociológico. Para a academia, defrontar-se com essa crise significou um divisor de águas. Os "anos dourados" da produção industrial no contexto pós-guerra haviam conferido grande fôlego aos estudos do trabalho até então. Os denominados "estudos industriais" expandiram seus problemas de pesquisa até a preocupação com o próprio processo de trabalho. O campo se tornou heterogêneo e diverso em abordagens, garantindo a consolidação de um paradigma da sociologia do trabalho, no início da década de 1960. Contudo, as profundas transformações no mundo do trabalho viriam a provocar repercussões significativas para a então consolidada sociologia do trabalho. A crise do capital, nos moldes keynesianos de acumulação, significava a crise do modelo de produção e organização do trabalho. Repensar o modelo de produção (e reestruturá-lo) redundava em se repensar os fundamentos do próprio Estado.

Desse conjunto de fatores, característicos do processo de reestruturação produtiva nos países industrializados, algumas questões sensibilizaram de modo particular a sociologia, dentre elas estão: a desarticulação da sociedade salarial (da qual muitos foram excluídos, especialmente os empregados pela indústria) e também do movimento sindical, "a proliferação de atividades em serviço, a expansão de formas atípicas de inserção laboral, (...) e, principalmente, a ampliação do desemprego e sua manutenção em patamar elevado" (CATTANI e HOLZMANN, 2006, p.127).

Nesse contexto, o aumento expressivo das taxas de desemprego é interpretado como o grande responsável por novos questionamentos. Ele é a maior das novidades instauradas no mundo do trabalho, agora regido sob a égide da flexibilização, da qualidade total e da precarização. Naquele sistema cuja seguridade social depende do bom funcionamento do mercado de trabalho, quando evidenciados os limites do crescimento econômico para remediar as disfunções do desemprego, o próprio *welfare state* keynesiano é colocado em xeque (OFFE, 1985 apud SILVA, 1999, p. 139). Tendo em conta a vasta amplitude dos impactos, as análises que procuraram apreendê-los levaram em conta tanto as formas institucionais (em termos normativos e jurídicos) quanto as experiências subjetivas.

A sociologia voltou, pois, os olhares para novos paradigmas e deu-se início ao ciclo de intensos debates em torno da centralidade do trabalho enquanto fundador dos vínculos sociais. Basicamente, as opiniões dividiram os argumentos em duas correntes teóricas: aquelas que

defendem o “fim do trabalho” em oposição àquelas que defendem sua centralidade. Afirma-se, por exemplo, que a reestruturação do trabalho em toda sua magnitude de consequências, em especial a expansão dos serviços em formas atípicas e precárias de trabalho na sociedade pós-industrial, teria inviabilizado o trabalho em sua função socializadora e de referência para a construção das identidades individuais (OFFE, 1989). Segundo o argumento, as mudanças em curso implicaram a perda da qualidade subjetiva do trabalho como centro organizador e força motivadora das atividades humanas, da autoestima, das referências sociais e da moral. Tal perda estaria associada ao decréscimo progressivo da importância do trabalho assalariado regular.

Sintomas de crescente heterogeneidade despertam dúvidas sobre se o trabalho assalariado ainda pode, nesta qualidade, ter uma significação precisa e partilhada, para toda a população que trabalha e seus interesses e atitudes sociais e políticos. Esses sintomas abrem a possibilidade de o trabalho ter se tornado “abstrato”, num certo sentido, de modo a ser considerado apenas uma categoria estatística descritiva, e não uma categoria analítica para se explicar estruturas, conflitos e ações sociais (OFFE, 1989, p. 176). Os argumentos a favor do “fim do trabalho” concentram as ideias de que os avanços tecnológicos e científicos estariam suprimindo o trabalho de modo a substituí-lo. Defende-se que a produção de mercadorias teria sido relegada ao segundo plano diante da importância adquirida pela esfera comunicacional e da expansão da produção de informações, a saber, tese de Habermas (ANTUNES, 2009).

Pereira da Silva (1999) oferece-nos uma boa síntese sobre a coordenação desse modelo, incluindo-se a explicação de seus entraves. Um dos parâmetros para a realização do *welfare state* é distribuição dos rendimentos entre os cidadãos pelo Estado. No entanto, os rendimentos do Estado, dos quais dependem a seguridade social, tem como fonte principal a contrapartida dos cidadãos: a contribuição dos trabalhadores. Essa “troca necessária” entre rendimentos do trabalho (assalariado, idealmente) e redistribuição de benefícios pelo Estado faz do próprio trabalho um elemento fundamental e estruturante do sistema de proteção social. Por isso, o trabalhador é alicerce do Estado de Bem-Estar, que depende do bom funcionamento do mercado de trabalho para se sustentar e reproduzir. Há, portanto, “uma dupla relação de funcionalidade” entre *welfare state* e mercado de trabalho que, em tempos de crise, redundam em um impasse:

Quanto maior a necessidade de o Estado garantir o bem Estar da população – necessidade que aumenta em decorrência da diminuição das oportunidades de emprego oferecidas pela economia – menor sua capacidade para desempenhar este papel, justamente por causa da fraca performance da economia para gerar empregos (OFFE et alli, 1988 apud SILVA, 1999, p. 139).

Para evitar perder de vista o foco da discussão, não se apresentará as infundáveis controvérsias sobre a “centralidade do trabalho” em maior profundidade. A extensão e complexidade do debate faz ponderar e optar pela pertinência em se desprender esforços em outro ponto de debate, em detrimento de tentar me aventurar em terra de gigantes, onde qualquer colocação seria fatalmente estéril e de provável valor nulo. Valendo-se da argumentação de Castel (1998), parte-se do pressuposto de que o trabalho não deixou de ter importância na determinação da vida social, quer do ponto de vista da obtenção de renda ou do acesso ao consumo, quer seja do ponto de vista da construção da subjetividade dos trabalhadores – ainda que a identificação seja múltipla, parcial, frágil ou superficial. Nesse sentido, pode-se dizer que não importa tanto afirmar a “centralidade ou não” do trabalho, mas antes, como procurar-se-á deixar claro, tentar apreender a experiência em si: as figurações identitárias instituídas no transcorrer das trajetórias profissionais, as representações sobre o trabalho em diferentes ocupações e as distintas estratégias de inserção para a garantia da sobrevivência.

Para melhor compreender o ponto de vista de Robert Castel (1998), vale a pena explicitar três aspectos centrais da "nova questão social" cristalizados no novo arranjo. Ao se debruçar em reflexão para compreender o contexto francês, o autor detecta, em primeiro lugar, a desestabilização dos estáveis (que foram maioria), que diz respeito em especial ao desemprego instituído entre a classe operária integrada e daqueles que eram assalariados da pequena classe média. Em segundo lugar, a instalação da precariedade compreende o tipo de trabalho aleatório, no qual o desemprego recorrente faz-se aspecto notável no mercado:

A expressão "interino permanente" não é um mal jogo de palavras. Existe uma mobilidade feita de alternâncias de atividade e de inatividade, de variações provisórias marcadas pela incerteza do amanhã. é uma das respostas sociais apresentadas "a exigência de flexibilidade. [...] O que se recusa é menos o trabalho do que um tipo de emprego descontínuo e literalmente insignificantes, que não pode servir de base "a projeção de um futuro controlável. Essa maneira de habitar um mundo social impõe estratégias de sobrevivência fundadas no presente. (CASTEL, 1998, p. 528-529).

O terceiro e mais intrigante fenômeno emergente na atual conjuntura, prossegue o autor, seria a manifestação de um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social, expressa pela conjunção entre desemprego e precarização do emprego. Lugares ocupáveis correspondem à possibilidade de assumir uma posição determinada que, ao mesmo tempo, equivale ao desempenho de um papel socialmente útil e a um reconhecimento público a ele atribuído. Dizer que há um déficit de lugares significa assumir a existência de seres humanos que ocupam o estatuto de "supranumerários" (para utilizar o termo do autor), aqueles que "sobram". No regime de *welfare*, essa desqualificação pela inutilidade, para além da esfera do

trabalho, tem suas repercussões também nos planos cívico e político.

Ressaltaria-se na argumentação de Castel (1998), enfim, sua perícia ao demonstrar como a presença das populações-flutuantes-em-terras-de-ninguém no seio da sociedade está longe de ser proveniente de um "acidente de percurso" nas relações de trabalho. Isso implica na constatação de que ser "não integrado" não corresponde necessariamente a uma situação individual e temporária. Há um constrangimento objetivo no qual a qualidade de "não integrável" está inevitavelmente reservada para uma parcela de indivíduos:

Começa a tornar-se claro que a precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização. São as consequências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em favor da competitividade - que efetivamente fazem sombra a muita gente. (CASTEL, 1998, p. 516-517).

Dispondo desse conjunto de fatores, ao tratar mais especificamente do desemprego de longa duração (o desafio europeu), o autor recusa-se a simplificar a situação de inatividade forçada à perda da identidade pelo trabalho (CASTEL, 1998, p. 531). O desemprego de longa duração corresponde a um processo de “desfiliação” do indivíduo: um movimento de transição, de fragilização, entre o desemprego e a exclusão, que ocorre quando o tempo de procura por trabalho se estende até o desânimo. A experiência de invalidação pela qual passa o desempregado é tomada como objeto de estudo para descortinar as dinâmicas e estruturas sociais, bem como os processos de subjetivação. Para o autor, as relações de trabalho na sociedade salarial se constituíram em torno de instituições do Estado que garantiam os suportes sociais: a legislação trabalhista e a legislação social que instituíram o direito à aposentadoria, ao seguro desemprego, peças importantes da constituição da cidadania. À medida que a condição salarial se enfraquece, é a própria cidadania que fica ameaçada.

A diversidade e a descontinuidade das formas de emprego estão em via de suplantar o paradigma do emprego homogêneo e estável. (...) Contudo, enfatizar a precarização do trabalho permite compreender os processos que alimentam a vulnerabilidade social e produzem, no final do percurso, o desemprego e a desfiliação. De agora em diante, é um equívoco caracterizar essas novas formas de empregos como 'particulares' ou como 'atípicas' (CASTEL, 1998, p. 516).

Poder-se-ia dizer, nesse sentido, que há uma aproximação com as ideias de Offe (1989), ao se reconhecer as feições heterogêneas que ganham o social nessa nova configuração. Contudo, e isso é fundamental, a grande diferença é que, para Castel, o “não trabalho” vai muito além do desemprego e, por isso, uma crise do pleno-emprego está muito longe de significar o “fim do trabalho”. O desemprego, por sua vez, é concebido como um “sintoma” de transformações mais profundas. No cerne desses processos supracitados, que alimentam a vulnerabilidade, estão a precarização (do emprego e do desemprego) e a

flexibilização. O “grau” de cidadania depende do modo de inserção do indivíduo na dinâmica do social. Para além da exclusão em si, parece interessar a Castel (1998) compreender as formas de inserção que se moldam em função das relações de trabalho que se generalizam: “a metamorfose da questão social”.

## **ii) Mundo do trabalho e identidade**

Tem-se que, ao denotar “negação do trabalho”, do ponto de vista teórico, o desemprego de longa duração é reconhecido, então, em seu grande valor heurístico por trazer à tona as rupturas de vínculos que integram os indivíduos à sociedade. Em verdade, mostrar os males de quem não tem trabalho é um meio eficaz de tornar evidente sua relevância. O aumento da dificuldade para reinserção no mercado de trabalho, correlacionado de modo diretamente proporcional ao tempo transcorrido, via uma desqualificação progressiva que mina o papel concorrencial do indivíduo, tem sido, por exemplo, um dos pontos-chave para análise. Frente aos valores morais, bem como econômicos, instituídos em torno do labor, o não trabalho estigmatiza os sujeitos com o selo da inutilidade e improdutividade, implicando necessariamente graves repercussões à subjetividade.

Em pesquisas sociológicas, análises de histórias de vida mostram, em geral, o desemprego duradouro como uma experiência de real ruptura biográfica. Se o trabalho é simbolicamente valioso e um real fator de integração, a interrupção abrupta de uma trajetória profissional estável e o prolongamento na inatividade colocam em risco os vínculos sociais estabelecidos via trabalho, repercutindo nas representações do sujeito e afetando o reconhecimento da própria identidade. Resumidamente, acredita-se que a importância atribuída ao trabalho como um dos grandes alicerces de constituição do sujeito e de sua rede de significados, ou seja, da subjetividade, deve-se a seu caráter socializador. Em contraponto, para além da privação material, defende-se que o não trabalho frequentemente é experimentado pelo indivíduo por um conjunto de sensações, dentre as quais a insegurança, a incerteza, o não reconhecimento, o estigma e a vergonha, que convergem para o comprometimento do sentido da existência. A perda do estatuto, pela desqualificação, seria então mais dura nos casos em que o desemprego se prolonga, dada a ausência de perspectivas para a reinserção.

Até onde se pôde perceber pela pesquisa em busca de bibliografia pertinente, as teorizações mais recentes parecem convergir com as ideias de Castel (1998), sobretudo dentre

as abordagens que colocam a dimensão subjetiva em foco na análise. Em *La lutte des places*, por exemplo, Vincent de Gaulejac e Isabel Taboada-Léonetti (1994) descrevem o processo de “desinserção social” para explicar a exclusão. Outra obra, *La Disqualification sociale: essai sur la nouvelle pauvreté*, de Serge Paugam (2000), também segue no mesmo sentido.

Enfim, Eugéne Enriquez (apud NABUCO e CARVALHO NETO, 1999) apresenta uma reflexão especialmente valiosa em seu artigo “Perda do trabalho, perda da identidade”, pois, após afirmar que “toda perda de trabalho provoca uma ferida profunda na identidade de diferentes pessoas, concorrendo para a desagregação de suas personalidades”, ele redimensiona a questão em maior amplitude, mas ainda ancorado na “questão da subjetividade”. Enriquez (1999) acredita ser o trabalho, em grande medida, o responsável pela inserção social e política, bem como por conferir sentido que ultrapassa em muito os limites da própria atividade. Ele é a condição para cidadania efetiva. Conclui que o trabalho (enquanto questão humana) anda perdendo importância frente aos interesses financeiros. E finalmente sugere:

[...] nós não vivemos mais do nosso trabalho, nós sobrevivemos dele, o que é bem diferente. Nós vivemos no efêmero. [...] (o que) não nos permite a construção de um projeto verdadeiro. [...] (isso) Provoca o que chamamos de explosão social ou, para utilizar um outro termo, um “desafiliamento” social, porque não estamos mais afiliados uns aos outros [...] e, quando isso acontece, nós nos sentimos inúteis, não sabemos mais como ser cidadãos, sentimo-nos desconsiderados e, aos poucos, vamos perder a nossa autoestima. O que está se desenvolvendo é essa angústia generalizada [...] (ENRIQUEZ citado por NABUCO e CARVALHO NETO, 1999, p. 79-80).

O autor se refere então a uma “desafiliação” mais abrangente e, de certo modo, dissociada do “desemprego de longa duração”. Fala de um “sentimento” mais profundo e generalizado. Em outra oportunidade, Enriquez (2006) refere-se à oposição entre as condições de “sujeito autônomo” ou “indivíduo descartável” na atual conjuntura do mundo do trabalho. Segundo o autor, a “desvinculação (ou desafiliamento) social” seria uma das principais consequências em nível coletivo dessa amplas transformações. Já no âmbito individual, a principal mudança seria a identificação do trabalhador com as organizações, como meio para integração. Tal identificação proporcionaria ao trabalhador um sentimento de “sujeitos responsáveis”, rumo à autonomia. Entretanto, o discurso empresarial seria um meio para efetivação da racionalidade instrumental (exploração e alienação de indivíduos descartáveis), contando com a colaboração do próprio trabalhador.

Segundo Gaulejac (2007), há uma hegemonia globalizada da lógica gerencialista de gestão do trabalho que corresponderia à constituição de um *ethos* no trabalho, em que não há limites para o investimento de si em busca de reconhecimento e sucesso. Difundido para além

das fronteiras nacionais, esse *ethos* teria suas bases em princípios como eficácia, e seu funcionamento dependeria exatamente da flexibilidade, mobilidade e competição entre os trabalhadores. Tratar-se-ia, portanto, da exigência de qualidade total, segundo a qual o trabalhador desejável é aquele flexível e disponível. Por esses termos, o autor reifica o peso do trabalho nas formas de socialização contemporâneas, perpassadas por uma ideologia segundo a qual tudo é passível de ser gerenciado, a começar pela própria vida, que deve ser empreendida por cada um com competência: é o que se aprende desde a tenra infância. Tendo a “rentabilidade” tornado-se a prova do valor dos indivíduos, está na ordem de cada dia a luta por um lugar no mundo do trabalho como a própria condição para existência social (GAULEJAC, 2007, p. 186). Por essa ideologia dominante, os pressupostos de gestão pós-fordistas são as leis que informam a “gestão de si mesmo”, de modo que “cada um é convidado a se tornar o empreendedor de sua própria vida” (EHRHRENBURG apud GAULEJAC, 2007). Isso é válido para os trabalhadores de dentro e de fora das empresas.

Assim, a disposição para a mudança, assim como a assunção de riscos figuram determinantes para a ocupação ou não de um lugar no mercado. No que diz respeito à identidade pelo trabalho, Gaulejac (2007) avalia, assim como os outros, como a identidade flexível tem substituído a identidade profissional. Portanto, a polivalência das formas identitárias assumidas seria consonante com a imprevisibilidade da trajetória profissional. Enfim, se a ordem instaurada naturaliza a competição, a própria definição ontológica da existência, a “realização de si”, consiste, para os indivíduos, na conquista de sucesso por meio da luta por posições e espaços privilegiados numa corrida incessante, na qual a produtividade é o próprio caminho.

### **iii) Identidade via trabalho e histórias de vida**

O discurso gerencialista da “realização de si”, ao que parece, converge com o movimento de individualismo preponderante e também com as noções de autoidentidade/identidade narrativa. A construção do “caráter” poderia ser interpretada como uma questão de *habitus* tal qual tratada por Elias (1998). Quando a modernidade tardia é compreendida pela chave da produção, da organização capitalista, ou do capitalismo flexível, o que se faz é apenas focalizar as relações de trabalho como uma relevante esfera de sociabilidade. Em última instância, seja no debate mais amplo da teoria social, seja na esfera do trabalho, o que está em jogo são os processos de socialização dos indivíduos.

À deriva, como um barco ao sabor da correnteza. Essa seria a condição do caráter pessoal no novo capitalismo. Esse seria o principal atributo do tipo de experiência pela qual se processa “a corrosão do caráter”. O caráter, segundo Richard Sennet (1999), se definiria pelo valor ético atribuído por alguém a si mesmo em função de suas relações com os outros. O caráter não diria respeito ao mundo de dentro ou ao mundo de fora. Seria um conceito mais sintético, com sentido mais amplo do que, por exemplo, aquele que atribuímos à noção de "personalidade". A definição do caráter dá-se por uma construção contínua, por um processo que passa pelos desejos e ações próprias e pelo olhar do outro (em uma triangulação). Convergingo com o autor, pode-se dizer que o transcorrer do tempo é elementar para a constituição do caráter: o longo prazo da experiência emocional é o definidor de seus contornos. Nas palavras do autor,

[...] é expresso pela lealdade e o compromisso mútuo, pela busca de metas à longo prazo, ou pela prática de adiar a satisfação em troca de um fim futuro. Da confusão de sentimentos em que todos estamos em algum momento em particular, procuramos salvar e manter alguns; esses sentimentos sustentáveis servirão aos nossos caracteres. Caráter são os traços pessoais a que damos valor em nos mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem (SENNET, 1999, p. 10).

A inquietação sociológica provém da necessidade de tentar compreender “como é possível atualmente atribuir valor duradouro a alguém?”, ou “como é possível manter compromissos mútuos e lealdades em contextos cujas experiências são moldadas pela impaciência e pelo curto prazo?” (SENNET, 1999, p. 10). O capitalismo flexível, no qual as instituições estão continuamente em mutação, parece impor um grande desafio à constituição do caráter.

Para definir o capitalismo flexível, Sennet (1999) toma por parâmetro o mesmo momento crucial de ruptura, responsável pela emergência de um conjunto de mudanças políticas, econômicas e sociais no mundo ocidental. Um "antes" e um "depois" com fronteiras mais ou menos claras. O "antes" corresponderia, fundamentalmente, a um período marcado pela estabilidade após a Segunda Guerra Mundial. Aquele cujas diretrizes socioeconômicas, nas palavras de Harvey (2012), se definiram em fordismo-keynesiano. Para as economias (ditas) avançadas, teriam predominado elementos tais como os fortes movimentos sindicalistas, fortes Estados assistencialistas (ou de Bem-Estar Social) e a prevalência de grandes indústrias. Essas seriam as marcas de um período de aproximadamente três décadas. Para os trabalhadores dessa geração, em geral assalariados, haveria uma experiência comum à maioria: a vida de trabalho teria se desenhado por uma carreira (HARVEY, 2012, p. 11). Portanto, a experiência de um único emprego, vivenciado de modo rotineiro seria norma,

desenhando-se por uma trajetória linear.

Segundo Sennet (1999), um amplo conjunto de mudanças institucionais redefiniu o mundo do trabalho, a partir da década de 1970. Houve uma reconfiguração na estrutura institucional que trouxe o "curto prazo" para o mundo do trabalho. Os contratos dos tipos temporário ou episódico acompanharam a iniciativa das empresas (em geral) para a eliminação do excesso de burocracia com vistas a tornar as estruturas organizacionais mais planas e mais flexíveis. A precedente organização vertical (do tipo "pirâmide") deu lugar às organizações em redes. Esse conjunto de indícios coagularia a instituição da ordem flexível. Na visão do autor, a lógica do curto prazo nas organizações limitaria as possibilidades de articulação entre os trabalhadores, bem como o estabelecimento de laços mais profundos (confiança, lealdade), importantes definidores do caráter. (SENNET, 1999, p. 23-24).

Para ilustrar as mudanças na subjetividade, Sennet (1999, p. 14) opta pela análise empírica das experiências de duas gerações de trabalhadores, pai e filho. As condições do primeiro momento corresponderiam a um tipo de socialização que permitira ao pai, servente de limpeza por anos a fio em uma rotina fixa, conquistar uma história nítida para si. A permanência e a rotina significava para ele sentir-se a cada dia o autor de sua própria vida. Essa segurança na experiência profissional conferia a ele, o pai, um senso de respeito próprio, fazendo frente ao baixo prestígio de sua ocupação na escala social. A experiência do filho, por outro lado, (e isso seria válido para sua geração) a vida de trabalho no mundo flexível, é vivenciada pela incerteza em relação ao futuro. O "medo" estaria embutido nas histórias de trabalho: é como se a sensação de se estar prestes a perder o controle fosse a única constatação em sua experiência. Por esse contraponto geracional entre duas biografias, o autor procura demonstrar os principais aspectos de tipos distintos de sociabilidades, forjadas a partir de significativas modificações institucionais e estruturais.

Sennet (1999) aponta para a "força dos laços fracos" que sustentam as redes institucionais contemporâneas. As formas de associação passageiras seriam mais proveitosas para o cumprimento do trabalho, em detrimento dos chamados "laços fortes" e dependentes do longo prazo, fundados em princípios tal como a lealdade. Dentro das organizações, o trabalho em equipe por uma meta estabelecida concretizaria essas relações efêmeras, esses laços fracos. "Pessoas são trocadas pelo caminho" e a associação é, pois, circunstancial. Diante desses novos padrões de organização do trabalho, o autor apresenta as perguntas que instigam o desenvolvimento de sua tese central:

Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos? As condições da nova economia

alimentam, ao contrário, a experiência com a deriva no tempo, de lugar em lugar, de emprego em emprego (Sennet, 1999, p. 27).

Para responder a essas perguntas que se coloca, Sennet (1999) supõe que o "capitalismo de curto prazo" seria capaz de "corroer o caráter", sobretudo aquelas qualidades de caráter que geram vínculos de solidariedade entre os homens e que fornecem, ao mesmo tempo, os subsídios para existência de um senso de identidade individualmente sustentável. Se antes, por exemplo, havia a possibilidade de "identificação em bloco" (por meio das organizações sindicais), as possibilidades no capitalismo flexível apontam para caminhos individualizados e fluidos. A tensão está instalada entre a exigência de uma narrativa constante (como era viável pela construção de uma carreira) e a possibilidade de realizá-la por um curto prazo. Nessas condições, a forma narrativa da psique ilustra-se como um "ser maleável" e adaptável às condições do trabalho permanente (SENNET, 1999, p. 101-159). Essa observação é especialmente relevante para a discussão aqui proposta.

Pontua-se, ainda, como os regimes dos Estados são importantes elementos para a leitura das transformações vivenciadas, bem como das variações entre os dilemas de cada lugar. Assim, o modo de produção flexível e esse novo paradigma no mundo do trabalho dependem da orientação política e de sua definição de "bem comum" (SENNET, 1999, p. 87). Por ora, ressalta-se apenas que, a despeito das diferenças entre os regimes políticos, as ondas de flexibilização na esfera produtiva e, portanto, no processo de trabalho tiveram tal alcance que a "fluidez" é atributo comum nas interpretações sociológicas acerca das identidades modernas. Na esfera do trabalho, a flexibilidade criaria superfícies opacas, e a compreensão que o sujeito tem de suas atividades laborais flutua na superficialidade. A interrupção da rotina, a reestruturação do tempo (*flexitempo*) e, sobretudo, o "ato de correr risco permanentemente" cristalizam as dificuldades principais. O risco, tal como vivenciado hoje no mundo do trabalho, afirma Sennet (1999), tem a ver com a possibilidade de se passar de uma posição a outra e é qualitativamente incoerente com a construção de uma narrativa linear, na qual um acontecimento leva a outro por uma consecução coerente. Esse risco é acompanhado de medo e teria antes a ver com uma atitude "desnorteante", e muitas vezes deprimente, do que com um ato de coragem (como o foi em outros tempos) A figuração de indivíduos avulsos, jogados à própria sorte, aliada às múltiplas possibilidades de movimentação abertas aos percursos dos trabalhadores, torna a mobilidade ocupacional nas sociedades contemporâneas muitas vezes um processo praticamente ilegível (SENNET, 1999, p. 99-101).

A experiência do trabalho, na qual a atividade é fragmentada, tem um efeito sobretudo

“desorientador” para os trabalhadores. Dentro das empresas, a cultura do novo capitalismo perturba o senso de auto-organização, na medida em que separa a experiência flexível da ética pessoal estática. “O problema que enfrentamos”, diz o autor, “é como organizar as histórias de nossas vidas agora, num capitalismo que nos deixa à deriva” (SENNET, 1999, p. 133). Em busca de respostas ao dilema posto sobre como organizar uma narrativa de vida, o autor indica uma direção e se põe a investigar o modo como as pessoas encaram o futuro. Quando vivenciada pelo desenrolar de uma carreira, a importância do trabalho pronuncia-se por sua potência narrativa que, por meio de um esforço consciente e organizado em longo prazo, torna possível o desenvolvimento do caráter. Por outro lado,

O tempo de curto prazo, flexível, do novo capitalismo parece excluir que façamos uma narrativa constante de nossos labores, e, portanto, uma carreira. Mas não arrancar dessas condições algum senso de continuidade e propósito seria, literalmente, faltarmos a nós mesmos (SENNET, 1999, p. 139).

A partir do conjunto de argumentos expostos, faz-se possível salientar alguns principais elementos sociologicamente implicados para o tema identidade, dedicando-se especial atenção àqueles relevantes para esfera do trabalho. Respeitando-se as diferentes orientações teóricas dos argumentos de cada autor, entre seus pressupostos e interpretações, algumas ideias mais ou menos genéricas sobre as mudanças em curso implicadas na questão da identidade parecem convergir em um léxico comum: risco, incerteza, instabilidade, mobilidade, insegurança, curto prazo, precariedade, flexibilidade, competição, vínculos frágeis e temporários, instabilidade, individualismo. Todos esses são aspectos definidos pela literatura sociológica e que corresponderiam aos novos tipos de usos, controle e organização do trabalho. Esta, por sua vez, estruturalmente definida pela dinâmica entre as forças de mercado e de Estado.

A reconfiguração dos padrões de gestão, a desarticulação da sociedade salarial e o estrangulamento do Estado de Bem-Estar social, juntos caracterizam o que a sociologia do trabalho convencionou chamar de reestruturação produtiva. Conforme procurou-se demonstrar, as dinâmicas estabelecidas entre os poderes de Mercado e Estado corresponderam predominantemente a políticas neoliberais abarcadas pelo processo de globalização e financeirização do mercado. Tais dinâmicas tiveram implicações diretas sobre as configurações das formas de organização do trabalho, cujos efeitos sobre a sociabilidade ultrapassam a esfera do mundo do trabalho.

Por um lado, interpretam-se os novos parâmetros como frutos de um capitalismo “desorganizado” (nos termos de Claus Offe). Por outra ótica, as mudanças são tidas como

resultantes de um capitalismo mais eficaz em controlar o trabalho para a obtenção de lucros, um capitalismo cada vez “mais organizado”. Viu-se que, quanto aos impactos nas relações de trabalho e na configuração dos mercados, estes podem ser sintetizados em dois processos maiores: flexibilização e precarização do trabalho. No mundo do trabalho, estão expressos em mudanças institucionais sob a forma de contratos temporários, subcontratos, terceirizações, expansão do setor de serviços, afrouxamento das leis trabalhistas, e, principalmente, pela forte ampliação do desemprego estrutural (por sua vez protagonista na crise da sociedade salarial).

A vasta discussão sobre a centralidade, ou sobre o peso do trabalho para a sociabilidade no capitalismo flexível, embora mobilize conceitos próprios, no fundo parece remeter às mesmas grandes questões evocadas no primeiro capítulo. De um modo ou de outro, a “heterogeneidade” expressa pelas novas, múltiplas, aleatórias e imprevisíveis formas de experiência do social, tem causado um certo “mal estar” no campo das Ciências Sociais. Para a sociologia, sempre em busca de padrões e regularidades sociais, a forma heterogênea e a expansão das possibilidades de vínculos e de identificação trouxeram inquietação pelo grande desafio imposto à codificação do real.

Nesse contexto, gostaria-se retomar a pergunta apresentada inicialmente. Afinal, o que poderia se entender por “crise das identidades”?

[...] é o que se denomina, como Jacques Commaille, “crise antropológica”, e, como Robert Castel, “crise do vínculo social”. Trata-se, assim, da passagem dolorosa, para a maior parte das pessoas, de uma forma dominante de relações sociais a outra. É, mais precisamente, a transição complexa de uma forma de vínculos de tipo dominante “comunitário” (em alemão, *Vergemeinschaftung*) a uma forma de tipo dominante “societário” (*Vergesellschaftung*), tal como teorizaram, em parte, sociólogos como Max Weber ou Norbert Elias. Não se trata da passagem do coletivo ao individual (“não há ‘eu’ sem ‘nós’”), nem do triunfo do indivíduo sobre o coletivo (“não há identidade sem alteridade”), mas sim da passagem, nas crises específicas, de formas sociais de tipo dominante comunitário (Nós > eu) para formas sociais de tipo dominante societário (Eu > nós). (DUBAR, 2011, p. 178).

Essa é a resposta oferecida por Claude Dubar. Em sua obra *A crise das identidades* (2009) o autor buscou explorar as transformações identitárias por meio de descrições detalhadas dessas mudanças em cada núcleo de socialização. Para interpretar essa mutação e explicá-la sociologicamente, o autor lança mão de um esquema teórico-conceitual, no qual o termo “formas identitárias” ocupam uma posição de destaque. Conforme sugere o próprio autor, sua linha de pensamento converge com a de Norbert Elias. As formas identitárias seriam moldadas, portanto, no espaço tempo (variáveis) e seriam resultantes de uma combinação entre duas maneiras de “identificação”: a “identificação por e para outrem” e a “identificação por e para si” (DUBAR, 2009, p. 71-73). Para cada um desses eixos de

identificação, a identidade pode ser entendida tanto do ponto de vista relacional, quanto do ponto de vista biográfico. O corpo teórico desenvolvido pelo autor é profundo e bastante detalhado. Suas ideias serão retomadas ao longo do argumento. Para concluir, apresentaria desde já um eixo central da questão a ser discutida:

Pode-se esquematizar esse processo de individualização como uma longa marcha histórica pontuada por crises (mas também por retrocessos e acelerações), passando pela dupla questão dos pertencimentos coletivos e dos reconhecimentos individuais. Se quisermos resumi-la, é preciso inventar uma expressão paradoxal: “Quem somos eu?” (DUBAR, 2011, p. 179).

## **Capítulo III. O mundo do trabalho no Brasil: mobilidade ocupacional**

### **i) A reestruturação no Brasil e o mundo do trabalho**

No mundo do trabalho, a flexibilização e a precarização são os principais responsáveis pela crescente diversificação das formas. A ocorrência desses dois principais processos da reestruturação produtiva, cujo paroxismo se deve à globalização, acarreta um pertinente debate sobre as perspectivas nacional e global; sobre aquilo que é global, transcendente às fronteiras nacionais, e aquilo que se circunscreve ao âmbito local. A proposta para o presente capítulo consiste em oferecer subsídios históricos, mas também interpretativos, para que se possa melhor compreender a experiência brasileira no contexto das grandes mudanças discutidas no capítulo anterior. Nos campos da economia política, portanto, caberia refletir sobre quais foram exatamente os termos das reformas liberalizantes adotadas pelo Brasil em contexto de reestruturação da economia global. Em quais aspectos a “desregulamentação” poderia ser avaliada?

Dos pontos de vista político, econômico e social, pode-se falar em um conjunto de reformas implementadas de cunho liberalizante. Os efeitos, bem como os princípios das reformas, remetem ao processo de reestruturação econômica e produtiva mundial (do qual tratou o capítulo anterior). A desregulamentação em contexto nacional pode ser avaliada a partir de diferentes pontos de vista. São eles: 1) abertura comercial e cambial; 2) liberalização financeira; 3) liberação de preços e salários; 4) liberalização do regime de investimento estrangeiro; 5) privatização; 6) reforma tributária; 7) reforma da seguridade social (especificamente do sistema de aposentadoria); 8) reforma das relações de trabalho. (VELASCO E CRUZ, 2004)

A questão, como se pode inferir, é bastante complexa e envolve uma análise conjuntural, na qual todos esses quesitos estão profundamente imbricados entre si. A presente dissertação, cujo âmbito é restrito, não poderia conformar em si a pretensão de discorrer sobre a análise da cada um deles. Entretanto, há dois elementos fundamentais, cuja exploração, ainda que breve, será útil para o encaminhamento da discussão: a reforma da seguridade e a reforma das relações de trabalho. Conforme se procurou demonstrar anteriormente, a crise do modelo de Estado social deu-se de forma generalizada, não sendo, portanto, uma particularidade brasileira. Entretanto, a flexibilização das relações de trabalho junto aos efeitos do neoliberalismo tiveram influências definitivas para os rearranjos aplicados à

regulamentação dos contratos de trabalho no Brasil.

Há certo consenso em torno da afirmação de que, no Brasil, a reestruturação teria se realizado sem que o assalariamento estável fosse realidade enquanto forma dominante de uso do trabalho. Também antes o modelo fordista não se sustentara num movimento da extensão da cidadania e da proteção social na forma de um *welfare* público. Outro aspecto processual que diferencia as especificidades do caso brasileiro diz respeito às implicações da “transferibilidade”, mencionadas por Antunes (2009). As relações industriais particulares aqui vigentes, que se pautavam no autoritarismo do Estado frente aos sindicatos, não foram capazes de legitimar esses últimos enquanto interlocutores legítimos e demandantes de contrapartidas sociais. Assim, a impotência dos movimentos sindicais em conquistar as regulações de uso e remuneração do trabalho possibilitou uma configuração vulnerável das relações de trabalho no período de predomínio fordista, de modo que também o consumo em massa não se realizou plenamente (SILVA, apud GUIMARÃES, 2002, p. 8). No contexto brasileiro, os mercados metropolitanos de trabalho sofreram as transformações em dois grandes processos confluentes: por um lado, uma intensa reestruturação das atividades produtivas, traduzidas pela flexibilização (das relações e usos do trabalho), e, por outro, uma elevação dos níveis de desemprego.

Pochmann (2008, p. 60), no mesmo sentido que os autores supracitados, divide a experiência brasileira em dois momentos, com fronteiras mais ou menos bem definidas: estruturação e desestruturação do mercado de trabalho. Momento de estruturação (1930 - 1980): predominância do segmento organizado do mercado de trabalho urbano com avanço das ocupações mais homogêneas (emprego assalariado regular e regularizado), com base nas empresas tipicamente capitalistas, na administração pública e empresas estatais. Momento de desestruturação (pós-1980): predominância do segmento não organizado (relações de trabalho não capitalistas, diz), cujas principais características “heterogeneizantes” são: aumento da terceirização, da informalidade, da subcontratação, da rotatividade, do desemprego aberto e da desocupação. Em suma, sugere-se que a nova postura estatal em relação à economia, ou seja, a revisão do papel do Estado, em função das premissas neoliberais, não correspondeu à elevação dos investimentos no Brasil. Assim, no âmbito da produção, os baixos e instáveis investimentos tolheram a dinâmica do emprego. Os significativos aumentos na internacionalização do parque produtivo, nas importações, e na dívida pública, a um só tempo, teriam funcionado como freio para a oferta de empregos e motor para o desemprego aberto. Enfim, a heterogeneidade acentuada nas formas de trabalho é aspecto marcante no chamado

“processo de modificação na estrutura produtiva nacional”.

Tanto para os países centrais (a exemplo da França), quanto para o Brasil, o desemprego em larga escala se tornou realidade. Todavia, as particularidades nacionais do processo de institucionalização de desemprego não podem ser ignoradas: o desemprego (assim como o emprego) é construção social e assume registros distintos em contextos nacionais, tanto no plano normativo quanto no plano subjetivo.

Sendo assim, uma sociologia do desemprego deve ter a responsabilidade de analisar, conciliando duas dimensões que são cara (porque constitutivas) da nossa tradição disciplinar: por um lado, a construção institucional e normativa do fenômeno; por outro, a sua significação subjetiva, tecida ao longo dos percursos no mercado de trabalho e ressignificada pela interpretação subjetiva das biografias individuais. Nesse sentido - e percebido em seu sentido sociológico forte -, ser desempregado significa ser institucionalmente reconhecido, contabilizado e considerado como tal, mas, ao mesmo tempo, importa em, subjetivamente, definir-se, reivindicar-se e considerar-se como tal. (GUIMARÃES, 2009, p. 12-13).

Motivada por esses pressupostos, Nadya Guimarães (2009) e sua equipe levaram adiante a realização de uma pesquisa comparativa entre três grandes metrópoles, a saber, São Paulo, Paris e Tóquio, com o objetivo de analisar as construções sociais do desemprego. As principais metrópoles foram tomadas como representativas de seus contextos nacionais e sua escolha se deu em função do contraste entre os diferentes tipos de *welfare* frente aos efeitos da intensa reestruturação econômica. Para o Brasil, a situação correspondia então a uma recente e restrita experiência de proteção do desemprego. O caso da França, como viu-se, representava um sólido e inclusivo sistema público de proteção social. Para o Japão, o sistema de proteção vigente era privado, conhecido como “modelo de emprego vitalício”. A flexibilização e a fragilização dos vínculos de trabalho, seriam tendências comuns e tendo como efeito generalizado a instabilidade entre as situações ocupacionais. O pressuposto inicial consiste, pois, em assumir-se que contextos societários com sistemas de emprego e proteção social institucionalmente distintos apresentam variações entre seus padrões de transições ocupacionais. (GUIMARÃES, 2009, p. 19-20). É o que se pretende explorar a seguir.

## **ii) Seguridade social brasileira: percursos institucionais e normativos**

Da experiência de reestruturação produtiva no Brasil, tem-se que as mudanças instauradas reforçaram-se com o passar dos anos, configura, hoje, um mundo do trabalho em cujo contrato flexibilizado é predominante. A consonância entre a orientação nacional de desenvolvimento e a lógica da gestão flexível teria se tornado mais clara justamente a partir das mudanças instauradas em nível institucional: “a flexibilização da CLT através, por

exemplo, de medidas que instituíram o contrato de trabalho por tempo determinado, o banco de horas, o trabalho em tempo parcial, a suspensão temporária do contrato de trabalho por motivos econômicos etc.(...), significava um retrocesso no espaço recentemente conquistado pelo movimento sindical” (CATTANI e HOLZMANN, 2006, p. 7-8). Qual foi o sentido das reformas institucionalizadas no campo da seguridade social brasileira? Mais especificamente, a quais constrangimentos foram submetidos os direitos do trabalho?

No capítulo precedente, mostrou-se como a instituição da seguridade social faz-se núcleo do Estado Social e foi determinante na regulação das relações econômicas e sociais sob o padrão fordista-keynesiano. Nesse sentido, apontou-se a necessidade de se ter em vista as variações nacionais para os moldes definidos pela combinação entre: o tipo de experiência capitalista (estrutural) e as relações construídas entre Estado e classes sociais. De acordo com Boschetti (2007), a tensão de fundo ideológico que define a instituição da seguridade social em cada nação dá-se pela ponderação entre dois princípios mais amplos, a saber, o da assistência (modelo inglês) e o do seguro (modelo alemão). O modelo de assistência garante o caráter universal dos direitos; contudo, a garantia da proteção restringe-se aos “mínimos sociais”. Por outro lado, no modelo do seguro, os benefícios tendem a privilegiar os trabalhadores: há uma lógica contratual, segundo a qual o acesso à proteção estatal é condicionado a uma contribuição prévia. Enquanto o primeiro visa o combate à pobreza, o segundo objetiva dar suporte aos trabalhadores em momentos de “risco social”.

Aqui, o argumento de Boschetti (2007) é de que a reestruturação da Constituição de 1988 deu-se em meio à tensão entre o plano ideal de universalismo e as pressões dos preceitos neoliberais e acabou por assumir uma posição ambígua entre um e outro; entre a “assistência” social focalizada e o “seguro” para os trabalhadores. Desde então, institui-se que a lógica do seguro é válida para a previdência social e, portanto, os benefícios são restritos ao trabalhador formalmente inserido no mercado de trabalho, e são decorrentes do próprio direito do trabalho (o seguro-desemprego e aposentadoria). Predomina, nesse âmbito, a lógica contratual de seguro social. Assim, a proteção estatal alcança aqueles que conseguem um lugar ao sol, pois o direito ao trabalho é inexistente. Em sentido oposto, tem-se a lógica da assistência com pretensões de cobertura universal, como é o caso da saúde pública. Têm-se, ainda, os mecanismos que visam o combate à pobreza de modo seletivo (focalizado). Essa combinação tensa configuraria no Brasil um sistema híbrido. Além de não terem sido integralmente implementadas em tempos de Bem-Estar Social (sob o ideário desenvolvimentista), as reformas neoliberais resultam em um processo permanente de desmonte desse sistema de

seguridade. Nas palavras da autora:

O primeiro caminho do desmonte é o da desconfiguração dos direitos previstos constitucionalmente. Estes não foram nem uniformizados e nem universalizados. Diversas contrarreformas, como a da previdência de 1998, 2002 e 2003, sendo as primeiras no Governo Fernando Henrique Cardoso e outra no Governo Lula, restringiram direitos, reforçaram a lógica do seguro, reduziram valor de benefícios, abriram caminho para a privatização e para a expansão dos planos privados, para os fundos de pensão, ampliaram o tempo de trabalho e contribuição para obter a aposentadoria (BOSCHETTI e SALVADOR, 2003). A tendência mais recente na previdência é a proposta de desvinculação dos benefícios previdenciários do salário mínimo, o que permitiria reduzir seus valores progressivamente. (BOSCHETTI, 2007, p.12).

Acordando com Boschetti, Costa (2009) discorre sobre essa disputa normativa para definir o escopo e a abrangência do sistema de proteção social brasileiro iniciado nos anos 90, no qual duas agendas disputaram a condução da política social: a perspectiva minimalista dos condutores do ajuste macroeconômico (políticas focalizadas) e a perspectiva universalista da proteção. Na primeira, a proteção social estaria subordinada à política de ajuste fiscal. Nesta visão, o sistema de proteção social seria uma externalidade do esforço de ajuste macroeconômico, gerando a focalização nos estratos pobres. Na perspectiva universalista, a política pública de proteção deveria responder à necessidade de resgate da dívida social pela via de um sistema de seguridade social prometido pela redemocratização da década de 80. Ao analisar a configuração do sistema de proteção social após a constituição de 1988, o autor defende a tese de que houve a construção institucional de um sistema de proteção social no Brasil, a despeito das restrições do ajuste macroeconômico iniciado nos anos 90. Defende também a tese de que o ajuste macroeconômico determinou uma agenda de inovação nas políticas sociais de implementação de programas sociais focalizados nos pobres.

O autor pauta sua discussão nas considerações de Draibe (1993)<sup>4</sup>, que afirma o desacordo a respeito do “formato e da abrangência” da proteção social do país. Evidencia o paradoxo que se instalava:

[...] no momento em que estão sendo ainda implementadas as novas disposições constitucionais, [...] um novo movimento reformista vem ganhando corpo, novo clima ideológico que vem reconhecendo tanto as impossibilidades quanto as impropriedades das concepções vigentes anteriormente [...]. Ampliaram-se as desconfianças em relação tanto à possibilidade quanto à conveniência de pautarmos nossas políticas sociais por critérios rigidamente universalistas de direcionamento do gasto e distribuição de bens e serviços sociais. Além das restrições financeiras, o que parece estar sendo posto em xeque é a capacidade de enfrentar o agravamento da situação social através de concepções universalistas e igualitárias de justiça social. (COSTA, 2009, p. 694)

---

<sup>4</sup> Draibe SM. *As políticas sociais e neoliberalismo*. Revista da USP 1993; 17:86-100.

Para o caso brasileiro, a hipótese é a de que esse novo cenário não permitiu o encaminhamento de soluções abrangentes para as políticas sociais em razão dos pressupostos para a integração da economia brasileira na globalização. Esses pressupostos levariam à negação da agenda universalista em determinadas áreas sociais, a focalização de programas e a especialização do financiamento social. Enfim, os princípios que orientam o paradigma neoliberal na questão social eram absolutamente antagônicos aos da Carta de 1988. Não distante das conclusões de Boschetti, Costa (2009) conclui que, em síntese, o processo consistiu na substituição do Estado de Bem-estar Social pelo Estado Mínimo; o seguro social passou a suprimir os preceitos da seguridade social; a focalização das políticas avançou, em detrimento da universalização proposta. Em contexto neoliberal de privilégio às privatizações passa a ser substituto da prestação estatal direta dos serviços sociais e, enfim, os direitos trabalhistas são impactados pela desregulamentação e flexibilização.

### **iii) No Brasil, o desemprego recorrente**

De volta ao estudo sobre o desemprego no Brasil, pontua-se, desde já, o papel fundamental que a pesquisa de Guimarães (2009) representou para a formulação e desenvolvimento do presente estudo. Tanto as constatações empíricas quanto as discussões teóricas foram cruciais, nesse sentido, e subsidiaram em grande medida a problematização a qual dedica-se no presente texto. Tendo isso em vista, procurou-se apresentar com fidelidade alguns pontos que me pareceram relevantes. Mais precisamente, será privilegiada a exposição de seus achados sobre São Paulo, representativos da realidade brasileira.

Na condução metodológica, a parcela quantitativa da pesquisa contou com extensos *surveys* amostrais para a obtenção dos quantitativos, enfocando o acesso ao trabalho e os movimentos das trajetórias ocupacionais. Por outro lado, para o desenvolvimento qualitativo da análise, lançou-se mão de longas entrevistas biográficas com o objetivo de "recuperar o modo como o vivido adquiria significado para os sujeitos entrevistados, sustentando as suas condutas face ao mercado de trabalho e a sobrevivência" (GUIMARÃES, 2009, p. 14). Em contexto de reestruturação na década de 1990, para a Região Metropolitana de São Paulo, destaca-se a desarticulação da produção industrial centralizada que significou o aumento do peso e a diversificação do setor terciário. Aponta-se que a elevação significativa do tempo de procura por trabalho e o novo patamar alcançado pelas taxas de desemprego (chegando aos 20%, entre aberto e oculto), produziram

um efeito e elevada insegurança ocupacional, que se expressa em realidades como a de São Paulo, num intenso trânsito entre situações no mercado de trabalho, indicativo do esforço individual no sentido de obter algum rendimento que permita a sobrevivência, dada a fragilidade da proteção institucional. Nos anos mais recentes, o trânsito no mercado de trabalho se intensifica, aumentando tal insegurança. (GUIMARÃES, 2009, p. 21).

Assim, enquanto para os países europeus, com um regime consolidado de proteção social, o desemprego de longa duração teria se constituído enquanto desafio para o campo acadêmico e para a formulação de políticas públicas, para nós, a experiência de um *welfare* frágil, a intensificação das transições no mercado de trabalho e, sobretudo, o desemprego recorrente<sup>5</sup> tornaram-se desafios ao entendimento (GUIMARÃES, 2009, p. 22). Os resultados dos *surveys* realizados na Região Metropolitana de São Paulo, que tinham por objetivo tomar cada um dos percursos individuais enquanto unidades de observação, trouxeram à tona alguns achados reveladores. Em primeiro lugar, ressalta-se que 3/4 dos entrevistados (aproximadamente 50 mil, entre 1994 e 2001) não se “encaixavam” nas tipificações clássicas postuladas pela literatura, ou seja, não correspondiam às condições de assalariados regulares ou desempregados ocasionais. Havia, pois, uma "zona conceitualmente cinzenta", na qual os parâmetros para a leitura dessas trajetórias eram inexistentes. O intenso trânsito detectado nas trajetórias dos trabalhadores coloca em xeque as possibilidades de clareza analítica:

[...] na Região Metropolitana de São Paulo, o modelo de transição no mercado de trabalho parece contemplar tanto a mobilidade que se faz entre situações de ocupação e desemprego (ou seja, a mobilidade que ocorre nos limites internos ao mercado, tal como analiticamente costumamos entendê-lo) como a mobilidade entre situações de atividade e inatividade (ou seja, a mobilidade que ocorre para além de seus limites, pelo trânsito entre ocupação, ou desemprego, e inatividade). [...] Diferentemente da expectativa teórica, construída a partir do estudo de mercados de trabalho em que uma norma salarial foi institucionalizada, no caso de São Paulo, mover-se, cruzando as fronteiras de saída do mercado de trabalho, parece ser um tipo de transição tão banal quanto mover-se entre ocupação e desemprego. Ademais, longe de ser um padrão restrito a um grupo social, circunscrito e marcado pela sua progressiva desfiliação, em São Paulo, isso pode ser flagrado como norma para parcela quantitativamente muito significativa da população em idade ativa” (GUIMARÃES, 2009, p. 40).

Desse modo, para além das transições "típicas" de um mercado capitalista de trabalho, conforme apontadas pela teoria, a saber, aquelas que ilustram o movimento entre a ocupação e o desemprego, a entrada e a saída da atividade econômica impõem-se enquanto ocorrência regular (GUIMARÃES, 2009, p. 29-30). Chama a atenção, para o caso brasileiro, o fato da inatividade econômica não corresponder a situações nos extremos da trajetória profissional,

---

<sup>5</sup> Opor o desemprego recorrente ao desemprego de longa duração de maneira radical pode trazer falsas interpretações sobre as experiências societárias. Embora cada forma receba maior ou menor relevo contextualmente, as formas em destaques não são exclusivas. A mobilidade ocupacional é fruto da flexibilização do trabalho, e não representa, pois, uma peculiaridade aos trabalhadores brasileiros; assim como o desemprego de longa duração não o é para a França.

ou seja, no momento que antecede a entrada no mercado e no de saída (ao fim da vida, quando idosos). A frequência de transição entre a atividade e a inatividade ao longo das trajetórias é, portanto, o ponto de destaque. Tais constatações permitem Guimarães (2009, p. 39) afirmar que há uma especificidade no padrão de transição ocupacional (o que não se deve confundir como “exclusividade”): a mobilidade no mercado de trabalho tem a marca do desemprego recorrente, “irredutível, seja em sua forma, seja em suas implicações, ao desemprego de longa duração, que tanto desafia a arquitetura dos regimes de proteção de um Estado de bem-estar como o francês”.

Ao menos duas inferências mais relevantes emergem dessa pesquisa. Em primeiro lugar, tem-se que os resultados das análises apontam para uma desigualdade na distribuição do risco para o trânsito. Aparentemente, a inserção no mercado de trabalho dota os trabalhadores ocupados de uma vantagem em relação aqueles em situação de desemprego ou inatividade. Embora não signifiquem garantia de ocupação de “bons lugares”, as redes instituídas em torno daqueles que estão empregados garantem a eles menor vulnerabilidade, e tornaram menos prováveis as recorrências de transições. Por outro lado, a experiência do desemprego corresponde a uma tendência de fragilização dos futuros vínculos de inserção no mercado de trabalho – provavelmente precários –, tornando esses trabalhadores potencialmente vulneráveis à recorrência do desemprego (GUIMARÃES, 2009, p. 45).

Desse modo, alguns dados ratificam a constatação de que, entre os desempregados, a intensidade das transições ocupacionais se faz mais forte. Conforme expõe Guimarães (2009, p. 28), para  $\frac{2}{3}$  dos desempregados entrevistados não foi possível identificar nenhum padrão de trajetórias e o percurso não pôde ser descrito. Por transitarem tão intensamente (entre ocupação, desemprego e inatividade) não há parâmetros para se traçar um padrão mínimo de regularidade e, portanto, pouco se pode dizer sobre tais trajetórias. Tem-se, pois, que, para essa leitura sociológica, a única norma, regularidade identificável no percurso dos desempregados, é a intensidade das transações no mercado de trabalho.

#### **iv) Fluidez e trânsito: o Estado na construção da sociedade do trabalho**

A leitura do mundo do trabalho brasileiro caracterizado por “trajetórias em trânsito” entre o formal e o informal (cidadania e pré-cidadania) é comum aos estudiosos brasileiros, Guimarães (2009) e Cardoso (2010). Se Guimarães investe em extensa pesquisa empírica para capturar esses movimentos em curso nos anos mais recentes, Cardoso, por seu turno, investe

em profunda pesquisa historiográfica para pensar a dinâmica atual do mercado de trabalho. Para Cardoso, especificamente, essa constatação sobre a fluidez da tessitura social, construída ao longo da história, está no cerne da tese sobre a manutenção da desigualdade social. Inaugurada junto com o conceito de “cidadania regulada”, é esta dinâmica de desigualdade que, segundo o autor, alimenta incessantemente as expectativas de um cumprimento futuro da promessa de modernidade. Nos parágrafos que se seguem, serão abordados alguns elementos apresentados por Cardoso como fundamentais para *A Construção da Sociedade do Trabalho no Brasil* (2010), conforme o título da obra.

Primeiramente, cabe esclarecer a orientação teórica do autor quanto ao mundo do trabalho. Cardoso situa-se entre os que consideram a centralidade do trabalho na vida das pessoas. O posicionamento do autor ancora-se em constatações empíricas: principalmente para a classe que vive do trabalho, este figura como atividade mais importante do que outras. Assim como Guimarães (2009), Cardoso (2010) parte do pressuposto de que, no Brasil, o mundo do trabalho assalariado nunca teria se efetivado, tendo em vista que a maior parcela da população esteve sempre fora dessa cidadania regulada pelo Estado de Bem-Estar social.

Por uma perspectiva sociológica apoiada em dados historiográficos, o ponto de partida é a análise das políticas do Estado no que diz respeito ao trabalho (dinâmicas políticas e econômicas), do Império à República. O que mais importa para o autor é observar o padrão de incorporação dos trabalhadores à ordem capitalista no início do século XX. A transição da escravidão ao trabalho livre deixaria as primeiras marcas profundas na construção da sociabilidade. As análises são bastante detalhadas e profundas e, tendo-se em vista os limites do presente trabalho, a exposição será direcionada aos pontos que parecem mais fundamentais.

Um primeiro ponto importante refere-se ao caráter “antissocial” do Estado brasileiro, nesse contexto. O autor aborda, até a segunda década do século passado, a falta de sensibilidade pública quanto à “questão social” (o que se pode entender como demandas redistributivas). Vários fatores estavam em questão, mas pode-se elencar a resistência da elite agrária como um fator de grande peso. O mundo agrário, onde estava a maioria dos trabalhadores, era isenta de qualquer regulamentação estatal (CARDOSO, 2010, p. 132-134). Para o mesmo período, o autor confere ênfase à importância da imigração estrangeira para a conformação do mercado de trabalho. À medida que o estado incentivava a importação de mão de obra, exercia-se uma política de desqualificação dos trabalhadores nacionais, especialmente dos negros (ex-escravos). Para estes, o trabalho – quando se realizava –

restringia-se a ocupações mal definidas, precárias, mal remuneradas, situados na débil fronteira entre o legal e o ilegal. Nesse sentido, o processo de urbanização, para os brasileiros, teria redundado em “insegurança socioeconômica e miséria” (CARDOSO, 2010, p. 157-158). Salários de fome e empregos instáveis, essa era a realidade para a maioria. Cardoso fala em “brasileiros em trânsito” e em “indivíduos desgarrados”, contra os quais o Estado se punha.

Esse ponto é importante. Na visão do autor, havia uma oposição clara: de um lado, o estado repressor e, do outro, uma grande “população flutuante”. Desse quadro, destaca-se um aspecto relevante. Essa dinâmica de forças caracterizava a fragmentação de uma possível esfera pública de negociação. Para os trabalhadores, mostrava-se inviável a construção de uma identificação mútua para lutar por interesses coletivos. Em contexto de repressão, o sindicalismo operário foi efêmero e malogrado. No mercado de trabalho, a intensa competição se acirrava pela grande oferta de mão de obra. Desse modo, Cardoso (2010, p.176) conclui que: “o ambiente era hostil à constituição, entre os trabalhadores, de interpretações e sentidos comuns sobre suas próprias práticas [...] era hostil à construção de identidades coletiva”.

Em segundo lugar, o autor destaca a oposição entre cidade e campo. Sobre este, cabe apontar a relevância da migração (do nomadismo) para a conformação da sociabilidade, caracterizada por grande *fluides* nas condições de vida (CARDOSO, 2010, p. 181). Em meio a condições de miséria extrema, que uniformizava a maioria, a demanda por segurança material e ontológica por parte da população (insegurança estrutural), reforçava os vínculos de subalternidade em relação às elites, configurando uma *inércia* social: uma estrutura hierárquica resistente a mudanças, que deixava uma larga parcela populacional em condições de insegurança e instabilidade. Essa inércia sugerida pelo autor teria a ver, pois, com a dialética entre “permanência” e “mudança” estrutural. No que concerne às condições gerais de vida da população brasileira, “a marca da ordem é a incomensurabilidade dos estilos de vida e das práticas cotidianas [...], de modo muito especial, o trabalho precário e aviltante” (CARDOSO, 2010, p. 193). É possível observar uma convergência interpretativa em relação à recente pesquisa de Guimarães (2009): em ambos os casos, a possibilidade de identificação de um padrão referente à classe que vive do trabalho. Como diz o próprio nome, uma ampla classe, para a qual não se encontram parâmetros claros para distinções mais precisas como, por exemplo, em “grupos profissionais”. Sobre este último ponto, procurar-se-á discutir adiante.

Chega-se então a um dos pontos centrais do argumento de Cardoso, a instituição da legislação trabalhista na Era Vargas. Do ponto de vista do mundo do trabalho, as

consequências da revolução de 1930 teriam sido definitivas segundo o autor. A Consolidação das Leis do Trabalho, no ano de 1943, significou antes uma promessa de “cidadania regulada” do que um efetivo edifício legal de proteção social. É fundamental, neste ponto, compreender o significado dessa cidadania (em absoluto coerente com as explicitadas até aqui):

Por cidadania regulada (grifo do autor) entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas (grifo do autor) em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, vai regulamentação de novas profissões e ou ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se ao direitos do lugar ocupado no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. Tornam-se pré-cidadãos, assim, todos aqueles cuja ocupação desconhece (...). O instrumento jurídico comprovante do contrato entre ao Estado e a cidadania regulada é a carteira profissional, que se torna, em realidade, mais do que uma evidência trabalhista, uma certidão de nascimento cívico (SANTOS, apud CARDOSO, p. 218).

Há uma questão identitária em pauta, e ela se interpõe entre o *status* de trabalhador reconhecido pelo Estado e os aspectos nacionais de conformação institucional. Tais expectativas são alimentadas à medida que há um cumprimento parcial, ocasional: a cidadania regulada tem se realizado com frequência esporádica ao longo das trajetórias individuais dos brasileiros. A promessa teria, pois, o poder de estimular, desde a era Vargas, migrações para os meios urbanos e a busca incessante de acesso aos direitos sociais que significa, enfim, a busca por segurança socioeconômica (garantia de direitos e mínimas condições materiais de existência).

O que pretendo propor é que, se na definição de cidadania regulada, levarmos em conta não apenas os direitos associados à condição de trabalhador inserido no setor formal da economia (ou seja, as profissões reconhecidas por lei), mas a totalidade do projeto varguista de promoção integral do homem brasileiro, tal como efetivamente vivenciado pelos destinatários desse projeto, a cidadania deixa de aparecer como um conjunto de direitos que demarcam, de uma vez para sempre, incluídos e excluídos da ordem em construção. Ela passa a denotar, antes, uma ordem extremamente porosa e fluida, cujas portas de entrada se abriam e se fechavam várias vezes ao longo das trajetórias de vida dos que a ele se candidatavam, de tal modo que a inclusão no mundo dos direitos podia ser bem efêmera, assim como a exclusão dele, de tal modo que a inclusão real, exclusão momentânea ou permanente, renovadas expectativas de nova inclusão eram parte do mesmo processo geral de regulação da cidadania. (CARDOSO, 2010, p. 219).

Assim, a tese de Cardoso é de que a CLT se institui como principal elemento “vertebrador” da sociedade de trabalho no Brasil. Foi essa promessa de modernização que estruturou as expectativas em busca de melhores condições de vida, ou seja, em busca da proteção mínima estatal. Ela foi também um elemento motivador de peso para os movimentos de migração campo-cidade. Se na cidade as condições de trabalho eram precárias, no campo a

situação era muito pior; a instabilidade era total. Por essa perspectiva, a motivação para migrar coincidia com a expectativa quanto à aquisição dos direitos do trabalho. É possível afirmar que o ponto fundamental da tese é a ideia de que, para a maioria dos brasileiros, o emprego no mercado formal de trabalho foi real, ou seja, por pelo menos uma vez na vida, foi verdadeira a experiência de acesso à CLT, aos direitos do trabalho. E, por essa via, as expectativas se generalizam e persistem. Mesmo para aqueles que não tiveram suas carteiras de trabalho assinadas, a CLT se afigura como possibilidade no horizonte. Assim, a ideia é de que, a partir da instituição estatal dos direitos do trabalho, funda-se um senso de justiça, cujos parâmetros apontam para um “mínimo aceitável”. E é em busca desse mínimo que os trabalhadores orientam, numa dinâmica pela qual as parcelas formal e informal do trabalho definem mutuamente suas lógicas. Nas palavras do autor, o significado disso tudo é a instauração de “um campo legítimo de disputa, cuja legitimação era o próprio Estado” (CARDOSO, 2010, p. 223). A cidadania regulava sempre um “vir a ser”; a própria promessa. Quanto a essa ordem social, há um último ponto que merece destaque. Desde essa época,

Não era o Estado que aparecia como impondo barreiras burocráticas a trabalhadores e analfabetos. Estes é que não se apresentavam como estando à altura das normas do Estado em quanto artífice, segundo sua própria ideologia, de uma nova cidadania *ali onde ela jamais existira* (grifo do autor) (CARDOSO, 2010, p. 222).

Já em meados da década de 70, o processo de formalização do mercado de trabalho atingiu seu ponto máximo, configurando um cenário onde cerca de 60% da população trabalhadora estava sob regulação estatal, o que sugere o lastro para o fomento das expectativas quanto à inclusão social. Contudo, sabe-se que, a partir de então, as formas reguladas de trabalho passaram a ser gradualmente engolidas pelos processos de reestruturação produtiva (como se viu, globalizados). Nesse sentido, Cardoso (2010, pp. 262) prossegue:

O que importa marcar é que, se a estrutura de oferta de ocupações urbanas não permaneceu inerte ao longo das últimas cinco décadas, sua dinâmica foi tal que, embora alimentasse o sonho de inclusão, nunca se universalizou, e nos últimos 30 anos teve seu sentido revertido de forma intensa. Se, por exemplo, criarmos uma categoria de trabalhador vulnerável que incluía os assalariados sem carteira e os não remunerados, então a estrutura do mercado de trabalho de 2006 era muito semelhante à de 1960.

Considerando dados a partir de 1960 até 2006, com fins de traçar uma linha de evolução na ocupação do emprego urbano, algumas conclusões importantes são inferidas. A primeira delas é a constatação de que, para o mercado de trabalho brasileiro, ao longo desse período, a grande competitividade do mercado de trabalho, entre uma extensa quantidade de trabalhadores com nível de qualificação equivalente, resultou em baixas possibilidades de

melhoria de posição para a maioria. Desse modo, outro fator ganha relevo para análise dessa dinâmica: o tempo de trabalho como importante indicativo quanto à qualidade da ocupação. Dos dados analisados, no Brasil, mesmo no caso dos empregos formalizados (ou seja, os de melhor qualidade pelo gozo aos direitos) a curta duração faz-se característica notável ao longo dos anos. Assim, conclui-se que,

[...] considerando três indicadores centrais de qualidade de emprego – renda, taxa de formalidade e tempo de emprego dos ocupados –, tudo indica que as mudanças no mercado de trabalho nos últimos 30 anos, com o deslocamento do emprego industrial em favor dos serviços urbanos, não afetaram diretamente, em âmbito nacional, a *estrutural precariedade* (grifo do autor) das ocupações [...]. É esse o ambiente de oportunidades precárias, instáveis e mal remuneradas em termos médios que os brasileiros encontraram ao longo das últimas décadas no mundo urbano que lhes prometera ascensão e direitos sociais [...] (CARDOSO, 2010, p. 265).

E, por fim, uma conclusão fundamental: “O Brasil se caracteriza por uma grande fluidez das posições individuais nessa estrutura (de oportunidades de inserção produtiva), que se mostra, no agregado, muito pouco dinâmica” (CARDOSO, 2010, p. 309). O que, afinal, se pretende dizer com tudo isso? Por ora, esse conjunto de elementos trazidos à discussão é suficiente para que se possa prosseguir. E a partir daqui, apresentam-se algumas impressões. Para a presente discussão, acredito que a grande riqueza do argumento de Cardoso está nas cores que atribui à realidade vivida. O autor coloca em termos reais, históricos, a necessidade de tantos: ter de se virar para sobreviver. Mostra que, para além da necessidade de se alimentar diariamente, há por trás da corrida individual no mercado de trabalho uma expectativa relativa à realização da cidadania (a conquista de direitos). Haveria, portanto, essa força motriz fundada na história social brasileira. Tal história social define um tipo geral de socialização, uma motivação que transcende àquelas aspirações individuais.

Ao que parece, um elemento nacional é trazido para a discussão sobre a identidade via trabalho. A partir dos dados historiográficos sobre a construção da sociedade de trabalho no Brasil, Cardoso defende sua tese acerca da cidadania brasileira e, nesse sentido, chama a atenção para a importância da promessa integradora dos direitos do trabalho na sociabilidade do trabalhador brasileiro (comumente negligenciada nas análises, diz). Sua conclusão refere-se a uma “fluidez social”, caracterizada pelo trânsito intenso de indivíduos no mundo do trabalho, sem a realização de uma mobilidade social efetiva, tendo em vista a desqualificação permanente e a grande competitividade do mercado.

Caberia talvez nesse ponto uma comparação interpretativa. Robert Castel (1998), conforme se mostrou no segundo capítulo, traz ao primeiro plano a importância do trabalho enquanto via privilegiada para a integração social; ou seja, pela realização da cidadania. Não

seria justo simplificar os termos da discussão do autor à dicotomia inclusão-exclusão. Pelo contrário, o que se traz à luz em *A metamorfose das questões sociais* é a complexidade da questão, pela qual a lógica estrutural articula a exclusão de muitos como a condição para se sustentar a inclusão de alguns. Por um percurso distinto (não necessariamente oposto), Cardoso (2010), tendo também a cidadania como foco analítico, toma a importância da integração social não exclusivamente pelas mazelas dos que estão na corrida pela inserção no mundo do trabalho regulado, mas, também, por suas expectativas de pertencimento a este mundo. Tal expectativa tem duas facetas mais ou menos claras.

No plano individual, a expectativa é mobilizadora, motivadora, orientadora de condutas sociais. As estratégias para a imersão no mercado de trabalho, a “luta pela sobrevivência”, bem como os caminhos que definem a identidade, têm em comum um sentido de “busca”. A busca, por sua vez, é movida por expectativas, expectativas estas compartilhadas quanto à conquista da cidadania, quando a identidade individual é reconhecida pelo Estado, enquanto cidadão-útil-trabalhador-com-direitos. No que concerne ao plano macrossocial, a expectativa de alcance dos direitos, sempre posta no horizonte a cada trabalhador (como uma cenoura pendurada na vara de pesca), legitima a concorrência em função de critérios como educação e qualificação profissional (mérito, capacidades e desempenho) e justifica a desigualdade social em termos de oportunidade e de renda. Esse é o *ethos* em questão.

Até aqui, procurou-se explorar alguns aspectos do padrão brasileiro de sociabilidade via trabalho. Em um primeiro momento, tratou-se em termos mais gerais dos efeitos dos processos de flexibilização e de precarização a partir da reestruturação produtiva. Nesse sentido, procurou-se aprofundar a discussão quanto às mudanças que acarretaram a flexibilização do ponto de vista contratual, ou seja, na alteração das formas institucionais (jurídicas). Não foi à toa, contudo, que se privilegiou esse aspecto especificamente. As implicações entre trabalho e cidadania, como se viu, passam necessariamente pelos critérios de regulação estatal das relações trabalhistas. A apresentação dos resultados quantitativos da pesquisa realizada em São Paulo sugere a institucionalização do desemprego no Brasil corresponde à recorrência da demissão involuntária (desemprego recorrente). Como resultado marcante, detectou-se ainda uma expressiva heterogeneidade das trajetórias no mercado de trabalho, de modo que a identificação de um padrão se impôs como desafio. Por fim, procurou-se uma visão alternativa, histórica. Ao recuar na história social do Brasil, foi possível se chegar a uma conclusão parcial, a saber, a ideia de que a “fluidez” da sociedade do

trabalho, no Brasil, é característica que antecede às dissonâncias vividas em contexto global a partir da década de setenta.

#### **v) Estado, Mercado e o fenômeno da rotatividade**

Tendo em foco a mobilidade ocupacional, o trânsito intenso no mercado a aleatoriedade do trabalho, parece pertinente que se aprofunde na abordagem de ao menos um quanto ao fenômeno crescente da rotatividade. Fortemente vinculado à recorrência do desemprego na trajetória de trabalhadores, o fenômeno da rotatividade ganha lugar de destaque. Nesse sentido, gostaria-se de tecer algumas considerações sobre a evolução da rotatividade no Brasil, não só do ponto de vista empírico, mas também levando-se em conta as interpretações correntes em cada momento do debate acadêmico.

As análises de Cardoso (2010) dimensionaram e explicaram o papel do Estado para a socialização do trabalhador brasileiro. Por meio de profunda análise, o autor trouxe elementos para tornar inteligíveis dinâmicas estruturais que ordenam a sociedade brasileira. Conforme se têm procurado esclarecer, a construção institucional e normativa concernente à socialização via trabalho em grande medida depende das dinâmicas estabelecidas entre Estado e Mercado. Sendo assim, falar de conformidades institucionais não diz respeito exclusivamente ao âmbito das ordens jurídicas estabelecidas pelo Estado, mas também das instituições ao nível organizacional para o controle do trabalho. Por um lado, cabe averiguar a lógica pela qual se articulam. Por outro, trata-se de melhor compreender os mecanismos de regulação das relações de trabalho - as relações entre indivíduo (em trânsito intenso) e organização (empresa), tratadas as nos capítulos anteriores. Sabe-se que o tema da rotatividade situa-se no escopo mais amplo da flexibilidade no mundo do trabalho, ocupando posição de destaque. Mas o que significa exatamente? Quais os principais aspectos e fatores determinantes desse processo de crescente rotatividade? Nesse contexto socio-histórico específico, quais os parâmetros institucionais que sustentam esse fenômeno na conformação do mercado de trabalho brasileiro?

Sabe-se que o tema da rotatividade passou a ser discutido no Brasil em meados da década de 1970. Em termos gerais, pode-se dizer que, neste primeiro momento, a rotatividade era compreendida como a resposta empresarial diante de uma queda conjuntural da demanda. Tratar-se-ia, pois, de uma estratégia de substituição dos trabalhadores. A inexistência de qualquer impedimento legal permitia que as empresas realizassem demissões e contratações,

por meio das quais os mesmos postos seriam reocupados por trabalhadores com remunerações mais baixas. Nesse sentido, em regra, os menos escolarizados seriam os mais vulneráveis em função de dois motivos específicos: por um lado, a abundância da oferta de mão de obra e, por outro, os baixos custos salariais e de qualificação. Do ponto de vista empírico, estudos realizados à época apontam que a rotatividade nas organizações era diretamente proporcional ao contingente de contratos de trabalhadores com baixa escolaridade. A alta rotatividade devia-se exclusivamente às decisões empresariais como resposta às demandas do mercado (DIEESE, 2011, p. 21). Em alguma medida, maior ou menor, essa ideia compõe as interpretações posteriores quanto ao tema, entendendo-se a rotatividade como lógica de reposição e substituição.

Em visão panorâmica, poder-se-ia entender as modificações por reformas trabalhistas no Brasil em três principais momentos de inflexão. Viu-se que a primeira reforma trabalhista foi instituída pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pelo governo de Getúlio Vargas, no ano de 1943. Mais tarde, a regulação estatal promoveu a instituição das leis salariais (1965) e a criação do Fundo de Garantia de tempo do trabalho (1966), que representou “o fim” da estabilidade no emprego. Em tempos de ditadura militar, a crença do Estado no crescimento econômico enquanto solução para as mazelas do mercado de trabalho significou a indiferença das políticas públicas em relação à grande parcela da população trabalhadora à margem da regulamentação. Um ponto relevante é que a instituição do FGTS acarretou, também, a extinção de encargos patronais. Isso quer dizer que “demitir um trabalhador ficou mais fácil e barato” (DIEESE, 2001, p. 22): os baixos custos das demissões ainda poderiam ser repassados aos preços das mercadorias e serviços. Pelo lado do empregado, sugere-se que a rotatividade foi levemente incentivada pelo FGTS. Como? Especialmente para o trabalhador pouco qualificado, o fundo representaria a possibilidade de dispor de um recurso financeiro imediato.

É possível afirmar que os estudos desenvolvidos durante o período procuravam compreender e explicar, do ponto de vista teórico, as relações entre o fenômeno da rotatividade e as dinâmicas (cíclicas) de crescimento econômico. Em resumo, a ideia é de que, do lado do empregador, o crescimento repercute no aumento das contratações e, ao mesmo tempo, no aumento das demissões. A lógica implícita é a de que a expansão dos postos de trabalho passa por um processo de “tentativa e erro”, pelo qual vários trabalhadores passam pela mesma vaga, até que ela seja preenchida por um empregado “ótimo” (produtividade e lucro). Por outro lado, a interpretação é a de que a rotatividade aumenta em tempos de

crescimento, motivada pela busca de oportunidades melhores entre os trabalhadores já empregados. Haveria, portanto, uma relação diretamente proporcional entre crescimento e rotatividade. Supunha-se que as variações entre os diferentes setores poderiam ser avaliadas em torno de três critérios: o nível de remuneração, o nível de escolaridade e o tamanho da empresa. Não caberia aprofundar em cada um desses itens, mas caberia guardar algumas noções mais genéricas: 1) Quanto maior a empresa, maior a qualificação da sua força de trabalho; 2) Em consequência, quanto maior a empresa, menor a rotatividade; 3) Quanto mais especializado é o trabalhador, menor é sua mobilidade no mercado (tendência à estabilidade); 4) Quanto menos qualificado fosse o trabalhador, maiores suas chances de demissão, ou seja, maior sua vulnerabilidade. (DIEESE, 2011, p.). Esse conjunto de considerações sugeria aos estudiosos da época que a reestruturação produtiva – cujos primeiros efeitos se faziam sentir – teria impactos sobre o processo de trabalho de modo a promover vínculos de trabalho mais duradouros (contratos mais estáveis e trabalhadores mais qualificados). Sabe-se, contudo, que os efeitos das transformações reais foram exatamente opostos e ruíram as expectativas mais positivas.

Uma vez mais, as transformações do real transformam os debates no campo. Neste momento, contextualiza-se a realidade brasileira naquele contexto globalizado de grandes transformações: financeirização do mercado, revolução tecnológica e informacional, neoliberalismo e reestruturação produtiva. Para o mundo do trabalho, é o “capitalismo flexível” (retomando-se aquele termo de Sennet, 1999) moldando novas relações de trabalho e trazendo consigo uma atmosfera de incerteza e instabilidade.

Dentre as explicações possíveis para se acercar o fenômeno, acredita-se que, especialmente nas décadas de 80 e 90, o aumento da rotatividade se daria em função do baixo crescimento e da instabilidade econômica no Brasil. Melhor dizendo, frente às flutuações na demanda, sempre em busca de maximizar seus lucros, a resposta empresarial recairia sobre o capital humano. Desse modo, pode-se dizer que a tendência geral consistia na ausência de investimento na qualificação dos trabalhadores, bem como na estratégia da “rotação” (admitir e desligar) dos empregados nas ocupações, com o objetivo de socializar os custos de formação. Para o trabalhador, isso implica na responsabilização pela própria inserção: é preciso assumir os custos de sua própria qualificação, para que possa concorrer por um lugar no mercado. Para que essa lógica funcione, por um lado, é necessária a existência de um aparato legal e institucional que legitime a liberdade das empresas para agir e, por outro, uma grande oferta de mão de obra. Esta última por sua vez possibilita os três movimentos: o da

acirrada concorrência entre os trabalhadores, a individualização dos custos para a qualificação e, conseqüentemente, a manutenção dos salários baixos. (CARDOSO, apud DIEESE, 2011, p. 31). Em resumo, pode-se dizer que:

Para os trabalhadores, representa insegurança quanto ao contrato de trabalho, levando-os a períodos de desemprego, seguido da busca de nova colocação no mercado de trabalho. Em muitos casos, há intermitência nesta situação. A insegurança diz respeito também às condições de trabalho, sobretudo em relação ao rebaixamento salarial, devido ao uso recorrente do mecanismo da rotatividade como expediente de redução de custos pelas empresas; à formação profissional, pois pode representar a interdição da aprendizagem e da experiência no exercício de certas ocupações. (DIEESE, 2011, p. 11).

Por outro lado, do ponto de vista institucional das organizações, tem-se que:

As altas taxas de rotatividade, mesmo após os descontos destes motivos de desligamentos, são indicativas da liberdade de demitir no país, dado que a “institucionalidade” deste mercado não prevê mecanismos que inibam as demissões imotivadas, ao contrário, estas são facilitadas pela flexibilidade contratual que impera e caracteriza o funcionamento do mercado de trabalho no Brasil. (DIEESE, 2011, p. 13)

Internamente, o momento de transição, do segundo ao terceiro momento, coincidiu mais ou menos com o processo de redemocratização. Este instaurou reformulações que privilegiaram os direitos sociais dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, ampliaram as possibilidades de negociação dos sindicatos com o Estado. Finalmente, na década de 1990 (como se procura ressaltar), confirmou-se a hegemonia dos interesses que proclamavam a necessidade de se flexibilizarem as relações de trabalho no país. O predomínio dessas ideias (da mesma lógica “gerencialista” citada no segundo capítulo) resultou em um conjunto de mudanças na legislação do trabalho no Brasil. A flexibilização da CLT significou, por sua vez, no aprofundamento da flexibilidade quantitativa na compra da força de trabalho.

Os processos de flexibilização e de precarização poderiam ser explicados por um conjunto de variáveis envolvidas na fragilização dos vínculos de trabalho. A rotatividade está, por seu turno, associada a dois aspectos do “trabalho flexível”: a flexibilidade contratual, pela “insuficiência de mecanismos institucionais inibidores da demissão imotivada” e flexibilidade quantitativa, “elevada oferta da força de trabalho” (DIEESE, 2011, p. 49). Antes de olhar mais de perto as medidas institucionais dessa terceira reforma, caberia esclarecer: do ponto de vista ideológico, o que significa, lá no fundo, essa flexibilidade quantitativa? Gaulejac (2007) fala em “contabilidade existencial”. Por essa lógica, há uma inversão (ou perversão) dos valores propriamente sociais:

O desemprego não é considerado como a consequência da defasagem estrutural entre o número de empregados criados pelo sistema econômico e o número de pessoas ativas suscetíveis de ocupar esses empregos. Ele resulta de “falhas de

empregabilidade” de uma parte da população e, portanto, sua “falta de adaptação” diante das necessidades da empresa. Nessa perspectiva, o problema do desemprego será resolvido incitando ou obrigando o desempregado a melhor “gerenciar suas competências”, adquirir aquelas que lhe faltam a fim de se formar da melhor forma possível para se posicionar sobre o mercado de emprego. (GAULEJAC, 2007, p. 184).

Antes de prosseguir, caberia aqui um parêntese na tentativa de apreender a profundidade das questões envolvidas nesse complexo conceito de “flexibilidade” em um horizonte mais amplo, global. Logrando a crítica sociológica, Pierre Bourdieu (1998) diz que “começa-se assim a suspeitar de que a precariedade é o produto de uma *vontade política*, e não de uma *fatalidade econômica*, identificada com a famosa “mundialização”. O autor explicita o fio condutor da crítica sociológica. Acredito que esse argumento sobrepõe-se aos pontos de discordância e perpassa o conjunto das teses defendidas pelos autores aqui citados. Bourdieu fala em “estratégias de precarização” implicadas pela ideia-força de “globalização”, operante por mecanismos naturalizados (BOURDIEU, 1998, p. 123). Descortina assim o fenômeno, valendo-se da noção de “dominação simbólica”. Os argumentos proferidos defendem a tese de um processo de “involução” no desenvolvimento do Estado promovido pela pressão e exercida sobre a conquista do Estado Social: quanto mais antigas as conquistas alcançadas, maior a resistência em favor de sua manutenção. Isso porque, além de institucionalmente, o Estado existe “na cabeça” (e no corpo dos indivíduos). Mais uma vez, uma questão de *habitus*: países “menos avançados socialmente” (aspas minhas) seriam mais passíveis à submissão e à obediência, na medida em que as disposições são mais favoráveis ao sucesso da exploração. De qualquer modo, “a precarização está por toda parte”, afirma Bourdieu<sup>6</sup> (1998, p.124-25): “Essa concorrência, às vezes tão selvagem quanto a praticada pelas empresas, está na raiz de uma verdadeira luta de todos contra todos, destruidora de todos os valores de solidariedade e de humanidade, e, às vezes, de uma violência sem rodeios”.

Fica evidente a preocupação de Bourdieu com o vínculo social, com a solidariedade – por que não dizer? – com a integração (como diria Castel, 1998). Uma vez mais, a questão do individualismo coloca-se como cara à sociologia contemporânea. O autor vai fundo na crítica ao que denomina “nova revolução”, responsável pelo enfraquecimento do vínculo,

---

<sup>6</sup> Mais especificamente, trata-se de dois textos transcritos e publicados em “Contrafogos”: Intervenção na Confederação Geral dos Trabalhadores Gregos (GSEE), em Atenas, em outubro de 1996 e Intervenção nos Encontros Europeus contra a Precariedade, Grenoble, 12-13 de dezembro de 1997. Interessante nesses textos é o tom especialmente político, no qual Bourdieu dispensa dura crítica aos intelectuais (economistas) por seu “silêncio ou cumplicidade ativa, por contribuírem para a manutenção da ordem simbólica que é a condição do funcionamento da ordem econômica” e, na sociologia, à “uma variante dita pós-moderna, na verdade “radical chic”, da ideologia do fim das ideologias”. Se fosse o caso, arriscaria a dizer se tratar de crítica indireta à tese de Habermas sobre “o fim das energias utópicas”. Ainda assim, considerando-se os argumentos quanto à lógica contemporânea de funcionamento do Estado, parece coerente considerar suas posições lado a lado.

particularmente pelo desestímulo à mobilização coletiva. Por soberania dissimulada, a lei do mercado (as regularidades do mundo econômico) se constitui como “norma de todas as práticas”, fruto de um processo de racionalização que atinge o ápice da eficiência econômica. São as novas formas de dominação dentre as quais se destaca o *management*, por exemplo. Para os indivíduos, quais as mediações postas entre sua necessidade de vínculos e “sua necessidade” de competir?

A ideologia gerencialista implica uma inversão no que se refere à relação entre o social e a economia: “Fazer endossar pelos prestadores de trabalho, transformados em empreendedores individuais, as obrigações e as inseguranças que o capitalismo pós-fordista gera” (GORZ, apud GAULEJAC, 2007, p. 184).

Procurou-se, desde o início até aqui, aprofundar em maiores detalhes alguns aspectos da flexibilização pontuados na bibliografia: flexibilidade do processo de produção, de contratação (afrouxamento das condições jurídicas), do salário direto, do tempo de trabalho, etc.). A partir dos apontamentos sobre a relação entre a rotatividade e a flexibilidade no mercado de trabalho do Brasil, pretende-se melhor sustentar a construção do objeto de pesquisa acerca da “mobilidade ocupacional”. A insistência nesse ponto justifica-se pelo objetivo de trazer à tona dados atuais que explicam a baixa probabilidade de um trabalhador permanecer no mesmo emprego por um período extenso e o alto nível de rotatividade que, por sua vez, é indicativo da flexibilidade quantitativa do mercado de trabalho. A debilidade contratual que facilita o rompimento, bem como a significativa parcela de contratos temporários e subcontratos, ilustram a instabilidade dos vínculos empregatícios que caracteriza a trajetória intersetorial de grande parte da mão de obra brasileira, especialmente entre aqueles com menor escolaridade. Até o momento a discussão apresentada buscou atrelar os termos conceituais de cunho teórico às considerações empíricas mais específicas sobre a constituição de 1988, sobre as aspirações universalistas frente as políticas neoliberais, bem como a tensão que se acredita haver entre as lógicas de “seguro” e de “assistência” que informam as disposições jurídicas da Seguridade brasileira (ou, os termos específicos da “vontade política” a qual Bourdieu se refere).

## **Capítulo IV. Trânsito em dois eixos: mobilidade vertical e mobilidade horizontal**

Ao que se pode perceber, guardando-se o desencontro temporal, afinidades são identificadas entre as questões que estão em jogo para a realidade brasileira, de um lado, e àquelas que dizem respeito a um contexto mais amplo da lógica capitalista, que rege o mundo do trabalho na modernidade tardia. Mais um exemplo não seria dispensável. Ampliando-se a visão para o contexto de global desde a reestruturação produtiva, diz-se assim:

A sociedade hipermoderna caracteriza-se por uma instabilidade das posições individuais, fator de mobilidade, e uma permanência do peso da origem social nas trajetórias sociais, fator de reprodução das desigualdades. (...) a “luta pelos lugares substitui a luta de classes”. [...] A característica fundamental dessa “fluidez social” reside nas transformações de mercado de emprego e na emergência de um processo generalizado de precarização. A fragilização das relações de emprego atinge todas as categorias de assalariados. (GAULEJAC, 2007, p. 242-243).

Em ambos os casos, trata-se, nesse caso, de descortinar os mecanismos de reprodução e legitimação de uma ordem social desigual. Viu-se que há um considerável consenso na assunção da cidadania como componente de contrapeso diante dos efeitos de desigualdade social provenientes da estratificação social e do mundo do trabalho. E, embora não haja espaço para resgatar as várias faces do profundo debate em torno da “estrutura” e “ação” no debate sociológico, alguma teoria sobre a ordem estrutural e a trajetória de indivíduos precisa ser trazida à discussão. A ideia principal para o presente capítulo é situar a problemática da “luta por lugares” no mundo do trabalho em relação ao núcleo da teoria sociológica. Tendo isso em vista, serão mobilizados conceitos para identificar os indivíduos em uma dada ordem, ou, em outras palavras, a inserção pelo trabalho em uma dada hierarquia. Trata-se, portanto, de estratificação social e possibilidades de mobilidade.

### **i) Identidade e mobilidade: da teoria social à sociologia do trabalho**

A questão da mobilidade se apresenta como um problema nada trivial, e pode ser tratada de maneiras diversas dependendo da definição adotada, bem como de sua operacionalização. A mobilidade social pode ser abordada por três principais eixos de análise que estão fortemente interligados entre si: o econômico, o político e o profissional. Contudo, não se pode prever em que medida a mobilidade realizada em um dos três eixos influenciará na mobilidade em outra via, pois as relações entre os tipos de mobilidade não são unívocas

nem constantes. Sugere-se, aliás, que “alguns dos problemas mais interessantes da dinâmica social derivam da disparidade entre a mobilidade social experimentada por indivíduos ou grupos na esfera econômica e a mobilidade política ou profissional, e vice-versa” (GALLINO, 2005, p. 407). Enfim, tem-se que os indicadores (para observação/mensuração) relativos aos três tipos de mobilidade convergem sempre com indicadores de *status* social. Faz-se necessária uma reflexão mais detalhada quanto às possibilidades de trânsito dos indivíduos, segundo a teoria social. Sabe-se que a estratificação social denota sempre uma ideia de hierarquia, onde sempre um estrato relaciona-se com outro numa posição de superioridade ou de inferioridade. O sistema de estratificação supõe sempre uma valoração referente ao lugar ocupado por certo grupo (ou indivíduo), pelo qual a distinção funda-se na acumulação de propriedades socialmente relevantes como riqueza, poder e prestígio: capital econômico e cultural (GALINO, 2005).

A partir da qualificação, é possível se discutir as possibilidades de mobilidade social via mudança ocupacional, ou seja, a mobilidade intrageracional. Este tipo de mobilidade, também denominada mobilidade de carreira, pode ser verificada pela medida do deslocamento realizado por um indivíduo durante seu ciclo de vida de trabalho. Nesse sentido, um bom aporte para a compreensão da qualificação profissional à luz das condições objetivas é o conceito de espaço social, do qual Pierre Bourdieu lança mão. Em sua obra *A distinção social* (2008a), as ocupações sócio-profissionais são utilizadas como principais indicadores das posições relativas no *espaço social*. Esse uso tem uma justificativa forte: especialmente na sociedade capitalista, o tipo de trabalho que se possui frequentemente indica a participação relativa dos agentes na apropriação de *capital cultural e econômico*. Compreendendo o conceito de *espaço social* como:

conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem como acima, abaixo e entre (BOURDIEU, 2008a, p.18).

Quanto a essa discrepância entre volumes de capital global (a soma do capital econômico e cultural), entre os agentes que configuram diferentes esferas e formas de alcance de determinadas posições a estes, Bourdieu apresenta um exemplo:

“(…) os detentores de um grande volume de capital global, como os empresários, membros de profissões liberais, e professores universitários opõem-se globalmente àqueles menos providos de capital econômico e de capital cultural, como os operários não-qualificados.” (BOURDIEU, 2008a, p.19)

De maneira mais geral, para Bourdieu, o espaço de posições sociais se reconfigura em

um espaço de tomadas de posição por meio do espaço de disposições, ou *habitus*. Em outras palavras, ao sistema de separações diferenciais que definem as diferentes posições nos dois sistemas centrais do espaço social, corresponde um sistema de separações sociais evidenciadas através das práticas e dos bens possuídos pelos agentes. A cada classe de posições corresponde, assim, uma classe de *habitus* (ou de gostos) produzidos pelos condicionamentos sociais relacionados à condição correspondente e, pela intermediação desses *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e de propriedades, relacionadas entre si por uma afinidade de estilo. (BOURDIEU, 2008a, P. 21)

Essa inextrincável relação entre os sistemas de posicionamento no interior de um espaço social e os sistemas de disposições “praticados” pelos agentes é profundamente reveladora dos mecanismos de separação e classificação a que estão submetidas os trabalhadores, conforme a hierarquia do espaço social. Bourdieu faz questão da forte ênfase na questão da *reprodução* das estruturas objetivas dos espaços sociais, em detrimento das possibilidades de mudança. Desse modo, agentes posicionados em diferentes esferas, sendo dotados de diferentes parcelas dos capitais, não têm qualquer controle intencional quanto ao seu destino de mobilidade social. Veja-se como, nas palavras do autor, se daria a conformação dessas práticas e representações:

a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo. (...) Para resumir essa relação complexa entre as estruturas objetivas e as construções subjetivas, situada além das alternativas comuns do objetivismo e do subjetivismo, do estruturalismo e do construtivismo e até do materialismo e do idealismo, costumo citar, deformando-a ligeiramente uma fórmula célebre de Pascal: “O mundo me contém e me engole como um ponto, mas eu o contenho.” O espaço social me engloba como um ponto. Mas esse ponto é um ponto de vista, princípio de uma visão assumida a partir de um ponto situado no espaço social, de uma perspectiva definida em sua forma e em seu conteúdo pela posição objetiva a partir da qual é assumido, o espaço social é a realidade primeira e última já que comanda até as representações que os agentes sociais podem ter dele. (BOURDIEU, 2008a, p.27)

De qualquer modo, o trecho percorrido pelo agente no *espaço social* (ferramenta teórica) coincide com a mobilidade, seja ascendente ou descendente, experimentada pelo agente. Ainda que contingente, o movimento é realidade empírica. A origem é definida pela posição inicial ocupada no mercado de trabalho e o destino corresponde à posição atual – variação provavelmente associada a acréscimos em qualificação ou pela precariedade dos vínculos.

Muitos autores identificam a mobilidade social como uma mobilidade expressa pela mudança de ocupações com *status* sócio-ocupacionais diferentes. Nesse sentido, a mudança

de uma ocupação para outra, mais ou menos qualificada, implicaria nessa mobilidade no espaço social. Considerando-se as possibilidades de ascender ou descender na hierarquia social, trata-se de um movimento vertical. O que se pretende esclarecer é que o termo “mobilidade ocupacional”, conforme o interesse de investigação aqui exposto, tem menos a ver com ascensão ou decaimento na estratificação social, mas antes com um fenômeno de “instabilidade”: impossibilidade de permanência em uma mesma ocupação (ou seja em uma experiência contínua, caracterizada pela homogeneidade) citada anteriormente. O trânsito entre diversas ocupações no mercado de trabalho remete, pois, à recorrência do desemprego que, por sua vez, é entendido como expressão da flexibilização e precarização nas relações de trabalho. Há, portanto, uma alternância em ocupações de *status* igualmente subalternos, do que com uma ascensão social, conforme descrevem outros estudos sobre mobilidade. Trata-se, pois, de uma mobilidade horizontal.

Por esse prisma, levando-se em conta os mecanismos que suportam a recorrência da exclusão involuntária, bem como os entraves à reinserção no mercado (como a rotatividade), a "mobilidade ocupacional" não corresponde, necessariamente, a movimentos de ascendência (ou descendência) de *status* na estratificação social. Assim, a ideia de “fluidez”, que, à primeira vista, poderia remeter à ideia de "liberdade", corresponde a uma dificuldade de integração pelos meios regularizados e institucionalmente reconhecidos, realidade por muitos vivida. Tratar dessa mobilidade por um olhar sociológico exige que se reconheça a questão implicada na discussão que envolve qualificação profissional, possibilidade de inserção no mercado e, enfim, realização da cidadania em termos de acesso aos direitos vinculados ao mundo do trabalho.

De acordo com David Cattani e Lorena Holzmann (2006), a discussão sobre a qualificação é complexa e pode ser considerada em termos mais objetivos e técnicos ou por um prisma ideológico social. No primeiro caso, são levadas em conta as capacidades, habilidades e competências requeridas pela função. Entretanto, o outro critério para abordar o assunto nos parece mais interessante para a presente reflexão. Para além das atribuições técnicas, a qualificação a qual se pretende aqui compreender é aquela que se refere aos “aspectos propriamente políticos, relacionados a normas e valores responsáveis pela definição do grau de autonomia, autoridade, *status* e salário de um trabalhador” (CATTANI e HOLZMANN, 2006, p. 231). Neste caso, por uma abordagem construtivista, a qualificação é tida como construção histórica, por meio da qual relações sociais são reproduzidas refletindo um quadro estrutural mais amplo de desigualdades diversas (classe, sexo, cor, etnia,

linguagem, religião). Os autores apontam ainda para a discussão de gênero, situada no cerne do conjunto de elementos relevantes para a inserção no mundo do trabalho: enquanto os homens têm habilidades/qualificações reconhecidas e, portanto, remuneradas, as mulheres possuem qualidades que são consideradas naturais e, portanto, não reconhecidas como qualificação (CATTANI e HOLZMANN, 2006).

Uma ilustração clara dessa distinção seletiva do mercado pode ser mostrada com êxito pela categoria sócio-ocupacional de empregada doméstica, por exemplo. Além de ser considerada como não qualificada, também se caracteriza como tipicamente feminina. É razoável concebermos o serviço doméstico – o chamado “trabalho de casa” – sendo considerado como aquele que não exige qualquer qualificação profissional para ser executado. Assim, são as “qualidades” subjetivas e não as qualificações que são valorizadas no emprego doméstico, o que pode significar um baixo grau de autonomia, uma vez que os critérios avaliativos que determinam sua “empregabilidade” e o valor de seu salário ficam à mercê do julgamento do empregador. Por isso, as redes de amizade internas à categoria são tão importantes para garantir a inserção no mercado, funcionando como aparato legitimador de qualidades (GIRARD, 2002, p. 22-23)<sup>7</sup>.

A baixa escolaridade, conforme viu-se, é certamente outro fator que pode indicar certo *status* e salário no mundo do trabalho, pois funciona como fator limitante às possibilidades de inserção em outra atividade profissional que exige maior qualificação. Tanto a educação quanto a renda (diretamente relacionados à qualificação) são elementos chave para a análise. Viu-se, contudo, como o processo de desqualificação progressiva (mencionada no segundo capítulo) tem colocado em questão a educação enquanto critério de empregabilidade. Alguns achados lançam luz a essa realidade no contexto brasileiro. Viu-se, no capítulo anterior, que, do ponto de vista da estrutura de oportunidades individuais de inserção no mercado, há uma grande fluidez que marca as trajetórias. Por outro lado, do ponto de vista estrutural, há pouca mudança: há muito tempo, a estrutura permanece precária e isso denuncia sua pouca dinamicidade. Nesse sentido, Cardoso faz outra colocação de relevo:

A sociedade brasileira apresentou-se, para a maioria de seus membros, como uma sociedade fechada no topo, mas profundamente aberta nas posições inferiores. Os brasileiros se moveram intensamente na estrutura social, tanto horizontal quanto verticalmente, e em intervalos muito curtos de tempo, ainda que esses movimentos não resultassem em ganhos ou perdas expressivas de renda (Cardoso, 2010, p. 368)

Há, nessa afirmação, dois elementos fundamentais. A primeira hipótese trazida pelo

---

<sup>7</sup> Segundo Girard (2002), poder-se-ia observar também que, apesar de a categoria ser atualmente beneficiária de proteção social, via contrato formal, ainda são as lógicas do informal que regem esse mercado.

autor é de que a “educação” teria perdido seu valor ao longo dos anos enquanto quesito de qualificação para o mercado. Cardoso (2010) afirma que o acesso à escolaridade não figurou como condição essencial para a inserção no mercado e, tampouco, para a mobilidade social. Se, por um lado, os com maior capital garantiram, até certo ponto, a inserção por meio do acesso ao ensino superior, “os menos escolarizados que migravam do campo para a cidade [...] encontravam um mercado de trabalho repleto de posições de má qualidade, remunerando muito mal e exigindo pouca ou nenhuma qualificação formal” (CARDOSO, 2010, p. 301). Diz-se “até certo ponto” porque, como se viu, a partir da década de 1990 (crise do modelo desenvolvimentista), o desemprego passou a ameaçar a todos, e mais educação passou a indicar apenas uma menor vulnerabilidade.

Em segundo lugar, ao se referir à pouca variação de renda, entende-se que se trata do capital econômico. No caso dos menos qualificados, talvez não seja arriscado afirmar que a mobilidade corresponde muito mais a um deslocamento horizontal do que vertical; ou seja, indica a permanência na condição de trabalhador em ocupações subalternas mal remuneradas. Reconhece-se, contudo, que, a longo prazo, a migração das famílias do campo para a cidade e o acesso às condições de vida do meio urbano significou para a maioria uma melhoria de vida, uma certa ascensão. Pode-se perceber que há uma coerência entre os achados de Cardoso (2010) e Guimarães (2009).

Os achados da referida pesquisa em São Paulo (GUIMARÃES, 2009, p. 51-60) ilustram com clareza como a distinção de gênero se faz importante para a definição das chances de empregabilidade, bem como dos tipos de percursos no mercado de trabalho. Averiguou-se que as mulheres são numericamente sub-representadas tanto nas ocupações formais quando nas trajetórias duradouras no trabalho autônomo. Por outro lado, o sexo feminino é claramente dominante em trajetórias duradouras de emprego doméstico (baixíssimo prestígio). Embora a porcentagem de mulheres brancas seja de fato significativa, esse percurso é mais frequente para as negras. Constatou-se que o trabalho doméstico é a única trajetória mais provável para as mulheres do que o desemprego. Quanto às chances de desemprego, verifica-se que elas são maiores entre as mulheres do que entre os homens – o que não é nenhuma novidade. Dentre os homens, a vulnerabilidade que marca a inserção dos negros merece destaque. Em relação aos brancos, os negros aparecem sobre representados em trajetórias marcadas pela intensa mobilidade, cujos percursos não puderam ser padronizados. Em direção oposta, as trajetórias duradouras em ocupações formais de trabalho são desproporcionalmente mais prováveis para os brancos. Quanto à idade, os resultados

ilustraram a probabilidade equânime entre os jovens para a ocupação de ambas as formas de trabalho: formal ou informal. O peso da idade, em contrapartida, delinea a probabilidade de desemprego enquanto situação mais típica para aqueles acima de 50 anos. Sobre as chances de permanência no emprego, observa-se que estas são direta e fortemente relacionadas ao grau de escolaridade. A probabilidade de se traçar percursos duradouros sob formas protegidas de trabalho é tão maior quanto maior o nível escolar do indivíduo, seja homem ou mulher.

\*\*\*

Conforme Gaulejac (2002), para além das condições objetivas, é também por meio de um conjunto de atributos socialmente reconhecidos que se especifica a posição de cada indivíduo no social. Essa posição, por sua vez, é necessariamente definida em relação aos outros, ponderando-se, em um mesmo tempo, elementos de distinção e identificação. É assim que se constitui a identidade individual: a partir da definição que se faz de si mesmo, com base nos elementos presentes e reconhecidos pelos outros (institucionalmente ou não). O emprego, o estatuto profissional, o nível de renda, o tipo de habitação/moradia, o lugar ocupado em organizações ou instituições diversas, todos esses fatores contribuem então para especificar a posição social e as formas indenitárias assumidas. Sabe-se, porém, ressalva o autor, que o nível de formalização desse reconhecimento social é variável e isso implica diretamente no “grau” de cidadania realizado pelo indivíduo e sua integração na sociedade. Assim sendo, aqueles que dispõem de menos reconhecimento são socialmente definidos por uma “identidade negativa”. Sobretudo a falta de reconhecimento institucionalizado mina as possibilidades de realização do indivíduo enquanto cidadão.

Ao se analisar trajetórias de mobilidade social, é possível perceber como as vidas dos trabalhadores são marcadas, em diferentes graus, por uma tensão entre os momentos de ruptura e os momentos de continuidade. Todos procuram então livrar-se de atribuições identitárias negativas, por elas serem pejorativas e desabilitantes e, por outro lado, procuram valorizar atribuições identitárias positivas que lhes sejam favoráveis (GAULEJAC, 2002). Segundo Gaulejac (2006, p.156), está em jogo um processo de desqualificação social, no qual, em busca de trabalho, o sujeito repetidamente pode se confrontar com o discurso de que está permanentemente em desacordo com o que se espera dele. De acordo com a lógica atual do mercado, nessa corrida de cada um por si, só ele seria responsável pelo próprio fracasso. Essa desqualificação e culpabilização do indivíduo tem o potencial de alimentar um sentimento de desvalorização. Para finalizar, um ponto a mais poderia ser colocado:

A elaboração e a implementação de uma estratégia pressupõe a mobilização de "capitais" diversos (econômicos, sociais, culturais, simbólicos, etc.). (...) Cada conduta, cada momento do desenvolvimento de uma estratégia, remete a representações diversas que, consideradas de maneira isolada, parecem contraditórias ou incoerentes, mas que fazem sentido no seu conjunto. (...) A escolha de uma estratégia repousa em um triplo sistema de representações: de si mesmo, da atividade de trabalho, do mercado de trabalho na sua totalidade. (LAUTIER e PEREIRA, 1994, 134-137).

Conforme sugerem Lautier e Pereira (1994, p. 144), o conjunto de representações construídas pelos trabalhadores a cerca de seu trabalho – de si mesmo e do mercado no qual está inserido – são ao mesmo tempo produto e produtoras das conformações objetivas (estruturais) às quais está constrangido. É em função do modo como as condições objetivas são interpretadas que o indivíduo vai definir suas estratégias diversas, inclusive no mundo do trabalho. “Em termos práticos” afirmam os autores, “essas representações determinam as tentativas de recomposição da identidade que definem a maneira de se posicionar no mercado de trabalho”. Posto isso, propõe-se prosseguir a discussão aprofundando-se na perspectiva do plano individual.

## **ii) Sobre a identidade narrativa**

Retoma-se aqui a ideia posta no início do capítulo quarto, que vincula as injunções mundiais na esfera econômica àquelas que dizem respeito aos processos de socialização e construção das identidades, tanto individuais quanto coletivas. O foco agora recai sobre o argumento que põe em questão as possibilidades de mobilidade social e o peso da “herança”, origem familiar. Acordando com Gaulejac (2007, p. 312): “A instabilidade crescente das posições sociais não produz com isso uma mobilidade ascendente para o maior número. As desigualdades são sempre persistentes. Diante das lutas pelos lugares, vale mais dispor, de início, de um capital econômico, social e cultural. Os herdeiros são sempre os melhores equipados”. A reprodução social é precisamente o que permite sua existência. A história se repete em alguma medida, daí então a relevância em se estudar a “herança familiar” (o trabalho dos pais e dos avós, por exemplo) que remetem à origem no espaço social.

Pierre Bourdieu, em *Razões Práticas* (2008b), dedica algumas páginas à discussão desse tema da história de vida enquanto método. Em verdade, o autor esboça algumas críticas quanto ao uso inadequado do termo “história de vida” nas ciências sociais. De acordo com o autor, essa noção teria sido “contrabandada” do linguajar do senso comum para o campo da etnologia e depois para o da sociologia, causando algum mal estar. Usada no cotidiano dos leigos, a noção de uma “história de vida” alimenta a ilusão do senso de que haveria uma continuidade na vida de cada indivíduo, à imagem de uma filosofia da história, pela qual um sentido de sucessão de eventos é material para a construção de uma narrativa, com um sentido

definido.

Falar de história de vida é pelo menos pressupor, e é muito, que a vida é uma história e que uma vida é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história e a narrativa dessa história”. (BOURDIEU, 2008b, p. 74).

Nesse sentido, para Bourdieu (2008b), a construção de uma narrativa biográfica (como um percurso/caminho), ou seja, de uma “ideologia de si”, seria justificável enquanto resultado da preocupação de se atribuir coerência à vida e de justificar a existência individual. Ao se lançar mão desse recurso, torna-se possível o alcance de uma razão de ser, de tal forma que a construção de uma relação causal inteligível que permite – ilusoriamente – uma certa constância e continuidade entre passado e futuro: a vida como uma sucessão de “etapas de um desenvolvimento necessário” (BOURDIEU, 2008b, p.75). Essa ordem lógica e cronológica permite a articulação entre o olhar retrospectivo e a elaboração de projetos, sempre em torno de acontecimentos significativos, por sua vez selecionados em função de uma intenção global. Intenção esta que se encerra na narrativa totalizante, pela qual uma identidade organiza o real descontínuo aleatório e caótico. Ao que parece, ao falar da “ilusão biográfica”, a intenção de Bourdieu consiste em desconstruir a “história de vida” naturalizada em seu sentido subjetivamente construído, que aparece como uma série de acontecimentos significativos. O autor chama atenção para o caráter insuficiente da narrativa para lidar com a “dimensão prática” da existência. E aqui se coloca uma ponte entre a noção de *habitus* e a questão da identidade.

Os acontecimentos biográficos definem-se antes como *alocações* e como *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado. (...) não podemos compreender uma trajetória (...), a menos que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou; logo, o conjunto de relações objetivas que vincularam o agente considerado - pelo menos em certo número de estados pertinentes ao campo – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e que se defrontam no mesmo espaço de possíveis. (BOURDIEU, 2008b, p.81-82)

Trata-se eminentemente de uma questão epistemológica. Como se sabe, a noção de *habitus*, tal qual proposta pelo autor, figura como uma tentativa de buscar uma saída teórica ao embate posto à sua época, travado entre as correntes existencialista e estruturalista. Nesse sentido, pode-se dizer que a construção da proposta teórico-metodológica de Bourdieu o situa dentre aqueles que buscaram uma saída sociológica para a superação do embate entre “subjetivismo” e “objetivismo”: mais uma vez, Elias (1994) e Giddens (2003). Em *Profissão de Sociólogo*, Bourdieu (2004) é enfático ao expor suas preocupações em “proteger” a

pesquisa social do “subjetivismo”. Ao tecer sua crítica à noção da história de vida, Bourdieu pretende, antes de tudo, afirmar a precedência da objetivação da posição do sujeito no social, o que o faz invalidar a “reflexividade” do agente para a ação social. Alguns pressupostos estão envolvidos nesse posicionamento, como, por exemplo, a questão da irreflexividade do indivíduo na ação social (ou o princípio da não consciência), que faz do indivíduo uma maldição das ciências humanas: ter de lidar com *um objeto que fala*.

A teoria da estruturação de Giddens (2003), por outro lado, apesar de pender para o lado do estruturalismo e do funcionalismo, tem forte influência de fenomenólogos e de interacionistas, ao admitir que os sistemas são reflexivos. Assim, o sujeito é agente reflexivo, mas a sua reflexividade se dá somente no nível da *consciência discursiva*, no sentido da descrição e da linguagem, mas não da ação em si, que está contida na consciência prática. A *consciência prática* diz respeito ao saber tácito do sujeito na direção da continuidade do sistema – que Giddens complementa com a ideia de *rotinização*. Essa ideia é fundamental para a compreensão da ideia de *agência* que, sumariamente, diz respeito a eventos dos quais um indivíduo é o praticante, no sentido de que ele poderia ter atuado de modo diferente, de maneira que é dotado de arbitrariedade. No entanto, o agente, no momento da ação, age de maneira prática e não discursiva, uma vez que não faz reflexão sobre as *consequências imprevistas da ação*. No primeiro capítulo, procurou-se mostrar o conceito de dualidade da estrutura. É válido dizer, nesse sentido, que o indivíduo recebe um patamar essencialmente privilegiado na teoria da estruturação, pois são asseguradas, na sua consciência, as condições e consequências de seus atos, havendo, portanto, reflexividade no sujeito. Preocupado com a potencialidade constitutiva da vida social e do agente, o autor observa que o que resulta de uma ação não é necessariamente a sua intenção original. Portanto, sua concepção de vida social é episódica e descontínuista, recusando a ideia de leis históricas e de ocorrência necessária de mudanças. Ao trabalhar com a ideia de regularidade da conduta social, Giddens (2003) ressalta que esta regularidade não é natural, pois não é mecânica, e também não é habitual, pois é reflexiva.

Pode-se dizer que a proposta da Sociologia Clínica quanto à ação, aproxima-se da teorização de Giddens (1991, 2002) quanto à “identidade reflexiva” (conforme o exposto no primeiro capítulo). Viu-se como a identidade “pessoal” pode ser considerada como um processo de transformação contínua ao longo da vida. A continuidade do processo, o qual denomina psicogênese, é uma das pré-condições para a existência de uma identidade, na qual a forma posterior da pessoa emerge, necessariamente, das sequências das formas anteriores.

Assim, a possibilidade de identificação é pautada na continuidade ininterrupta do processo. Por essa perspectiva, a “identidade-eu” é determinada pela memória e pelas noções intelectualizadas (representações simbólicas) de si. Salienta-se a própria experiência corporal como o substrato que torna a pessoa apta a se posicionar no espaço-tempo em relação às outras: capacidade humana de confrontar-se a si mesmo (ELIAS, 1994, p. 154).

A relação “de si para si mesmo” supõe um trabalho de memória que se realiza em três direções diferentes (CANDAUI, 2011): uma memória do passado, entre balanços e avaliações; uma memória da ação, fugidia no presente; e uma memória de espera, que inscreve projetos, resoluções, esperanças e engajamentos futuros. Essa organização faz-se consciente (fundada em fatos objetivos), reflexível e inconsciente (portanto, anacrônica). Tendo em conta as tensões entre história e memória, a dinâmica entre lembranças carregadas de emoção e esquecimentos, pode-se dizer que são estratégias identitárias que compõem a narrativa em função de um engajamento presente (CANDAUI, 2011, p. 61-62). O discurso que desenha uma vida como uma sucessão de acontecimentos organizados, como diria (BOURDIEU, 2008b), essa “ilusão biográfica”, traz à tona, no momento da entrevista, elementos significativos que atravessam o tempo. Ela faz frente ao caos da aleatoriedade dos acontecimentos e permite a atribuição de sentido à existência, moldam disposições, também inscritas nas tensões entre as heranças, os projetos e desejo de mobilidade.

Recuperaria, finalmente, o exemplo do segundo capítulo. Conforme sugere Sennet (2012, p.142-150), a significação da história vivida, a interpretação dos fatos ocorridos é mutável. Reconhecer a plasticidade narrativa significa assumir que, a cada momento posterior, a relação entre um sujeito narrador e um dado acontecimento pode se transformar – e essas mudanças estão presentes não só no conteúdo enunciado de modo positivo/negativo, mas também no modo de expressá-lo. O tom da voz, os gestos, os silêncios. Tudo isso é importante para a compreensão de como dada realidade é vivida e, especialmente, quais respostas e estratégias estão sendo mobilizadas.

Compor uma narrativa em torno de momentos cruciais, súbitos, de mudança é, claro, uma convenção conhecida de romances e biografias (...) A convenção do momento crucial é uma maneira de tornar legível e clara a mudança, em vez de uma combustão caótica, cega, ou simplesmente espontânea. (SENNET, 2012, p. 150-151).

Assim, a “convenção dos momentos definidores”, e ao mesmo tempo esclarecedores, sinaliza o autor, ajuda a tornar coerente uma história que, a dado tempo, pode ter sido vivida como “sem sentido”. É a essa propriedade plástica da narrativa que manifesta a multiplicidade de relações entre o sujeito e sua própria história. Dependendo da versão, seu

efeito pode, de certo modo, ser “libertador” à medida que permite a pessoa assumir o controle da própria narrativa. Esse exercício de formular e reformular algo ocorrido, momentos de crises e rupturas, tem o potencial de promover uma mudança de “postura”, de uma atitude passiva à ativa, por exemplo.

### **iii) A questão da identidade por lentes distintas**

Para se introduzir as considerações quanto às escolhas metodológicas, considera-se importante tecer algumas breves observações quanto ao modo pelo o qual a discussão será conduzida a partir daqui. Em primeiro lugar, gostaria de esclarecer que, assim como o foi com o desenvolvimento da discussão proposta capítulos anteriores, também a mediação teórica se faz importante nesta etapa. Acredita-se que a escolha por uma técnica de inferência apropriada à “apreensão” de um objeto específico não poderia ser realizada sem que houvesse alguma reflexão teórico-epistemológica capaz de mediar reflexivamente o processo de investigação empírica da pesquisa sociológica. Sendo assim, considerou-se a pertinência de se apresentar as opções metodológicas, sem abrir mão, contudo, da discussão teórica que está posta em torno do tema “identidade”. Consequentemente, o presente capítulo não possui a formatação de um quadro metodológico pronto e acabado: é antes expressão da construção do problema. Dito isto, é possível prosseguir.

Viu-se a primeira reflexão teórica de relevo apresentada pelo estudo de Guimarães (2009), a qual diz respeito à distinção prevalente entre os regimes de emprego e as formas institucionais em diferentes países. A autora afirma que, embora a intensificação da instabilidade nos percursos ocupacionais se deem de forma generalizada em contexto global (em função da precarização e flexibilização, conforme se tratou capítulo 2), não caberia imputar à tendência um selo processual de “brasilianização” do mundo do trabalho. Nesse sentido, sinaliza-se brevemente uma referência a Ulrich Beck (2000, apud GIMARÃES, 2009), cuja tese é de que as transformações recentes no mundo do trabalho, por uma proliferação de novas formas de trabalho, estaria moldando os sistemas de emprego pelo mundo, nos moldes instituídos em longa data pela história social do Brasil (instável, fluido, heterogêneo). No que concerne à institucionalização do desemprego, essa afirmação não se sustentaria, afirma a autora: mercados onde “um pujante sistema público se erige, a figura a que a ele se ajusta é a do desemprego de longa duração; e, se transições há, elas se fazem entre os que se movem nas formas ditas 'atípicas' de trabalho, mas que nem de longe põem em risco seja a caracterização de padrões nessas trajetórias, sejam as fronteiras do mercado de trabalho (por uma passagem recorrente à inatividade)” (GUIMARÃES, 2009, p.39). Esse

seria o caso francês, por exemplo, em contraponto aos achados para o Brasil. Argumenta-se, pois, a especificidade do padrão de transição ocupacional para os trabalhadores da metrópole paulista, de modo a reforçar a existência de um limite interpretativo importante entre os movimentos mais amplos de transformação e seus efeitos específicos para cada contexto.

Entretanto, a proposta da autora vai além das análises empíricas de cunho quantitativo que permitem tais interpretações quanto à heterogeneidade do mercado de trabalho. Situa-se, no escopo da pesquisa, também o interesse de investigação das trajetórias de instabilidade por uma perspectiva biográfica. Sendo assim, a experiência biográfica é privilegiada enquanto objeto de pesquisa:

Em qualquer uma destas configurações (nacionais), o desemprego pode ser considerado como cenário de um trabalho biográfico e, ao mesmo tempo, de reflexão, uma vez que mobiliza a relação do sujeito com suas experiências, e também relacional, já que se articula com ações alheias. É essa experiência biográfica que queremos analisar. Nossa hipótese é a de que esta experiência é feita de insegurança, instabilidade e incerteza, que devem ser limitadas, contidas, reduzidas (pelos agentes). Contribuem para que isso ocorra, dependendo do contexto societal, instituições, regulações dispositivos que desempenham o papel de amortecedores (GUIMARÃES, 2009, p.91).

O alcance da hipótese do estudo condiz com sua grande envergadura: conforme explicitado, trata-se de um estudo comparativo entre França, Brasil e Japão. O teste dessa hipótese, confirmada ao final, dependeu da realização de dezenas de entrevistas em profundidade, que trouxeram dados precisos quanto às representações típicas de desemprego em cada país. Tendo em vista a dimensão abrangente dos resultados, privilegiam-se para a presente discussão dois pontos específicos. Primeiramente, importa considerar os fundamentos teóricos que orientaram as análises biográficas. Em um segundo momento, serão apresentados os principais resultados das análises referentes às biografias dos trabalhadores brasileiros.

Em suma, interessava ao estudo apreender as significações atribuídas às situações de desemprego, em geral problemáticas. Conforme Guimarães (2009, p. 91), o caráter relacional da biografia (no caso, da experiência biográfica do desemprego) exige que se considerem as tensões e ambivalências em nível discursivo observáveis nas entrevistas. Sabe-se que esse ponto de vista é partilhado por uma corrente de autores que privilegiam o “estatuto da palavra” em seu valor heurístico para a condução das interpretações sociológicas. Por esse prisma, importa a análise da unidade semântica do discurso, de modo que os principais elementos conformam o léxico utilizado e exploração tanto das oposições estruturantes quando das recorrências. Em várias etapas de análise do discurso, a intenção concentra-se em *reconstituir o sentido*, para finalmente alcançar a produção de tipologias. A partir das diversas

biografias, realiza-se “uma redução da diversidade dos casos individuais para um pequeno número de pontos de vista típicos, organizados em torno de entrevistas suficientemente atrativas, que condensam e acentuam um número equivalente de argumentações acerca da situação” (GUIMARÃES, 2009, p. 196).

Nesse contexto teórico pelo qual foi guiada a pesquisa em São Paulo, Guimarães (2009) apresenta os resultados de análises qualitativas acerca da experiência subjetiva de situações de desemprego no Brasil. Embora outras figuras tenham sido identificadas, viu-se o “desemprego recorrente” como típico, ou seja, mais comum. Condizendo com os dados quantitativos, as análises biográficas apontaram para uma identificação comum para 40% dos entrevistados, que apresentaram estratégias diversas e transitórias, circunscritas em grande medida pelas relações informais de trabalho:

a experiência do desemprego parece fortemente modelada por atividades cujos estatutos são incertos e que, por isso mesmo, não parecem ser redutíveis aqueles comumente atribuídos seja em descrições analíticas, seja em categorias administrativas, às posições ocupadas no mercado de trabalho (o emprego, o desemprego ou a inatividade)”. (GUIMARÃES, 2009, p.179)

Viu-se, em capítulo anterior, como o assalariamento no Brasil se estende às atividades instáveis, precárias e desprotegidas. Nesse sentido, o estudo sugere que a “complexidade” e a “fluidez” que regem essa organização do emprego definem também os contornos do desemprego que, para os trabalhadores, assumem uma significação subjetiva específica. Conforme as análises empreendidas, as particularidades do sentido da experiência subjetiva do desemprego entre esses trabalhadores poderiam ser compreendidas em torno de três ideias centrais, sintetizadas em torno de uma construção discursiva.

Dentre as construções discursivas, destaca-se a seguinte figura: “*eu tenho que me virar de um jeito ou de outro*” (GUIMARÃES, 2009, p. 146). Segundo a autora, essa lógica de se representar o desemprego e, portanto, de se representar frente ao mercado de trabalho, está fundada basicamente na “urgência”. A ordem da urgência traduz-se na necessidade da garantia da sobrevivência individual e familiar. Nesse caso, a busca por um trabalho é antes a busca por uma “atividade qualquer” e o discurso sobre si se afirma na “imagem dividida” de uma pessoa honesta, que sempre trabalhou e que permanece na luta, na batalha. Enquanto procuram se reinserir no mercado, esses indivíduos não esperam de fato conseguir uma atividade da mesma natureza daquela que deixaram, tampouco obter um emprego de fato desejado. Há, portanto, há uma certa descrença quanto à possibilidade de viver uma outra realidade que não a de instabilidade e precariedade. Por outro lado, avalia Guimarães (2009), não raro trabalhadores em exercício de uma “atividade qualquer” buscam paralelamente uma

outra possibilidade, a busca por uma inserção melhor; a saber, uma atividade que goze de uma relação regular e formal de trabalho. Nesse sentido, parece pertinente pontuar que o fato de se viver instável na precariedade não necessariamente anula as expectativas de continuar na luta. Daí a “imagem dividida” à qual se refere a autora. Ao mesmo tempo, a partir dessa consideração, evidencia-se uma vez mais a força do argumento de Cardoso (2010). Essas evidências apontam, segundo a autora, para a existência de um “outro arranjo social”, que corresponde a uma “outra” relação com os direitos do trabalho.

Das ideias centrais, em primeiro lugar tem-se que a restrita e incompleta institucionalização do emprego, expressa na baixa efetividade da proteção social, tanto em termos de cobertura, quanto de duração, acabariam por reforçar os vínculos comunitários. No caso brasileiro, a família, bem como a igreja e as relações de vizinhança assumiriam, pois, uma relevância ímpar nas situações de desemprego. Os vínculos primários de interdependência mais próxima “orientam o desempregado para as práticas de atividades remuneradas (em níveis muito variáveis) de modo a fazer face à privação de renda que o desemprego forçosamente acarreta na ausência (ou face à debilidade) dos dispositivos governamentais” (GUIMARÃES, 2009, p.180).

Arelada a essa característica, sustenta-se a segunda noção em destaque. A autora identifica um reforço a essa baixa institucionalização de ambos, emprego e desemprego. Sendo percebido como comum, recorrente e até banal, a situação de desemprego não implica um forte estigma social se comparado a outras realidades (a exemplo das economias centrais). Do ponto de vista subjetivo, portanto, a experiência se explicaria menos por um sentimento de “ruptura” (identitária). O “desalento”, situação bem menos comum, corresponderia antes a uma falta de sucesso nessas estratégias ancoradas nas redes de sociabilidade mais próximas ao indivíduo. Desse conjunto de considerações, a autora depreende enfim sua terceira e principal conclusão acerca da experiência subjetiva de indivíduos em situação de desemprego no Brasil. Tendo como expressão discursiva verdadeira para a maioria dos entrevistados, tem-se que:

não é a privação do emprego o elemento que organizará as significações atribuídas ao desemprego, que serão pautadas, antes, por outras possibilidades interpretativas baseadas naquelas múltiplas atividades em que o sujeito se mobiliza [...] Assim, a experiência referencial, que é ao mesmo tempo vivida individualmente e sustentada coletivamente, é estruturada em torno da mobilização de recursos para obter renda e, conseqüentemente, orientada para a participação em formas as mais heterogêneas de atividades de trabalho. Ela se mostra como um modelo de “*variação*” organizada (grifo da autora). (GUIMARÃES, 2009, p.181)

Os achados de Guimarães (2009) definem, portanto, uma importante ruptura em relação àqueles cuja evidência empírica e conclusões dizem respeito a realidades nacionais

tão distintas da nossa. A partir da construção de “figuras do desemprego” para cada contexto, foi possível estabelecer as aproximações e os distanciamentos. Fugiria ao foco da presente discussão realizar uma descrição detalhada quanto aos resultados comparativos. Das conclusões, importa guardar que a inferência quanto a um tipo de sociabilidade “tipicamente brasileira”, potencialmente descaracteriza a leitura exclusiva do desemprego enquanto experiência subjetiva de ruptura (identitária). Esse é um ponto chave para o desenvolvimento do presente trabalho.

Ponderar os alcances e limites de uma escolha teórico-metodológica significa reconhecer as dificuldades analíticas apresentadas no confronto com o real. Guimarães (2009), nesse sentido, destaca os “problemas clássicos” relativos ao método de entrevistas biográficas. A dificuldade central consistiria principalmente em ler o fenômeno que se apresenta “pulverizado numa pluralidade de interpretações heterogêneas e irreduzíveis, umas às outras” (GUIMARÃES, 2009). Mais especificamente, Guimarães (2009) direciona a discussão para as questões linguísticas implicadas nas análises. Composto por três idiomas absolutamente distintos, o universo de pesquisa apresentou-se extremamente complexo para o empreendimento comparativo. Para o trabalho analítico, os principais obstáculos emergiram nas tentativas de aproximar, de traçar padrões e regularidades, enfim, de identificar convergências de sentido entre as três realidades. Desse modo, a significação do discurso não poderia ser reduzida às palavras utilizadas. Tampouco a análise sociológica se limitaria à observação “das similitudes léxicas”. Há uma clara postura de cuidado e precisão metodológica para que os discursos fossem apreendidos especialmente por meio das tensões que o permeiam: há a preocupação de fundo está em se reconhecer as limitações epistemológicas, e considerar a irreduzibilidade do significado subjetivo ao significado linguístico.

Essas considerações em conjunto importam porque permitem situar os pressupostos epistêmicos em um contexto teórico específico. Nesse sentido, pode-se dizer que a proposta da autora aproxima-se de uma corrente teórica cujos pressupostos sociológicos poderiam ser colocados mais ou menos assim:

A sociologia abrangente e analítica procede por tipificação de discurso, de formas de linguagem, em compor determinados da atividade, mas o que é tipificado são as formas (discursivas, de linguagem, simbólicas) e não sujeitos. Na identificação dessas formas, a análise das categorizações é essencial. Ela supõe que se pode captar os jogos complexos que se desenvolvem entre categorias oficiais tomadas de empréstimo aos “discursos do outro” e categorias “nativas” produzidas pelas pessoas em interação. Quanto mais as categorias “nativas” se afastam das categorias “oficiais”, tanto mais as “lógicas” expressas se afastam dos “modelos” habituais dos pesquisadores e tanto mais complexa é a análise. A constatação bastante frequente

[...] de heterogeneidade das formas de linguagem e de discurso é, na minha opinião, o indício de uma perda de legitimidade das categoriais e dos modelos anteriores, o revelador de uma crise dos modelos de identificação e, portanto, das formas identidade “para outrem”, mas também “para si”. (DUBAR, 2009, p. 243).

Neste ponto, tem-se um ponto de tangência entre uma perspectiva metodológica e a grande problemática acerca da “crise das identidades”. Daí a pertinência da proposta teórica que trazem uma proposta plástica da identidade. As formulações de Claude Dubar e Didier Demazière<sup>8</sup> apontam que a questão da identidade deve ser pensada a partir do ponto de vista processual, processo que coloca em jogo a relação entre os percursos no mercado de trabalho e o movimento de reformulação contínua a qual estão submetidas as “formas identitárias”. Sendo assim, os autores propõem a substituição do termo identidade (que passa a ideia de algo substancializado e que pode ser simplesmente dado, pronto e internalizado) pela noção de “formas identitárias”, a qual atribuem qualidade “compreensiva”. A necessidade dessa reformulação teve origem justamente em pesquisas sobre as transformações do trabalho e do emprego que, de um modo geral, privilegiam análises relativas aos percursos profissionais. Enfim, a apropriação do “novo” termo seria capaz de deslocar uma apreensão do objeto (a saber, as próprias trajetórias), puramente descritiva e classificatória, a uma de inspiração construtivista e com maior poder explicativo. Observa-se, pois, uma busca conceitual a fim de preencher a necessidade do campo, para a leitura do real em transformação. Conforme aponta o autor, lidar com a heterogeneidade apresenta-se como desafio urgente e concreto para a epistemologia sociológica. Na tentativa de responder à esse desafio, Dubar (2009) posiciona-se em favor de um método, a saber, aquele que se aproxima de uma abordagem linguística do social.

Conforme se tem ressaltado ao até o momento, dificilmente a questão da identidade é acalentada por consensos, e isso se faz verdadeiro também no que concerne à epistemologia. Não é surpreendente observar que, no momento em que o objeto parece se tornar fugaz em ritmo progressivo, aumentem também os descensos em torno do tema. Para além da indagação sobre como conceituá-la, há a diferentes pontos de vista sobre como abordá-la do ponto de vista empírico.

Gaulejac (2001) traz considerações preciosas acerca do tema em seu artigo intitulado “Sociólogos em busca da identidade”. Assim como Hall (2011), o autor se propõe a refletir as respostas do campo sociológico perante às questões identitárias cuja emergência ganha fôlego progressivamente. Mais especificamente, parece interessar ao autor noticiar um certo

---

<sup>8</sup> Autor colaborador da pesquisa em questão (GUIMARÃES, 2009).

desconforto predominante. Desconforto que teria a ver com aquela dissonância referida inicialmente: à medida que o individualismo triunfante e o “retorno do sujeito” são reconhecidos enquanto questões sociológicas, aumenta o interesse e os desafios para explorar empírica e teóricamente essa realidade – própria existência – que, desde os autores clássicos da sociologia, teria e constituído como uma “caixa preta”. O desafio coloca-se quando torna-se inevitável a reflexão quanto à experiência no mundo do ponto de vista individual. Quando trazida a esse plano da experiência – ou seja, quando está em questão a subjetividade – a captura da socialização enquanto processo parece perder-se em abstrações: parecem faltar ao pesquisadores ferramentas teórico-metodológicas para lidar com “o vivido”. Nesse sentido, chama-se a atenção para as tensões que envolvem as noções centrais de “identidade” e de “sujeito” no campo. Tensões que se fundam e se perpetuam em função de uma desconfiança perene quanto ao campo da psicologia. Basicamente, o autor sinaliza que a busca pela compreensão da questão da identidade, cada vez mais, obriga sociólogos a repensarem fronteiras disciplinares, cuja existência acaba por ser naturalizada.

O objetivo principal do autor parece ser justamente problematizar a complexidade do objeto de modo a apontar as limitações da sociologia e, ao mesmo tempo, afirmar a necessidade de uma abordagem capaz de superar barreiras disciplinares que mantêm objetos de estudo como a identidade na sobra, em terras de ninguém. Em parte, o argumento de Gaulejac (2001) é tecido a partir de algumas ponderações críticas feitas à colocações contidas em “A crise das identidades” (Dubar, 2009). Trata-se de um diálogo que está posto: dois posicionamento distintos quanto aos pressupostos teórico-epistemológicos perante a identidade, enquanto objeto sociológico.

Em um primeiro momento, Gaulejac (2001) resgata aquela tese principal (já apresentada aqui), segundo a qual no mundo contemporâneo as formas identitárias predominantes seriam aquelas cuja multiplicidade dos vínculos marcaria a crença quanto à primazia do sujeito individual. Em sentido oposto à ascensão dessas formas, estaria em decaimento as formas identitárias cujas designações simbólicas coletivas faziam-se valer como referências preponderantes: daí a crise das identidades. Conforme viu-se está no centro dessa idéia a consideração da “identidade narrativa” como expressão máxima da crise, nas várias esferas de sociabilidade (família, trabalho, gênero, etc). Viu-se com maior profundidade, quais são os termos do ponto de vista teórico para considerar a crise no mundo do trabalho.

Em um segundo momento, a partir de uma idéia colocada quanto às dinâmicas

identitárias contemporâneas na esfera familiar, Gaulejac (2001) tece algumas considerações importantes. A relevância para a reflexão aqui proposta, repousa na oportunidade de situar com maior precisão o que de fato interessa para leitura sociológica, pela perspectiva clínica, quando se analisa uma trajetória individual. Basicamente, o autor faz ressalvas quanto à uma colocação em especial sobre o conceito de “identidade pessoal”. Ao falar sobre as possibilidades de “autonomia” em relação à família de origem, Dubar (2009) objetiva descrever os vínculos contemporâneos, no qual ao sujeito é possível descolar-se de sua origem, por meio de uma trajetória imprevisível na qual o fundamento da identidade adquire uma “feição pessoal” em sua forma narrativa. É uma ideia que relaciona “mobilidade social” e construção da identidade. Dubar sugere que caso a herança familiar corresponda a uma alto capital cultural, o nome e a origem pesam sobre a identidade do indivíduo. Por outro lado, àqueles cuja família de origem situa-se em posição de desprestígio, a busca o processo identitário se dá no rumo ao descolamento. Veja-se do texto original o argumento:

se trata de construir e inventar o novo, Não só um estatuto, “uma situação social”, mas antes uma história para si que tenha um sentido pessoal, existencial. É o sentido narrativo que está no centro do processo, isto é, a identidade biográfica para si e não para outrem. É uma identidade discursiva e não nominal, narrativa e não apenas reflexiva (...) Então, a identidade íntima é a história de seu arrancamento da família de origem, dos papéis tradicionais, é o acesso à autonomia de um projeto “para si”, é a narrativa de suas rupturas tanto quanto de suas continuidades, de suas crises (inevitáveis) tanto quanto de suas realizações (eventuais). (DUBAR, 2009, p.99)

Este é um ponto importante. Nesse contexto, é questionada com certa ênfase a pertinência de se colocar como que em oposição radial a “identidade genealógica” (de origem) e a “identidade pessoal”. O autor chama atenção para a ideia de que, do ponto de vista sociológico, não convém considerar a “herança familiar” como boa ou má. A herança é uma realidade que está posta, e produz efeitos independentemente da posição subjetiva do herdeiro, embora seja essencial reconhecê-la para se compreender se possa compreender a relação que cada um tem com o seu passado: um empreendimento analítico não poderia se furtar do peso dos registros simbólicos. Por essa linha de pensamento, Gaulejac (2001) afirma que reconhecer a construção da identidade individual a partir da família (e de sua identidade) não significa supor que haja no processo um movimento de substituição de uma pela outra. O argumento do autor é desenvolvido, pois, de modo a apresentar uma outra perspectiva para apreender essa complexidade do real.

Mais do que se reconhecer a dialética permanente entre identidades herdada e adquirida, estatutária (objetiva) e pretendida/esperada (subjetiva), entre continuidades e rupturas, é preciso se ter a capacidade de apreender o emaranhamento profundo entre esse

pólos. Tendo em vista o caráter processual da construção das identidades, Gaulejac (2001) afirma que para além da os processos históricos sociais em plano macro (tal qual discutida no primeiro capítulo), do ponto de vista micro, individual, é preciso levar em conta a historicidade que implicada na relação entre a identidade original e a construída. A idéia qual se pretende enunciar é como os destinos humanos são também expressões do trabalho do sujeito frente a sua própria história. Há, nesse sentido, uma ênfase na atividade do sujeito (a partir da reflexividade) sobre sua própria história. O propósito das considerações parece consistir em se ponderar os termos em que o "arrancamento" em relação à família é feito. Se por um lado a identidade narrativa pode ser, eventualmente, um fator de mudança pessoal, não é suficiente para se mudar o passado. Isso porque a identidade vai muito além de sua dimensão discursiva:

*C'est justement parce qu'il y a des contradictions entre le communautaire et le sociétaire, le généalogique et le personnel, le passé et le présent, entre des héritages pleins et d'autres vides, des histoires lourdes et d'autres plus légères, que l'individu est amené à faire des choix qui le sollicitent à devenir un sujet. (...) Il ne suffit pas de se raconter pour changer le passé, transformer le monde ou échapper à l'action des déterminations sociales, économiques et culturelles. Par contre, par un travail sur soi, l'individu peut changer la façon dont ce passé est agissant en lui. En ce sens, l'individu est le produit d'une histoire dont il cherche à devenir le sujet. (GAULEJAC, 2001, p. 358)*

Para os objetivos do presente trabalho, não interessaria explicitar em pormenores o embate entre os autores. Porém, não se poderia ignorar o fato de que o diálogo existe e reconhecer que, a partir dele, faz-se possível descrever os elementos em torno dos quais as tensões se colocam e conferem contornos distintos aos posicionamentos teóricos. Aqui interessa especificamente apresentar o posicionamento clínico quanto a noção de sujeito, bem como explicar com clareza em que medida a relação entre história de vida e subjetividade afirma sua pertinência na tentativa de compreensão do social, e por isso evoca-se a questão da herança. Em segundo lugar, interessa também apresentar a sociologia clínica enquanto referência privilegiada para a condução do presente trabalho. Nesse sentido, com base nas considerações a seguir justifica-se a escolha desse outro olhar. A partir do momento em que se considera a complexidade do objeto, não há como reduzir a escuta ao plano do discurso: seria reduzir a análise da identidade ao plano discursivo e representacional. Significaria uma redução cara se supor a questão da subjetividade e da identidade como uma questão de linguagem, uma questão narrativa: a história social, bem como familiar e pessoal são constituintes da subjetividade, onde estão atuam também os afetos, as emoções e os processos psíquicos. (GAULEJAC, 2001).

#### iv) Problema de pesquisa

Até este ponto procurou-se desenvolver a discussão de modo a apresentar algumas questões concernentes aos temas a serem abordados. Em um primeiro momento, explicitou-se a questão da identidade no marco da teoria sociológica contemporânea. Em segundo lugar, o foco foi direcionado à revisão bibliográfica que compreende a discussão da identidade no mundo do trabalho, atribuindo ênfase, portanto, à subjetividade. Isso posto, buscou-se ter em conta o contexto brasileiro em meio às transformações estruturais, as quais se espelham nas dinâmicas do mercado de trabalho. Para um pouco além, procurou-se trazer à tona alguns elementos para se pensar a sociabilidade do trabalhador brasileiro ao longo da história. Prosseguindo-se com a revisão teórica, foi possível retomar questões caras à sociologia do trabalho, especialmente as formas de mobilidade (horizontal e vertical), bem como pontuar elementos relevantes para a compreensão da socialização no mundo do trabalho. O destaque atribuído à questão da “herança” permitiu, por fim, tecer algumas ponderações iniciais quanto histórias de vida, de modo a situar novamente a construção da identidade na teoria social contemporânea.

Os fios deixados ao longo da discussão podem ser agora finalmente unidos para a formulação do problema de pesquisa propriamente dito e dos contornos do objeto definido. Inicialmente, deve-se explicitar a grande relevância do contato com a pesquisa supracitada – *Desemprego, uma construção social* (GUIMARÃES, 2009) – para a incitação dos questionamentos iniciais, que conferiram fôlego à definição do objeto de pesquisa. Destaca-se, em especial, o fato de a autora ter descortinado o mundo do trabalho no Brasil como um universo heterogêneo, no qual predominam as experiências de instabilidade, precariedade e trânsito no mercado de trabalho, por meios empíricos suficientemente precisos. A partir da leitura desse dado universo empírico (biografias de trabalhadores em São Paulo), a pesquisa possibilitou não só a análise comparativa entre realidades nacionais, cada qual com mecanismos específicos de institucionalização do emprego; mas instigou também, a inquietação do ponto de vista teórico.

Essas considerações são fundamentais para a presente pesquisa, pois esta se sustenta, essencialmente, por duas vias de questionamento. A primeira diz respeito a seguinte questão: para uma investigação com foco na construção identitária ao longo de uma vida de trabalho, por que não se deslocar o foco proposto pela autora, que recai exclusivamente sobre “representações em situações de desemprego”? Nesse sentido, pergunta-se ainda: por que não considerar também os momentos de ocupação? Por que não levar em conta a “mobilidade

ocupacional” (sem descartar, claro, os momentos de desemprego)? As evidências empíricas apontam para um movimento de alternâncias objetivas quanto às formas de trabalho? Considerar esse movimento implicaria em não manter o foco numa face (emprego), nem em outra (desemprego); mas na própria identidade em movimento. Nesse sentido, assume-se a opinião de que valeria a pena investigar trajetórias de trabalho marcadas pela mobilidade ocupacional, ou seja, pelo percurso que se dá por meio do exercício laboral em atividades diversas. Trata-se, pois, de abordar histórias de vida, cujas experiências subjetivas se dão entre vários ofícios e, também, por situações de desemprego. A partir da motivação incitada por esse conjunto de perguntas, formulou-se o principal objetivo da pesquisa aqui proposta: investigar a dinâmica identitária pela via do trabalho em socializações pelas quais as experiências em várias ocupações distintas definem a trajetória profissional.

A proposta para a pesquisa de campo consistiu, pois, em olhar para uma mesma realidade empírica (trabalhadores em trânsito), definindo-se, contudo, uma outra metodologia e um outro olhar: no lugar de uma pesquisa de grande porte capaz de acompanhar trajetórias por alguns anos (análise transversal), o trabalho analítico se deu por meio das histórias de vidas. Eis a segunda via pela qual o problema foi construído: o olhar mais próximo ao linguístico dá lugar ao olhar socioclínico. Verificou-se naquela pesquisa, que o diálogo com o aspecto identitário da experiência subjetiva faz-se presente por meio das análises biográficas. Nesse sentido, procurou-se explicitar algumas diferenças, de duas possibilidades para se abordar a um mesmo objeto - biografias.

No caso de Guimarães (2009), sua proposta de pesquisa se fez clara: analisar do ponto de vista do discurso situações de desemprego. Foi a partir do diálogo estabelecido entre as abordagens de Dubar (2009) e Gaulejac (2001) que a problematização da dinâmica identitária no mundo do trabalho apresenta-se como ponto de partida para o percurso de uma nova pesquisa. Desse modo, a condução das análises privilegiou, aqui, trazer à luz as táticas de inserção no mercado de trabalho, formal e informal, bem como os meios diversos para a aquisição de renda, especialmente nos momentos de descontinuidade.

Nesse sentido, foi fundamental olhar para os recursos acionados na procura por emprego ou no empreendimento de outra "atividade qualquer". Sabe-se que as redes informais de indicação têm grande peso para os vínculos. Quais seriam, nesses casos, os papéis dos grupos “profissionais”? Existiria para esses trabalhadores vínculos dessa natureza? Haveria aspirações coletivas?

Apreender o que há de essencial na "permanência de situações provisórias" pareceu

indispensável para se pensar as próprias condições de manutenção e de metamorfose definidoras da identidade pelas vias do trabalho. Para além das representações sobre o papel do Estado, procurou-se trazer à tona como os dispositivos institucionais estiveram presentes ao longo da socialização desses trabalhadores. Se os itinerários traçados estão inevitavelmente constrangidos por uma dada ordem institucional, interessa, pois, pensar em como a rotatividade molda as relações entre o trabalho e a identidade do trabalhador em diferentes momentos da trajetória profissional. Importou, enfim, tentar apreender a “lógica da sobrevivência”, a "institucionalização do bico" a partir dos relatos dos trabalhadores e compreender suas aspirações, negociações e conquistas: a reinvenção do trabalho, a própria confrontação com o real.

O modo como foi formulado o questionamento exigiu que se esclarecesse que a identidade é, antes de tudo, uma construção social e, portanto, não pode de modo algum ser simplificada à dimensão subjetiva. Investir esforços para a apreensão da subjetividade, ou seja, captar como o sujeito interpreta sua própria história e a realidade que o envolve, significa tentar compreender suas estratégias e ações. Em outras palavras, importa investigar as estratégias diversas que constituem elemento primário para a produção e reprodução de um modo particular de conformação do mundo do trabalho: a subjetividade enquanto construção social é o próprio objetivo de pesquisa. Esse é o interesse sociológico quanto à subjetividade.

A partir da assunção das diferenças conceituais entre trabalho, profissão e emprego, e do pressuposto de que qualquer forma de trabalho é estruturante da identidade, a questão sociológica posta foi precisamente: qual o tipo de socialização via trabalho, e logo, de identidade possível para esses trabalhadores submetidos à instabilidade entre ocupações e à insegurança de renda? Nunca é demais ressaltar que, certamente, dizer que qualquer trabalho é estruturante, não implica em afirmar que ele seja a única esfera relevante a cumprir esse papel. Ademais, colocando a pergunta nesses termos, viabiliza-se a possibilidade indireta de se dialogar com o tema atual sobre a “crise das identidades profissionais”.

Neste ponto, um questionamento define uma inflexão importante na linha de pensamento. Se do ponto de vista empírico o recorte temporal é pré-condição para pesquisa, por outro lado, até que ponto faria sentido realizar a leitura sobre a flexibilidade do trabalho no Brasil restringindo-a ao contexto de reestruturação produtiva manifesta a partir da década de 90? Afinal, o mundo do trabalho tornou-se flexível por um processo vinculado à globalização (à dita modernidade tardia, do primeiro capítulo) ou assim se constituiu ao longo de sua história social? Estudiosos brasileiros falam, certamente, sobre uma intensificação do

caráter já flexível. O percurso teórico que se pretendeu seguir, por meio da orientação da obra de Cardoso (2010) foi, portanto, o seguinte: mais interessante, talvez, do que se pensar a inserção “fluida” de trabalhadores exclusivamente à luz das desregulações mais recentes, julgou-se pertinente aprofundar na história social, a fim de melhor conhecer os termos dessa flexibilidade, para a qual a “rigidez” do Estado de Bem Estar Social nunca fora um contraponto efetivo. Enfim, sugeriu-se aqui que trabalhar com a historicidade da constituição de um *ethos* do trabalhador brasileiro poderia enriquecer a reflexão na medida em que se aproxima de padrões de sociabilidade no mundo do trabalho nacional. Quer dizer, em um contexto que o único padrão aparente é a heterogeneidade, um recuo no tempo pode trazer mais clareza sobre a realidade vivida. É precisamente nesse sentido que considerar a profunda análise da “construção da sociedade do trabalho no Brasil” fez-se fundamental.

Ainda do ponto de vista teórico, viu-se como, para Guimarães (2009), o desemprego no Brasil, por ser recorrente, não representa ruptura identitária. Essa ideia é absolutamente compatível com interpretação sobre longa data da fluidez social enquanto principal característica da sociabilidade no mundo do trabalho brasileiro. Como base nessa constatação, ao se olhar para o movimento (ao invés da ruptura) julgou-se interessante manter como questionamento de fundo: em que medida a “mobilidade entre ocupações” (ou seja, a pluralidade de trabalhos, ocupações, ofícios e profissões na vida do trabalhador) permite se falar em uma crise identitária, capaz de extenuar a importância do trabalho na socialização secundária?

A pretensão de responder a esta última pergunta, iria muito além dos limites desta dissertação. Contudo, para a presente pesquisa, contou a intuição de que pensar situações de desemprego que ocorrem em diferentes momentos em uma trajetória de trabalho ilustraria, pois, um dos lados da moeda: a outra face diria respeito justamente às experiências em empregos diversos, à mobilidade ocupacional (com tendência horizontal). Por uma perspectiva de longo prazo, a fim de apreender a construção identitária, assumiu-se que a possibilidade de se olhar para os “momentos entre empregos diversos” (ou seja, situações de desemprego) não se mostra desvinculável dos “momentos de trabalho em ocupações temporárias” (ou seja, mobilidade ocupacional). Considera-se, nesse sentido, a possível pertinência em se sugerir que as representações em situações distintas de trabalho são tão relevantes quanto aquelas constituídas em situações de desemprego. Se coubesse aqui uma hipótese, ela se definiria nesses termos.

Ainda à luz da revisão bibliográfica, algumas considerações poderiam ser talvez

colocadas. Conforme o exposto anteriormente, caberia a atenção para a notabilidade do tema “individualismo” ou “individualização” nas abordagens sobre a identidade. No mundo do trabalho, a heterogeneidade nas formas de emprego, bem como a lógica do “cada um por si” e, principalmente, a falta de uma referência de coletivo – à imagem daquela que um dia foi representada pelas organizações sindicais –, aparecem como aspectos centrais para a teorização sobre “a crise das identidades” e para o questionamento da “centralidade do trabalho”. Sem se pretender levar os exemplos à exaustão, acredita-se ter sido possível apontar um certo consenso entre as perspectivas interpretativas dos autores: em termos gerais, a crise no mundo do trabalho é interpretada pela chave da crise do Estado de Bem-Estar social, definida de forma mais ou menos clara entre um “antes” e um “depois” dos chamados anos dourados desse modelo. Essa chave de leitura, diz respeito, como se sabe, ao modelo de cidadania regulada (trabalho formal e duradouro) típico das experiências dos chamados “países centrais”.

Frente ao esfacelamento das organizações sindicais (que pressupunham um vínculo identitário por pertencimento a uma coletividade), os chamados “laços comunitários” têm figurado como substitutos, espécie de “refúgio identitário” para trabalhadores, que já não teriam o trabalho (incerto, instável, precário, parcial, flexível, temporário, etc.) como fonte indispensável à estruturação da identidade. Não dispondo de qualquer garantia quanto à pertinência desta inquietação particular, pediria-se licença para arriscar. A questão que se coloca ao fundo é: até que ponto não há na teorização sociológica sobre a “identidade via trabalho” uma pressuposição que coloca a “identidade coletivamente forjada” enquanto condição necessária para a relevância do trabalho na constituição identitária?

Em outras palavras, tem-se que a questão do “coletivo em resistência” parece ser o principal elemento descrito para a interpretação da sociabilidade (identidade) no fordismo. Sendo assim, parece estar posta uma relação estabelecida entre o enfraquecimento das forças sindicais e os demais elementos sintomáticos da crise, como o fim das “carreiras”, da estabilidade, da condição salarial rígida, etc. Considerando-se que as organizações sindicais pressupõem a existência de um grupo profissional e, logo, a identificação dos “filiados” com um ofício comum, especializado, me pergunto em que medida não se corre o risco, no plano teórico, de ter o significado da noção de “identidade via trabalho” reduzido ao sentimento de “pertencimento” (ou exclusão) relativo a uma dada organização coletiva de trabalhadores. Em que medida isso faz sentido empiricamente? Em que medida o peso do trabalho na constituição identitária dependeria dessa configuração clássica da “sociedade fordista”? Será

que o desmanche dessa suposta homogeneidade anterior, pela qual a identidade coletiva funda-se, em teoria, na resistência coletiva de grupos profissionais (em luta por afirmação) justifica uma crise das identidades? Ou seria uma crise da sociologia para desvendar os processos identitários no real, cada vez mais reconhecido, no campo das ciências sociais, por sua heterogeneidade?

Essas perguntas caracterizam uma grande questão de fundo. A pretensão de responder a esta pergunta não se inclui nos objetivos da pesquisa. Trata-se de uma questão muito complicada – e por que não dizer, delicada? –, diretamente relacionada ao mencionado debate sobre a “centralidade do trabalho”. Como se sinalizou anteriormente, o mérito desta segunda questão foge ao escopo do presente estudo. Como aponta Kobena Maecer, “a identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se põe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (citado por HALL, 2011, p. 9). A construção do conhecimento e a práxis social têm implicações mútuas. Daí a importância da análise do processo de transformações dos conceitos (conforme se argumentou no capítulo inicial do presente trabalho). Neste plano, além dos conceitos, também importam os discursos que conformam o saber sobre o tema, a cada momento histórico. E é nesse sentido que me instiga o seguinte pensamento: se a “crise” da identidade no trabalho pressupõe uma ordem prévia, ou seja, um estado “normal” definido pelos moldes de uma sociedade industrial, democrática, salarial e, portanto, homogênea, “nos sentidos europeus dos termos”, questionar a realização efetiva desse pressuposto significa questionar a pertinência do reconhecimento da própria “crise”. Se nunca houve sociedade predominantemente industrial e se a mobilização coletiva, embora tenha tido força para a negociação com o Estado, nunca foi sólida, a “identificação em bloco” não teria lastro real para ser tido como referencial identitário. Se nunca houve uma sociedade salarial integral (ou um *welfare* completo), se a mão de obra brasileira caracterizou-se pela “desqualificação” do ponto de vista formal, nunca houve homogeneidade dos trabalhadores frente ao Estado de direito, tão típica das sociedades “modernas” centrais. Se a “ordem”, ou melhor, se o padrão normativo institucional, não corresponde àquela ordem que nunca foi nossa, talvez não fosse pertinente que se reconhecesse aqui aquela “crise”. O que aqui ocorre aproxima-se mais de uma “continuidade”. A constatação de que as “grandes transformações recentes” no mundo do trabalho não correspondem necessariamente a uma ruptura no padrão das trajetórias dos brasileiros e, portanto, dos processos de subjetivação e de constituição da identidade via trabalho, talvez indique a pertinência em se repensar a ideia de que a identificação coletiva

com grupos de trabalhadores é elemento *sine qua non* da identidade via trabalho.

#### **v) Socioclínica e histórias de vida**

Como apreender esse “objeto” sempre inacabado, sempre sujeito à ameaça de seu deslocamento ou de sua petrificação? Que se dissolve no momento em que tentamos apreendê-lo? Que só se mantém porque, sempre no tear, é incessantemente tecido na linguagem que os sujeitos produzem, presas de suas emoções, de seus desejos, de suas lembranças e de seus projetos? (LÉVI, 2001, p. 10).

Segundo Gaulejac (2006), as insuficiências teórico-metodológicas, os determinismos disciplinares, deixam escapar a complexidade do objeto. De um lado, o olhar sociológico considera que são as condições materiais que determinam os destinos humanos, que as condutas e as representações dos atores são condicionadas, influenciados pelo contexto socioeconômico e pela posição ocupada pelo indivíduo nas relações sociais; as condutas são produtos das tensões (política, de poder, econômicas) e contradições sociais. Para a psicanálise, destaca-se o peso do inconsciente na determinação da personalidade, da conduta, das representações e do discurso produzidos pelo sujeito. Suas suposições excluem a influência das situações sociais e a análise é focada nas forças intrapsíquicas. Para o enfoque clínico, pondera-se ser necessário articular ambas as visões, os elementos sociais e psíquicos estão em ressonância. Os conflitos vividos pelo sujeito estão na interface desses dois registros, condensam várias causalidades e operam no nível interprocessual. Essas considerações fazem jus às condições epistemológicas e metodológicas as quais se pretende adotar. Primeiramente, deve-se levar em conta que cada categoria de fatores, sociais e psíquicos, obedece a leis próprias que os tornam independentes e autônomos uns em relação aos outros. Ao mesmo tempo, há um jogo de influências, pelo qual a sustentação da dinâmica se realiza pela interdependência entre essas categorias.

Assim, separar os diversos elementos, objetivos e subjetivos, conscientes e inconsciente, reais e fantásticos, significa considerar a multideterminação do indivíduo e compreender as influências recíprocas dos elementos sociais e do funcionamento psíquico (GAULEJAC, 2006). Para a análise socioclínica, está em jogo compreender que o real, a fantasia e o afeto estão estreitamente imbricados: compõem um sistema complexo. É a problematização múltipla que conduz os encaminhamentos da análise. Desconsiderar as condições intrapsíquicas que são constituídas em função das histórias particulares constitui uma armadilha às pretensões “objetivantes”. Deve-se levar em conta que o inconsciente não tem história e nem tudo pode ser explicado pura e simplesmente pelas condições objetivas do

real. Posto isso, ainda segundo o autor, é essencial reconhecer o que é realidade e o que é fantasia, o que vem do sujeito e o que vem de fora, separar elementos objetivos e subjetivos. É desse modo que se considera a construção da identidade como inscrita no inconsciente psíquico e nas relações sociais do sujeito. Ou seja, como um conjunto de processos complexos, cujo eixo dominante é: a construção identitária em suas relações com a idealidade, a autoimagem, a posição social da família e a trajetória de vida.

Acredita-se, portanto, que, para tratar de identidades forjadas por vidas de trabalho, não haveria uma técnica de inferência mais pertinente do que a história de vida. É afinal o processo de socialização que interessa. Assim, a história de vida pode ser analisada por duas vias (GAULEJAC, 1999, p. 4): a primeira apela aos acontecimentos reais, objetivos, que se realizaram durante a existência; já a segunda designa a narrativa de si, a história que se conta. Por essa via interessa compreender como o indivíduo “habita” essa história, procurando integrar à leitura evidências dos “planos afetivo, emocional, cultural, familiar e social, em suas dimensões conscientes e inconscientes”. Nessa perspectiva, para além da leitura da dimensão narrativa da identidade forjada, interessa igualmente ter em conta a identidade herdada e aquela adquirida. É essa a proposta da Sociologia Clínica, a qual eu privilegio para a investigação. Tomaria emprestadas, enfim, algumas palavras de Michel Le Ven, (2005, p. 21):

o enfoque situado pela via da sociologia clínica permite estender as interpretações aos alicerces da subjetividade marcados pela condição existencial na relação com o grupo familiar, com o grupo político, com as vivências no cotidiano de trabalho, com a sociedade e suas contradições. Mais do que isso, é a via que permite captar a multiplicidade das interpretações que passam pelo sujeito enquanto totalidade dinâmica e contraditória de emoções, de sentimentos, de desejos, de projetos e frustrações e das visões de mundo que ele consegue elaborar.

De acordo com André Levy (2001), reconhecer o potencial de transformação que é colocado em jogo a partir do momento que se estabelece o diálogo, é fundamental para a perspectiva clínica. Reconhece-se, assim, que “a escuta” engajada a princípio por uma perspectiva de pesquisa (demandas pelo pesquisador) pode contribuir para o aparecimento progressivo de uma demanda por parte do entrevistado. É justamente por não se considerar o indivíduo um “depositário de conteúdo subjetivo” que se tem o diálogo enquanto meio indispensável para a construção do sentido. Deve-se ter em mente que história narrada não é a história real. A produção de sentido é contemporânea e a demanda feita pelo pesquisador propõe um movimento de reatualização dos significados que, querendo ou não, intervém nessa formulação e expressão subjetivas do entrevistado. Antes de tudo, ela significa negociar com o real. O autor assume que, à primeira vista, pode parecer contraditório associar uma

orientação de pesquisa válida para as ciências humanas a uma prática especializada de intervenção, implicada em processos de “tomada de consciência” e de “mudança”. Na sociologia, esclarece, a clínica consiste em levar em conta a subjetividade dos atores associando-os à produção do conhecimento, considerando que “qualquer compreensão já é um ato de transformação”. A abordagem clínica se constitui fundamentalmente por uma postura específica. Eis dois princípios fundamentais do procedimento clínico que referenciam a condução da pesquisa de campo:

1 - Uma atenção aos fatos concretos, apreendidos em sua totalidade e em seu contexto empírico, assim como em sua singularidade própria – tomar em consideração, conseqüentemente, dos menores detalhes pelos quais eles se diferenciam e sua apreensão como significantes neles mesmos, e não como “casos”. 2 - Um esforço, por outro lado, para tirar um sentido dessas observações, entendendo-se que este deve ser procurado nos sujeitos, pois se trata de sua própria história e que esta se encontra em construção; igualmente se entende, por indução, que esta significação pode ser generalizada. (LÉVY, 2001, p.80)

Retomando Devereux (apud GAULEJAC, 2006, p.227), aponta o essencial para a abordagem clínica: a compreensão dos obstáculos que acionamos para a compreensão. É pela investigação da relação do pesquisador com seu objeto que se chega ao próprio objeto. A análise da contratransferência torna-se assim o elemento central da atitude científica. Isso parece evidente na análise clínica. Na medida em que haja conseqüências emocionais, existenciais e sócio-históricas do pesquisador, principais obstáculos à produção científica, este deve privilegiar as interrogações sobre sua relação com o objeto, suas escolhas teóricas ou metodológicas e seus investimentos conscientes ou inconscientes na pesquisa. É preciso se aproximar ao máximo desses ecos provocados, a ponto de senti-los, e colocá-los à distância para que se possa observar, descrever e analisar.

## Capítulo V. Definições do campo de pesquisa

### i) Distrito Federal, mercado de trabalho

Para se pensar o mundo do trabalho da “metrópole brasiliense”, parte-se do pressuposto de que sua configuração local é ao mesmo tempo constituída e constituinte de uma dinâmica socio-histórica que o transcende. Nesse sentido, compreender as modalidades de regulação próprias a esse universo, significa investir esforços para situá-lo em uma dinâmica mais ampla. Não sendo uma “ilha”, Brasília foi também marcada pelo conjunto de transformações pelas quais passavam o Brasil em contexto de reestruturação e neoliberalismo. Entre as mudanças de planejamento econômico mais significativas desse período, se destaca a guinada de uma economia que, no início dos anos 90, ainda tinha como traço marcante o expressivo papel do Estado na regulação da economia e que, ao seguir as tendências macroeconômicas do país, adotou o modelo liberalizante da economia.

A construção da capital no planalto seria em si a própria concretização da modernidade brasileira, a inversão do caminho para o desenvolvimento. A utopia de Brasília enquanto centro irradiador de progresso estaria fundada em dois pressupostos político-ideológicos: a crença em que a arquitetura tem o poder de determinar uma ordem social e a crença no plano governamental enquanto promotor de mudanças no contexto de desenvolvimento nacional. Segundo esse ideário, a saber, o das “teorias do desenvolvimentismo”, a industrialização dirigida pelo Estado seria uma solução eficaz para superação do subdesenvolvimento, alcançando um rápido crescimento econômico e ocupando uma posição desejável na divisão internacional do trabalho. Essas foram, pois, as diretrizes do governo de Juscelino Kubitschek, preocupado com o desenvolvimento das regiões e com a integração nacional. A mitologia do Novo Mundo ganha vida sob a coerção dos traços da arquitetura modernista (Holston, 1993).

Conforme coloca Milton Santos (1982), a “indução industrial” promovida pelo Estado teve suas repercussões sentidas em todo território nacional, a despeito de a industrialização em si não ter se disseminado e se feito presente de modo concreto. Segundo Santos, para muito além das instalações industriais *in loco*, os efeitos dessa política envolvem todo o universo implicado às necessidades do modelo industrial: abertura das estradas, disseminação dos meios de comunicação, liberação da mão de obra do campo e sua concentração na cidade etc. (SANTOS, 1982, p. 41). Neste sentido, pode-se compreender a construção de Brasília dentro de um amplo projeto do Estado, cujas implicações envolveram tanto o fortalecimento

da produção industrial do sudeste, quanto os fluxos migratórios para a construção civil: a maior “indústria” da capital.

É consenso reconhecer que a história do trabalho no DF é indissociável dos fluxos migratórios para a capital. Bursztyn e Araújo (1997) afirmam que, em um primeiro momento, de meados da década de 50 até a década de 70, as migrações ocorreram especificamente em função da construção da cidade. Muitos trabalhadores saíram de suas regiões para oferecer sua mão de obra em troca de melhores condições de renda e da possibilidade de construir uma vida melhor. Quanto aos mais qualificados, a oferta de um emprego no setor público com salários acima da média era o principal atrativo. Porém, mesmo após concluída a cidade, as migrações continuaram a crescer. Pode-se atribuir essa atratividade, em parte, a uma política irresponsável de oferta de lotes em troca de votos adotada pelo governo local desde a década de 80.

Os novos migrantes que aqui chegavam, em sua maioria vindos do Nordeste e do Sudeste, encontravam um cenário urbano com oportunidades de emprego formal cada vez mais escassas, espelhando as transformações ocorridas a nível nacional. Contudo, as condições de trabalho e sobrevivência foram gradualmente se agravando ao longo da década de 90. Desse conjunto de fatores, decorreu a ocupação desorganizada que caracterizou o processo de constituição do espaço urbano, no qual a pressão demográfica confronta-se duramente com a inelasticidade do mercado de trabalho. As chamadas “invasões” multiplicaram-se até que o Estado interveio para instituí-las enquanto Regiões Administrativas – o que não significou que suas condições em termos de equipamentos urbanos de infraestrutura tenham recebido a atenção mínima desejável (BURSZTYN e ARAÚJO, 1997).

A formação socio-histórica do mercado de trabalho no Distrito Federal (como a de cada região metropolitana), devido a seu modo particular de inserção na economia nacional, reúne características que o difere em alguns aspectos de outras unidades federativas do país. Como se sabe, a região correspondente ao DF foge ao modelo industrial da era desenvolvimentista e do fordismo e isso é notável fator de distinção. Em resumo:

O mercado de trabalho no Distrito Federal se distingue das demais Regiões Metropolitanas brasileiras pesquisadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED devido a sua estrutura ocupacional que apresenta especificidades dignas de nota, dentre elas: uma participação significativa da administração pública na ocupação total, uma expressiva concentração de renda entre setores de atividade e regiões administrativas e uma dinâmica ocupacional determinada pelo setor de serviços, imprimindo características típicas das chamadas economias “terceirizadas” (Dal Rosso, 2011, p. 44).

Devido a esta configuração, a estrutura produtiva local foi marcada desde sua formação pela excessiva concentração de renda junto aos funcionários que atuam no setor público. De tudo isso, caberia guardar especialmente a ideia de que as tendências do mercado de trabalho do Distrito Federal estão diretamente vinculadas às mudanças macroeconômicas que ocorreram nos últimos 20 anos. A partir de 1992, a pesquisa de emprego e desemprego (PED) passou a ser realizada no Distrito Federal – o que torna possível se identificar o comportamento de seu mercado de trabalho ao longo da década de 90. Pode-se dizer (Dal Rosso, 2011, p. 45) que, ao longo desse período, houve uma redução sensível da participação da administração pública na estrutura ocupacional. De lá para cá, houve uma recuperação gradual, mas não suficiente para equiparar o setor ao seu peso precedente. O trabalho doméstico e o emprego sem carteira assinada, ao contrário do que se esperava, tiveram crescimento tímido. Tem-se que, aqui, o acréscimo no desemprego no período de desaceleração econômica não foi atenuado de modo compensatório por um incremento dessas três categorias. Nos anos 2000, entretanto, os trabalhadores por conta própria aumentaram seu percentual na PEA. Sugere-se que essa mudança esteja associada ao incremento na terceirização do mundo do trabalho. Essas constatações são contrastantes e paradoxais comparadas às análises comuns às demais Regiões Metropolitanas. Entretanto, não se dispõe até então de um conhecimento profundo que forneça uma explicação sólida para esse e outros fenômenos locais.

De acordo com dados recentes (2010) da PED, o Distrito Federal conta com uma População Economicamente Ativa de 1.397.000 pessoas, das quais 15,7% encontram-se em situação de desemprego. A ocupação destaca-se pela participação do setor terciário na movimentação da economia: 93,16% das atividades concentram-se nele. A indústria é muito pouco expressiva e absorve somente pouco mais de 5% da PEA e a atividade agropecuária é quase inexistente (0,29%). No setor de serviços, as ocupações distribuem-se da seguinte maneira: a construção civil representa em algo em torno de 5,25%, o comércio aproximadamente 16% das ocupações, a administração pública mais ou menos 16 % e, em posição de destaque absoluto, o setor de serviços é representado por 49,21% da mão de obra ocupada. Quanto aos níveis de escolaridade da população, estima-se que quase 1/3 tenha apenas formação de ensino fundamental incompleto. Já os que possuem o ensino médio completo, correspondem a 25% e o número de pessoas sem instrução alcança 5%. Apesar desses números, o grau médio de instrução no DF é considerado bom se comparado ao de outras regiões.

Ao propor um “Panorama da estrutura sócio ocupacional das Regiões Metropolitanas no Brasil, 2000”, Mammarella (2007) mostra um pouco das pesquisas que vêm sendo desenvolvidas no Observatório das Metrôpoles para a compreensão dos impactos produzidos pelas transformações socioeconômicas supracitadas. Os estudos à época, dizem respeito a doze regiões: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Fortaleza, Recife, Goiânia, Belém, Natal e Maringá. Segundo a autora, o ponto de partida que direciona o olhar empírico é a “concepção multidimensional da estruturação social do espaço social, o que permite alcançar uma compreensão mais refinada das eventuais posições sociais que os grupos de indivíduos ocupam e detectar as múltiplas escalas de hierarquização no espaço social” (2007, p. 157). Tendo por base a noção de estrutura social<sup>9</sup> próxima à formulada por Bourdieu, a autora ressalta que a incorporação desse esquema interpretativo funda-se no “pressuposto metodológico da centralidade do trabalho enquanto categoria estruturante das relações sociais” (idem: 158). Neste sentido, foi traçado um quadro que diferencia as atividades exercidas nos diversos setores da produção em 24 categorias<sup>10</sup>. As análises mostraram que, em todas as 12 regiões metropolitanas, a estrutura socio-ocupacional é semelhante: predominância dos ocupados nas categorias relativas às ocupações Médias, dos trabalhadores do Terciário e dos do Secundário, cujo percentual se aproxima dos 70% em contraposição a uma parcela reduzida de ocupações “privilegiadas”: os dirigentes, intelectuais e pequenos empregadores somados atingem, em média, pouco mais de 11% do total de ocupados.

Das conclusões em termos comparativos, o estudo revela que 6 das 12 regiões analisadas tinham a categoria dos trabalhadores do setor secundário (industrial) com grande peso na conformação do perfil ocupacional, todas ultrapassando a proporção de 20% dos mercados locais (idem: 58-59). Observa-se, portanto, que, em seu conjunto, os estudos brasileiros dedicados à questão do trabalho e de suas instituições privilegiam análises quantitativas e tem por universo preferencial regiões metropolitanas industrializadas. Assim, os traços comuns às metrôpoles brasileiras no que concerne à estrutura ocupacional dos espaços sociais estão fortemente ligados à ocupação industrial<sup>11</sup>. É razoável, pois, considerar

---

<sup>9</sup> “[...] é entendida, simultaneamente, como um espaço de posições sociais e um espaço de indivíduos ocupando esses postos e dotados de atributos sociais desigualmente distribuídos e ligados às suas histórias” (Ribeiro, Lago, 2000: 112, apud Mammarella, 2007: 158).

<sup>10</sup> A autora esclarece que para formulação que distingue as categorias foram levadas em conta princípios gerais associados na organização das sociedades capitalistas. São eles: capital e trabalho; grande e pequeno capital; assalariamento e trabalho autônomo; trabalho manual versus não-manual e atividades de controle execução.

<sup>11</sup> Talvez a preferência por essas regiões se justifique em parte pela estreita ligação entre historicamente

os limites de possíveis generalizações interpretativas para a leitura do contexto metropolitano brasiliense.

Ainda que posta a questão sobre “como a região do DF experienciou a reestruturação produtiva e o processo de desindustrialização, responsáveis pelo desemprego estrutural na década de 90?”, os dados estatísticos a respondem parcialmente. Entretanto, essa forma de questionamento parece figurar alguma inadequação, incoerência ou inconsistência, decorrente de qualquer “vício” do campo e que remete, imediatamente, a outras perguntas: Até que ponto seria pertinente se pensar o contexto do Distrito Federal, no qual a indústria tem relevo incipiente, a partir de um “modelo industrial” (se é que assim se pode dizer) de se pensar o mundo do trabalho? Como olhar a estratificação social nesse cenário sem aquelas lentes que enxergam o assalariamento industrial (sua crise) enquanto chave-explicativa decisiva? Talvez esses dados sejam dignos de algo mais além de “nota”. Assim, observaria que a experiência de pesquisa sobre o desemprego na Região Metropolitana traz à tona dois lados que me parecem pertinentes para a orientação da presente proposta de pesquisa: se, por um lado, há um diferencial determinante entre a composição dos mercados de trabalho da Região Metropolitana de São Paulo (enquanto parâmetro comparativo) e a Distrito Federal, por outro lado, as construções institucionais e normativas, aparadas pelo Estado, constituem uma só realidade para ambas as localidades. Por esse motivo, acredito ser possível considerar parcialmente os achados de Guimarães (2009) para se pensar o contexto local.

Uma vasta pesquisa traz à tona novos elementos de grande valor heurístico para análises futuras. Conforme a apresentação da Codeplan, a PDAD 2010/11 – Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – é a segunda pesquisa domiciliar realizada no Distrito Federal (sendo que a primeira foi realizada em 2004). Para uma breve análise dos dados quantitativos, dedicou-se atenção especial à seleção dos dados secundários contidos nos blocos sobre “trabalho e renda” e sobre “migração”. A tabela que se segue ilustra a proporção dos trabalhadores residentes de determinada RA em relação aos seus locais de trabalho

RA de trabalho da População ocupada

| RA           | Brasília | Taguatinga | Própria região | Migrantes     |
|--------------|----------|------------|----------------|---------------|
| Águas Claras | 53,40%   | 9,80%      | 12,00%         | <b>58,50%</b> |
| Ceilândia    | 29,70%   | 12,00%     | <b>33,30%</b>  | 49,90%        |
| V. Pires     | 38,80%   | 15,80%     | 13,70%         | <b>50,00%</b> |

|                 |        |  |               |               |
|-----------------|--------|--|---------------|---------------|
| R. das Emas     | 30,30% | 12,60%   | 23,80%        | 47,10%        |
| Brazlândia      | 28,10% | 6,30%  | <b>45,60%</b> | 43,80%        |
| R. Fundo II     | 30,00% | 9,30%  | 17,10%        | <b>50,10%</b> |
| Riacho Fundo    | 37,4%  | 5,40%  | 26,2%         | 17,40%        |
| Samambaia       | 29,70% | 10,70%   | 28,20%        | 47,30%        |
| Taguatinga      | 34,10% | -  | <b>41,8%</b>  | <b>51,80%</b> |
| Gama            | 35,90% | -  | <b>41,00%</b> | 45,00%        |
| Santa Maria     | 42,6%  | 2,80%  | 26,30%        | <b>54,20%</b> |
| Candangolândia. | 45,5%  | 6% N. Band.  | 23,30%        | 48,70%        |
| N. Bandeirante  | 44,10% | -  | 30,1%         | <b>54,20%</b> |
| Estrutural      | 22,30% | 9,4 % - SIA<br>6,8% - Guará                        | <b>33,90%</b> | <b>53,40%</b> |
| Itapoã          | 32,10% | 10,2% - L. Sul<br>6,3% - Paranoá<br>6,2% - L Norte | 20,4%         | <b>55,70%</b> |

Infere-se que, em um terço das Regiões Administrativas (contempladas até então pela PDAD), um maior percentual de seus trabalhadores exercem suas atividades laborais na própria região, em comparação com os que se deslocam para Brasília. Taguatinga figura enquanto RA com grande importância, na medida em que se consolida enquanto segunda maior fornecedora de postos de trabalho (depois de Brasília).

Constata-se ainda que os migrantes superam metade das populações regionais em quase dois terços dos casos. Quanto à motivação para migrar, os relatórios indicam que o item “Procura de trabalho” classifica-se como fator de motivação determinante da migração para o DF. Trazem ainda informações sobre os fluxos migratórios no decorrer dos anos, bem como as origens de migração. A migração interna também foi contemplada no levantamento de dados da PDAD. Sabe-se que é um fenômeno de extrema relevância, especialmente para os estudos de mobilidade. Um dado curioso, por exemplo, no relatório de Samambaia é que 21,7% dos moradores estão na localidade no máximo há 5 anos. Segundo o relatório, a migração interna do Distrito Federal é expressiva nessa localidade, dado que 62,1% dos seus moradores são procedentes de outras regiões administrativas, principalmente de Ceilândia (40,4%) e Taguatinga (31,1%), que juntos somam 71,5%. Na RA, 37,9% dos residentes nunca se mudaram do lugar. Observa-se, pois, que a migração enquanto critério influente no mundo do trabalho importa também do ponto de vista da mobilidade habitacional. Por esse prisma, a relevância dos dados consiste na caracterização de uma maior ou menor estabilidade dos habitantes do Distrito Federal, especialmente os mais pobres.

Procurou-se demonstrar como o histórico de migrações, fundamentais para a

construção de Brasília, está diretamente inscrita na “fluidez social” tratada por Cardoso (2010): como essas migrações persistiram e como o mercado de trabalho tornou-se dinâmico e diverso, expandindo-se em ritmo acelerado. Ainda no plano local, poder-se-ia pensar que, se, por um lado, seria verdadeiro afirmar que em Brasília a produção industrial nunca foi de fato relevante, por outro lado, seria falso disso se inferir que Brasília nunca foi o *locus* de um tipo trabalho por excelência homogêneo, particularmente moderno. O trabalho burocrático, expressão precisa da distribuição, da estabilidade, da segurança e do assalariamento conferem uma homogeneidade do trabalho. Por fim, é relevante considerar também a terceirização como um processo mais amplo, que diz respeito também a algumas especificidades da urbanização brasileira, que diz respeito à existência de uma mão de obra excedente, explicada por um conjunto de fatores, como a falta de empregos industriais, aliada ao crescimento demográfico e às migrações. Não obstante, a expressividade do setor terciário, bem como a tendência crescente das terceirizações, chamam a atenção para particularidades locais. Do ponto de vista do mercado do trabalho, poder-se-ia considerar em relevo essas características que têm grande afinidade com aquelas grandes transformações no mundo do trabalho (reestruturação produtiva) que caracterizam um processo global de heterogeneização das formas de trabalho.

## **ii) Universo de pesquisa**

Pretende-se olhar justamente para essa expressiva parcela de trabalhadores, formalmente empregados ou informais, assalariados ou autônomos, que expressa a heterogeneidade do trabalho na capital em sua diversidade de atividades e trajetórias, heterogeneidade essa cuja importância de compreender se justifica, quantitativamente, pelos milhares de trabalhadores que figuram na produção econômica. Sabe-se que há, dentre eles, uma expressiva parcela de precariamente inserido, configurando no espaço urbano uma peculiar divisão sócio-funcional. As cidades do grupo de renda mais baixa do DF podem representar um rico universo de pesquisa por abrigar trabalhadores que provavelmente têm biografias traçadas pelo exercício de várias atividades, marcadas pelo trânsito entre a ocupação regular (com carteira assinada), o trabalho informal (autônomos ou “bicos”) e a inatividade.

Os critérios para a seleção dos trabalhadores a serem entrevistados impuseram-se como desafio inicial. Em um primeiro momento, estabelecer princípios para a determinação

de um universo definido por uma série de distinções fundamentais, me parecia tarefa inconciliável com o ímpeto de apreender aquilo que estava no centro do problema posto: a heterogeneidade das trajetórias. Como definir uma seleção uniforme de entrevistados para atender a um "padrão heterogêneo"? Do paradoxo deste questionamento, emergiram dúvidas que me pareciam a princípio insolúveis. Algumas questões, contudo, me preocupavam especialmente.

A elegibilidade dos critérios para a seleção dos entrevistados foi a primeira preocupação. Como definir uma amostra de indivíduos "representativos" se não se trata de uma abordagem quantitativa? Quais seriam os critérios para a definição de um perfil de trabalhador? Considerando o problema de pesquisa, selecionar indivíduos de modo a compor um grupo homogêneo implicaria, à primeira vista, uma contradição. De fato, garantir uma homogeneidade não seria coerente com a definição do objeto. Em lugar de propor um padrão *a priori*, optou-se, enfim, por privilegiar três critérios que pareceram fundamentais para a definição dos trabalhadores. Esses critérios justificam-se por sua centralidade para as análises quanto ao caráter eminentemente seletivo do mercado de trabalho. A partir da definição desses critérios, esperava garantir um engajamento na análise do real sem simplificá-lo. Desse modo, projetava-se garantir uma consistência metodológica que não deixaria perder de vista tudo aquilo que, de fato, está em jogo do ponto de vista sociológico. Seguem os critérios.

O primeiro critério diria respeito a uma determinada faixa de renda – do ponto de vista teórico, relacionada a certa expectativa quanto à escolaridade e à qualificação. O segundo critério refere-se à época de inserção e a idade: os trabalhadores a serem entrevistados deveriam ter participado da PEA na década de 1990. Por fim, para além da escolaridade e da idade, o terceiro critério diria respeito à consideração das diferenças de gênero e cor, acrescidas da verificação quanto à ocorrência de migração. Antes de entrar em detalhes para os termos do primeiro critério, gostaria-se de justificar com maior clareza e precisão as motivações teórico-metodológicas para tal procedimento, proposto em um primeiro momento.

De acordo com a bibliografia revisada, pôde-se constatar certa dificuldade atual da sociologia para lidar com a questão das "classes". A partir da degradação da força sindical, o senso de classe ter-se-ia diluído no fluxo das trajetórias individuais aleatórias. Se, por um lado, os indícios de regularidades estão um tanto minados, acredita-se que a renda, enquanto indicador socioeconômico, sustenta-se como importante referência para a identificação de indivíduos no espaço social. Viu-se, pois, como a instabilidade das trajetórias não é exclusividade dos menos privilegiados. O risco e a incerteza estariam presentes em todos os

estratos da sociedade. Não obstante, procurou-se demonstrar como os mais vulneráveis às oscilações são aqueles menos “competentes” para a luta por lugares, sujeitos descartáveis – cujos percursos errantes são bem ilustrados pelas considerações sobre a “rotatividade”. Partindo-se, portanto, do pressuposto de que há uma correspondência entre o nível de renda (capital econômico) e as condições objetivas de inserção, supõe-se que a renda é um critério legítimo para definir um universo de indivíduos objetivamente identificados em uma mesma realidade, tendo como referência as condições socioeconômicas.

Para o caso específico da presente pesquisa, acredita-se que um outro recorte, a escolha de trabalhadores de uma categoria sócio-profissional, por exemplo, restringiria em grande medida em o objetivo mais geral, a saber, a investigação da própria mobilidade entre as diferentes ocupações. Assim, para a análise sociológica, embora tenha alcances heurísticos limitados (como qualquer outro critério), a definição da renda enquanto critério de composição de um universo empírico conforma a possibilidade de existência de traços comuns das experiências que podem eventualmente virem a ser descritas a partir da análise dos percursos no mercado de trabalho. Por isso, o universo de pesquisa definir-se-ia, em parte, pelo nível de renda.

Para o cumprimento do primeiro critério, a proposta foi realizar entrevistas com 4 trabalhadores de baixa renda, potenciais ocupantes do setor de serviços no Distrito Federal. Mais especificamente, propunha-se entrevistar 1 desempregado, “eventualmente ativo” ou inativo; 1 trabalhador por conta própria, ocupado por quaisquer atividades informais (“bicos”). Quantos aos outros 2, intentava-se direcionar a atenção aos empregados com vínculo terceirizado: 1 sem carteira assinada (assalariado informal ou “não fichado”) e 1 último com carteira assinada (assalariado com vínculo formal). Primeiramente, decidiu-se selecionar trabalhadores desse setor em função de seu destaque para a economia local. “Coincidentemente”, a expansão do setor de serviços foi uma das grandes novidades da década de 90 para o mercado de trabalho brasileiro. Enfim, este era o quadro inicial.

O recorte relacionando tipo de vínculo (precário) e nível de renda parecia ser coerente com o objeto de pesquisa: especialmente por trazer à tona elementos como a “escolaridade”, a “qualificação” e a “empregabilidade”. Nesse quadro, considerou-se manter em vista também a relação entre mobilidade ocupacional, nos termos aqui tratados, e a fragilidade dos vínculos, caracterizada pela indeterminação do (curto) prazo contratual. Os indícios de grande rotatividade nessas empresas são, pois, outro fator relevante para a definição deste primeiro critério.

No tocante ao segundo critério, decidiu-se estipular uma idade mínima de 38 anos para os entrevistados (em 2012). Desse modo, recuando-se no tempo até o início da década de 1990 (quando os efeitos da reestruturação passaram a se fazer sentidos com maior intensidade), a menor idade possível ao entrevistado seria de 16 anos à época (idade legal mínima considerada mínima no Brasil para participação na PEA). Contudo, essas definições indiciais ruíram gradualmente diante do amadurecimento da pesquisa, pelo qual os caminhos são pensados e revisados a todo o momento. Tendo sido o mercado de trabalho brasileiro desde sempre flexível, que sentido faria reificar o período mais intenso de reestruturação produtiva como marco temporal para a pesquisa, como critério de recorte para o universo de pesquisa? Sendo assim, o critério da idade tomou uma forma menos rígida para o recorte empírico. Na análise, contudo, seu peso como critério de empregabilidade não pode ser diminuído.

A experiência no mercado de trabalho durante os anos 2000 carece ser levada em conta para a condução das análises e, justamente por isso, seria relevante que o sujeito esteja em uma fase de vida na qual o trabalho seja uma realidade próxima. Ademais, tratando-se de experiência de trânsito no mercado de trabalho, parecia justa a expectativa de que a riqueza das informações dependeria, sobretudo, do tempo transcorrido: nesses casos, o exercício de se "olhar para o trabalho" já não se coloca tanto como uma questão de se "formular projetos", mas, especialmente, de se mergulhar na memória e (re)constituir uma narrativa coerente sobre a própria história. Finalmente, não poderia ignorar a seletividade da precarização e do desemprego e, nesse caso, deve-se considerar o fato de as condições de inserção serem muito diferentes para homens e mulheres, negros(as) e branco(as).

Quanto à seleção dos entrevistados, no final das contas, tendo em vista a "fluidez" do mercado de trabalho o que se colocava inicialmente com uma difícil questão metodológica, repercutiu em maior liberdade para a escolha dos entrevistados. Nesse sentido, o fato de estarem hoje empregados e com carteira assinada – o caso de todos –, não seria um grave empecilho. Quem sabe de sua história? Talvez tenha sido um dia empregado "fichado" de uma grande empresa de serviços terceirizados. Provavelmente já experienciou o desemprego, quiçá por mais de uma vez. Talvez já tenha trabalhado com isso e depois com aquilo. Por um tempo, na juventude, talvez tenha trabalhado com algum parente, de graça. Quem sabe adulto(a) de hoje não tenha sido um dia trabalhador(a) infantil, que ajudara a família na renda por meio de algum trabalho precário? De onde veio sua família? O que faziam seus pais? Quem sabe o que pensa esse trabalhador no presente sobre suas experiências passadas? O que

se sabe das marcas de uma vida de trabalho na definição de quem se é? Quem sabe em que medida essas experiências vividas (e vivas, de um modo ou de outro) serão narradas? Como a narrativa do que se foi, entre todas as coisas que se foi um dia, define o que será de seu futuro? Esse trabalhador é fictício, assim como todas as especulações sobre seu passado, seu presente e seu futuro; mas esses dados e conjecturas são tão possíveis quanto prováveis, embora as contingências da sorte de cada destino ultrapassem todos os limites do campo imaginativo. Todas essas perguntas alimentavam as expectativas quanto ao campo. Dentro de um dado limite de renda, eu poderia entrevistar praticamente qualquer um.

Inevitavelmente, o campo apresentaria elementos imprevistos e, assim, novos desafios foram impostos. Em um primeiro momento, a estratégia de imersão em campo consistiu na visita ao “Sindicato dos Empregados em empresas de asseio, conservação, trabalho temporário, prestação de serviço e de serviços terceirizáveis no Distrito Federal”. A ideia de recorrer ao sindicato justificava-se por mais de um motivo. Em primeiro lugar, lá seria um ambiente em tese propício a se encontrar o perfil de trabalhador o qual se procurava. Em segundo lugar, ter-se-ia a oportunidade de investigar também a organização sindical, bem como a qualidade do vínculo estabelecido entre esses trabalhadores – com vistas a colher elementos empíricos para discutir aquela questão identitária sobre “identidade coletiva”. Finalmente, o espaço físico do sindicato poderia representar uma solução prática ao problema do local onde seriam realizadas as entrevistas. Essa iniciativa foi, contudo, frustrada. Não havia disponibilidade do espaço e mesmo o contato com os trabalhadores com intermédio do sindicato ficou prejudicado em função das intensas atividades de negociações em curso à época. Fez-se necessária, enfim, uma saída alternativa: dispunha-se de uma rede pessoal de contatos, da qual lançou-se mão para aproximação dos trabalhadores cujas trajetórias seriam objeto de análise. Não obstante tenha sido uma estratégia imprevista, a solução parece ter provado sua pertinência. O vínculo “pré-estabelecido” por uma indicação supõe a existência de alguma confiança, tendo conferido aos entrevistados uma situação favorável a uma expressão mais descontraída. Mariana era passadeira na casa um familiar. Jocélia me foi apresentada por Mariana, sua colega de trabalho. Raul e Batista eram conhecidos de colegas meus da UnB, professores na faculdade.

Tendo em vista essas limitações, procurou-se respeitar os princípios do método e os critérios estabelecidos conferindo um mínimo de ordem analítica para a heterogeneidade desse universo restrito. Procurei investir esforços por uma harmonia entre as técnicas de inferência e as categorias referênciais para, enfim, apreender os processos indenitários em

função do trabalho - das diferentes ocupações, dos momentos de desemprego e das marcas da inatividade. Foram entrevistadas essas duas mulheres e esses homens: Mariana, Jocéila, Batista e Raul. Houve a coincidência de que todos os entrevistados estavam atualmente empregados em instituições de ensino: as duas mulheres em uma Faculdade no Gama, e os dois homens em uma instituição de ensino técnico (do Governo Federal) localizada em São Sebastião. Mariana era passadeira na casa um familiar. Jocélia me foi apresentada por Mariana, sua colega de trabalho. Raul e Batista eram conhecidos de colegas meus da UnB, professores na faculdade. Sendo período de férias estudantis, as entrevistas puderam ser satisfatoriamente realizadas nos próprios locais de trabalho.

A experiência empírica repercutiria, pois, na redefinição do universo de pesquisa. A profundidade das entrevistas realizadas permitiu uma riqueza de elementos, cujas demandas analíticas para a totalidade do superariam as proposições do presente trabalho. De todo o material produzido em entrevistas, optou-se por selecionar duas histórias de vida para o desenvolvimento das análises. Em verdade, o fato de focalizar as atenções para um número reduzido de trabalhadores, antes de significar uma limitação, colocou-se como uma oportunidade de aproximação mais acuada desses percursos de intenso trânsito no mercado de trabalho. Uma oportunidade de investigar a subjetividade desses trabalhadores “tipicamente brasileiro”, tendo em conta o processo identitário em uma vida de trabalho. As duas entrevistas apresentadas mostraram-se suficientes para atender à proposta inicial. Por outro lado, não se poderia deixar de reconhecer as limitações evidentes. Trabalhar com trajetórias femininas sugere, por exemplo, um recorte que não existia inicialmente. Para além das questões específicas trabalho feminino, que receberam talvez tratamento menos profundo do que demandaria um olhar mais específico, também discussões em torno da cor da pele, da origem do trabalhador – tão relevantes para se pensar a identidade no mundo do trabalho, certamente serão alvos de investimentos futuros. Dito isso, parece ser igualmente importante, pois, expressar desde já o ímpeto de aprofundarmos futuramente nas investigações, avançando não só na exploração teórica, mas principalmente nas tentativas de aproximação e exploração da realidade empírica.

Conforme procurou-se desenvolver no capítulo anterior, a escolha por trabalhar com histórias de vida justifica-se pela importância de se considerar não só as condições da socialização secundária, mas também referências que marcam as condições objetivas e subjetivas da socialização primária. A identidade é um fluxo e a vida de trabalho não está dissociada da origem dos pais, dos trabalhos deles, do projeto parental, do ambiente familiar,

da experiência escolar, etc. Para tratar da subjetividade é fundamental que se tenha em conta a relação entre memória e identidade. Nesse sentido, faz-se necessário considerar as representações do presente em suas relações com o passado, mas também com o futuro, os projetos. Propõe-se, enfim, uma leitura que cruze a história individual, que inclui disposições subjetivas, motivações, crenças e conflitos, e a história coletiva, tendo em conta as probabilidades objetivas. Nesses termos, coloca-se a identidade por uma perspectiva eminentemente sociológica, pela qual as trajetórias de mobilidade subjetivamente vividas são, ao mesmo tempo, produtos e produtoras de uma mesma realidade social, na qual as condições objetivas apontam para uma instabilidade generalizada. Aqui se conclui a cadeia de argumentos iniciada no primeiro capítulo.

## SEGUNDA PARTE

### Capítulo VI. A história de Mariana

Mariana nasceu no ano de 1966 em uma pequena cidade chamada Candeias, localizada no interior da Bahia. Nasceu de uma relação extraconjugal de seu pai com sua mãe; era filha ilegítima. Sua mãe, que a teve sozinha, não tinha condições de criá-la e, tão logo veio ao mundo, a criança foi deixada sob os cuidados de sua avó. Por esse motivo, a entrevistada praticamente não guarda lembranças a respeito de sua mãe que, embora morasse na mesma cidade, não mantivera um contato próximo com a filha. A entrevistada conta que nunca encontrava sua mãe e em nenhum aspecto se lembra dela. Nessas circunstâncias, desde o nascimento fora criada e educada pela avó materna. Não era filha única, pois sua avó já cuidava de sua outra neta, irmã mais velha de Mariana, filha da mesma mãe com outro homem. Havia pessoas que frequentavam a casa de sua avó, mas Mariana era praticamente um bebê e não sabe quem eram ao certo. Assim apresenta sua família:

*Então, é bem complicado, assim, falar da minha família, porque você sabe que eu não fui criada assim, bonitinho, com minha família... lembro da minha vó materna, né, minha vó materna era simplesmente dona de casa, eu tinha, o que, uns 3 anos de idade, mas lembro muito bem dela... minha vó e eu lá... é... não tenho muito o que falar da profissão da minha vó porque até mesmo porque eu era muito pequena, né, 3 anos de idade, mas acredito que ela era só dona de casa... aí vem... é... com relação a meus pais, né... conheci meu pai, né, e o meu pai, toda vida que eu conheci o meu pai, meu pai era funcionário da Petrobras, só que eu não sei o que que meu pai... qual a função do meu pai dentro da Petrobras... sei que não era pouca coisa, porque meu pai era bem de vida, né... agora, com relação á minha mãe, minha mãe sempre foi dona de casa também.*

Em sua primeira infância, sua vida se resumia a essas três pessoas: a avó, a irmã e o pai. Mariana não fora criada nos moldes de uma família tradicional, *bonitinho*: até os 3 anos de idade fora criada pela avó, que *era só dona de casa*. Seu pai vivia com outra família; uma esposa e outros filhos na capital Salvador. Embora estivesse fisicamente ausente, ele faz-se fortemente presente nas lembranças. Poderia observar desde já que, enquanto as recordações relativas à mãe e avó são vagas e precárias, vários elementos são mobilizados para a identificação de seu pai: ele tinha um profissão em uma grande empresa, era funcionário da Petrobrás, e, para a entrevistada, ele certamente *não era pouca coisa*, pois sua remuneração era aparentemente boa e ele *era bem de vida*.

*Na época eu tinha 3, ela (a irmã) tinha 4 anos, né... só que, assim, éramos muito pobre, muito pobre mesmo... e a minha vó... nós comíamos do que meu pai mandava pra mim, nos alimentávamos do que meu pai me mandava, né... eu sou muito felizarda, né, porque Deus escolheu um homem, né, pra me fazer que se preocupasse comigo, né... e ele levava... e ele disse que quando eu completasse 3 anos ele me buscava, só que minha vó não acreditou, e quando eu completei 3 anos ele foi me buscar, aí o que aconteceu, ele me levou pra minha outra avó me criar, que é a mãe dele, porque não podia me apresentar pra família dele, porque na década de 70, quem tinha filhos fora do casamento era muito condenado, né, não era aceito e tudo, né... até hoje é, mas na época era, assim, uma coisa muito terrível, né, pra sociedade... e, o filho fora do casamento era visto como filho de puta, né, e que quando a família dele me descobriu, a esposa dele e os filhos, né, aí falavam pra minha vó que eu era filha de puta e que não queriam na casa deles, né.*

A avó não teria condições de criar as netas e, se não fosse a ajuda de seu pai, não haveria nem mesmo o que comer. A família era *muito pobre, muito pobre mesmo*, daí a importância de sua presença na vida de Mariana. Não diria que tal importância realiza-se somente em termos objetivos, ou seja, por ser provedor do dinheiro, do alimento e da subsistência do corpo físico da filha. A importância do pai na vida de Mariana ganha relevo também no plano subjetivo: a promessa do pai de que a viria buscar – mesmo contra a descrença de sua avó – soa quase como uma profecia, uma providência divina. Ela narra como se houvesse uma anúncio prévia, e a promessa feita pelo pai equivaleria a uma predição do futuro próximo, que se concretizaria quando Mariana completasse três anos de idade. Depois de “resgatada” da vida de pobreza em que vivia com avó materna, ela seria confiada por seu pai a sua outra avó. Mas por quê?

A justificativa é colocada de maneira bastante clara: o pai não poderia apresentá-la! A família do pai não poderia saber de sua existência. Não só pela traição explicitada, mas também porque *filho fora do casamento era visto como filho de puta*. Ao enfatizar esses motivos, Mariana considera o alto custo que assumi-la publicamente representaria ao seu pai: não era bem uma escolha. À época seria um grande escândalo “aos olhos da sociedade”. Ao explicar desse jeito, Mariana parece desculpar seu pai, ou melhor, de alguma forma eximi-lo da possível culpa por tê-la escondido – afinal, ele fora buscá-la, e isso já era muito. Mas e os custos para a criança Mariana? Como ela ficara nessa história? *Falavam pra minha vó que eu era filha de puta*. E o que isso poderia significar para ela, afinal?

Não há identidade sem o reconhecimento alheio. A identidade é uma questão eminentemente relacional, e é constantemente (re)definida pelo olhar do outro, dos outros. Essa alteridade pode aparecer sob diversas formas: o outro “genérico”, quando se pertence a um grupo, a uma identidade compartilhada com semelhantes, ou o outro “específico”, com o

qual se trava laços de maior proximidade. Assim, pode-se dizer que descobrir o outro de modo cognitivo-emocional alicerça a constituição da autoconsciência pelo próprio indivíduo. Isso é o que diz Giddens (2002), p.53) ao afirmar que essa confiança no outro está relacionada de modo profundo ao sentido de realidade conferido ao mundo, a todas coisas: *as respostas do outro são necessárias na sustentação de um mundo que é 'observável' e que 'responde'*. E é assim que a subjetividade deriva a intersubjetividade, e acentua-se a ideia de que a autoafirmação e autocompreensão do eu está vinculada à percepção do outro. Desse modo, conforme se procura aqui analisar, cabe observar que a autenticidade e a integridade pessoal de Mariana dependem dessa sua fé na autenticidade do outro.

Em cada história de vida a identidade é constituída em momentos diversos por pessoas que cruzam caminhos, algumas que passam e outras que permanecem presentes. Desse caleidoscópio de seres humanos que atravessa cada história de vida, as relações sociais, as lembranças dos outros, são invariavelmente reminiscências que definem quem se é, em maior ou menor medida. Talvez seja ainda pertinente ter sempre em vista o questionamento sobre quais os juízos de hoje feitos em relação aos fragmentos do passado. E é desse modo que “memória e identidade” se articulam, conforme discutido na revisão teórica.

Para apresentar a criança que foi, Mariana recorre aos fragmentos de seu passado que lhe parecem mais significativos. Seu discurso, portanto, evoca, para definir-se, elementos que não referem-se a ela mesma. É necessário dizer algo sobre sua mãe, sobre sua avó, sobre o seu pai, e sobre as pessoas que a cercavam. Pela pouca autonomia que se goza quando criança, o discurso tende a se apresentar em qualidade passiva, na qual se “sofre ações” muito mais do que se “faz algo”. Na vida adulta, é possível gozar de maior autonomia relativa; por outro lado, quando o referencial é a socialização primária, torna-se menos eloquente se falar sobre aquilo que se é, pois não se é “independentemente da família”. Não há identidade senão aquela definida pelo vínculo com os mais próximos. Assim, é explicável que o peso da descrição recaia, portanto, não naquilo que se diz sobre si mesma, mas sobre o que se diz daqueles que a representavam. Não há um “cerne de caráter” definido e, por isso, a identidade em formação é extremamente plástica. Como um “para si” não encontra ecos em uma autodefinição do que se é, a identidade funda-se principalmente no “para outros”.

Tendo isso conta, não seria uma hipótese absurda considerar a grande “sensibilidade” de Mariana perante o olhar alheio quando criança, não só dos mais próximos, mas também daqueles que a identificavam negativamente. Ainda que hoje Mariana não tenha para si como verdade, tal identificação provavelmente teve forte impacto sobre sua

constituição identitária e não é à toa que aparece como segundo referencial: em primeiro lugar Mariana era pobre e, em segundo, era tida como filha de puta. Facetas identitárias bastante negativa. Mas isso não é tudo. Fica claro como até o momento o pai é descrito por qualidades essencialmente positivas: tem um bom trabalho, não é pouca coisa dentro da empresa (uma grande empresa!), é bem de vida. Ele representa, ademais, alguém que se preocupa com ela. Ao contrário da mãe, seu pai é um homem bom, de palavra, que cumpriu sua promessa e foi salvá-la da pobreza. É, portanto, um salvador, designado a ela por Deus. Todas essas são qualidades positivas. Enfim, ao encarar seu passado, significando-o retrospectivamente, Mariana considera-se *muito feliz*, por ter esse pai. Todas suas qualidades são fonte para sua própria identificação. Ela não diz quem era, mas dizer quem era seu pai pode explicar muito sobre si.

Acerca da vida com a avó paterna. Em verdade, seu pai não a levava exatamente para a casa da avó, pois esta não tinha uma residência fixa e estava sempre temporariamente instalada na casa de um de seus filhos. E assim viviam ela e Mariana: mudando-se de casa em casa. Durante este período em que esteve com a avó, morou a maior parte do tempo na casa de uma de suas tias, onde conviveu com oito primos. Mariana diz não ter muitas recordações sobre essa época, ou pelo menos não lhe parece relevante evocar nada em especial sobre ela. De qualquer modo, tinha uma vida melhor do que a anterior, junto à avó materna. O marido de sua tia, que trabalhava na “Companhia de Carbonos Coloidais”, uma grande fábrica em Candeias (e primeira indústria petroquímica da Bahia), tinha condições de prover o sustento de toda a família, incluindo as despesas com Mariana e a avó. O período de estadia na casa seria, porém, breve, e duraria até a morte desse seu tio: três anos. Viúva e com todos os filhos para sustentar, sua tia já não dispunha de condições financeiras para se responsabilizar por sua criação.

*E foi quando minha madrasta, eu me lembro bem, que ela foi pro sepultamento do meu tio e aí ela deu uma de boazinha e falou pra minha tia, né, que ela ia me levar, (...) É, que ela ia me levar pra Salvador, que ela ia ficar comigo e tudo... e me levou, né, fui morar com a minha madrasta em Salvador, cheguei lá no casarão, de andar e tudo, morando lá com meu pai, só que quando eu cheguei pra morar dentro da casa do meu pai, eu conheci um homem o qual eu não conhecia, meu pai, né, que era um homem estúpido, um homem grosso, um homem ignorante, e não era só comigo, era com todo mundo... e o que ela (a madrasta) fazia, ela aproveitava a ausência do meu pai que trabalhava e me colocava assim, tipo, eu ia pra escola, né, e ela me colocava, ela traía meu pai, ela colocava bilhete na minha calcinha pra levar pro namorado dela, ela ia se encontrar com o namorado e falava pro meu pai que tinha ido me levar pro parquinho e chegava lá no parque eu ficava perdida, porque ela sumia e eu não via, sabe? E quando eu chegava em casa eu apanhava*

*muito do meu pai e meu pai não sabia bater, meu pai batia com soco, aí uma vez meu pai deu um soco no meu olho, né... uma vez meu pai puxou um revólver pra mim, e ele puxava pra qualquer filho, não era só pra mim, porque meu pai ele tinha um problema, ele tinha um descontrole, sabe?*

E é assim que Mariana narra os eventos que se seguiram em sua vida. Sobre sua infância, não são apresentados indícios diretos para a compreensão do que ela era, do que ela foi. Para expressar sua vida, importa dizer especialmente como se sentia frente às situações que lhe eram impostas pelo ambiente familiar. Alguns elementos me parecem particularmente relevantes. A mudança para a casa da família do pai, a aproximação e convivência com seus irmãos e sua madrasta trariam repercussões graves e profundas para sua identidade em construção. Em primeiro lugar, destacaria a queda daquela imagem parental. Foi quando conheceu *um homem o qual eu não conhecia*: seu próprio pai. *Um homem estúpido, um homem grosso, um homem ignorante*. Entretanto, sofrer com a violência do pai não era exclusividade sua, explica, ele era *(assim) com todo mundo*.

O fato de testemunhar, impotente, a infidelidade de esposa de seu pai, ser usada a contragosto para intermediar a traição, se sentir abandonada e perdida, e, ainda, ao voltar para a casa, *apanhar muito do pai que não sabia bater*, parece prender Mariana (de nove anos de idade) em um impetuoso conflito. A impetuosidade não se resume, contudo, aos socos e ao revólver, ou seja, à violência e à humilhação objetivas. Há inegavelmente uma forte violência subjetivamente vivida. E ela parece estar presa nesse paradoxo sentimental: por um lado, tem muita raiva da madrasta que a usa para trair o pai. Ela, Mariana, apesar de todos os abusos, era filha de seu pai e permanecia fiel a ele. Por outro lado, tinha grande ressentimento em relação a esse homem que a espancava.

Um aspecto permanece apesar de tudo. Ainda aqui, Mariana parece, de maneira implícita, novamente “desculpar o” pai. Ele batia afinal em todos os filhos, não era só nela. Ele seria capaz de apontar o revólver também para qualquer outro filho, ou seja, não só para ela. Conforme apresentado, o discurso sugere que o pai, no fundo, não tinha culpa; tinha antes um problema, ele era descontrolado. Desse modo, no nível discursivo, a violência é amenizada e, em última instância, justificada. O que isso significa? É preciso deixar claro que Mariana não chegou a formular nada mais a fundo sobre o significado de tudo isso para ela. Nesse caso, resta somente a possibilidade de se lançar mão de meras suposições, hipóteses cujos sentidos não foram submetidos à corroboração da entrevistada. Assim, extrapolando-se os limites da reflexão, arriscaria a dizer que é como se, ao redimir implicitamente o pai, Mariana pudesse resguardar algo de positivo para a imagem que guarda dele. Não só porque

supostamente a imagem de nossos pais tem ecos que ressoam sobre a imagem que temos de nós mesmos; mas, antes, porque parece ser extremamente difícil, do ponto de vista subjetivo, suportar simbolicamente tanta violência. Frente às duras circunstâncias, ela poderia ainda se apegar a alguma evidência de amor: ele a tinha salvo e a amava afinal.

Porém, seu pai não era sua única fonte de amor, bem como seu ambiente familiar não era seu único espaço de socialização. Mariana traz à tona algumas lembranças sobre sua vida escolar à época:

*(...) eu lembro que nessa época de escola era época da palmartória, década de 70, né, eu nunca levei palmartória, nunca apanhei de palmartória, né, e, assim, professor naquela época era, assim, um símbolo, assim, de respeito e... um símbolo, assim, de amor, né, professor naquela época era um símbolo de amor, pelo menos os que eu tive, eram professores que se preocupava comigo. Eu nunca me esqueço que uma vez eu tava na escola, como minha madrasta não comprava nada pra mim, e minha calcinha tava despencando, eu pegava as calcinha e dava um nozinho assim nas calcinha, sabe, de elanca, as calcinha de elanca, né, as calcinha despencando aí eu pegava e dava um nó, só que a calcinha tava tão velha que não tinha mais como amarrar a calcinha [risos], e eu peguei na hora do recreio, que chamava, me escondi e comecei a chorar, chorar, aí veio uma pessoa da escola perguntou por que eu tava chorando, 'porque eu não posso andar', 'e por que você não pode andar', 'porque minha calcinha cai' [risos] (...) é, hoje eu sorrio, né, mas na época era muito triste, era muito duro, né, era muito triste mesmo, aí elas me chamaram e conversaram comigo e tudo, mas assim, a escola na época, eu me lembro que todas as vezes que me deixavam estudar, que eu ia pra escola direitinho, bonitinho, eu passava, né, eu tinha, não tinha dificuldade de aprendizado, né, no aprendizado da escola, mas era duro, era difícil pra mim, não era fácil...*

Ao olhar hoje para o próprio passado, Mariana sorri ao narrar o episódio da calcinha que despencava. Ao mesmo tempo, reconhece que foi uma fonte de sofrimento, cuja relevância é atestada pela própria lembrança que ainda é forte. Ela ri, mas é um riso meio triste; sorriso que expressa certa compaixão pela criança que ela mesma fora outrora. A criança Mariana sentia vergonha e por isso procurou se esconder.

A vergonha, segundo Gaulejac (2003, p.53), passa por uma combinação de elementos constitutivos, que favorecem a “internalização” e a “inibição” que prendem o sujeito num impasse. Para a análise da identidade, importam também as consequências subjetivas. Atenta-se especialmente para o nó constituído por elementos diversos que atravessam a vida, cuja complexa imbricação não se pode esclarecer completamente. Não se pode definir precisamente o que se deve às condições de vida, do que diz respeito às relações interpessoais, tudo implicado na dimensão emocional, afetiva (GAULEJAC, 2003, p. 70-71).

Acordando-se com o autor para arriscar uma leitura, não caberia olhar a pobreza exclusivamente pelo viés das duras condições objetivas de existência que marcam sua objetivamente. No caso de Mariana, há a violência do pai (em conflito com sua benevolência), há a imagem desvalorizada de sua mãe, supõe-se o sentimento de impotência, a necessidade de guardar para si os sentimentos, de esconder-se, há o registro do abandono, do desprezo, da desqualificação pelo olhar dos outros (violência simbólica), da raiva por testemunhar as traições da madrasta, da violência física por parte do pai, etc. Não seria forçoso talvez articular essa relação entre vergonha e pobreza: “sem dinheiro, a criança não pode conseguir objetos que lhe permitiria assemelhar-se aos outros, ser como eles. É constantemente remetida à sua diferença. Não só esta diferença a isola como também a remete à sua falta, à sua inferioridade econômica e, em consequência, à sua 'inadaptação' social” (GAULEJAC, 2003, p. 72).

Por lentes sociológicas, não é irrelevante considerar o ambiente onde ocorre esse episódio. Ela está na escola, um espaço de socialização, uma instituição cujos objetivos socialmente definidos remetem diretamente à esfera do trabalho, à formação de mão de obra (em termos amplos) e à formação individual (referentes às possibilidades de inserção). Sabe-se que, ao lado da família, a escola é por excelência uma instituição central na socialização primária dos indivíduos, responsável pela transmissão do capital cultural e pela preparação para o mercado de trabalho. Acordando com Bourdieu (2008b), a contribuição da escola para a reprodução social ocorre, sobretudo, pelo sancionamento da transmissão familiar do capital cultural: a legitimação da herança cultural familiar passa pela escola. Os mecanismos de transmissão de capitais operados pela família (que fundam relações de dominação) são substituídos/continuados pela escola, realizando assim uma função reprodutora das estruturas sociais. Os capitais herdados ratificam-se por meio da experiência escolar, de modo a perpetuar as desigualdades sociais. Pretende-se com isso chamar a atenção para o caráter não totalmente casual da experiência escolar precária de Mariana que, inevitavelmente, pesaria futuramente para sua experiência no mercado de trabalho.

Outro elemento também é importante para a construção da identidade. Mariana reconhece em si mesma uma antiga qualidade sua, que se faz presente desde a infância: quando a deixavam estudar, ela não tinha qualquer dificuldade de aprendizado. Ela conta que era uma criança inteligente. A origem de seus problemas escolares seria, portanto, a ausência de estrutura e a carência de cuidado na esfera familiar. Na escola ela sentia a preocupação e a afetividade dos professores em relação a ela. A avaliação da experiência escolar não pode ser

desvinculada da socialização em casa. Ambos os universos conformam a realidade da criança, são referenciais primários para o processo de construção identitária. Em uma análise de história de vida, na qual visa-se compreender a construção da identidade ao longo da trajetória profissional, seria um equívoco grave subestimar a relevância que a formação escolar representa para o mundo do trabalho.

Um episódio seria definitivo na vida da Mariana:

*Então, aí, um dia um senhor conhecido do meu pai tava lá na casa do meu pai, perguntou pro meu pai: ‘esses meninos são seus?’, ‘são’, ‘e essa menina aí?’, ele disse assim, ‘essa menina aí é filha minha também’, ‘é filha minha também, com a mulher da rua’, ele disse, ‘me dá ela?’, ele disse ‘te dou’, ele disse ‘por que você vai me dar sua filha?’, ele disse assim ‘porque a minha mulher maltrata muito ela e meus filhos também, ela apanha muito aqui e se você quiser, pode levar’, ele disse ‘eu to indo embora pra Brasília mais minha esposa, porque minhas filhas já foram, né, e eu to indo embora pra lá também, tamos vendendo um apartamento e se você me der ela...’, aí foi quando eu comecei a minha vida de empregada doméstica. Eu já estava com... (...) Tava com 9 anos.*

Esse episódio redefiniria profundamente a vida de Mariana em diversos aspectos. Cabe, entretanto, analisar detalhadamente os elementos que emergem da narrativa. Ao perguntar sobre “*essa menina aí*”, há no pronunciamento uma diferenciação tácita colocada entre Mariana e os demais irmãos. Mas o que justificaria essa indagação? Seria a cor de sua pele? Mariana é negra. Seriam suas vestimentas? Ou seria uma postura destoante? Quem sabe, uma posição distanciada? Não se pode reviver a cena para capturar e compreender todos os elementos em jogo naquele exato momento. Resta, pois, focar a atenção nos elementos eminentemente identitários contidos no diálogo e na forma como ele é expresso. Na pergunta do estranho há uma afirmativa: Mariana é filha do pai, mas ao mesmo tempo é diferente de todos os 6 irmãos. Ela certamente sentia essa diferença desde quando foi morar na casa do pai; mas agora percebe que a distinção não se aplica exclusivamente aos seus próprios sentimentos. Há um “outro” generalizado que assim a reconhece: a sociedade, a família. Então o pai acrescenta: *é filha minha também, com a mulher da rua*. Ele a reconhece como filha dele *também*. Contudo Mariana não é diferente apenas por não ser filha da mesma mãe. Seu pai a reconhece como *filha da mulher da rua*. Neste momento, pelos olhos de seu próprio pai, ela tem afirmada aquela identidade que um dia outros haviam lhe atribuído: *filha de puta*. Há de se ter em conta que o “outro”, o pai, não é um outro qualquer. No caso de Mariana, quase tudo que ela narra de positivo sobre seus primeiros anos de vida está relacionado à figura paterna. As qualidades do pai têm efeitos positivos em sua estima, sobre sua própria

identidade (“os pais fundam narcisicamente os filhos”). O simples fato de ter um pai que se preocupava com ela é muito para ela: é uma fonte nutritiva de reconhecimento do valor de sua existência. Antes, Mariana era *filha de puta* aos olhos da sociedade; agora, tem seu “desvalor” confirmado pelas palavras e atos do pai.

O ato do pai: dar Mariana. Qual o sentido disso? Quais os impactos identitários? As respostas a essas perguntas parecem cruciais para a apreensão daquilo que está em jogo. Entretanto, a análise não poderia prosseguir em um tom especulativo. É necessário explorar mais a fundo cada elemento trazido à tona. E, para fundamentar um pouco melhor aquilo que se procura explicar, é indispensável que se lance mão de algumas referências teóricas.

Ao se analisar a narrativa sobre a socialização primária, é perceptível essa impotência da criança frente à vida. As vivências da infância são o próprio alicerce para a emergência do sujeito, de alguma autonomia na socialização secundária. Concebendo-se a identidade como um processo de tensionamento permanente entre as necessidades simultâneas de “diferenciação” (de se afirmar único, singular) e de “identificação” (de pertencimento, de ser reconhecido como um igual); “necessidades opostas e complementares” (GAULEJAC, 2006, 67), poder-se-ia talvez inferir do acontecido uma ideia do forte conflito subjetivo vivido pela criança. Assim como o foi para o episódio na escola, em que a vergonha parece se instalar, poder-se-ia sugerir que a experiência humilhante vivida em contexto familiar também teve impactos significativos para a constituição de uma autoimagem negativizada. O que isso teria a ver com a sua vida futura de trabalho? A partir dessas considerações iniciais, puxa-se o fio por essas primeiras pistas emergentes, que tocam seu processo de construção identitária. E outro fato não trivial: nessa ocasião Mariana deixa de estudar.

*(...) aí, quando me deram, né, tive que sair da escola, esperar o tempo desse pessoal ir embora, fiquei parada, eu lembro que eu fiquei parada, né, até o tempo desse pessoal ir embora, não... não tava indo pra escola, né. Quando eu cheguei em Brasília, que eu vim embora com eles, acho que eu tava com 14, 14 anos, e não estudava, quem tinha 14 anos na época não podia estudar à noite, e eles foram lá, forçaram a barra, me colocaram pra estudar à noite, porque eu tinha que fazer minhas obrigações durante o dia dentro da casa deles, né, e, assim, foi muito difícil.*

*Eles eram de idade e muito cheios... um povo tudo emaniado, né, e tudo tinha que ser muito certinho e... eu era uma menina ainda, eu lembro que quando fui morar com eles eu tinha uma boneca que essa boneca fazia tempo que minha vó tinha comprado pra mim, minha vó parte de pai, e a boneca era velhinha, mas ela era minha amiga, aquela boneca era pra mim era minha irmã, minha vó, era TUDO pra mim, sabe... eu*

*não gosto nem de comentar da boneca... [chora]*

Mariana se emociona profundamente ao falar disso. Sua voz, gradativamente perde a força, e o enquanto as lágrimas escorrem, o choro é contido em silêncio, um silêncio de sofrimento e muita tristeza. Mas em seguida recupera o fôlego, enxuga suas lágrimas e prossegue a narrativa:

*e eu pedi que, e aí, a dona Dígina, que é essa senhora que me trouxe pra Brasília falou pra mim assim, ‘joga essa imundície fora, porque nós vamos pra casa de Na Dígina, porque até então eles não tinham comprado a casa ainda, né, que foi a casa do Guará, onde eu morei com eles. Vamos pra casa de Na Dígina, ela morava no plano, né, nas 400, 415, ‘e não pode levar isso pra lá, lá é muito limpo, muito chique, né, pra essa boneca tá indo pra lá’, e ela pegou e jogou minha boneca fora, né, nem fui eu, porque se dependesse de mim eu jamais jogaria minha boneca fora, e jogou minha boneca fora, né, e... foi isso, muito sofrimento, muito... apanhei muito, né...*

Seria esse ato apenas um pormenor, um detalhe em sua história de vida?, ou seria um episódio repleto de significado simbólico? A boneca não era apenas uma boneca: era para ela tudo o que tinha, era sua família. Mais do que isso, era a única coisa que permanecia em sua vida, e simbolicamente era um porto seguro, um objeto que a mantinha em contato com suas lembranças e – por que não cogitar? – com a constância de seu próprio ser. Quando aparentemente tudo o mais era inconstante, e não se tinha mais nada ao que se apegar, estar junto a essa boneca, em alguma medida, preenchia sua vida de sentido. Aos olhos da mãe adotiva, seu “tudo” era uma imundície, incompatível com um lugar limpo, chique, e o lugar da boneca era o lixo. Tudo lhe fora negado. A Mariana de hoje, que ri do episódio da calcinha, chora ao se lembrar da boneca lhe tiraram.

*(...) Apanhava muito, muito mesmo, apanhava até mais do que com meu pai, sabe. E... abusos, né, (...) assim, muita coisa triste... que eu não gosto nem de comentar. (...) Tudo o que eu tinha em mente é como era que eu iria me sair daquela família, que eu queria ir embora dali, que eu não queria viver com eles, né, assim, toda a vida eu queria ir embora de lá, eu me lembro que ela comprava umas latinha de inseticida que era pra colocar no meu cabelo que me dava piolho, né... e um dia eu falei pra babá dos neto dela, né, cai na besteira de comentar pra ela que minha maior vontade era de morrer, que eu tinha vontade de tomar veneno, qualquer dia pegar aquele inseticida e tomar, né, que eu não queria viver mais com aquela família e tudo, aí, ela contou pra ela, ela pegou e falou assim pra mim assim: ‘aqui, ó a latinha de veneno, por que você não pega e não toma? Pega e toma!’, né, então, assim, toda a vida, desde que eu fui embora, embora de Salvador, é... pra companhia deles, eu, eles achavam que era felicidade, porque eles abriam a boca e diziam assim: ‘ela era tão maltratada, ela era cheia de hematomas roxo, que apanhava dos irmãos, do pai, ninguém gostava dela na família e tudo’, sinceramente, eu me sentia mais feliz naquele meio, porque eu não era uma empregada doméstica, do que na mão de outra*

*família que lá eu era empregada doméstica, eu era usada, eu era abusada, entendeu, não era o sangue deles, eles eram brancos, eu estava num meio que não era o meu meio, eu era um peixe fora d'água, e tudo que eu fazia eu era criticada por ser negra, entendeu?*

Mariana havia sofrido violências na casa do pai, e a violência continuaria em sua vida com a nova família. Era a mesma pessoa, mas ao mesmo tempo já é outra: já não é filha, a mesma filha de seu pai, uma vez que ele a deu; já não é mais uma entre os irmãos, ela era agora empregada doméstica ou, como diz, escrava da família adotiva; é ainda uma negra em meio aos brancos, e sentia-se como um peixe fora d'água. Agora morava em Brasília e era imigrante.

Em Brasília, entre seus 15 e 16 anos de idade, Mariana levava uma vida um tanto tolhida, principalmente no que diz respeito à liberdade de sair de casa para se relacionar com as outras crianças do bairro:

*eu era trancada, eu era presa, quando eu ia, quando eles me mandavam comprar pão, né, toda tarde eu ia comprar o pão pra eles e, quando eu ia comprar o pão eles diziam assim 'ah, eu vou cuspir no chão, se o cuspe secar quando você chegar, leva uma surra, né' que pernambucano fala pisa, né, cê leva uma pisa. E, eu... o que eu tinha de fazer, se eu tivesse de conversar com alguém era nesse caminho da padaria, né, que eu tinha que interagir com as pessoas que eu conhecia, ou com algum coleguinha e tal (...)*

As oportunidades de divertimento se davam somente quando seus pais adotivos saíam aos finais de semana:

*e aí que eu tinha, que podia, que eu respirava, que ia pro portão, que eu conversava, que eu jogava bola com os meus colegas, que, né, que brincava, né, pulava corda, subia na árvore que tinha na frente da casa, tocava o terror lá na frente, sabe [risos], brincando, né, trabalhar, trabalhava, mas, né, sabia que eu podia brincar aquele tempo que eles não tavam em casa, né, mas era uma vida, assim, bem escrava, bem sofrida, sabe?*

E seria em uma dessas ocasiões que Mariana conheceria ao acaso o homem que viria a ser o pai de seu primeiro filho (hoje com 30 anos de idade). Ele fora apresentado por uma amiga. Nessa época, ela despertava-se para namorar e um flerte fortuito foi suficiente para que ela alimentasse expectativas e sentisse uma inclinação à possibilidade de um encontro. Na verdade, conta Mariana, ela estava apaixonada! Passado algum tempo, o encontro com seu pretendente seria intermediado pela amiga, tudo às escondidas da família. Bastaria inventar-se uma boa mentira para a família, e o encontro às escondidas se faria possível. E foi o que aconteceu. E como se sentia ela, adolescente, desabrochando-se e descobrindo suas

possibilidades de relacionamento amoroso com um pretendente? Como teria sido esse encontro? Pede-se licença para dar um maior espaço de fala à Mariana, capaz de transmitir melhor do que ninguém sua própria história, em detalhes e sentimentos:

*Aí ele falou assim: ‘não, vamos lá em casa, que eu vou tomar banho e vou te levar pro cinema!’ e eu: ‘meus Deus, o cinema! Nunca fui ao cinema, eu vou pro cinema!’ [risos]. Aí fui pra casa dele, toda inocente, toda menina, eu me lembro que eu tava tão alegre, porque eu tinha juntado um dinheirinho, né, que os velho tinha me dado, eu sempre, ia juntando, juntando, aí eu juntei um dinheirinho, comprei na época a melissa, que tinha lançado a melissa, a melissa falsificada na feira, comprei, aí comprei uma calça, que a calça era pregadinha no corpo, brilhava, né, uma colanzinha que tinha uns... umas... como é que fala? Umas bolinha, como é que era aquilo?*

*Não... é... ai, me fugiu o nome agora... as missanga! As missanguinha aqui assim na alcinha, né, aí... era, assim, um brilho prateado, a calça bem pregadi... bem linda, na época, o modelo e uma colanzinha azul. Aí eu tava me sentindo... e uma casaquinho de velha por cima, né! Porque era o casaco que eles tinha dado pra mim [risos]. E eu me sentia, assim, a princesa dentro daquela roupa, sabe, toda feliz, toda inocente, aí eu fui pra casa dele e ele: ‘ai, eu vou te levar pro cinema, vamos?’ ‘vamo’, aí ele falou: ‘então, tá, vamo lá pra minha casa’ (...) e eu não percebi que quando ele entrou ele trancou a porta com cadeado. Aí, começou a me beijar, começou a me pegar, né... e eu com medo e eu beijando, né, e eu: ‘ah meu Deus do céu, tomara que esse homem vá tomar banho logo pra a gente ir pro cinema’, aí ele foi, né, lá pra dentro ‘vou tomar banho’, (...) ele não foi pro banheiro, ele já veio de lá pelado pra cima de mim, né... que aí aconteceu o que aconteceu e... gerou o Igor, eu engravidei nesse dia, nesse dia eu engravidei.*

*Eu saí de lá com minha roupa arreventada, chorando, eu saí de lá, sabe (...) Então eles nem deram atenção, não olharam quando eu cheguei e eu cheguei toda amargurada, triste, fui pra dentro do quarto, fui tirar a roupa, fui tomar um banho e chorei, chorei, chorei. E falei, falei assim, que não queria mais, nunca mais ver aquele rapaz, e quando eu saí de lá eu passei por perto de uma delegacia, mas eu não tinha, eu não era informada de nada, eu não era instruída pra nada, eu era excluída exatamente pra não entender nada e não saber de nada, né... e... e logo em seguida eu descobri que eu tava grávida, né, e quando eu estava grávida é que a família começou a me maltratar muito, me xingar muito, me chamar de puta, dizer que tinha uma puta dentro de casa e não sabia... eu saí e fui trabalhar de empregada doméstica.*

Mariana fora vítima de um estupro, uma violência extremamente humilhante. Ao chegar em casa com a “roupa arreventada”, “coincidentemente”, ninguém presta atenção nela. Ela passa por sua família invisível sem ser percebida e, sozinha, vai limpar a sujeira e chorar o mal que lhe fizeram (de raiva?, de medo?, de dor?). Depois de violentada, ela é agora uma mulher grávida. Mariana se transforma em mãe, e, como se verá adiante, tal condição vai definir em grande medida sua identidade de trabalhadora. Mariana já não é reconhecida como

filha da puta. As pessoas que marcaram seu passado, as relações que construíram sua identidade, também já não se faziam presentes. Tinham ficado todas na Bahia. Nesse momento, Mariana passa a ser vista como, ela mesma, puta. Ao mesmo tempo, mãe e puta. Mas ela não se identificava com ambas. Era sim, mãe, mas não puta! Por isso decide fugir. A fuga representa para ela, a possibilidade de se libertar. Representa ainda um desejo antigo, que só agora dispõe de um impulso para se realizar: tudo o que tinha em mente era a vontade de sair dali. Mariana há muito alimentava em si o desejo de ir embora. Conforme afirma, não fosse esse projeto, sua “maior vontade era de morrer”. Mas se libertar do que exatamente? Da identidade negativa afirmada pelo lugar que ela ocupa em suas relações mais próximas: dada pelo pai, empregada doméstica, escrava, usada, abusada, negra entre brancos, e, por fim, puta. Para sustentar a fuga de casa, ela precisa trabalhar fora, se arriscar no mundo. Precisa trabalhar para ser mãe e garantir o sustento de seu filho. Eis uma nova Mariana: empregada doméstica.

Em verdade, como ela diz, o trabalho doméstico já estava nela. Em sua narrativa, o início de seu destino de doméstica é definido na ocasião em que ela foi dada pelo pai e levada à Brasília. É perceptível um certo peso implicado nessa representação. Ao afirmar que seu destino, ou sua “má sorte” de vida, foi definida nesse momento exato, de um modo implícito Mariana está afirmando que, se não tivesse sido dada à família, poderia ter tido um destino melhor. A especulação em si não vale a pena. Vale a pena, pois, atentar para o fato de que, quando Mariana diz que “daí começou minha vida de doméstica”, sua afirmação tem sentido mais amplo e, portanto, menos específico. Então o definiria o diferencial da segunda experiência de doméstica, quando passa a trabalhar para fora?

Pode-se sugerir que há uma diferença crucial no exercício de doméstica para a “família adotiva” e “para fora”. Enquanto trabalhava de graça para a família, se via antes como “escrava” do que como trabalhadora. O trabalho doméstico só passa a ser identificado por ela, e identificada por ele, quando este se projeta para fora da esfera familiar. Antes, não havia qualquer indício de “autonomia”, não havia renda. Quanto à atividade em si, o trabalho é praticamente o mesmo e, nesse sentido, ela permanece escrava. Sabe-se que o real do trabalho não se faz exclusivamente em função da natureza da atividade exercida, mas também, pelas relações de trabalho por ele estabelecidas. Interessa, pois, o aspecto relacional do trabalho, que define as implicações mútuas entre inserção no mundo do trabalho e identidade de trabalhadora. O sentido do novo trabalho pode certamente ser descrito por mais de uma via. Uma delas indica a possibilidade de concretizar o projeto de sair de casa, de

romper com as relações de dependência e subordinação em relação à família, e garantir o sustento do filho. Antes de entrar na nova vida de Mariana, algumas considerações precisam ser tecidas. Ela nos conta como foi:

*(...) fugi deles, eu fugi, eu fugi sem eles (saberem)... né, um dia que eles saíram eu peguei, uma senhora lá do prédio, a menina que trabalhava com ela contou minha história pra ela e tudo e falou como eu tava me sentindo e que tava acontecendo tudo comigo, aí ela pegou e falou assim, 'eu tenho uma amiga que tá precisando, ela não quer ir não?' Aí eu fui trabalhar de empregada doméstica [chora].*

Mariana se emociona profundamente ao falar disso, e mais uma vez chora. Aparentemente, nesse momento exato, Mariana tinha a sua frente a possibilidade de libertação, o fim potencial das humilhações e sofrimento às quais estava submetida por toda a sua vida. Mas as coisas não são simples assim. Mariana tinha agora algo em torno de 16 para 17 anos de idade.

Sobre a experiência inicial enquanto empregada doméstica. Mariana tinha uma patroa amável e compreensiva, uma verdadeira conselheira. Assim como ela, sua patroa havia sido um dia empregada doméstica e tinha “dado a volta por cima”. A empregadora de Mariana era, hoje, secretária bilíngue e tinha uma trajetória exemplar. Exemplar no sentido literal: era possível uma identificação pelo passado em comum e, mais do que isso, representava uma imagem positiva para a elaboração de suas próprias perspectivas quanto ao futuro. Além disso, foi uma experiência boa, por tudo o que aprendeu. Lá pôde somar à sua identidade de trabalhadora algumas “qualidades”, que constituíram um capital importante para sua inserção no mercado. É pertinente atentar para a aquisição das “qualidades” ao invés das “qualificações”. Há uma distinção e ela não é banal. As primeiras são informalmente adquiridas e, portanto subjetivamente avaliadas por potenciais empregadores. Girard (2002, p. 23) explana com precisão: “são ainda as regras informais que organizam o mercado de trabalho. Por quê? Como não é a qualificação, mas as qualidades que são valorizadas, isso entra na definição do preço do salário e o mantém a um certo nível, sem facilitar um outro patamar de negociação”.

De todo modo, as qualidades foram importantes para a obtenção do próximo emprego: Mariana tinha agora experiência com a limpeza e saberes sofisticados em culinária. Aprendeu a cozinhar *paella* e aprendeu costumes de pessoas do Sudeste, os quais reconhece como claramente distintos dos do Nordeste, sua terra. Em outras palavras, é possível afirmar que ela passou a possuir qualidades, saberes, que agregaram maior valor ao seu trabalho. Não só um

valor monetário, mas sobretudo um valor simbólico, com repercussões para sua identidade de trabalhadora. Mariana começava a acumular capital cultural, cuja valorização tem impactos diretos em sua identidade enquanto trabalhadora.

*(A experiência) foi boa, porque a dona V. era uma pessoa muito amável, muito querida, era uma pessoa, assim, muito compreensível, assim... era uma pessoa a qual ela me dava muito conselho, ela tinha sido empregada doméstica e ela morou no exterior um tempo, e ela voltou, morou em São Paulo, e ela... ela conseguiu dar a volta por cima, ela era secretária bilíngue na época, né, porque ela morou no exterior, e ela sempre me deu força, conversava muito comigo, ela perguntava pra mim: 'Você quer que eu adote seu filho? Vou adotar seu filho, seu filho vai ser gente, eu vou dar estudo pro seu filho, se você quiser, mas eu quero de papel passado, eu quero seu filho de papel passado', não só ela, a outra também quando me pegou lá na creche, ela queria que eu passasse meu filho de papel passado pra ela adotar. Eu disse não, não quero dar meu filho, meu filho é a única coisa que Deus me deu foi meu filho, não... e aí, foi uma experiência boa, aprendi muito com ela, ela me ensinou muita coisa na cozinha, hoje eu sei fazer paella por causa dela, ela me ensinou a fazer paella, né, e... foi uma experiência boa, né, na área da culinária, assim, aprendi muito, aprendi costumes de pessoas diferente, porque, o costume de pessoa do... do Nordeste não são os mesmo que costumes de pessoas de São Paulo, né, e por aí vai... e aprendi, né, a experiência que eu tenho hoje de cozinha, a experiência com limpeza, a experiência com... assim, porque eu sempre busquei nas pessoas as qualidades boas delas... eu sempre apren... e isso vem da minha pessoa, eu sempre busquei, não as coisas negativas, e as positivas sempre pegava a mim, né. E esse lado bom das pessoas, as qualidades, né, boas.*

Mariana fala dela com apreço. E diz algo sobre si mesma: “sempre busquei pegar as coisas boas pra mim, as qualidades da pessoas”. Observa-se uma prestação de reverência à cultura legítima (“boa vontade cultural”)<sup>12</sup>. Mas há algo muito relevante que não poderia passar despercebido: a patroa queria adotar seu filho *de papel passado* para que ele pudesse, sob melhores condições socioeconômicas, *virar gente*. É possível inferir que, para a patroa, se apropriar da responsabilidade pela socialização do menino corresponderia a oferecer a ele um outro *habitus*, ou seja, uma nova combinação entre capitais econômicos e simbólicos, que o situaria futuramente em uma posição superior no espaço social. Há aqui uma clara relação de dominação entre patroa e empregada, na qual a autoridade da primeira é reforçada por meio da violência simbólica, que ratifica por outro lado a subalternidade da segunda.

Não obstante, o que mais chama a atenção são os termos pelos quais essa dominação é discursivamente expressa: ao deixar clara sua superioridade no espaço social e exercer seu poder de dominação, é a própria qualidade de “Mariana-gente” que é evocada e posta em questão. Sendo criado por Mariana, o filho não se tornaria gente. Mas por que não?

---

<sup>12</sup> Sobre esse conceito de Pierre Bourdieu se discorrerá em maior profundidade na análise da próxima trajetória.

Por que, aos olhos de sua patroa, “ser gente” significa dispor de uma certa quantidade de capitais, que definem as possibilidades de ganhos nos diversos campos sociais, uma quantidade mínima, que define um indivíduo como gente, como “alguém”. Implicitamente, a patroa afirma que ela não é gente, ou que Mariana não é ninguém. Mas qual seria afinal a relação entre o sofrimento da violência simbólica e a identidade de Mariana? Há uma desqualificação brutal pela qual a identidade de Mariana não poderia passar incólume. Antes, porém, de refletir sobre isso (que é fundamental), gostaria de discutir um pouco a ideia de que a própria cultura apresenta-se de maneira hierarquizada (ou dominação simbólica, no vocábulo de Bourdieu).

Entende-se assim que os olhos da patroa não são exclusivamente dela. Não se trata de um julgamento arbitrário e individual. A representação da patroa corresponde, antes, a uma ampla representação social. Procurarei, pois, aprofundar nas relações entre trabalho e educação para que se possa melhor compreender o que está posto nessa situação. O que significa ser gente afinal? O que isso nos releva sobre a ordem social expressa nesse diálogo? Diria-se que em uma sociedade de mercado, na qual o trabalho e, portanto, o capital econômico definem o lugar (ou o valor!) de cada um na hierarquia social, caberia a proposição: “Só tem valor quem tem um bom trabalho”. Nesse sentido, ser reconhecido como gente significa ter um trabalho socialmente valorizado.

Quanto à identidade, poder-se-ia sugerir que Mariana, embora recuse doar o filho, acha legítima a atitude da patroa. Ela estaria lhe fazendo algo bom: tornar seu filho “gente”. Essa é a característica-chave da dominação: ela não se revela como tal aos olhos do dominado. Mais do que interessante “coincidência”, o fato de a proposta ter sido recorrente (na situação anterior, na casa de acolhimento às mães solteiras) é significativo – a repetição pode ser indicativa das “forças sociais”. É significativo ainda o sentido que isso adquire aos olhos de Mariana, remetendo-a à própria história: ela, que um dia havia sido “dada” por seu pai, não abriria mão agora de seu próprio filho. Ainda como doméstica, Mariana conhece pessoas que a indicam e ela a partir de então passaria a trabalhar como cozinheira na casa de Senadores. Fala disso com muito humor e um grande sorriso estampado, lembrando com nostalgia.

*(...) na verdade eu gostava da casa dos senadores, porque os senadores viajavam muito, né. E assim, tinha época que era muita... muito jantar, muito almoço, e tinha época que era, assim, bonança mesmo, não tinha nada pra fazer, senadores 3,4 meses viajando, e eu 3,4 meses só dormindo comendo, no parque da cidade, tomando sol... [risos] Né, então era muito bom lá, entendeu? (...) e assim, eu achava que na casa do*

*senador fosse, assim, o melhor emprego, porque eu tinha motorista pra me levar pro mercado, eu tinha motorista pra me levar não sei daonde, não sei pra aonde... e pra mim, aquilo pra mim era o máximo, né [risos], sendo que uma ilusão, era besteira, uma bobagem, né, iludida, com que: ‘ah, o senador vai me arrumar um emprego no senado!’, né, e ficava nessa, e trabalhei com o senador L.J. e ele perdeu, né, o mandato dele, né, e depois eu passei pra o senador.*

Trabalho nas casas de três senadores. Ao falar dessas experiências, Mariana deixa claro que eram casas onde gostava de trabalhar. Não pelo trabalho exatamente, mas pelo descanso e tempo-livre dos quais podia gozar. Época de bonança mesmo! Achava que era o melhor emprego e tinha até motorista! Hoje, ao olhar para ela mesma naqueles tempos, ela reconhece sua empolgação como uma grande ilusão, uma besteira. Todavia, o que viveu era real: ela achava seu trabalho o máximo! E o que ela hoje denomina ilusão representava, em verdade, uma projeção positiva de sua identidade. Vale chamar atenção que, a essa altura, já se fazia sentir uma transformação em sua relação com o trabalho doméstico. Doméstico porque em casa, mas não se reconhecia como tal. Ela tinha uma função específica correspondente ao capital acumulado na experiência anterior: era cozinheira. Eis aqui uma sutil positivação da identidade; esta que via muitas possibilidades futuras e nutria grandes expectativas! De cozinheira à empregada do senado! A Mariana de então acreditava (nutria a ilusão, segundo ela mesma hoje) de que os senadores arrumariam um emprego para ela no Senado Federal. Até o momento em que foi trabalhar na casa de um senador mais pobre, um parlamentar do Ceará. Ela conta que essa experiência de trabalho esvaziou seus planos futuros de se empregar no senado. Pelo que conta, é como se o contato com a “pobreza” desse segundo senador da república, em contraste com a riqueza do anterior, tivesse sido responsável pela ruína de seus sonhos dourados. Mas essa não é a versão completa, e sua desilusão só em parte teria a ver com o estilo de vida mais modesto (para os padrões de um senador) do patrão. O que mais ela conta?

*aí ele foi o mais pobre que eu trabalhei e, assim, eu... me desiludi, desgostei, não quis mais... aí quando eu trabalhei pro (outro Senador), teve o motorista dele, né, que o homem, se dizia que tava apaixonado por mim, o homem era casado e... eu me lembro que uma vez ele me colocou no carro, né, pra fazer umas compras, e ele foi parar comigo lá pra não sei aonde, que eu não conhecia bem o Distrito Federal, e eu fiquei muito revoltada e eu falei que ia sair e não queria mais trabalhar, com ódio que eu fiquei da cara dele, eu tinha ódio, eu tinha abuso da cara dele!*

E por que o fato dele ser pobre atrapalharia seus os projetos? Até onde se pode sugerir, parece que o “deslumbre” com a riqueza dos senadores alimentava nela expectativas

projetivas quanto a sua própria ascensão social. A “pobreza” do último senador, bem como o “tempo” transcorrido nos empregos, podem justificar em parte tal decaída de suas ambições. Conforme ela narra, gradualmente, os grandes sonhos se convertem em ilusões: um processo paralelo à própria metamorfose da identidade. Um outro episódio viria marcar a trajetória de Mariana, mulher trabalhadora: o motorista a leva para um lugar abandonado e tinha más intenções. Dessa vez, o que ela sente é revolta. Sentiu “ódio”. As coisas estão se transformando dentro dela. A partir de então, ela não quer mais trabalhar na casa do Senador. É uma escolha! Ela já não está absolutamente vulnerável ou passiva. Em sua atitude há um senso de firmeza, com o qual Mariana parece começar a se identificar. Nesse trecho da narrativa há uma pequena confusão. Não fica muito claro, afinal, se Mariana sai do emprego por causa dos conselhos e oferta de sua mãe de criação, que a foi procurar na mesma época, ou se foi por causa desse episódio com o motorista, um caso de assédio no trabalho. Em alguma medida também a “pobreza” do senador por ter sido motivadora. De qualquer modo as coisas aconteceram mais ou menos juntas e a memória não é totalmente confiável. É relevante observar, pois, que a explicação da “proposta” tenha vindo antes da explicação do “assédio”. O abuso não é assunto sobre o qual se queira falar.

Há uma outra parte da história que não ficou esclarecida cronologicamente: em algum momento enquanto trabalhava de doméstica, Mariana foi buscar o filho na casa da avó paterna dele. A essa altura, ele completara dois anos de idade. Ela narra esse evento como uma verdadeira “saga”, na qual ela sai em busca do filho, assim como o seu próprio pai o fez ao buscá-la na casa de sua avó, quando ela tinha três anos no interior da Bahia. Há aqui uma hipótese, que, embora não seja legitimada pela entrevista, pode servir ao menos como exercício para a compreensão de suas motivações. Em alguma medida, o grande esforço de Mariana parece ressoar ecos de sua lembrança. Seria esse esforço o mesmo empenhado por aquele “pai” de sua primeira infância (cuja imagem correspondia a de um pai benévolo e que se preocupava com ela)? Se sim, ela faria pelo filho o que o próprio pai fizera por ela. Ele havia prometido que a buscaria e o fez. Reproduzindo o ato admirável de seu pai, ela faria o mesmo por seu filho.

*Eu fui buscar o Igor, o Igor tinha 2 anos, eu fui buscar o Igor! É, quando o Igor tinha 2 anos, né, de idade... porque, quando o Igor foi, antes de um mês que o Igor tava lá em Porto Nacional, eu juntei um dinheiro, né, trabalhando, né, juntei um dinheiro... nunca tinha viajado na minha vida pra cidade nenhuma! Perguntei como eu chegava lá e fui, visitar o Igor, o Igor tava na fazenda lá, com os avós dele, né. Andei feito uma condenada, fui comida pela aquelas muriçocas que morde, o sangue desce, adoeci, né, porque sou muito alérgica a mordida de insetos... e*

*cheguei lá e vi meu filho e chorei muito, muito mesmo, porque não queria ver meu filho... é... não era uma situação de miséria, porque tinha leite, tinha um gado lá, tinha arroz colhido lá, feijão e tudo, mas meu filho não tava... aí eu vi meu filho assim, com aquela vozinha de roceiro, falando tipo roceiro, né. E eu falei assim: 'meu Deus, eu venho buscar meu filho' e quando eu fui embora eu chorei muito mesmo, que eu não podia levar meu filho, e aquilo me adoecia, aquilo me fazia entrar em depressão, e, assim, de 2 em 2 meses eu ia ver o Igor, né.*

Ao voltar à Brasília, Mariana consegue uma senhora de confiança, indicada por uma amiga, que poderia cuidar de seu filho no Gama. Assim, o menino passava a semana sob os cuidados da senhora enquanto ela trabalhava (no SENAI) na Ceilândia. Nessa época, ela morava de favor na casa de uma amiga em Taguatinga. Durante as eventuais folgas e os finais de semana, ela pegava a criança para que pudessem passar algum tempo juntos. Foi quando o pai de seu filho, que também visitava o filho com frequência, decidiu assumir a guarda. Ele era funcionário concursado da Câmara e, por ter conquistado estabilidade e boa renda no trabalho, Mariana acaba por concordar que o pai dispunha de condições mais favoráveis para a criação do menino: possuía um apartamento, tinha condições de pagar uma empregada doméstica, e o matricularia em uma escola particular.

De volta à saída da casa do senador. Nessa época sua mãe de criação procura por ela ao saber de seu trabalho de cozinheira. O motivo: tinha em vista um emprego no SENAI. Aos olhos da mãe de criação, o trabalho atual de Mariana não lhe trazia perspectivas de melhorar de situação e aconselha a ingressar no novo emprego. Mariana estava agora com 24 anos e entrou então no SENAI como salgadeira. Sim, Mariana já “sabia ser” salgadeira. Quando ela conta, não fica claro se, enquanto trabalhava, ela ao mesmo tempo se qualificara por meio de um curso formal, ou se foi contratada por sua experiência na cozinha das casas por onde passou.

*no SENAI foi o seguinte: na verdade, eu entrei pro SENAI não foi nem como... pra auxiliar administrativo, a princípio, eu entrei pro SENAI como salgadeira pra cantina do SENAI como salgadeira, né, contratada pelo próprio SENAI. (...) eu já tinha, eu já tinha, já tinha (feito o curso de salgadeira)... eu sempre tive muita facilidade de aprender, de aprender as coisas, assim, da área de... culinária, né, na área de culinária sempre aprendi com facilidade. Então eu já tinha, já sabia fazer muita coisa, e, daí, é.. lá no SENAI, acho que foi um ano, 18 meses a um ano, o SENAI ia arrendar a cantina, e arrendou a cantina e aproveitou os funcionários da cantina pra outras áreas, foi quando eu passei pra auxiliar administrativo.*

De um jeito ou de outro, Mariana se reconhece como alguém que tinha dotes culinários bem desenvolvidos. Reconhece em si qualidades relevantes para sua inserção no mercado de trabalho. De cozinheira doméstica ela passa a ser salgadeira em uma empresa e é

formalmente empregada (antes era informal?). Essa mobilidade é relevante. Em seguida, por uma eventualidade do remanejamento interno, Mariana é “aproveitada” pela empresa, deixa de ser salgadeira e passa a ser “auxiliar administrativa”. Ela agora fazia cadastramento de alunos, arquivamentos, era responsável por relatórios ao final de cada mês. Suas atribuições agora eram contatar alunos, informá-los a respeito dos cursos técnicos oferecidos pela instituição, e ainda atendimento ao público. Agora sim, um salto qualitativo! Do ponto da identidade forjada em relações sociais, o que significam afinal essas mudanças?

Para a presente análise, acredita-se que o mais relevante a se pontuar em relação à saída de Mariana do emprego doméstico é a possibilidade de mobilidade. Conforme se tratou anteriormente, do ponto de vista teórico, há uma correlação direta entre a hierarquia das classes sociais e ocupações socioprofissionais. Sabe-se como a qualificação é elemento chave para a inserção no mundo do trabalho e, logo, para o lugar ocupado. O trabalho doméstico é classificado como “manual não-qualificado”, e, portanto ocupa uma posição inferiorizada, a 7ª posição na hierarquia.<sup>13</sup> O setor manual não-qualificado representa tipicamente a rota mais comum nas trajetórias profissionais femininas, que se explicaria em parte pela expressiva participação das mulheres no emprego doméstico. Ao final dos anos 90, quanto aos fluxos de mobilidade intrageracional observados exclusivamente entre as mulheres, a classe de trabalhadoras “manuais não-qualificadas” correspondia à aproximadamente 39% do total de mulheres ocupadas (SCALON, 1999). Deste percentual, 66%<sup>14</sup> das trajetórias analisadas não apresentaram qualquer mobilidade para outra classe. E, neste sentido, pode-se dizer que Mariana está entre uma minoria. Do ponto de vista individual, ainda, acredita-se que a mudança de trabalho foi um passo notável na trajetória de Mariana, especialmente no plano subjetivo: ela pode se identificar com um trabalho mais qualificado. Do ponto de vista estrutural, contudo, arriscar-se-ia sugerir que a alteração não significou de fato uma ascensão social. Primeiro porque, embora com menor frequência, ela continuaria a exercer atividades domésticas. Segundo porque, do ponto de vista da renda, a fragilidade de sua posição permanece: é possível supor que a condição estrutural de subordinação é muito semelhante à anterior. E o que mudaria, a partir de seu novo tipo de inserção?

*dentro do SENAI foram experiências boas, foi dentro do SENAI que eu tive cursos, né, bons cursos, que eu aprendi dentro do SENAI. Dentro do SENAI eu aprendi o comportamento no mercado de trabalho, como você... é... atuar no mercado de*

---

<sup>13</sup> O estudo não é atual, mas ilustra a realidade vivida por Mariana.

<sup>14</sup> Dado calculado a partir da análise da TABELA 3.2 da p. 101 (SCALON, 1999).

*trabalho, né, a minha área, ou outra área qualquer que fosse trabalhar, foi no SENAI que... eu estudei no SENAI também, né, eu cheguei a estudar no SENAI. (...) Estudava e trabalhava, exatamente. Então, o SENAI foi uma mãe pra mim, empresa mãe pra mim, né, que eu aprendi muito, me ajudou muito, né (...) E trabalhei 12 anos lá, depois de lá veio a Embrapa, né, foi no SENAI que eu conquistei minha casa própria, né, e foi no SENAI.*

Os conhecimentos adquiridos durante o tempo em que trabalhou foram especialmente referentes à formação de Mariana enquanto trabalhadora. Neste ponto, Mariana volta para retificar uma informação dada anteriormente. Em verdade, quando deixou os estudos por estar grávida, ela cursava a sétima série – e não o primeiro ano do ensino médio, com havia relatado anteriormente. À luz psicanalítica, caberia talvez lançar atenção sobre as motivações do que poderia ser interpretado como um “ato falho” da linguagem. Tratando-se, pois, de uma análise sociológica, os esforços interpretativos enfatizarão outros elementos.

Dentre as boas experiências, Mariana ressalta a participação nos cursos oferecidos pela instituição. Foi no SENAI, então, que ela pôde retomar os estudos e concluir o ensino fundamental. Sua rotina conciliava, portanto, trabalho e estudos na mesma instituição. Além da escolaridade formal e do aprendizado de conhecimentos técnicos de sua área, Mariana valoriza o fato de ter se apropriado das “regras do jogo” iminentes ao mercado de trabalho. A empresa era como uma “mãe”. O que isso quer dizer? Quais as implicações de doze anos de socialização na empresa para a identidade de Mariana?

*Quando eu tava no SENAI eu tinha planos de me formar, eu pensava em me formar. É, eu pensava, assim, fazer um curso superior, né, que na época, assim, era um sonho, assim, um sonho bem distante, bem longe, né. Mas eu tava construindo a minha casa, mexendo com a construção da minha casa (No Riacho Fundo I).*

No SENAI, Mariana pôde dar corpo ao seu projeto: tinha planos de se formar e de depois de fazer um curso superior. Ela buscava desenvolver em si qualidades a serem reconhecidas; não eram, todavia, quaisquer qualidades. Um curso profissionalizante seria bem-vindo, mas não seria o bastante. No decorrer da entrevista, pode-se perceber que, no caso de Mariana, a busca por qualificação profissional não se dá exclusivamente para garantir uma empregabilidade. Mariana reconhece nos estudos um meio de “crescer pessoalmente”, é um valor para ela, e seu anseio por mais estudos não se encerram em um limite claro. Ela quer estudar indefinidamente, por que estudar significa poder “ser gente”. Enquanto trabalhava e estudava, ela reunia recursos e construía sua casa. Queria também se libertar da condição de “morar de favor” na casa da sogra.

Mariana passaria 12 anos exercendo a função de auxiliar administrativa. Nesse

período, se casou, deu à luz e conquistou sua casa própria. Seis anos depois de ter sido admitida, Mariana foi transferida para uma agência do SENAI recém aberta na Ceilândia e, a partir de então, pôde trabalhar nas proximidades de sua casa. Foi mais ou menos nessa época que Mariana conheceu um rapaz que viria a ser seu marido. Ela trabalhava no balcão, fazia os cadastramentos, e ele estava interessado em um curso profissionalizante de “mecânica a diesel”. O curso não aconteceu, porque a unidade móvel onde seriam ministradas as aulas foi roubada ao se instalar no local, mas o encontro resultou na união do casal. Mariana começou a namorar, se juntaram e foram morar na casa da mãe dele.

Quando o conheceu, seu marido não tinha profissão: era eventualmente empregado, mas não era profissionalizado em nada e, portanto, não tinha profissão. Isso é o que conta Mariana. Há uma lógica implícita em sua afirmação: por não saber fazer coisa alguma especificamente, ele poderia se empregar em muitas atividades, cujas exigências são atendidas por alguém com baixa qualificação. Dentre as muitas coisas que poderia fazer, ele fazia “qualquer coisa”: o trabalho que aparecesse. Em um primeiro momento, seu marido ficou empregado por um tempo na NOVACAP, mas logo ficou desempregado. Mariana é quem encontra uma solução, conta. É ela que vai atrás e consegue, por indicação de uma amiga, um curso de vigilante. O curso lhe renderia um emprego na Caixa Econômica.

Mariana conta que não era bem aceita na casa de sua sogra. Nessa época, seu filho era mantido em segredo, ninguém poderia saber da existência de seu filho. Na entrevista, não se pôde aprofundar sobre esses conflitos familiares, tampouco quanto suas motivações para manter o filho distante (ainda que estivesse por perto vivendo com o pai). Se não é relevante, é ao menos interessante observar a história que se repete: Mariana, ela mesma tinha um dia “sido escondida da família de seu pai”. Agora seu filho já com dez anos de idade, é mantido em “segredo” perante sua nova família.

No início do casamento, Mariana fica grávida novamente, uma menina estava para vir ao mundo. Mas a gravidez foi complicada. A criança estava há muito tempo em sua barriga (11 meses!) e os médicos supunham o falecimento do bebê em seu ventre, antes do nascimento. Mariana narra seu sofrimento com as fortes dores e os sangramentos constantes. Aponta o mau atendimento da rede pública de saúde como um agravante. A situação não se resolveria até que seu chefe conseguisse providenciar, pelo plano de saúde do SENAI, uma clínica particular, onde Mariana pode realizar o parto em condições seguras.

Assim como foi em relação à primeira experiência dolorosa referente ao nascimento do primeiro filho, seria arriscado tecer suposições mais profundas acerca do impacto dessas

experiências corporais intensas para a identidade de Mariana. Não se pode, certamente, ignorar o corpo, as emoções, os conflitos familiares e as crenças religiosas. Além do trabalho, tudo isso e (muito mais!) soma os fios de um espesso tecido que conforma a complexa realidade. Não se pode dar conta de tudo e, por isso, arrisca-se a puxar dois fios que parecem relevantes para a leitura da identidade em relação ao trabalho. O que poderia ter a ver esse episódio com a identidade de Mariana trabalhadora?

Em primeiro lugar, supor-se-ia que, devido à precariedade do Estado Social na promoção do bem-estar, o episódio registra uma recorrência intimamente ligada à “insegurança material”. Em um jargão, poder-se-ia dizer que é uma questão de “saúde pública”. Mais especificamente, uma questão da assistência do Estado para mulheres gestantes. Sangrando verde ou vermelho, Mariana passou pela experiência duas vezes. Em ambos os casos, não foi pela ação do Estado que foi resgatada. Em segundo lugar, caberia considerar que Mariana atribuía o sentido de seu estado a explicações transcendentais: teria sido vítima de um feitiço. Foi esse o episódio que levou Mariana à Igreja e a passar a acreditar em Deus, que ganharia uma considerável relevância em sua vida – e em suas interpretações, respostas e escolhas – deste momento em diante.

Algum tempo depois, já recuperada, Mariana engravidou novamente, mas perderia seu bebê aos 3 meses de gestação. Mais uma vez, Mariana narra muito sofrimento. É muito importante ter em conta que ela atribui a perda de seu bebê à sobrecarga de trabalho. As preocupações e o sofrimento derivados da convivência com a sogra também teriam sido responsáveis pela perda. A tensão familiar em relação à família do marido, especialmente a mãe dele, era grande. Conta que era vítima de muita “chateação e perseguição”. Passado outro ano, Mariana engravida pela quarta vez; finalmente uma experiência tranquila, narra. Ela ainda dispunha do plano de saúde conveniado ao SENAI, de modo que a segunda filha pôde usufruir dos cuidados pós-natais em clínica particular. E a vida prosseguiria em nesse rumo, não fosse a demissão do SENAI. Qual o motivo da demissão?

*Foi o seguinte: o SENAI houve muitas mudanças, houve muitas mudanças mesmo. Foi na época que tinha o... foi quando mudou o governo do Roriz pro governo do Cristóvão, ou foi do Cristóvão... não, foi do Cristóvão pro governo do Roriz. Tinha um Projeto Saber no SENAI, né, e tinha muito cursos, né, e acabou o Projeto Saber e mudou a chefia do SENAI, vinha uma chefia de fora, e aí essa chefia que veio, eles quiseram mudar, fazer muita mudança, trocar funcionários, trazer pessoal deles e tudo, e nessa é... houve demissões, né, e nessas demissões, nesses cortes, eu fui uma das pessoas que saí, na época, né... e fiquei em casa, né?*

O motivo da demissão de Mariana deve-se ao processo de reestruturação na empresa.

A mudança de direção estava vinculada a mudanças políticas no Governo do Distrito Federal, ela explica. Conforme se viu na discussão teórica, as mudanças podem ser vistas sobre vários ângulos. Do ponto de vista de Mariana, ela deu-se assim, e o destino de Mariana era também o destino de seus colegas. E como ela viveu essa mudança? Teria sido uma ruptura?

*Eu tava lá há muito tempo, não senti não, porque... senti, né, eu tava ficando desempregada, sem plano de saúde, a Giselle era... tinha problema de bronquite, bronquite asmática, né, e eu perguntei pra Deus: 'Deus, e agora, quê que eu vou fazer com minha filha, né, eu tenho que sair às vezes com minha filha quase morrendo pro hospital em crise, que que eu faço agora, né?', eu me lembro que eu ajoelhei na minha cama e chorei, perguntei pra Deus, minha preocupação não era nem com dinheiro, era com isso, né?*

A Mariana-mãe dependia da Mariana-trabalhadora: era a saúde da filha que corria risco. E ela recorre a Deus. Isso é muito significativo:

*(...) saí de lá, fiquei desempregada, aí um dia eu tava na igreja, com as irmãs da igreja, a minha filha foi curada da bronquite, né, minha filha foi curada da bronquite, orei, perguntei pra Deus o que eu iria fazer, né, e minha filha recebeu uma cura da bronquite, né. Meu Deus, ele concedeu a cura pra minha filha. Eu me lembro que eu chorando, ajoelhada, eu abri a Bíblia, e... caiu em Provérbios, numa passagem que diz assim, que era melhor o bocado com tranq... o pouco com tranquilidade do que o muito sem tranquilidade, né, e... eu estava fortalecida em Deus, e não tinha amor ao emprego, apego ao emprego, era uma empresa que eu tinha passado 12 anos,*

Fica evidente a importância da Igreja na situação de desemprego: quando estava desempregada, foi à Igreja orar. Aliás, Mariana faz questão de ressaltar o papel da fé em sua vida. Deus já tinha concedido uma grande graça e curado sua filha da bronquite. “*Melhor o pouco com tranquilidade do que o muito sem tranquilidade*”, dizia o provérbio que guardou na memória. Estava fortalecida em Deus e não tinha amor ao emprego, o emprego que tinha passado 12 anos! Embora seus vínculos com a igreja fossem algo recente, a afirmação de Mariana sugere algo sobre sua identidade: era antes “*serva de Deus*” do que trabalhadora. Perder o emprego fazia sentido para Mariana como “*a vontade de Deus*”. A mobilização de explicação transcendental para a perda do emprego é coerente com a força de sua fé. Do ponto de vista teórico, é pertinente observar que aqui apresenta-se o papel fundamental dos vínculos como amparo à situação de desemprego. É possível compreender a situação e a fala de Mariana à luz da interpretação de Guimarães (2009) acerca da relevância das solidariedades primárias para o típico trabalhador brasileiro. Uma visão parcial do trabalhador informal, como sendo alguém que literalmente está por “*conta própria*” pode, no caso de uma pesquisa como essa, ser bastante prejudicial, pois “*a necessidade de alçar voo sozinho está quase*

sempre ancorada na necessidade de se estabelecer redes”<sup>15</sup>. Parece, portanto, fundamental reconhecer que a construção identitária do indivíduo, assim como suas motivações e recursos, se deve ao fato de estarem envolvidos em redes. Não obstante, tratando-se da inserção no mercado de trabalho, levar em alta conta as redes previamente estabelecidas importa para todos os tipos de ocupação que eventualmente precederam a adesão à lei: empregado com/sem carteira e também desempregados.

Conquanto se considere o apoio da igreja e seu papel definitivo na socialização de Mariana, é necessário manter em vista a ponderação feita inicialmente, na qual se afirma que o peso do trabalho enquanto referencial identitário não seria substituível ou anulado frente aos demais vínculos também essenciais. E mais uma vez fica evidente a importância dessas redes para os trabalhadores que, frente ao Estado, estão desprotegidos, à mercê da própria sorte. Foi então que conseguiu o bico de passadeira, por intermédio de uma irmã da igreja: e *“Foi um bico que me ajudou bastante”*, ressalta a entrevistada.

Por outro lado, ainda quanto à questão identitária, não se poderia negligenciar os indícios de conflitos que permeiam, ainda que sutilmente, o discurso. Eles podem remeter a tensões subjetivas quanto aos sentidos frente às insegurança imposta pela situação objetiva. Mariana diz, “eu não senti, não, né?”, e na frase seguinte descreve em detalhes a cena lembrada, na qual se ajoelha pedindo a Deus uma saída. Afirma que sua “preocupação não era com dinheiro”, havia, todavia, acabado de contrair um empréstimo na Caixa, e embora tenha quitado o empréstimo com o recurso do Fundo de Garantia, precisaria financiar os materiais para os acabamentos na construção da casa. Dessas tensões discursivas, talvez seja oportuno considerar a complexidade dos significados que permeiam a experiência. O discurso, a atribuição de sentido visa tornar a identidade coesa e a manutenção da coesão implica na negociação com o real. Mariana, religiosa que é, tinha o sinal de Deus. Na condição de mãe, ela tinha a necessidade de cuidar da filha. Enfim, embora não aponte como um fator de importância primária, a obtenção de qualquer meio de renda se impunha indispensável:

*E também na época, antes de eu sair do SENAI, uns anos antes, eu havia feito um empréstimo na Caixa Econômica, pra dar o acabamento da minha casa... e eu não tava preocupada com... com a quitação do... do... empréstimo da Caixa Econômica porque o meu FGTS ia dar pra quitar, né, e... foi o que eu fiz, eu quitei o empréstimo, fui lá, quitei o empréstimo, sem saber muito, porque me disseram, se eu conversasse, eu tinha um desconto bom por causa que tinha pouco tempo que eu*

---

<sup>15</sup> Devo essa observação ao Professor Mário Theodoro Lisboa, proferida na ocasião em que era membro da banca para defesa da Tese de doutorado no Departamento de Sociologia da UnB, “Outras políticas para outras economias”, de Gabriela Cavalcante Cunha, 2012.

*tinha feito o empréstimo, né, e eu fui lá e paguei quase o mesmo valor do empréstimo, quitei, né, já havia pago um ano, e... tá, e fiquei desempregada, né, passei um tempo desempregada (...)*

Mas ela não era apenas uma trabalhadora sem trabalho, Mariana permanecia estudante. Ela perseverava em seu percurso: estudar para virar gente. A essa altura, o estudo lhe rendia uma remuneração mensal, que equivaleria hoje a aproximadamente R\$400,00.

*(...) aí foi quando eu tava cursando, né, o segundo grau e consegui um estágio na Embrapa, né, no CENAGEM, ali na Asa Norte, aí fui fazer meu estágio, que eu te falei, né, o valor do dinheiro, depois terminou o estágio, eu fiquei parada em casa, e minha casa tava com muita infiltração, né, e eu precisava botar telha na casa, e meu marido, ele sempre foi assim... eu sempre fui o marido da casa, né, sempre fui o marido da casa, sempre corri atrás, sempre, assim, tomei providência das coisas e...*

Eis um ensejo oportuno para tratar de outro tema que reclama reflexão, a saber, a divisão sexual do trabalho no âmbito doméstico. Mariana afirma que “sempre foi o marido da casa”. Sociologicamente, o que se poderia entender por tal colocação? Poder-se-ia questionar qual limiar corresponderia aos limites entre os traços individuais de seu marido (acomodado) e um fenômeno mais amplo referente à ordem social que organiza o trabalho na esfera íntima dos lares? Quem são as mulheres “chefes de família”? Seriam sem dúvida questões fundamentais, especialmente se a discussão privilegiasse o foco sobre uma perspectiva de gênero. Para o alcance da presente discussão, talvez seja suficiente guardar o seguinte fato: quando terminou o contrato de estágio, ficou “parada em casa” e, mesmo nessas circunstâncias, Mariana se identifica como o “homem da casa”. “Sempre fui o marido da casa”, sempre correu atrás. Ao que parece, trata-se de uma questão de identidade diretamente ligada à aquisição e gestão dos recursos orçamentários da família.

*(...) eu não consegui emprego, não tava conseguindo emprego, e eu falei ‘Já sei que eu vou fazer, eu vou pegar o que vinher’, e aí foi quando surgiu o emprego, né, de doméstica, mais uma vez eu fui trabalhar de doméstica, né, de cozinheira, que era pra eu trabalhar de cozinheira pra Na Dígina, na verdade, cozinheira nada, era fazer tudo, e eu... fui e coloquei telha na minha casa, quando deu tempo de eu pagar aquilo que eu fiz na minha casa, né, que eu já tava morta, cansadíssima, eu falei pra ela que eu tava saindo, né?*

Quando volta a trabalhar de doméstica, ou melhor, de cozinheira, Mariana não trabalharia em uma casa qualquer. Ela serviria agora à filha da mulher que a criou, aquela mesma que havia conseguido para ela o emprego no SENAI, em tempos de maior dificuldade

(a pedido da mãe de criação). E como ela experienciaria esse emprego? A patroa tinha um lado “ruim”, diz, herdado da criação rigorosa dos pais. Era uma ruindade de família, mas ela procura justificá-la (ou desculpá-los): eles mesmos haviam sido criados com muito rigor e por isso teriam uma “mentalidade muito pequena”. São pessoas mais velhas de outra época e com outros valores. Mariana diz que a nova patroa, também sua meia-irmã, era um pouco diferente de seus pais no tratamento e que, por diversos motivos, foi muito boa para ela. Lembra que foi ela quem conseguiu o lote onde Mariana poderia construir sua casa própria, no Riacho Fundo. Sua meia-irmã era bem relacionada e conseguiu o terreno diretamente com o Administrador do Núcleo Bandeirante em uma fase de distribuições de lotes pelo Governo do Distrito Federal. Mariana pondera que poderia ter obtido seu lote no Riacho Fundo II sem a ajuda da irmã, mas, para tanto, precisaria ter um marido “de peito, de garra”, e esse não era o seu caso, manifesta a entrevistada. Se assim fosse, hoje ela teria dois lotes.

Mais uma vez, tem-se implícita a ambiguidade de sentimentos de Mariana em relação à família adotiva. A patroa-irmã era menos ruim do que os pais adotivos; ainda assim, a “ruindade” era herança. Por outro lado, há uma gratidão em relação a essa irmã. Mas tal gratidão não significaria no fim das contas uma “dívida” efetiva, afinal, Mariana acredita que teria adquirido o lote de qualquer forma, com ou sem a ajuda. Em seu discurso, é ainda enfatizado o fato de que muito do que a patroa-irmã fez por ela não teria sido por iniciativa própria. Ambas as dádivas, tanto o emprego quanto o lote, se deveriam ao pedido da mãe de criação de Mariana, que, no final das contas, também tinha seu lado bom. Há muitos elementos para se pensar essa relação ambivalente que marca a relação de profundo envolvimento emocional entre Mariana e a família adotiva; entretanto, investir mais a fundo nessa análise significaria perder o foco da discussão.

O conflito, contudo, parece não se encerrar na ambivalência emocional em relação à família, cujo forte afeto sentido é afrontado constantemente pelo fato de ser diferente, ser *outsider* – o que faz com que se sinta usada, abusada, escrava e, agora, empregada da irmã de criação. Há algo mais a se pensar: fica claro no discurso que Mariana dá voltas e procura justificar muito bem suas motivações antes de “assumir” que teve como “opção” recorrer ao trabalho doméstico. Mariana, mãe, explica que precisava do trabalho porque tinha urgência em cuidar da filha adoentada. Embora diga que “minha preocupação não era nem com dinheiro”, a fim de enfatizar a filha enquanto prioridade, sabe-se que só poderia cuidar da filha se dispusesse de renda. Os fundos haviam sido aplicados no pagamento do empréstimo para a quitação da casa. A casa em construção precisava ser concluída. Nesses termos, a saúde

da filha e a conclusão das obras dependeriam da obtenção de um emprego. À época, esse dois elementos atribuíam sentido à busca por trabalho. Somente depois de contornar esses pontos de sentido, Mariana se abre e fala da solução encontrada. Desamparada por não conseguir nenhum outro, ou qualquer outro emprego desejável, ela “decide” (ou se vê obrigada) a voltar a trabalhar de empregada doméstica. É relevante observar que, conforme a narrativa, ela expressa tal solução como uma surpresa súbita, como uma “ideia nova”, uma “solução inusitada”: *Já sei quê que eu vou fazer, eu vou pegar o que vinher!*. Afinal, ela precisava de qualquer coisa para obter alguma renda.

Talvez não seria demais, à essa altura, sugerir uma interpretação, já bem conhecida, a respeito da relação de Mariana com o trabalho doméstico. Qual o sentido real desse trabalho para Mariana? Qual tensão está posta entre o que ela quer para si e sua realidade objetiva? Há um conflito mais ou menos claro que permeia sua percepção de si mesma, ou seja, que conforma sua identidade. Mas nenhuma identidade é individualmente forjada e é o social que determina os parâmetros para essa avaliação que faz de si mesma, para a identificação do valor de seu trabalho. Neste sentido, cabe considerar a má avaliação social do serviço doméstico, ultrapassando as fronteiras do econômico como promotoras de desigualdades. A desqualificação permeia a subjetividade e concretiza-se em forma identitária:

[...] é ainda importante no caso das domésticas as representações e os preconceitos associados à profissão, que têm a ver com uma homogeneização de algumas características construídas no social sobre essa categoria profissional: baixa escolarização, discriminações diversas (a partir da cor, da região de origem, de gênero, entre outras), desvalorização da atividade e estigmatização da mesma. Esses elementos permitem por exemplo entender porque as empregadas domésticas esforçam-se sempre em estudar no sistema de educação clássico e não em melhorar suas possibilidades de mudanças numa possível mobilidade social a partir da educação profissional. Mais que uma profissão, o emprego doméstico é visto pelas próprias domésticas como algo provisório, reproduzindo e ampliando o estigma dessa atividade. (THEODORO & GIRARD, 2000, p. 10-11)

Mariana agora sabe de seu próprio valor e seus projetos de estudo são coerentes com a imagem que ela construiu de si ao longo dos anos de formação. Por outro lado, ela se vê encurralada, o trabalho doméstico é desqualificado, ela reconhece isso, é ao mesmo tempo “a opção” que se apresenta. É perceptível como essa realidade objetiva a coloca em um lugar que ela não quer para si. Não obstante, ela precisa desse trabalho para terminar a casa. A aquisição de um bem que lhe trará prestígio, a casa própria, atribui um sentido forte ao trabalho pela via do consumo.

A indicação de recorrência, em sentido estrito, não tem nada de banal. Também não poderia ser desprezada a eloquência do discurso implícito. Mariana tem motivos claros para

dar voltas antes de falar que voltou a ser doméstica. Tem motivos também para elencar e precisa todos os motivos que justificaram sua decisão. Aliás, qual decisão? Como procurou-se demonstrar anteriormente, a baixa qualificação é uma barreira real para a mobilidade ascendente. No caso do emprego doméstico, isso tem um peso ainda maior. O universo de possibilidades restringe as escolhas de trabalho a posições subalternas.

Ainda sobre a experiência de trabalho, gostaria de considerar apenas um último ponto: Mariana não gostava do trabalho, mas se sentia em dívida para com sua patroa meia-irmã. Ela se sente novamente explorada, pois há uma incoerência entre o trabalho proposto inicialmente (“prescrito”) e o trabalho real. A princípio, ela seria exclusivamente cozinheira, mas, na verdade, indigna-se Mariana, o trabalho era de “faz-tudo”, típico desse emprego.

Neste ponto, talvez fosse pertinente indagar: Quais sentidos “extras” estariam implicados a essa experiência de trabalho? A pergunta é retórica. Gostaria de enfatizar que, por meio da presente discussão, tem-se buscado elementos que permitam cruzar a história individual com a história social, ou melhor, situar a trajetória profissional individual em meio a dinâmicas sociais mais amplas referentes ao mundo do trabalho. Talvez não fosse descabido levar em conta alguns indícios que demonstram, em alguma medida, a relação entre a história de vida, o sentido atribuído a um dado trabalho, e a identidade construída a partir dele. Não há dúvidas de que tanto a questão do “sentido atribuído”, quanto a da “identidade possível” são essencialmente sociais: se dão a partir das relações de trabalho socialmente determinadas. E como se dariam os registros individuais?

Há aqui uma oportunidade para se discutir brevemente a questão da autonomia. Gostaria de esclarecer que trazer o tema à pauta de discussão não tem a ver com algum apego intelectual que postule uma “salvação do sujeito”. A pertinência de trazer a noção de autonomia à discussão justifica-se pela constatação de que o peso daquilo que é individual coloca-se com cada vez mais força. A questão faz-se, portanto, incontornável. Conforme procurou-se demonstrar no primeiro capítulo, em um mundo de possibilidades cada vez mais diversificadas para a identificação, o reconhecimento do peso crescente das escolhas individuais (aleatórias) torna-se inevitável para a sociologia. Trata-se de uma discussão teórica abrangente e profunda sobre individualismo e as configurações das sociabilidades contemporâneas.

Existe, todavia, um outro ângulo fundamental pelo qual se faz possível lançar luz sobre a “autonomia”. Especificamente quanto à esfera do trabalho, a autonomia do trabalhador pode ser vista também por ângulos distintos. Para introduzir, resgatar-se-ia aquela

figura de desemprego identificada como mais comum dentre os trabalhadores brasileiros. Conforme a parcela qualitativa da pesquisa de Guimarães (2009), “*eu tenho que me virar de um jeito ou de outro*” foi a expressão que melhor representou a significação quanto à situação de desemprego. Se, por um lado, “ter que fazer algo” remete a uma obrigação, ou melhor, à necessidade de se responder a uma condição imposta, por outro lado, “se virar de um jeito ou de outro”, remete a uma demanda por solução própria, individual e criativa: em ambos os sentidos, o discurso remete à questão da autonomia. No caso, poder-se-ia falar, mais precisamente, na tensão que se aplica ao conceito de “autonomia”.

Girard (2001) chama a atenção para uma conotação específica da “autonomia” quando considerado no setor informal. Este, não raro, pode ser concebido como meio propício à expressão da criatividade, invocando a “viração” permanente. As condições precárias, por atualizarem as disposições de poucos capitais, sempre exigem soluções engenhosas para a garantia da sobrevivência. Chama-se atenção para a coerência desse discurso com aquele tratado na discussão teórica: a ideologia segundo a qual a gerir a si mesmo, a seu próprio capital de modo mais autônomo possível (na lógica do “cada um por si”) é altamente valorizada. Viu-se, por outro lado, como os constrangimentos sociais, definidos justamente por meio das disposições de capitais distintos impedem, em grande medida, a mobilidade social.

Desse modo, percebe-se uma grande distância entre esta autonomia e àquela sugerida pela visão marxista referente à *possibilidade de humanização do trabalho*. Justamente por isso a discussão em torno do conceito de autonomia faz-se imprescindível: “o conceito que permite compreender a pulsão de criatividade e que fornece conteúdos importantes para a construção da identidade social” (GIRARD, 2001, p.146). Para se refletir, a partir da identidade, quanto ao tipo de integração possível aos trabalhadores “autônomos”, transeuntes entre ocupações de tempo incerto e condições de trabalho precárias, é preciosa a consideração quanto a um aspecto comum às experiências:

*a repetição de situações onde a impotência e a frustração são as experiências mais frequentes. Podemos notar que o sujeito está sempre em contato com a experiência da impotência. Nesse sentido, avançamos sobre a ideia de uma identidade negativa que se constrói socialmente a partir da experiência do trabalho, pois, o trabalho é um dos únicos meios que pode configurar a autonomia, e a autonomia é, como já vimos, o que dá acesso à criatividade. (GIRARD, 2001, p. 152)*

Nesse sentido, sobrevivência econômica não significa garantia de integração social. Essa ideia ratifica a interpretação do setor informal com o sentido oposto àquele do ideário positivado pelo qual ele aparece como setor cativo de autonomia. Ao invés de se realizar

enquanto *locus* de “criatividade” e “viração”, onde o desemprego seria convertido em trabalho, o setor informal está intimamente vinculado às dinâmicas de desintegração social (que se aprofundam e se reatualizam).

A partir desse conjunto de considerações, talvez não seja descabido considerar-se a relação entre a heterogeneidade das trajetórias, as virações, os trânsitos intensos no mundo do trabalho em sua forte correspondência com a heteronomia vigente. É esta última ideia que se pretende enfatizar. Seguindo às linhas do contexto teórico mobilizado em seu conjunto, importa guardar que as identidades sociais, historicamente construídas, organizam formas e relações de trabalho que configuram dinâmicas sociais.

Depois de dois anos como doméstica na casa da filha de sua mãe de criação, Mariana sente que “Não dá mais”. E novamente está em situação de desemprego. É neste ponto que sugeriria a existência de uma sutil diferença em relação à situação anterior. Dessa vez, ela se fez desempregada. Há uma escolha colocada. No transcorrer de sua história de vida, Mariana adquiriu experiências, valores (uns que não outros possíveis). Ela pôde se qualificar e, ao mesmo tempo, desenvolver algum senso crítico que informaria, agora, suas representações sobre si e sobre o mundo, sua conduta. Aqui interessa especificamente a mudança de sua postura enquanto trabalhadora que busca uma inserção privilegiada tendo em conta seus capitais no mercado de trabalho. Ao passo que percebe em si qualidades e dispõe, reconhecidamente, de qualificações formais, há uma mudança na postura de Mariana. Pode-se observar como, de forma sutil e progressiva, sua narrativa a desloca de uma posição passiva a uma conquista gradual de “autonomia” em suas escolhas. Há outras considerações a serem feitas a respeito dessa questão, as quais serão trazidas ao longo da análise das demais trajetórias.

*(...) depois que eu saí da (irmã de criação) veio a G. Aí,(...) eu tava na Igreja, desempregada, aí eu conversando com as irmãs, aí eu cheguei pra uma irmã e falei, ‘Irmã, se você souber de algum bico pra eu fazer, eu to desempregada, eu quero!’, né, que foi a Valdeci, que trabalhava lá com a G., ela falou assim: ‘Ah, irmã! Tenho... eu tenho um pra te indicar’, eu falei: ‘é, o quê que é pra fazer?’, ela falou assim: ‘Não, é porque, como a Adriana tá grávida eu não vou... é... continuar lá, eu não poder continuar lá, e aí, é.. eu vou falar com a G. e vou indicar você’, eu: ‘Tá bom’ e foi assim que eu consegui meu bico de passadeira lá na G., entendeu, fui trabalhar lá, foi um bico que me ajudou bastante. E em seguida, se abriu as portas também da Faculdade (nome da faculdade), que eu foi quando me ligaram e disseram: ‘Mariana, eu tenho duas vagas aqui’.*

Mais uma vez, vem à tona forte vínculo entre as esferas do trabalho e da religião. Neste ponto, é possível identificar a importância da comunidade religiosa para o

estabelecimento de vínculos de apoio. O peso da religião não se faz sentir exclusivamente do ponto de vista identitário. Os vínculos suportam uma rede eficaz de solidariedade que se mostra fundamental para a inserção social dos indivíduos pertencentes a ela. E aqui se observa o papel das igrejas na constituição de uma rede de oportunidades econômicas: há entre os fiéis (irmãos e irmãs) um vínculo que supõe uma preferência mútua para a oferta de emprego, indicação. É, portanto, por intermédio da instituição que Mariana conquista sua reinserção no mercado de trabalho, ainda que fosse um bico. E, mais uma vez, a entrevistada reforça a importância da religião na sua visão de mundo, em suas motivações:

*Aí depois que eu saí, né, lá da (irmã de criação), que eu trabalhei dois anos, que foi pra colocar o telhado da minha casa, e tudo, que eu saí lá da Na Dígina e eu fui, aí eu consegui na Faculdade da Terra, né? Quando eu fui pra Faculdade (...), olha só, me ligaram e falaram assim: 'Mariana, nós tamos com o currículo seu aqui, e a única vaga... você falou que queria de qualquer coisa' eu falei 'Foi, eu falei que eu queria de qualquer coisa', porque o meu intuito era fazer faculdade, que eu havia começado Letras, lá na faculdade, mas eu não tive condições de pagar... (Tinha de ser um lugar) De estudo, que eu conseguisse, né, e eu pedi muito a Deus, orei e falei: 'Senhor, eu preciso fazer uma faculdade, Senhor, eu to trancando a faculdade, Deus tem tanta gente que não tem nem, Senhor, vontade de estudar, tão dentro da... das faculdade, das escolas, e eu to aqui te implorando pra fazer um curso, Senhor', e Deus, ele respondeu uma oração, e abriu lá na (Faculdade)...*

Interessante observar que, mais uma vez, antes de falar sobre o próximo trabalho que considera “de verdade” (ou seja, que não o bico!), Mariana reforça: o sentido do trabalho doméstico se justificava pela necessidade de colocar o telhado em sua casa. Passado um tempo de dificuldades vivendo somente do “bico”, ela decide deixar seu currículo em vários lugares e diz que estava disposta a “fazer qualquer coisa”. Mas os lugares não eram quaisquer, eram especificamente faculdades. Afinal, ela já tinha começado um curso de letras. Tinha? Quando? Mariana surpreende ao introduzir tal informação. Enfim, depois de algum tempo, ela consegue o almejado emprego em uma pequena faculdade.

Talvez seja possível se cogitar que o sentido do trabalho não se realiza diretamente nele mesmo: o sentido de estar empregada em uma faculdade significa para ela a possibilidade de prosseguir seus estudos. E por quê? Porque Mariana tem o projeto de ser gente, e ser gente significa ter estudo. Estudo para quê? Mariana quer se qualificar e sentir-se apta a futuramente pleitear uma posição superior na hierarquia social. O sentido dos estudos realiza-se em um projeto, o de torná-la alguém, mantendo no horizonte uma possibilidade de trabalho melhor. Uma questão identitária. Observa-se, todavia, que o “qualquer coisa” deste momento não é colocado da mesma maneira de outrora. Mariana agia agora estrategicamente

e havia distribuído seu currículo somente em faculdades: há a intenção clara de se aproximar do universo favorável, onde poderia dar vida ao seu projeto que vem ganhando corpo. Há uma escolha posta. Ela poderia escolher uma das duas vagas que lhe foram oferecidas, e não hesitaria antes de fazer sua escolha. Sabia exatamente o que queria: a vaga para a limpeza do laboratório.

*(...) comecei a trabalhar, eu tive uma chefe, que essa chefe era carrasco, carrasco mesmo, minha chefe, foi através do... dela ser da forma que ela é que eu aprendi muita coisa dentro do laboratório, aprendi muita coisa mesmo foi dentro da ignorância dela, dentro das exigências dela, que eu aprendi ser como eu sou hoje dentro de um laboratório, das coisas que eu entendo hoje, que eu sei, da profissional, foi através da... dessa chefe, a Eunice. E... essa chefe foi o seguinte: a limpeza que eu fazia, qual era, dentro do laboratório, não era limpeza de chão, era tipo assim, teve aula, eu limpava as bancadas, preparava as bancadas, preparava... colocava as bandeja com as aulas montadas pra os laboratórios de química, né, de física, é... de tudo quanto é, era laboratório da área de biologia, né, eu que fazia a limpeza, lavava as vidrarias, né, os outros colegas também, os técnico e auxiliares também faziam isso... então eu fazia tudo, aí depois ela começou a me colocar pra fazer a montagem das aulas: 'Você vai montar aula. Põe ela pra montar aula!! Ela tem que montar aula também!!' e eu comecei a montar aula também, né, e... fui aprendendo a montar aula, e de repente eu já estava fazendo, preparando a solução, aprendendo os reagentes e tudo, e aprendi dentro desse um ano, nesse um ano houve uma mudança, eles tiraram a Eunice e veio outra chefe. E a chefe pediu que nós, os funcionários, né, dos laboratório, é... não, bem, com 6 meses, antes da mudança de chefe, com 6 meses que eu estava lá, né, ia haver prova pro vestibular e depois de 6 meses eu tinha desconto de 80% na faculdade, né, do curso, e eu escolhi biologia. E eu fiz a... o vestibular pra biologia e passei.*

Trabalhando com a limpeza do laboratório sob o comando de uma chefia bastante rigorosa, Mariana aos poucos passa a se apropriar dos saberes e práticas concernentes ao funcionamento dos laboratórios. Durante esse primeiro período de aprendizagem, ela progressivamente pôde adquirir conhecimentos e competências, além de desenvolver aptidões para lidar com os conteúdos de seu trabalho: “de repente”, em menos de um ano, ela “já” realizava tarefas mais laboriosas e que exigiam um saber específico à área. O novo espaço de trabalho é, portanto, um novo universo de socialização, assim como foram suas ocupações anteriores. Mas o que Mariana fala sobre si? Ela afirma sua capacidade de aprender rapidamente e de corresponder positivamente ao rigor das demandas. Por meio de seu esforço, ela havia conquistado novos conhecimentos, cujas propriedades permitiam que ela reconhecesse em si novas qualidades. Qualidades positivas com as quais ela pôde se identificar. Do ponto de vista identitário, a mudança que pode parecer sutil é de fato relevante: limpeza sim, mas já não era limpeza de chão! Mariana podia agora colocar em ação

conhecimentos próprios.

Conforme almejava, enquanto empregada da faculdade pôde prestar o vestibular na instituição. Havia uma grande concorrência - muita gente “mais competente do que eu” e que não foi aprovada, conta. Dentre muitos, ela conquistara um lugar de destaque. Era um grande passo para Mariana que - sempre soube! - era inteligente. Que desde criança, quando lhe era dada a oportunidade, dedicava-se com afinco e fazia tudo direito. Há um esforço subtendido que deve ser levado em conta. Esse passo significa para Mariana uma cor à mais ao seu próprio retrato; mais um elemento positivo para sua autoestima que é, antes de tudo, uma conquista.

*E... e aí, quando a chefe chegou pediu que numerasse, né, o que nós fazíamos, o que cada um fazia dentro do laboratório, que ela olhou, e viu que eu era auxiliar de serviços gerais, ela disse: ‘não pode’, ela foi até o departamento pessoal e disse: ‘A partir de hoje, a Mariana é auxiliar de laboratório, porque ela faz tudo o que os auxiliares e técnicos também fazem’, né, e... eu passei a ser auxiliar de laboratório, mas sabe por que eu passei? Porque, na mudança de chefia, isso era o mês de julho, havia saído todo mundo de férias, e essa chefe entrou. Ela não sabia nada, e eu passei pra ela... quase todo o serviço.*

Aqui fica evidente que, por um olhar retrospectivo, Mariana declara com firmeza o domínio que exercia sobre aquele trabalho. Sua destreza era tanta, que ela possuía os recursos para ensinar à própria chefe e seria essa sua moeda (embora não existisse negociação proclamada). Conforme a narrativa, haveria uma discrepância entre o nível de conhecimento conquistado e o reconhecimento social de tais competências. Esse é um ponto chave para a questão da identidade. Caberia, pois, observar que a afirmação sobre a incoerência qualitativa entre o trabalho realizado e o *status* a ele atribuído só se faz possível a partir do reconhecimento da nova chefe. Antes disso, ainda que Mariana se sentisse qualificada demais para sua função, não havia de fato um espaço legítimo para a reivindicação e, logo, para uma transformação identitária efetiva. Esta última, por sua vez, se dá somente a partir do dia em que ela passa a ser profissionalmente reconhecida como “auxiliar de laboratório”, primeiro pela professora e depois formalmente pela instituição:

*Eu sabia de tudo, eu passei pra ela, o que que... ‘Quem é que chefia... o chefe faz aqui?’ e eu falei pra ela, ela vinha de... do trabalho... ela trabalhava no (Laboratório), né, na parte do banco de sangue, e não era a área dela, né, ela tava numa área diferente, né, (...) e eu passei muita coisa pra ela, ela disse: ‘Mariana, eu vou te ajudar também, pode deixar que eu vou te ajudar’, né, e ela foi vendo a arrogância de outros funcionários, é... discriminação com relação à minha pessoa e ela foi percebendo tudo e ela disse: ‘Mariana, você vai fazer, você vai passar pro*

*mesmo cargo que eles’, né, aí ela fez uma reunião e falou: ‘Mariana a partir de hoje vai ser auxiliar de laboratório também’, e tudo, né...*

O reconhecimento é expressado por seu salário que aumentou. Neste ponto, pode-se observar o conjunto das relações de trabalho como um espaço de socialização, cuja dinâmica se dá entre relações de cooperação, mas também de conflito. E para essa situação, este último chama atenção para um aspecto bastante significativo. A disputa narrada, que lhe imputava sofrimento em função da discriminação dos colegas (desqualificação, inferiorização), também está na chave para a leitura mudança identitária. Mariana agora subia ao nível deles e, para que se concretizasse essa transformação subjetiva, ela precisava do olhar desses outros que não a viam antes: e, somente assim, a realidade ganha os novos contornos.

*Pagando, é... aí quando foi vendida, aí nosso pagamento, assim, passava 2 meses sem receber, né, 3 meses sem receber... né, e isso... o que me segurou dentro desse emprego, depois que a empresa foi vendida e que ficava sem receber, era o bico que eu fazia lá na G., né, que eu tinha o meu dinheirinho pra tá ajudando nas despesas em casa, né, o que me garantiu lá ajudando nas despesas em casa... meu marido... eu me lembro que teve uma época meu marido desempregado, a faculdade sem pagar, e eu só com o meu bico, vivendo com o meu bico, né, nós dentro de casa vivendo com o bico, né, assim, muito sufocado, né, foi muito... muito duro pra a gente, né... e... daí, tá, aí, passou, né, a (Faculdade), é... me formei e...*

Quando a empresa que a contratava é vendida e seu marido está desempregado, Mariana, chefe de família que é, precisa assumir as rédeas. Novamente em situação de desemprego, o bico de passadeira (que, a propósito, nunca fora deixado totalmente de lado) se torna indispensável. O sentido desse trabalho se encerraria, pois, na necessidade de sobrevivência. A situação dela era também a situação de outros empregados e não se pode perder de vista os processos mais amplos envolvidos nessa dinâmica do mercado, na qual o trabalhador acaba por pagar o preço das mudanças organizacionais “necessárias” (quando não pela demissão, por meio da precarização). Aliás, “a precariedade está por toda parte”, como diria Bourdieu: a faculdade foi enfim interdita pelo MEC e pela delegacia do trabalho por não atender às exigências mínimas de qualidade. Mesmo depois de fechada, as exigências não seriam cumpridas. O déficit de fiscalização e a brandura da lei quanto à empresa, também recaiu sobre o trabalhador. Mariana até hoje não recebeu nada da empresa; nem os direitos de rescisão contratual e tampouco a remuneração pelas horas trabalhadas durante os 3 meses de trabalho. Há de se pontuar que, no entanto, mesmo com seu salário e seus direitos comprometidos nos dois últimos, e tendo passado por grandes dificuldades, ela tinha fortes motivos para querer permanecer no emprego que a havia permitido uma importante ascensão

ocupacional (sair do trabalho exclusivamente manual e não qualificado). Nesse caso, a questão monetária parece não conformar a essência do sentido deste trabalho específico: o preenchimento subjetivo pesou mais do que o vazio causado pela ausência de qualquer remuneração. Tendo isso em vista, fica mais fácil de se compreender porque essa faculdade representou a melhor experiência de trabalho na vida de Mariana, segundo sua própria avaliação.

*A minha formatura, né? A minha formatura, nós ganhamos a... a formatura lá no...no Clube do Exército, nós ganhamos, né, que foi a colação de grau, né, no Clube do Exército, né, e foi muito bonito, né, e foram várias, vários cursos, né, da (Faculdade) se formaram juntos, né...*

Nesse espaço de tempo, Mariana se forma e, depois de quatro anos de estudos e trabalho simultâneos, se torna finalmente “licenciada em biologia”. Em seguida, é indicada pelos professores da antiga faculdade. Há, mais uma vez, uma grande afirmação de sua competência! Ela era de confiança, sem dúvida, valeria a pena de ser contratada: “Essa é boa!”, todos sabem. Eles assim a reconhecem e determinam em grande medida a imagem positiva que Mariana pode continuar a construir sobre si mesma. E foi dessa forma que ela se reinsere no mercado de trabalho:

*É, professores, né, é... uma colega também... é... e falou: ‘Não, essa é boa, essa é boa funcionária, lá da FTB, conhecemos demais. Ixe, pode chamar, vai se arrepender não’, aí fui chamada, aí durante a entrevista me disseram, né, que... é... me elogiaram muito, que disseram que valia a pena me contratar e... tou aqui!*

Atualmente, na nova faculdade, recebe seu salário em dia, embora não receba nenhuma ajuda de custo para outras coisas como saúde, alimentação e transporte. A Mariana de hoje, bacharel em biologia e técnica de laboratório (desde quando ela foi promovida), não abandonou seu constante projeto de continuar a estudar. Sente-se motivada a se qualificar cada vez mais dentro de sua área e a fazer carreira atuando com o que gosta, com o trabalho ao qual se identifica.

*Se eu pudesse escolher... uma pós-graduação... é... se minha vida financeira estivesse melhor, hoje eu estaria fazendo uma pós-graduação. (...) não só pra dar aula, atuar em laboratórios também, né (...)*

Suas projeções quanto ao futuro estão definidas em torno da expectativa da permanência do movimento de ascensão: sentido de “crescer mais” que equivaleria a “estudar mais” e mais. Caberia observar ainda que sobre os filhos recai algo de suas projeções de

realização. O que Mariana não poder realizar por si, adquire sentido positivo em função das conquistas de seus filhos.

O primeiro filho (cujo nascimento marcou a identidade daquela Mariana vulnerável e desamparada) tem hoje 30 anos. E Mariana o considera um homem feito, que já “anda com as próprias pernas”: ele é formado, é concursado, é funcionário público (policia militar) e tem seu próprio apartamento. Um conjunto de identificações sem dúvida favorável. Observa-se aqui uma realidade de mobilidade intergeracional. A segunda filha, por sua vez, está cursando a faculdade. E a terceira, caçula, cursa o ensino médio. E Mariana segue fazendo “de tudo” para garantir uma boa formação para as filhas, cuja prioridade de investimentos sobrepõe-se aos seus próprios estudos. Há aqui um ganho geracional:

*(...) e eu penso, assim, que eu tento que minhas filhas não passem pelas dificuldades que eu tive, né. Tento, assim, ser a provedora pra elas, assim, ‘ah eu não tenho dinheiro pra pagar esse curso aqui’, eu tento de todas as formas, eu fazendo bico, ou qualquer coisa, trazendo, né, que... que sempre lá na outra faculdade eu fazia, trazia, fazia docinho pra vender, comprava roupa, sapato pra revender mais barato, pra revender, né?*

Quase que inesperadamente, mais uma vez aparece o “bico”. Outros bicos, na verdade! Mariana, técnica de laboratórios, também é “empreendedora”. Como ela faz isso? Ela, que têm grandes dotes culinários, sabe fazer chocolates de boa qualidade; assim, fabrica os bombons em casa e os vende na faculdade para alunos, professores e funcionários. Entretanto, essa renda complementar é coisa pouca, diz; são “uns dinheirinhos picados” que pode ter constantemente na carteira. E quanto às roupas? Foi por meio de sua rede de contatos que Mariana conseguiu se estabelecer no mercado de trabalho por essa terceira via. A oportunidade surgiu casualmente e hoje funciona assim: uma conhecida compra os produtos diretamente na fábrica e os revende a ela, que, por sua vez, os comercializa por conta própria também na faculdade. O bico de vendas de roupas acrescenta em média R\$200 ao montante mensal da renda familiar.

Mariana, uma trabalhadora, vários trabalhos: técnica de laboratório, dona de casa, fabricante e vendedora de bombons e revendedora de roupas. Para este último trabalho, conta, ela precisa estar sempre atenta e não pode se arriscar a vender aos alunos. É um trabalho que exige, portanto, um certo “cuidado”. Há regras implícitas que proíbem sua atividade e, portanto, há o risco de demissão, caso as vendas sejam descobertas e mal interpretadas pela direção da faculdade. Assim, o “desemprego” é uma ameaça sutil, porém real, que, embora velada, está sempre presente. Mas isso ainda não é tudo.

Dois pontos precisam ainda ser refletidos. Em primeiro lugar, é relevante observar como os trabalhos classificados como bico – socialmente desqualificados – recebem uma atenção pequena no discurso de Mariana. Até onde se pode interpretar, eles sempre estiveram presentes em sua trajetória profissional e, além do trabalho doméstico, são uma constante em sua vida. Isso, contudo, não é suficiente para mobilizar no discurso de Mariana indícios de identificação. Se o espaço de fala fosse de fato um lugar, diria que aquele atribuído a esses trabalhos seria um quartinho escuro, onde Mariana procura manter as cortinas fechadas e, portanto, deixa entrar pouquíssima luz. Um lugar que se procura abandonar, esquecer, sobre o qual só se dá notícias nos últimos minutos da entrevista. Mariana, como sempre, é ainda requisitada de quando em quando para servir como cozinheira e copeira nas festas em casas de família. Embora goste de cozinhar e se reconheça como boa no que faz, ela pensa que “nem tudo na vida é dinheiro” e não hesita em seu desagrado em relação a execução dos trabalhos braçais. Ela está para completar 47 anos de idade, se sente cansada com os esforços exigidos:

*(...) então, assim, como sempre, de vez em quando eu sou chamada pra cozinhar em festa, né? Só que eu não vou muito por causa do cansaço, eu evito ir por causa do cansaço, não dou conta, né, e... assim, tudo não é o dinheiro na vida, né? Tudo não é o dinheiro, muitas vezes você vai em busca do dinheiro, você faz trabalhos braçais que te causa aí numa... doença, que depois... que você ganhou na vida não vai trazer de volta a sua saúde, né?*

Depois de tanta “vida vivida”, de tanto sofrimento, alegrias, altos e baixos, idas e vindas, Mariana pensa sua autoimagem de batalhadora que partiu de condições extremas de privações afetivas e materiais, e “chegou onde está”.

*(...) eu acho o seguinte, que... pra você conseguir alguma coisa na vida, né, pra chegar aqui onde eu cheguei, eu tive força de vontade, né, porque, nada cai do céu, só chuva, e na época certa, né... pra uma pessoa que não teve família, que não... não teve ninguém que, é... investisse nela, né, dissesse assim: ‘Não, eu vou pagar um colégio bom pra você, eu vou pagar a sua faculdade’, né, é... não só eu, sei que tem muitos aí no mercado de trabalho, tem pessoas que chegaram, tão bem melhores situação que eu, que chegaram por... por força de vontade, pro coragem, né, que é o caso daquele mendigo, né, que começou a estudar e passou na UnB, né, é... tudo é questão de você querer, quando você quer e você se determina, você chega onde você quer. Só isso.*

## Capítulo VII. A história de Jocélia

Jocélia nasceu no ano de 1968, numa pequena cidade no interior da Bahia chamada Santana dos Brejos. Foi a sétima a nascer entre os doze filhos do casal, dos quais dez eram mulheres e dois homens. Filha de pai lavrador e de mãe costureira, Jocélia, a segunda entrevistada, introduz sua história. Para começar a falar de si, conta sobre como foi sua infância e fala um pouco de seus pais.

*Meu pai era lavrador... mexia mesmo com roça mesmo, trabalhava na roça. A minha mãe nunca teve profissão, né, nunca teve estudo também, ela só sabe mesmo assinar o nome, ela nunca estudou, assim, direito não. E ela é... cuidava só de nós, era costureira, aprendeu a costurar, era costureira. E meu pai, lavrador.*

A mãe é costureira, mas nunca teve profissão, pois nunca estudou. Sua mãe trabalhava em casa “só” cuidando de nós, no caso, 12 filhos. Observa-se que o ofício da mãe, cuja atividade remete às lógicas informais de organização, não é reconhecido como uma profissão e, quanto ao trabalho reprodutivo, reproduz-se a conhecida desqualificação. E o que mais diria Jocélia sobre sua vida em sua cidade natal?

*Aí, na Bahia, você sabe como é que é, tem a época da seca, tem a época das água. Na época da seca, a pessoa que mexe com lavoura tem o que comer, na época das água não tem. Então a gente passava por muitas necessidades. Muitas outras pessoas ajudavam a gente, na época lá tinha uma instituição espírita, né, que a minha mãe na época era espírita, então eles ajudavam muita a minha mãe, né, minha mãe passou por muita... passando fome, mesmo, lá na Bahia, mesmo, tinha época de não ter o que comer, entendeu?*

O trabalho de seu pai, chefe de família, é sazonal. Quando não é tempo de colheita, é tempo de trabalho escasso. Sem trabalho, não há meios de sobrevivência. Se não fosse a caridade da comunidade espírita da qual sua mãe fazia parte, não teria sido possível sua sobrevivência e de seus irmãos. Isso é bem importante. Por um lado, fica evidente o papel da mãe no que diz respeito ao enfrentamento das dificuldades, ou seja, nos momentos em que o pai não podia garantir o sustento da família. Por outro lado, é relevante observar também a importância e a faceta simbólica da ajuda caridosa para quem a recebe. A memória de infância de Jocélia é marcada pela miséria. Para dizer quem era, ela evoca a miséria, na qual a marca é não só a fome, mas também as doenças. É forte o que nos diz:

*Pegava aquelas doenças, como é que eles falam, “cesão”, que hoje em dia diz que é essa febre doída que dá... tipo de picada de mosquito, a dengue. Na época lá chamava cesão, essa doença, que a pessoa caía de cama, a maioria não sobrevivia, aquela*

*febre, não tinha medicamento, usava aquelas remédios da roça, né? Uns sobreviviam, outros não. Então meu pai deu uma época essa... essa tal do cesão e a minha mãe passou nessa fase – passou fome mesmo, assim, teve os filhos lá, se não fosse o pessoal ajudando, tinha morrido, a maioria. Ela falava na época pra gente que a... quando mamava, assim, chega saía sangue, quando mamava era sangue mesmo do peito dela, não era leite não.*

Do seio do qual se esperava sair leite para alimentar as crianças, apenas sangue se tirava. Teriam todos eles morrido flagelados, inclusive ela mesma. Observa-se o que se diz: a criança-Jocélia é uma sobrevivente. Mas há mais elementos de interesse sociológico nessa fala. Acordando com Cardoso (2010, p. 349), poder-se-ia dizer tratar-se da relação probabilística, segundo a qual, quanto mais extenso o grupo familiar, maiores são as chances de seus membros viverem em condições de vulnerabilidade social, especialmente se algo acontece ao chefe.

*Então a dificuldade maior que ela tinha, assim, meu pai tinha vontade de vim pra cá, porque aqui na época era... tinha muita construção, né, tava com muito prédio naquela época. Aí tinha... ele era pedreiro também, além de trabalhar na roça ele era pedreiro, aí quando ele não tava trabalhando na roça, trabalhava de pedreiro. Só que não era aquela coisa certa, porque na Bahia, você sabe como é que é, ou a...a pessoa trabalha na roça e é pedreiro, então a concorrência ficou muito grande, aí ele pegou e quis vir pra cá. Ele quis vir aqui pra Brasília. A minha mãe não gostava daqui.*

Além de lavrador seu pai também era pedreiro, mas o saber de dois ofícios era insuficiente para garantir um emprego na Bahia. Havia muita gente disposta a trabalhar, e a grande “concorrência” é a justificativa mobilizada por Jocélia para as dificuldades de inserção do pai. Era início da década de 1970, Brasília estava ainda em construção. A indústria da construção civil era a fonte das oportunidades que lá faltavam. Sabe-se bem que o destino de sua família foi o mesmo para um grande contingente de famílias baianas, bem como de outras, de outros estados. Não se falou na entrevista sobre as duras condições da viagem, tampouco dos primeiros momentos no lugar desconhecido. Do pouco que se pode avaliar, é seguro dizer que, ao menos nos primeiros momentos, as condições de vida não mudariam e a miséria de sua família perduraria por mais algum tempo. Jocélia tinha dois anos de idade quando chegaram à capital. O destino era incerto e logo apareceriam as primeiras dificuldades. A quantidade de filhos é novamente apontada pela entrevistada como a maior dificuldade para o estabelecimento e a sobrevivência de sua família. Antes de tudo, um problema habitacional:

*(...) era muito difícil achar barraca que aceitava um tanto de criança. É, então normalmente a gente morava num barraco grande, meu pai paga... era pedreiro, ele*

*morava num barraco, que a gente pegava sempre um barraco grande, mas a maioria das vezes não dava certo, porque muita criança, cê sabe, morava muito junto com outras criança, entendeu? Então a dificuldade maior (...), por isso que a gente tava sempre mudando. Aí minha mãe morava aqui, aí meu pai passava o tempo aqui trabalhando. Minha mãe nunca gostou muito daqui. Aí ficava um tempo aqui e a gente voltava pra Bahia. Aí ficava naquela agonia, morava 2 anos aqui, 2 anos voltava pra Bahia.*

Uma vez mais, fica clara a relação entre o tamanho da família e a situação de vulnerabilidade. A precariedade está explicitada pela descrição de sua moradia: um barraco para uma família de 14 pessoas. A instabilidade vivida quanto à moradia é narrada como uma experiência agonizante. E Jocélia reforça:

*De 1970 que nós começamos, nós vimos pra Brasília, ficava um tempo aqui, ele trabalhava, a gente pagava aluguel, voltava pra lá de novo. Aí foi essa agonia, a maioria dos nosso parente mora lá, minhas tias, as irmãs dela, tudo mora lá. Meus avós também tinham casa lá, morava lá...*

Quais seriam os motivos principais dessa agonia enfatizada? Para os pais, a agonia de ter de trabalhar para pagar aluguel e garantir a sobrevivência imediata. A criança Jocélia talvez tenha experimentado, nessas circunstâncias, ansiedade; a ânsia repetidamente frustrada de se apegar a uma condição de estabilidade, uma fonte de segurança material. É apenas uma suposição, mas o fato de mudarem-se constantemente denuncia ainda outros elementos de sua vida familiar. A mudança da Bahia ao Distrito Federal não estava absolutamente efetivada, e o principal motivo seria a indisposição de sua mãe, explica:

*Voltava pra aqui e voltamos pra Bahia várias vezes, né (...) minha mãe passava 2 anos, 3 anos, aí ela não tava dando certo, a pressão subia, não gostava.. não acostumava com o clima e tal, voltava pra Bahia de novo, entendeu? Aí meu pai trabalhava, tava trabalhando fichado, aí deixava o serviço e voltava a trabalhar na Bahia. (...) a família nossa toda é de lá: tio, a minha vó morava lá, meu avô que morreu, né, há uns 8 anos, mais ou menos. Mas a maioria, tudo de lá. Tudo... toda a minha família mesmo, é lá da Bahia, especialmente de Santana, né? (...)*

Ao que parece, havia uma notável tensão estabelecida entre a busca por melhores condições de vida e a possibilidade de ruptura dos laços afetivos do lugar de origem, implicada na migração. Isso também é parcela da agonia sentida. Sua mãe não gostava de Brasília e mesmo o emprego formal conquistado por seu pai ainda não justificaria suficientemente a instalação definitiva na capital. Se inicialmente a busca por trabalho colocasse como motivação primária, que justificaria a migração, ao experimentar a difícil realidade da nova cidade, sente-se o peso dos laços que os vinculam às suas raízes familiares e

culturais; uma questão de pertencimento e, portanto, de identidade.

A relevância da questão não é posta em dúvida. Contudo, tendo em vista que se trata de uma questão mais fortemente ligada à experiência da geração anterior a de Jocélia, ou seja, a de seus pais que decidiram migrar, opta-se por não discuti-la mais a fundo. Ainda assim, é importante observar que a mobilidade verificada no âmbito habitacional, tanto no interior do DF quanto para a Bahia, reflete em grande medida a instabilidade (ou mobilidade) vivenciada pelo pai em sua vida de trabalho. E qual seria o motivo das mudanças? Sabe-se que os registros quanto à mudança de residência está, não raro, intimamente ligada à mudança de empregos. Neste sentido, chama-se a atenção para a importância das relações estabelecidas entre trabalho, instabilidade de renda e mobilidade habitacional, enquanto categorias de análise.

Tal mobilidade passa de geração a geração. Ao se realizar um breve mapeamento dos lugares em que Jocélia viveu, enquanto criança e depois de adulta, fica evidente um padrão que se repete, a saber, aquele referente à instabilidade. No que diz respeito à reprodução do social, é insuficiente se interpretar repetições como frutos do mero acaso. Desde a chegada de sua família ao Distrito Federal, Jocélia morou em cinco locais diferentes: Gama (2 anos), Taguatinga (4 anos), setor “M Norte” (localizado em Taguatinga, por 2 anos e meio), Samambaia (4 anos), Recanto das Emas (7 anos) para enfim se estabelecer no Gama mais uma vez, onde vive há aproximadamente 25 anos. Importante observar que, também no interior de alguns desses lugares, Jocélia se mudou de casa em casa. Há uma busca constante de uma adequação quanto ao lugar para se morar; uma adequação entre renda e valor do aluguel para aquisição de dimensões mínimas, em espaço físico, para garantia de acomodação da família:

*Mas nós mudamos em vários lugares justamente porque (...) eu expliquei pra você: família grande, muitos filhos, não tinha condições, era muito – às vezes dava briga, dava confusão, aí meu pai sempre pagava mais aluguel. Aí ele ficava chateado, né, porque a maioria do dinheiro que ele recebia mal dava... dava pra pagar aluguel, conta de água e luz pra uma família muito grande, né, aí por isso a gente... as... mais velhas, trabalhava, arrumava serviço pras mais novas continuar estudando. Aí a gente... não... a maioria de nós tudo só fez até a 4ª 5ª, a maioria de nós, dos 12, fez a... até a 4ª, 5ª série. Aí terminava a 5ª série, no máximo, tinha que ir trabalhar.*

Diante das duras condições de vida da família, o destino de trabalho impõe-se como uma necessidade “inevitável”. Jocélia, ao falar do destino das irmãs, fala sobre sua própria vida. Para explicar sua vida, ela evoca elementos que transcendem o poder de sua própria

escolha. Nesse sentido, ao falar de sua miséria e descrever as condições objetivas da existência de sua família, ela situa seu próprio destino como pertencente a uma história coletiva. Jocélia não sabe disso, mas sua fala anuncia um padrão estabelecido, uma repetição dos destinos. Distanciando-se, em alguma medida, da redução do *habitus* (BOURDIEU, 2008a), a reprodução social pelo olhar socioclínico, conforme apresentado, considera uma autonomia relativa implicada na história de vida. Nesse sentido, se, por um lado, a herança familiar influencia de modo definitivo, por outro, não é pertinente se interpretar que o passado determina mecanicamente a subjetividade, a partir da qual se projetam visões de futuro e estratégias de ação. Mariana é sim fruto de seu meio, e condições objetivas moldam suas disposições, que depois mediarão suas estratégias no mundo do trabalho. O abandono da escola ilustra um “destino social” ligado ao sistema familiar; todavia, a negociação da identidade por intermédio subjetivo supõe alguma imprevisibilidade para o campo dos possíveis. A sociedade e a família canalizam desejos, proibições, ideais, identificações, normas e valores que, uma vez internalizados, em níveis consciente e inconsciente, são reatualizados em função da subjetividade individual (GAULEJAC, 1999). Eis, mais uma vez, o indivíduo de Elias (1994), produto e produtor do social, o *habitus* por outra perspectiva.

*Eu mesma comecei a trabalhar, como te falei, com 12 anos, comecei a trabalhar de babá, a minha irmã mais velha ia, tomava conta da casa, e eu ia pra tomar conta da menina. (...) aí foi quando eu comecei a trabalhar de diarista. Aí eu trabalhava de empregada doméstica... a maioria das minhas irmãs, vieram pra cá e trabalhavam no plano, nesses lugar aí, de empregada doméstica. E a gente, como era menorzinho, sempre tinha uma criança, aí... elas pagavam um pouquinho a mais e a gente trabalhava de babá.*

E, desse modo, Jocélia inicia sua vida de trabalho, um trabalho quase infantil. Por não ter idade suficiente, ela passa a trabalhar como auxiliar da irmã, que era a empregada “oficial”. Sua remuneração pelo serviço de babá era ínfima, muito menos que mínima, e tampouco era sua; era um acréscimo ao magro salário de sua irmã.

*Aí eu parei, né, parei de estudar... né, por conhecer uma pessoa também, infelizmente, com 13 anos... 14, aí eu casei, só na igreja, né, porque eu não tinha nem idade pra casar, aí fiquei uns 4, 5 anos aí, aí que eu não estudei mesmo. Aí só trabalhando. Aí eu comecei a trabalhar de babá, aí depois eu... fui pra ser diarista, comecei a trabalhar de empregada doméstica. Mas nunca teve... carteira fichada não. Né, nunca ficharam minha carteira.*

Jocélia tinha 14 anos quando se casa pela primeira vez. Ainda menina passou a ser esposa e dona de casa. A partir daí, “só trabalhava”, para fora e em casa, e já não era

estudante. A necessidade de escolher entre o trabalho e os estudos é típica em um contexto social no qual a sobrevivência material da família clama pela força de trabalho de todos os membros da família. Percebe-se que a idade de Jocélia coincide mais ou menos com a de Mariana quando esta deixou os estudos. Como se sabe, é destino comum entre as famílias mais pobres. A despeito das importantes diferenças quanto ao egresso escolar no meio urbano e na cidade, importa considerar com maior atenção a relação estabelecida entre a quantidade de anos de estudos e a probabilidade de inserção no mercado de trabalho. Conforme Cardoso (2010), para as trajetórias femininas, tem-se uma considerável probabilidade de desemprego ou inatividade já no início das vidas de trabalho. No caso de Jocélia, esta não parece ter tido dificuldade de ingresso no mercado. Por outro lado, não se poderia afirmar que seu egresso escolar tenha redundado em entrada direta para o mercado de trabalho. Na condição de “anexo” da irmã, ela passou a compor de modo totalmente marginal a força de trabalho, impelida pela urgência da sobrevivência familiar.

Dessa constatação principal, mais uma vez vem à tona a associação entre uma trajetória individual e sua seu contexto familiar correspondente. Não se explica como mero acaso seu casamento precoce, tampouco sua dissidência escolar antes de completar o ensino fundamental. Em ambos os casos, a trajetória individual da entrevistada pode ser compreendida à luz de uma história coletiva. Ela pouco conta de seu casamento, mas, a partir de seu trabalho, revela recordações que a marcaram enquanto mulher e enquanto trabalhadora. Lembranças que evocam muitas emoções guardadas:

*Quando eu tava trabalhando assim, de babá, teve uma coisa que eu fiquei muito, assim, que eu fiquei triste, né, fiquei muito chateada, por que, né, o marido da mulher que eu trabalhava, ele tava... ficava tentando mexer comigo. A minha irmã dormiu, né, a gente trabalhava e dormia na casa dele. Aí ele pegou e ficou... ficava tentando, quando eu tava perto dele... eu lembro na... ago... na época... hoje eu analiso melhor, né, eu sei que era... ele queria mesmo mexer, né, mexer mesmo ni mim mesmo, tocava nas minhas partes íntimas. Então isso me deixou muito assustada, duas vezes aconteceu isso. Aí eu falei com a minha irmã, aí a minha mãe pegou e levou... não deixou eu ficar lá mais, né, me levou pra... ele disse que era mentira, que não sei o quê, mas ele tentou mesmo, eu tava dormindo, eu via que ele mexia no meu corpo.*

É certo que caberia profunda reflexão sobre as marcas desses abusos em sua história de vida. A exemplo da história de Mariana, sabe-se quão profundamente fazem-se sentir as feridas de violências sofridas. A internalização de experiências de violência (seja qual for sua natureza: simbólica, psíquica, física) tem repercussões subjetivas, cujas ordens processuais atendem também caracteres individuais de personalidade. Reconhece-se o conteúdo trazido à

tona por Jocélia como especialmente complexo e delicado. Assumindo-se a insuficiência de recursos teóricos, julga-se que seria demasiada arriscada e até desonesta uma aventura em especulações. Não obstante, há algo posto que está ao alcance e que merece atenção: o sofrimento no trabalho que marca sua socialização.

A narrativa atual evoca sentimentos como “tristeza”, “dor”, “susto”. Essas são emoções que marcaram a experiência subjetiva de Jocélia, na medida em que preenchem de significado a dor. Outros afetos estavam provavelmente em jogo, talvez não acessíveis à consciência (e, portanto, não intelectualizados ou elaborados em palavras). Tendo em conta a complexidade que transcende o discurso, caberia ao menos tentar investigar de que maneira os sentidos do vivido poderiam ter implicado na construção de sua identidade enquanto trabalhadora. Como reagiu?

*(...) aí eu fa... eu falei com a minha irmã, né, o que tinha acontecido, e, que eu, enquanto eu brincava com a... com a menina, com a filhinha dele, né, eu ficava tomando conta dela e ela ficava cuidando das coisas lá, era o tempo que ele chegava, começava, né, passava a mão no meu cabelo, passava a mão aqui, eu senti que, né, que ele tava realmente com outras intenções.*

Vivendo grande sofrimento, Jocélia decide não se calar e denuncia para a irmã os abusos do patrão. Sua irmã, por sua vez, conta para a patroa sobre a conduta pervertida de seu marido. Não se pode subestimar a força da opressão sofrida por Jocélia. A violência que está em jogo se faz sentir com gravidade, pois há entre ela e este homem no mínimo três relações verticais de poder: a relação de adulto e infante, a de homem e mulher e a de patrão e empregado. Nas três contendas, ela é a parte fraca, vulnerável, submetida e dominada. Por esse ângulo, a atitude denunciativa de Jocélia adquire relevo. Ela disse para a irmã que não aceitaria mais o trabalho na casa desse homem, o que significou uma ruptura com a sujeição. E assim foi.

O desfecho da situação: a irmã de Jocélia conta para a patroa. A patroa não acreditaria na história (ou “preferiu não acreditar nele”, nas palavras de Jocélia), e então as duas decidem pedir demissão. Uma vez desempregadas, havia uma questão a ser resolvida em família. A renda das duas, como se sabe, era uma quantia indispensável ao orçamento familiar. E Jocélia conta que “graças a Deus” sua mãe acreditou nela. E por que haveria desconfiança? Provavelmente porque a dominação que a oprime se reproduz em sua casa. E como seria dali em diante?

*Já fui procurar outro emprego, porque era assim, tinha que pagar aluguel, tinha que*

*ajudar as outras... as outras... a minha mãe, com as despesas, entendeu? Ai... nós...é, a gente era assim, optava, ou trabalhava ou estudava. Porque à noite era perigoso, né, a gente achava muito perigoso à noite, então a gente preferiu pelo serviço. E manter a casa, sempre as mais nova ia ajudando as mais velha. Eu fiz mesmo até a 5ª série. Estudei na Bahia, até a 5ª série.*

E aqui, finalmente, fecha-se o quadro evocado inicialmente, no qual o abandono da escola marca o início dessa trajetória individual de trabalho. A partir do trecho acima, é possível identificar com maior clareza elementos concretos que permitem compreender esse destino individual como fortemente atrelado a um contexto familiar específico. Com alguma segurança, depreende-se do conjunto de informações disponíveis, que o destino de Jocélia não é somente dela, mas antes de tudo, uma expressão da dinâmica de reprodução social, por sua vez circunscrita às possibilidades de agência definidas por um certo montante de capitais (cultural e econômico).

Avaliando-se a situação por esse prisma, dir-se-ia que a “escolha” de Jocélia não poderia ser lida no sentido existencialista do termo, mas antes como um constrangimento social (em dado contexto nacional), pela qual a baixa escolaridade faz parte da dinâmica da reprodução das desigualdades, tal qual discutida por Cardoso (2010). Não se exclui a importância do fato de ser “perigoso” estudar a noite. Assim, a afirmação de que “a gente preferiu pelo serviço”, na qual o “nós” refere-se à unidade familiar enquanto base de referência identitária, diz respeito a um destino comum entre a entrevistada e suas irmãs: “sempre as mais novas ajudando as mais velhas”. A narrativa enuncia um movimento perene e naturalizado de repetição. Uma vez mais, evidencia-se a pertinência daquela urgência para se garantir a sobrevivência e está justificado, pois, dos pontos de vista objetivo e subjetivo, o abandono dos estudos.

Há algo mais que poderia ser desenvolvido sobre as repercussões subjetivas das situações de violência no desenrolar de trajetória profissional:

*Foi muito triste, nossa, eu fiquei muito, assim, desesperada, foi desespero mesmo. Nas outras casas eu tava maior um pouquinho, aí já sabia mais me defender, sabe? Eu via, assim, mas eu sabia me defender dessas coisas.*

A fala de Jocélia chama atenção para a permanência das ameaças de assédio. A experiência anterior de sofrimento a tinha fortalecido de algum modo, e ela, já um pouco mais velha, havia aprendido a se defender. Não se entrou exatamente no mérito, mas não é difícil considerar a iminência do inimigo subjetivamente experimentada e cogitar que ela tenha vivido outras situações reais de constrangimento ou mesmo de violência (seja simbólica ou

física). Nesse sentido, interpreta-se que o ambiente doméstico de trabalho, quando habitado por homens, era em geral sentido como opressor. A narrativa confirma:

*uma vez também eu tava trabalhando numa casa de família também, até de um médico, lá no Plano... ele tentava... eu tinha que dormir com a porta fechada, que ele mexia e queria mesmo, ficar comigo mesmo, sem vergonha ele, mulher dele com uma filha, gostava dele, ele... eu fiquei muito assustada. Na época eu vinha da Bahia, menina, já pensou, né?*

Jocélia, acuada e oprimida, precisava se defender e o fazia como podia, no caso, fechando-se no quarto. Tão relevante quanto considerar as implicações subjetivas das experiências de violência e sofrimento no trabalho seria também considerar, talvez, os aspectos menos óbvios desse “aprisionamento”:

*eles queriam que a gente dormisse no emprego, né, eles queriam que a gente dormisse no emprego e a maioria se via só final de semana, passava a semana na casa e vinha final de semana pra aqui pro Gama. Gostar na época, eu vou te ser sincera, eu não gostava não. Sentia muito falta da minha mãe, sentia falta das minhas irmãs, entendeu, eu sentia muita falta. Mas era necessidade...*

Conhecendo-se essas experiências de Jocélia, é possível compreender sua apreensão e desgosto manifesto em relação à obrigação de dormir no trabalho. O que pode não ser tão óbvia é a natureza socialmente estruturada desse vínculo de emprego legítimo, que sujeita sua vontade própria. As exigências impostas pela necessidade implicam em uma sujeição voluntária. Sem dúvida uma relação de poder. Entretanto, as cores do cotidiano do qual se recorda não se resumem aos tons frios e tristes. Jocélia fala também sobre o que mais gostava quando mergulhada nesse mundo do emprego doméstico:

*Eu gostava do... da casa, eu gostava dos móveis, eu gostava das... das coisas assim, dos perfumes, eu achava muito cheiroso, que era guardada da... das menina, das criança, com tudo, assim, de bom, aquele monte de vestido, nossa, eu achava lindo! Parecia, assim, que eu tava num castelo. A maioria das coisas era assim, sabe, eu era assim, sabe... então eu gostava, eu gostava do cheiro das coisas, da... sempre gostei... o que eu gostava de trabalhar era isso, né, assim, quando eu tava lá trabalhando lá, se eu via as coisas assim... é como se a gente saísse de... tivesse num... num mundo e saísse pra outro, você entendeu?*

Fala, pois, das coisas que almejou ter para si mesma, objetos de um outro mundo ao qual jamais pertencera. A magia estava nas coisas! Mais do que referentes aos objetos em si, as particularidades desse mundo eram vividas em sensações, sentidas em visões, em cheiros, em texturas. A atmosfera era outra e ela registrava sinestésica, corporal e emocionalmente a realidade dessa distinção. O que significam essas “coisas”? Ou melhor, o que significa desejá-

las? O que teriam elas a ver com sua identidade e com o sentido de seu trabalho?

Isso ela ressalta como o lado bom do trabalho doméstico em "casas de família", verdadeiros castelos em sua visão. O ambiente de trabalho representava um contraste eloquente à realidade de seu próprio lar, pobre e comparativamente degradado. A beleza dos vestidos das meninas, *aquele monte!*, acentua-se talvez na dessemelhança perante à feiura e carência de sua própria infância. Estar no trabalho era também experimentar esse mundo encantado. E, se fosse pertinente arriscar uma reflexão, quais seriam os alicerces do encantamento e do fetiche desse mundo?

A fala de Jocélia é como um testemunho cujo conteúdo remete a uma noção de "boa vontade cultural", no sentido colocado por Bourdieu (2008b, p.300). Sua posição é de reverência aos saberes e gostos que, na verdade, não são seus – assim como o foi para Mariana. Ela reconhece esse conjunto de elementos que elenca como legítimos; legítimos porque pertencentes à cultura dominante. A despeito da proximidade que ela tinha em relação a esses elementos, que faziam parte de seu cotidiano de trabalho na casa de famílias de classe média, ela está de fato infinitamente distante da vivência exigida para a apropriação. Em outras palavras, dir-se-ia que ela não se encontra objetivamente enquadrada por essas normas. A disposição estética é uma questão de *habitus*, de socialização (BOURDIEU, 2008b, p.32). A vontade de ser o que não se é, por meio de ter o que não se tem ou de saber o que não se sabe, tudo isso é expressão do reconhecimento da cultura legítima. Para a interpretação sociológica, esses elementos podem ser reconhecidos como um conteúdo propulsor de sua busca identitária:

*Mas eu tinha muita vontade, vontade de ser... coisa assim, de, assim, tipo assim... tocar violão, eu semp... – nossa, tenho muita vontade, nossa, muita vontade de tocar violão, eu via as pessoas tocando violão, piano, essas coisas assim, sabe? Música, eu gosto muito de música, a música, eu gosto muito, sabe? Eu gostava muito. Mas eu fui só... como foi, a gente vai deixando.*

Atenção a essa sutileza tão significativa da expressão oral na qual “ser” e “fazer” se fundem em um só verbo. No caso dos saberes musicais, é pertinente, pois, admitir-se que Jocélia, agente social, simplesmente não possui os meios de se conformar nas normas específicas de percepção da cultural legítima. No entanto, ela é capaz de reconhecer tais elementos como fatores de distinção, e, ao fazê-lo, ela reproduz uma dada ordem social. Como se viu, para Bourdieu (2008b), isso se dá sem qualquer reflexividade: não há

consciência na agência. O reconhecimento dos signos e símbolos da cultura dominante<sup>16</sup>, e principalmente a reverência a eles dispensada, são a própria *praxis* de legitimação dessa dominação. Portanto, poder-se-ia identificar princípios de dominação como os alicerces de sustentação das representações sobre o mundo encantado. Trata-se dos princípios que também legitimam e reproduzem a desigualdade social:

*Não sei se é, se na época eu queria isso pra mim, acho que sim, né, porque... a gente nunca... privada de muitas coisas, né, tinha, pegava sapato da outra, das prima, ia passando o que era velho.. muito difícil comprar coisa nova, né, não tinha, né? Então, quando eu via assim, ganhava muita coisa (...) patroa muito boa, dava muita roupa pra gente, sabe? Roupa, o que não usava em casa elas davam pra gente, a gente levava pra casa... então isso era bom, né, isso... então essa parte eu gostava.*

Aos olhos de Jocélia, a desigualdade é legítima e, como a patroa de Mariana, também a dela é uma boa patroa. Não se pretende colocar em dúvida, aqui, o caráter da patroa, mas sim, chamar, mais uma vez, a atenção para a dinâmica dos jogos de poder. E o que teria tudo isso a ver com a identidade? Jocélia reconhece e ao mesmo tempo almeja e deseja-os para si. Essa expressão de "boa vontade cultural" é expressiva de uma "expectativa profunda de participação" (Bourdieu, 2008b, p.35), de pertencimento. Atualmente, na ocasião da entrevista, essas expectativas não são tão latentes quanto provavelmente foram outrora; mas a representação persiste e é forte. Ao contrário de uma "insensibilidade"/indiferença que poderia ser lida como sintomática de um distanciamento estético, Jocélia recupera em suas lembranças fragmentos e evidências dessa ansiedade em relação à inclusão. A representação idealizada da cultura legítima, proferida como "mundo encantado", além de forte, é uma expressão de contraponto, que tem algo a denunciar: talvez a idealização seja tão intensa quanto os impactos subjetivos de sua exclusão social.

Pode-se ainda pensar o relato como fruto do constrangimento na situação da entrevista. Talvez não seria arriscado sugerir-se que a evocação desses elementos, ou seja, que o fato de Jocélia falar de suas "vontades", ou melhor, de sua "boa vontade" em relação à música seja uma forma de se "tornar grande", de mostrar algo que ela valoriza, embora não seja ela mesma. Uma questão de pertencer a um mundo que não o dela, de ser quem não era: uma questão identitária. É apenas uma sugestão. Mas o que afinal ela gostaria de ser? Enquanto trabalhava de empregada doméstica, quais sonhos nutriam sua imaginação e a projetava no futuro?

---

<sup>16</sup> Toma-se a classe dominante como contendo essa fração da classe média. Considerando penquena burguesia e burg. como uma mesma coisa. Não interessa nesse caso uma transposição rígida e literal da teoria bourdieusiana, apenas lanço mão de suas ideias.

*eu queria ser... eu queria ser professora. Coisa que eu mais queria era estudar, fazer, queria ser professora... queria ser médico. Sempre queria ser médico, cuidar de criança, principalmente na pediatria. Sempre quis ser médico pediatra mesmo, pra cuidar... mas, a gente vai indo, vai chegando, vai caindo na realidade, vai vendo que não é assim, né? Você precisa de dinheiro, você precisa de estudo, você precisa de muita coisa, então... aí eu fui deixando de lado, fui só sendo dona de casa mesmo, cuidando das, cuidando das minhas filhas, né?*

Ela não enuncia assertivamente o que queria ser. A primeira coisa que vem à sua fala é a vontade ser “professora”, mas logo em seguida, diz que sempre quis ser “medica”. Por que médica? Ela adorava criança. Esse é o elemento que ela mobiliza para justificar. A patroa era doutora, obstetra, e Jocélia teve outro padrão também médico. Ambas respostas fazem sentido para ela, são as respostas possíveis no momento. Resta refletir sobre o que poderia ter em comum as imagens de médica e de professora? São profissões liberais, prestigiadas, próprias a um mundo que não era seu. Há muito estudo por trás dessas carreiras, saberes específicos, restritos a uma classe de gente instruída. Mais uma vez, a valorização da educação aparece como ponto chave para a busca identitária via trabalho. Hoje, Jocélia já não alimenta ilusões, projetos.

De volta aos marcos cronológicos subjacentes à sua trajetória. Fala-se por último do tempo em que Jocélia ingressara no mundo do trabalho doméstico, tendo iniciado por intermédio do emprego da irmã. A um dado momento de sua narrativa, não fica exatamente claro se o principal motivo para Jocélia ter abandonado os estudos fora o casamento prematuro ou a necessidade de trabalhar. Tenha-se o dito de que ela escolheu trabalhar, pois estudar a noite seria muito perigoso. De qualquer modo, as coisas acontecem simultaneamente, e parece ser mais relevante ter em conta essa força maior que informa a trajetória de Jocélia: o *habitus* que define certas disposições estruturadas e estruturantes, orientadoras das experiências práticas em dadas condições específicas de existência (Bourdieu, 2008a). Não se perca de vista a “autonomia relativa”.

Desde então, foi “só trabalhando” e, pelo modo como fala de sua vida, fica uma sensação de que ela fala de um certo *script* (a exemplo dos destinos de suas irmãs): de babá à doméstica e, mais tarde, diarista. A um dado momento, por volta de seus 14 anos, depois que se casa e logo se separa, Jocélia volta para a Bahia e fica por lá com seus familiares. Não se pôde inferir da entrevista qualquer motivação mais forte relacionada ao trabalho, como uma dificuldade financeira ou uma proposta de emprego no outro estado. É fato que, mais uma vez, ela voltara à sua terra natal e pretendia ficar: apreciava a qualidade tranquila da vida no

interior. Lá se apaixonou por um rapaz e tinha planos de se casar. Todavia, por volta de seus 15, 16 anos, Jocélia decide retornar. O motivo de sua volta à Brasília fora ajudar o irmão, que tinha uma esposa adoentada, que acabara de ter um filho, e precisava de cuidados. É quando Jocélia volta e passa a morar com esse irmão. Nesse momento, seus projetos foram frustrados. Ela justifica e conta como foi:

*é, mas, ó, irmão, você sabe, né? Irmão só tinha ele, né, irmão mais velho, ele pediu, pediu pra minha mãe pra mim vim pra cá. Aí eu peguei e vim. Vim pra c... vim, vim pra Brasília aí fiquei cuidando dela e do meu sobrinho, que grudou demais ni mim. Também eu chamava ela de mãe. Cuidei dele demais. Então, depois que... que eu deixei a casa do meu irmão, assim, só vinha final de semana pra eu trabalhar na doutora L.*

Uma vez findo período em que precisara oferecer auxílio ao seu irmão, Jocélia voltaria a morar com sua mãe. Nessa época, ela vai em busca de um trabalho para si. Por intermédio da indicação de uma aparentada (a sogra do irmão), Jocélia consegue o emprego na casa da Doutora L., onde precisavam de uma pessoa de confiança. E seria ela, Jocélia, quem trabalharia nessa casa como empregada doméstica pelos próximos anos. Desde já, ressalta-se a importância desse emprego para Jocélia. O tempo de permanência significou o acompanhamento do crescimento da menina de quem cuidava, desde o ventre até os seis anos de idade. Conta:

*Foi, nessa época eu passei muito tempo com ela, ela já tava quase pra ganhar, e, assim, nossa eu apeguei demais à criança, ó, eu que vi os primeiros passos da criança, os primeiros dentinhos dela, foi eu que vi, tudo assim, ela chamava eu de mamãe, nossa, ela, nossa, foi a época, foi a época que eu mais senti pra sair. Quando era pra mim sair, pra mim ir embora, ela tinha que ir lá brincar com ela lá pra mim sair, porque ela não deixava eu sair, nossa, foi muito difícil pra mim nessa época, eu não era casada ainda, aí eu me apeguei; pensa numa coisinha linda, que ela era, linda, ela tinha... Nossa, linda demais, ela. Loirinha dos olhos azul, uma coisa mais linda, parecia princesa mesmo, ela.(...) Nossa, foi como seu eu tivesse deixado a minha filha. Eu escutava o chorinho dela, eu ligava pra lá, não, essa época eu sofria, essa época eu sofria demais. Mas eu sabia, porque, ou eu tomava a decisão naquela hora, de ficar, de sair, ou ficar e deixar ele de lado, mas apaixonada, né, igual eu te falei, né, difícil.*

Aqui, a intensidade dos afetos se faz notar de maneira incontornável. Jocélia expressa com veemência seus sentimentos pela criança e, tendo isso em vista, uma análise sobre seu trabalho precisar necessariamente levar isso em conta. Cuidado e afeição se confundem, sentimentos fortes estão em jogo, e é preciso ter em vista que, antes de tudo, trata-se de relações de trabalho. No discurso, a tenacidade sentida recai sobre a palavra “apego” e o

apego de Jocélia era correspondido. Pela criança e pela patroa. Seria isso uma forma de reconhecimento? Acredita-se que sim. Percebe-se ainda influência definitiva entre o tempo de trabalho transcorrido em certo emprego/atividade e a construção identitária do trabalhador. Até então, esta fora sua experiência mais duradoura e, acordando com a teoria, poder-se-ia falar na centralidade desse trabalho para a organização de sua identidade (de continuidade). Entre a experiência cotidiana e o tempo acumulado, os projetos futuros também têm seu espaço. Jocélia estava apaixonada e iria se casar. A patroa precisava que Jocélia continuasse a trabalhar em tempo integral, dormindo no emprego.

*Ficava lá direto, eu só ia final de semana, ia no sábado, voltava na segunda de manhã, às vezes domingo à noite, entendeu? Aí ela precisava de uma pessoa que ficasse lá direto. Aí cheguei pra ela e falei que não tinha condições, porque eu ia casar. Como é que eu ia me casar e passar a semana todinha, deixar meu marido e... né, aí não teve condições. Aí ela falou pra mim, que se eu ficasse, que eu era muito nova, pra casar e tal, várias coisas, né, que ela gostava muito de mim. Aí ela falou que se eu ficasse, que ela ia me dar, me pagar, terminar meus estudo, que eu ia terminar os estudo lá, lá no Plano, e que ela ia montar uma loja de... da Natura, de coisa de, de produto natural e que ela ia me pagar um curso pra mim ser gerente.*

Na tentativa de manter Jocélia no emprego, a patroa oferece um pacote de promessas que, a longo prazo, significariam uma possibilidade assertiva de ascensão social para Jocélia. Era uma oportunidade e tanto!, recorda-se. E qual seria sua resposta?

*Eu falei 'Isso é uma coisa muito boa', que era terminar tudo que eu queria, terminar meus estudos tudo, mas na época eu apaixonada, né? Nossa! Aí eu peguei e deixei, minha filha, deixei tudo, falei assim: 'Gosto muito da senhora, mas não posso', (...) Nossa, ela era muito gente fina, ela, maravilhosa.*

Jocélia vivia um momento de impasse, poder-se-ia dizer até “crucial”, entre sua vida profissional e sua vida amorosa. Mas a vida profissional também era cheia de afeto, e isso a prendia em um conflito. Um conflito entre a identidade de esposa, mãe e dona de casa (para a qual fora criada) e a identidade de trabalhadora. Contudo, ela pôde fazer sua decisão e preteriu o emprego à possibilidade de estabelecer um laço conjugal. Não poderia trabalhar a todo tempo se quisesse viver um casamento (e ela, literalmente, vivia no trabalho). O que parece mais importar nesse episódio é o olhar retrospectivo de Jocélia que, hoje, julga a decisão errônea. Ao que parece, o fracasso do casamento repercutiu na valorização das oportunidades perdidas. Jocélia acredita ter desperdiçado sua chance de “crescer” por meio daquele emprego, de ter estudos e de construir uma carreira que lhe permitisse uma identificação positiva.

Algum tempo depois de ter deixado a casa da Doutora L., Jocélia dá à luz a sua primeira filha e dá a ela o nome da pequena, filha da antiga patroa. Mas isso é um detalhe. Será? Talvez não seria absurdo admitir-se um relevante conteúdo simbólico implicado nesse ato. Relevante especialmente porque parece, de alguma forma, concretizar todo aquele apego e afeto. E o que significaria esse apego senão a ânsia pela manutenção de um vínculo contíguo irremediavelmente corrompido? Também é uma hipótese. E Jocélia fornece um vestígio a mais para o encaixe desse símbolo:

*uma vez eu passei lá perto do bloco, me deu vontade de subir lá, mas... sei lá... fiquei meio receosa, não subi não. Mas na época foi muito gostoso, muito bom mesmo...*

Jocélia tinha então por volta de seus 18 anos. Ela havia se separado do primeiro marido, ido à Bahia e estava de volta em Brasília. Já havia ajudado o irmão e trabalhava agora de empregada doméstica. É nessa época que conhece o homem que viria a ser seu segundo esposo. Casa-se pouco tempo depois. E quem era esse homem? Como ele era? O que fazia?

*Ele trabalhava de montador de jornal, de fotolito. Ele era vigilante, depois fez um curso, aí começou a trabalhar de... de... montagem de jornal. Mas só que aí começou a beber muito, faltava muito, aí batia... fazia a letra, botava errado, por causa da bebida, aí estragava um monte de jornal, aí... acabou perdendo o emprego, por causa da bebida, acabou perdendo o emprego. Aí ficou difícil mesmo, que eu tive que voltar a trabalhar, na época eu tava casada com ele, aí tive que voltar a trabalhar de novo. Deixava minha filha com a sobrinha dele... com a... com a irmã dele, e ia trabalhar. Com essa (filha) mais velha, né? Aí foi difícil, passou um bom tempo sem... sem trabalhar.*

Para apresentar seu marido, quem ele era, Jocélia pontua suas ocupações na época. Passou de vigilante a montador de fotolito, por meio de um curso profissionalizante. Trabalhava então na área de impressão em um grande jornal local. Jocélia diz que, na época em que estava casada, optou por “não trabalhar”. Para tanto, ela tinha fortes motivações:

*Não, na época que eu casei, meu marido queria muito que eu trabalhasse. Eu já era contando, né, na época, eu acho que a gente, a maioria da... da desavença da gente era por isso. Eu sempre fui aquela pessoa criada pra ser mulher, pra ser mãe, pra cuidar dos filho, então eu senti muita dificuldade pra sair pra trabalhar e deixar minha filha, que logo eu engravidei do meu primeiro filho... aí ele... porque a minha, assim, as minhas contração é forte, mas a minha passagem é pouca. E ele tinha quase 5 kilos, meu primeiro filho. E na época... aí na época que eu... na época que eu engravidei, né, que eu casei, eu engravidei logo muito rápido, aí ele nasceu com quase 750, era pra ser normal.*

Jocélia perde nesse momento seu primeiro filho, que acabaria falecendo no hospital

público. Ela culpa os médicos por não terem procedido corretamente durante o parto. Esse forte episódio marcou a vida de Jocélia: o trauma, as implicações subjetivas da perda do primeiro filho, teria incitado nela um sentimento superprotetor em relação às filhas que nasceriam depois. Tendo vinte e poucos anos, ela não estava fisicamente impedida, mas não poderia trabalhar fora de casa, porque sentia uma grande insegurança em relegar os cuidados com sua filha a terceiros, mesmo sendo estes familiares. A insegurança sentida não poderia ser considerada, contudo, um mero capricho, justifica, mas se explicaria em função de um evento passado, de profundo sofrimento, com fortes implicações para sua subjetividade, especialmente para sua identidade de Jocélia-mãe. E haveria um segundo motivo relevante:

*eu morria de medo, de deixar minhas filha. (...) Eu lembrava na época o que acontecia comigo, entendeu, logo quando eu cheguei aqui, eles tentavam buli... mexer comigo, e tal, aí eu pensava nas minha filha. Vai que, vai que uma... eu deixo ela na casa de uma pessoa, chega o... o marido...*

Sua história de vida, seu trauma subjetivo convertia-se em medo, afeto, e influi decisivamente para suas decisões quanto ao mercado. Esse ponto importa porque não se poderia compreender a identidade de Jocélia-trabalhadora sem levar em conta suas necessidades enquanto mãe. A luta para conservar a identidade de mãe é, aliás, uma questão de gênero muito relevante para se compreender o sentido de seu trabalho (o mesmo se pode observar na trajetória de Mariana). A perda de seu primeiro bebê marcou sua história de trabalho: ela preferia então ficar em casa, cuidando da filha. A essa altura, havia deixado o trabalho doméstico para ser dona de casa. “Não trabalho”?

*Fiquei cuidando da minha filha. Eu fiquei por conta dela, mas a minha irmã vendia Avon, e a minha mãe fazia pano de prato, esse negócio que ela gostava muito, ponto-cruz. (Eu) vendia por perto (de casa). Lá na rua, assim, aí o pessoal, a vizinha me indicava: ‘Ah, fulano, ele ia lá, eu oferecia os produto, aí minha irmã também me dava as porcentagem... roupa, ela pegava calcinha e roupa, aí eu fui vendendo, né? Queria assim, fazer as coisas e tomar conta dela, mas... Então, nessa época, eu vendia, vendia Avon, vendia essas coisa, meu marido queria que eu saísse pra trabalhar, mesmo.*

Como se poderia prever, pela ausência de remuneração, os serviços domésticos e os cuidados com a filha não eram considerados por ela mesma “trabalhos”. Ademais, embora Jocélia tivesse excluído o trabalho de vendas em seu discurso inicial (também não por acaso!), ela agora o traz à tona e, de fato, trabalhava. Era mãe, dona de casa, e revendia para fora os produtos revendidos por sua irmã e sua mãe. Não é banal observar o nível de informalidade que caracteriza o trabalho de Jocélia: trabalho em família, cuja renda era incerta e definida por

porcentagens.

Veja-se assim: a Avon, uma gigante empresa norte-americana, é das mais bem sucedidas Organizações de Venda Direta no Brasil<sup>17</sup>. A proposta de vendas diretas consiste na realização do comércio por meio de revendedores sem qualquer saber específico, qualificação, ou experiência prévia. A possibilidade de sucesso do revendedor funda-se em sua capacidade de cooperação, ou seja, nas redes sustentadas pelas relações familiares, de amizade e vizinhança. Nesse comércio, há a combinação entre a flexibilidade máxima, tendo em vista a “gestão de si mesmo” (o controle do trabalhador sobre seu tempo de trabalho) e os laços fortes das relações privadas. E o trabalho de Jocélia situa-se aí! Vinculada a essa gigantesca estrutura organizacional, ela dissolve ao menos em parte o dilema entre sua necessidade (subjativa) de cuidar de sua filha e a necessidade de obter renda (objetiva: há a pressão do marido). Era uma alternativa, uma “auto-ocupação” remunerada conciliável com as ocupações doméstica e o cuidado com a filha, no seio de sua família, da esfera privada, das relações íntimas e informais. Observa-se que, no caso de Jocélia, não é ela a própria revendedora, ela ajuda a irmã, e por isso sua renda faz-se parcial e incerta. Enfim, de tudo isso, talvez o mais interessante de se guardar é a clara evidência de que o destino de Jocélia não é somente dela, é também parte de uma história coletiva. A solução dela para seu próprio problema está prevista nos moldes de uma grande Organização fruto de uma lógica de uso do trabalho que transcende em absoluto sua história. O “Ding, Dong, Avon chama!”, grande slogan da Avon, orienta de fato sua ação no mercado de trabalho e Jocélia vende lá na rua, por um vizinho que indica, ela vai e oferece o produto. O produto se mistura com o artesanato (tricô feito pela irmã) e está tudo junto. Desvendar esse vínculo entre histórias individual e coletiva, com foco na identidade pela mobilidade entre ocupações, é o objetivo do presente trabalho.

E assim a vida segue. Em um dado momento, seu marido perde o emprego, segundo Jocélia, a demissão teria sido motivada pelos transtornos causados por seu alcoolismo. É quando, na divisão familiar, o peso do trabalho recai mais forte sobre Jocélia. Com o marido desempregado, ela se vê obrigada, pois, a se reinserir no mercado de trabalho de uma forma mais rentável do que a venda e revenda. Nessa ocasião, ela precisa assumir sozinha as despesas do lar, e isso “por um bom tempo”. Como?

*Aí foi nessa época que ele começou a beber e perdeu o emprego. Aí ele ficou com ela e eu fui trabalhar lá no Guará de empregada de novo. Só que eu ia e voltava todo dia de manhã, ia e voltava todo dia de manhã, mas não deu muito certo não. (...) Eu fiquei*

---

<sup>17</sup> Citar dissertação

*uns 2 anos e meio, quase 3 anos trabalhando na casa dessa mulher. E ele ficou sem trabalho um bom tempo, um bom tempo. Eu é que tava sustentando a casa. Eu que... ele – a gente não pagava o aluguel, mas pagava água, pagava... ajudava na luz, as compra... tudo era eu, (...) tudo era eu que fazia.*

Jocélia, assim como Mariana, assume o papel de chefe de família. E há algo mais, um fato novo extremamente relevante: Jocélia é agora mãe. Como ficou claro na trajetória de Mariana, não se pode subestimar o impacto fundamental dessa identidade para a que está aqui em foco, a de “mulher trabalhadora”. De agora em diante, o sentido do trabalho na trajetória da entrevistada seria fortemente marcado pela necessidade de dedicar seu tempo ao cumprimento da função materna e, ao mesmo tempo, de garantir o sustento de seus filhos. O marido alcoólatra não poderia cuidar da criança. Nesse caso, ela poderia contar somente com a ajuda de parentes para que o tempo demandado para o cuidado com a filha não a impedisse de trabalhar. Chama-se a atenção para o caráter comum dessa estratégia para as trabalhadoras de baixa renda. “Aí foi difícil”, ressalta, e Jocélia conta um pouco mais sobre o sofrimento que marcou sua vida até a separação, nessa época em que era esposa, mãe, dona de casa, empregada doméstica e chefe de família:

*Mas ele... ele e a família dele tudo é alcoólatra, aí eu só consegui mesmo ficar com ele 5 anos. Ele bebia muito, ele – justamente por isso que a minha filha também nasceu com problema, porque eu sofri muito na gravidez, né, ficava muito tempo sozinha e ele... bebia muito, não tinha horário de chegar, passava 2 dias fora de casa... quase que ela nasceu com 7 meses, entendeu? Por causa de susto, coisa também dele... aí fiquei com ele 5 anos, depois que... depois de 5 anos, aí ele me deixou. Eu tava grávida (...) dela (a segunda filha) de 3 meses. Aí foi nessa época que eu te falei, que eu tinha que trabalhar mesmo.*

O problema do alcoolismo do marido, que o teria levado a perder o emprego, antes de ser um problema individual, era um problema familiar herdado. Vale a pena pontuar porque, mais uma vez, deixa claro o peso da implicação mútua entre a socialização no ambiente familiar (primária) e aquela da vida de trabalho, já na socialização secundária. Uma análise profunda não poderia ignorar a complexidade da questão identitária no registro existencial. Não se trata aqui, contudo, da socialização do marido, mas sim da de Jocélia. E, pela ótica do social, o que mais haveria de essencial denunciado por esse sofrimento? Sugeriria que seriam as violências vividas e suas repercussões, objetivas e subjetivas. Em primeiro lugar, para além da grande dor explicitada pelas agressões com impactos físicos, há de se ressaltar a dimensão simbólica do conflito, que remete à da dominação masculina e as implicações dessa ordem na reprodução social da violência doméstica.

*Aí essa época foi aquela cobrança, ele começou a beber, sair... aí não parava em emprego nenhum...aí brigava e chegava dentro de casa muito, assim, nervoso, batendo nas coisa... ni mim ele nunca bateu não, graças a Deus, nunca chegou a ir pra cima de mim não. Mas ele tava tão nervoso, descontrolado, que ele chegava batendo nas coisa, jogava panela no chão, aí a aquilo ali tudo... ah, minha filha, eu ficava vendo, e chorava... quando ele falou que não tava dando mais certo, eu também já tava cansada, também, aí perdi a... 'Quer saber? Eu vou cuidar das minhas filha', aí eu fui cuidar delas, fui trabalhar.*

Chama ainda a atenção algo que à primeira vista poderia parecer contraditório: mesmo sendo ela a oprimida pela violência do marido e a responsável pelos encargos do sustento familiar (o sentido de seu trabalho), ela conta que é o marido quem a deixa. Ela é violentada e ele quem diz que “não tava dando”. Só depois ela diz “Quer saber?” e decide ir trabalhar e cuidar de suas filhas. O fato é que a relação fez-se insustentável e os elementos em jogo são relevantes para se capturar o sentido do trabalho (que, por sua vez, está em consonância com sua identidade). Do ponto de vista objetivo, Jocélia deixa clara sua experiência: foi nessa época que *tinha que trabalhar mesmo!*

No momento da separação, ao vivenciar o fracasso de seu relacionamento, Jocélia se sente impelida a reavaliar suas decisões passadas. E, nesse sentido, o conflito subjetivo vivido no passado, quando teve de escolher entre o casamento e o trabalho, é reavivado e assume a conotação de arrependimento. O custo da escolha, em um caso ou em outro, é essencialmente emocional. *Eu sofri demais quando eu separei, pensei que eu não ia aguentar não*, conta. Jocélia culpa-se então pela escolha equivocada que mudara seu destino. Hoje, contudo, por um olhar retrospectivo, ela pondera: *hoje eu penso assim, né, por causa das minhas filhas valeu a pena, mas ela falou pra mim assim...* (e prossegue, contando aquelas promessas já conhecidas).

Ao se separar do segundo marido, Jocélia retorna à Bahia, como o fez na ocasião do primeiro divórcio. Desta vez, contudo, já mais velha e com duas filhas sob sua tutela exclusiva, além de buscar o sossego do interior, ela tinha o intento de conseguir um trabalho. E conseguiu:

*Aí cheguei... eu cheguei lá não tinha... lá não tem muita diária, coisa assim pra fazer, né, empregada é muito difícil lá em Santana, interior você sabe, né? Aí tinha esse serviço lá, da, de padaria, aí eu fui trabalhar lá de atendente. Eles gostaram muito do meu serviço, que eu era comunicativa, né, gostava de... né, tratava bem as pessoas e tal...*

E nos conta sobre o significado deste trabalho em sua vida:

*Legal mesmo foi trabalhar na padaria. (...) Foi, a coisa que eu mais gostei. Cheirinho de coisa boa, doce, as pessoas... trabalhar, né, eu gostei muito trabalhar. Nossa, gostava demais. Porque, assim, mexia com gente, gente educada... e trabalhava no comércio, né, não era aquela coisa, assim, de você trabalhar... muita dor nas costas. (...) É porque, eu não... era tipo, assim, eu não tinha estudo, e foi um lugar também que teria sido assim, que eu consegui... não trabalhar ni limpeza, entendeu, ni...ni chão, ni... foi um lugar que eu consegui trabalhar assim, que era uma coisa assim, diferente, comércio, mexer com pessoas, nossa, era bom demais. A gente acordava muito cedo, com estrelas no céu, sabe?*

Quando perguntada, Jocélia situou o emprego na padaria no patamar mais alto da hierarquia de sua trajetória profissional. Esse foi o melhor emprego de sua vida, afirma. Ela estava na Bahia, em Feira de Santana, acordava cedo e ia trabalhar de atendente no balcão dos pães. O sentido do trabalho parece se evidenciar: é um sentido de reconhecimento e da possibilidade de uma identificação positiva com aquilo que fazia. Era o primeiro trabalho (e seria o único) que não se conformava no âmbito desqualificado de trabalhos manuais e estigmatizados, àqueles de “limpeza”; no caso, o emprego doméstico.

*É. Aí foi nessa época que ele ofereceu a oportunidade pra mim, pra mim trabalhar na... como é que fala... pra ver mercadoria, gerente, tudo, pra... pra gerenciar tudo, só que eu não tinha estudo. Infelizmente eu não tinha estudo, aí... peguei e.. (...) Aí ela pegou e falou pra mim, se eu tivesse estudo e tal... que ela tava precisando de uma pessoa e, pelo tempo que eu trabalhei lá eu era de confiança e tudo, só que aí eu falei pra ela que eu não tinha estudo. Aí eu peguei e voltei pra cá de novo. (...) lá a dificuldade minha pra me firmar foi por causa disso, eu precisava de estudo e eu não tinha, né, na época eu não tinha, fiz até a quinta série e parei. Não tinha como... aí eu peguei e saí, aí, fui continuar a ser diarista, né...*

Observar essa impossibilidade sentida por Jocélia é especialmente significativo: “não tinha como”, ela assim percebe. Sua representação sobre o mundo do trabalho nem de longe representa um pessimismo individual. Sua realidade subjetiva converge com dados da realidade factual. Resultados de pesquisas sugerem que “o fato de ter tido como primeiro emprego o trabalho doméstico aumenta a probabilidade das trabalhadoras permanecerem nesta mesma ocupação em comparação com quem não começou como doméstica. [...] Estes resultados sugerem uma imobilidade ocupacional onde a escolha de inserção como empregada doméstica pode levar a uma armadilha de ocupação”. (SATIO & SOUZA)<sup>18</sup>

Por fim, observa-se que, aqui, a subjetividade é vivida com o pesar daquilo que se

---

<sup>18</sup> Pesquisa realizada pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP-FGV), com base nos dados da PNAD (2006) e do IBGE.

poderia ter sido, daquilo que se deixou de ser pela falta de “oportunidade”. Jocélia queria se firmar – isso é fundamental! –, mas não correspondia às demandas do mercado. Retomando-se as noções de “empregabilidade” e “competência”, tem-se que a responsabilidade pela busca e corrida pela qualificação para o mercado recai individualmente sobre ela. Nesse sentido, o demérito pela inadaptabilidade, logo, a “culpa” pelo fracasso recai sobre si, e isso é muito relevante quando se trata do processo de construção da identidade: ela, mais uma vez, identifica-se negativamente. A constatação quanto à falta de oportunidades justifica, pois, a decisão de voltar para Brasília. Foi nessa época, conta, que voltou a morar com seus pais que, por sua vez, moravam de favor na casa de sua irmã, no Recanto das Emas. E como seria sua vida nova ao voltar a morar com os pais? Sua filha mais velha acabara de completar 4 anos de idade e, no trabalho, permaneceria transitando entre as três categorias de empregos domésticos: babá, diarista, empregada. Para a questão habitacional, “morar de favor em favor” era a única constante:

*Aí a gente ficava assim, ficava num canto, aí outro oferecia um lugar, a gente ia. ‘Ah, tenho que vender o lote’, ele mudava, eu e a minha mãe, a minha irmã, com menino. (...) meu pai e essa minha irmã, que também foi separada do marido, a filha dela, a filhinha dela, e tinha mais 2 irmãs, que moravam lá com a gente.*

O mal-estar habitacional poderia ser explicado por questões próprias ao processo de urbanização no Distrito Federal. A essa altura, não seria forçoso, contudo, observar o problema habitacional de Jocélia também como consequência do padrão familiar, um padrão delineado em função das inseguranças materiais de existência, a pobreza. Não está longe na memória a experiência do início de sua vida, na qual “a maior dificuldade” que impedia a instalação definitiva da família em um lote seria o grande número de filhos. A justificativa elaborada mudou, mas o mesmo padrão faz-se presente. Jocélia é adulta e volta a morar com os pais. Neste momento, a família original resume-se ao pai, a mãe, a irmã (com o marido agregado) e Jocélia. O número de crianças foi reduzido de uma geração à outra, mas essa mudança não parece ter sido suficiente para suprimir a carência de uma casa própria. Esse é um ponto importante. Sua análise, contudo, foge ao foco de interesse aqui posto. Mas Jocélia diz mais sobre essas condições:

*Ficou muito apertado, não tá – aí, minhas 2 filhas, não tinha condições, aí tinha um barraco assim do lado, aí eu fui pagar aluguel, foi nessa época que foi que eu mais sofri. Porque nessa época eu tava grávida, e a maioria das pessoas não dá serviço pra pessoas grávidas, não pode fichar... então a maioria das pessoas que... só os parentes mesmo, assim, que davam roupa pra mim lavar, passar, entendeu, agora as pessoas mesmo, assim... vizinhas da minha mãe, que me conhecia, dava serviço pra mim fazer,*

*mas as outras pessoas não davam serviço, eu tava grávida, como é que eles iam pegar, notava cada dia a barriga crescendo, então essa época foi que eu mais sofri, então tinha que... pegava qualquer coisa.*

E, então, há maior clareza: a necessidade de sobreviver era forte demais e Jocélia, que estava grávida e que não sabia fazer “nada”, precisaria agora fazer “qualquer coisa”. É um limite, uma pressão, uma determinação objetiva que trava a tensão entre mercado de trabalho e estratégias individuais de inserção. Por ora, interessa conhecer a solução da qual se lançou mão. O que faria Jocélia deste momento em diante? Há um aperto espacial, mas há também um aperto financeiro. Jocélia estava grávida e por isso lhe negam trabalho. Simplesmente “não pode ficar” ou “como é que eles iam pegar?”. Aos olhos dela, parecia justo que não houvesse trabalho, a culpa era dela. Essa é a nova realidade com a qual Jocélia precisa negociar para encontrar uma maneira de garantir o seu sustento. Seu futuro era uma incógnita. Certo era que ela, até então, não havia adquirido experiências profissionais, tampouco havia se qualificado em busca de assegurar, em algum patamar favorável, sua empregabilidade:

*Então eu sabia o quê? Lavar, passar, cozinhar, que era que eu fui fa... era fazer, era ajudar, igual eu trabalhei de ajudante de pedreiro, entendeu, e trabalhar.*

Uma vez mais, a solução seria recorrer às redes que se circunscrevem nos vínculos mais próximos, familiares, íntimos, privados. Entretanto, sua afirmação significa muito mais se a importância da socialização primária for considerada para se compreender sua experiência de socialização via trabalho. Há uma ordem familiar que se reproduz através da vida de Jocélia, que desde criança fora educada para desempenhar funções bastante específicas. Ela, que foi “aquela pessoa criada pra ser mulher, pra ser mãe, pra cuidar dos filho”, e que havia sido violentada e deixada pelo marido.

O excerto acima exposto é especialmente significativo porque sintetiza e exprime a implicação mútua entre questões tão fundamentais: socialização, gênero, qualificação e possibilidade de inserção no mercado. Jocélia é mulher, produto de uma socialização específica, e agora precisaria garantir a sobrevivência de suas filhas: negociar com o real para se inserir no mercado. Um mercado, como se viu, bastante seletivo, especialmente em termos de gênero e de qualificação.

Mas há um grande “porém” que não se pode deixar passar: trabalhar de “ajudante de pedreiro” foge completamente à ordem semântica dos trabalhos listados como tipicamente femininos, segundo a divisão social do trabalho! O que ligaria esse elemento aos demais? Do ponto de vista exclusivamente discursivo, a palavra “ajudar” é um conectivo suficiente. Desde

a primeira experiência de emprego, a trajetória de Jocélia é marcada pela realização de trabalhos “secundários”, de ajuda aos outros. Primeiro, fora babá-anexo na casa onde sua irmã que era empregada doméstica, e depois fora (re)revendedora dos produtos AVON, ou seja, entre outros já citados, esse trabalho também não era primariamente seu; ela ajudava sua irmã a revender os produtos. Agora ela iria ajudar o mestre de obras a levantar casas.

Dir-se-ia que há ainda algo mais profundo que poderia explicar a relação entre trabalhar de ajudante de pedreiro e sua socialização: seu pai era pedreiro! Havia um saber herdado, passado de pai para filha, e isso explica muita coisa. Percebe-se como “qualquer” trabalho não equivale de fato há um leque de infinitas possibilidades. O social restringe, constrange e delimita. E Jocélia acrescenta:

*Aí não ser, eu te falo sinceridade, a não ser prostituição, a não ser vender meu corpo, vender droga, o resto... o que mandava, tava precisando...*

Jocélia situa seus trabalhos “possíveis” no mais baixo nível da hierarquia social. Aos seus olhos, suas possibilidades de identificação aproximam-se do circuito dos trabalhos socialmente mais estigmatizados. São de fato tênues e frágeis as fronteiras entre o informal e o ilegal, e ela se localiza nessa zona do “qualquer coisa”: às margens do ilegal, do ilícito, do imoral. O “a não ser”, claro, resguarda sua índole nos limites da dignidade. Ela faria de “quase tudo” para sobreviver e, nesse sentido, o “quase” é um limiar absolutamente significativo. Julga-se pertinente retomar as considerações sobre a noção de autonomia, feitas outrora (GRIRARD, 2001), a fim de estender a reflexão. É possível depreender que, a partir dessa fala, é anunciado em alguma medida o peso sentido por Jocélia quanto às determinações sociais em sua experiência no mercado de trabalho. A restrição de seu espectro de escolhas é vivido por meio de uma construção identitária. A negatividade que obscurece o cenário no qual Jocélia se auto-situa em um tempo pretérito tem a ver, certamente, com os sentimentos de frustração e impotência. A autonomia tolhida remete, contudo, ao outro lado da moeda: a heteronomia. Ela, de fato, se acreditava coagida e sujeita a essa realidade degradante, uma prisão vivida subjetivamente. Nesse sentido, é possível refletir sobre o trânsito entre ocupações subalternas – no caso de Jocélia, subjetivamente vivido como sujeição às mais degradantes ocupações – como uma experiência relevante para se compreender o processo de desintegração social (a despeito da garantia em “mínimos” da sobrevivência econômica).

Volta-se, enfim, à ocupação propriamente dita. Como exatamente teria ela conseguido esse trabalho? O que mais ela revelaria sobre sua experiência de trabalhar como ajudante de pedreiro?

*um cara disse que tava, um ajudante dele não veio, um pedreiro. Aí eu sabia mexer, né, porque na época eu trabalhava... lá na Bahia a gente mexe muito com... a gente mesmo é que faz os tijolo, a gente é que faz o negócio pra fazer, construir as casa, a gente mesmo é que faz. Meu pai quando pedreiro, eu sabia. Aí eu trabalhei de pedre... de ajudante de pedreiro. Fiz massa, mesmo, traçado, peguei... pegava tijolo... eu trabalhei, essa época foi a época que mais, assim, mais me pré... eu acho, assim, que mais prejudicou meu corpo... O físico, porque mulher, você sabe, né? Mas na época eu não sentia nada, nova, né, ainda, né. Aí nessa época foi que eu fui trabalhar nisso.*

O fator “sorte”, o acaso, também está em jogo, e a decisão é fortuita. O encontro entre Jocélia e o pedreiro que precisava de um ajudante naquele exato momento é também contingente e, portanto, do ponto de vista analítico não parece haver muito o quê se dizer. Observaria, contudo, uma notável automaticidade em sua fala quando diz: “meu pai quando pedreiro, eu sabia”. Pode ser só o seu jeito de falar, mas o fator “aprendizagem” não pode ficar obscurecido. Ela mesma pontua que a peculiaridade do lugar de origem também tem um peso para a assimilação desse saber específico. Por fim, ela traz à tona um ponto nevrálgico que ancora a dissonância observada há pouco.

*(Eu trabalhei) foi um ano e pouco, quase anos. Um ano e pouco. Tinha que ser, sempre que aparecia um serviço assim, tipo assim, eles pegavam uma casa pra fazer, aí tinha que lavar a casa todinha, e entregar a casa limpa. Aí, aí ia lá... ia lá e fazia o serviço, pegava um mês, 15 dias, sabe, e deixa... e entregava a casa impecável. E a não ser isso, era trabalhando de ajudante de pedreiro. Foi a época que eu acho que mais, sei lá, que mais... mais prejudiquei o meu corpo... é muito, é muito pesado. (...) (Aí) eu tive minha filha (a segunda), né, com 30 dias que eu tive ela, eu já tive que pagar aluguel, então não tinha como eu esperar muita coisa não...*

Assim como se ressalvou para o tratamento da questão do abuso nos primeiros anos de trabalho, uma reflexão mais profunda seria também fundamental para abordar a relação entre o trabalho braçal e o corpo da mulher. Reconhece-se, também neste ponto, uma limitação da análise para lidar com essa questão tão cara às discussões sobre trabalho e gênero e, ainda com a questão do corpo e dos afetos, a relevância para a leitura sociológica já não pode ser ignorada. Jocélia acredita que os principais danos causados ao seu corpo feminino decorreram dos esforços excessivos exigidos nesse período. Hoje, os efeitos do descomedimento são sentidos mais fortes do que nunca e sobre isso se aprofundará adiante.

O tempo de trabalho é elemento que se faz notar. Primeiramente, observa-se a pouca duração no tempo total de “emprego”. Em segundo lugar, destaca-se a incerteza: os trabalhos “apareciam” e ela “não tinha como esperar muita coisa não”. Essa urgência pela sobrevivência já é conhecida: Jocélia não teria tempo a perder. Conforme se discutiu, sujeição à necessidade inadiável de se obter renda e a imprevisibilidade do mercado conferem ao

trabalhador uma experiência de extrema vulnerabilidade no trabalho, sem controle, sem qualquer previsão de renda e sem qualquer garantia futura. Além da precariedade, do estatuto informal e incerto do emprego, esse trabalho parece figurar antes como uma ocupação casual; porém, a frequência das oportunidades surgidas conferiu a ela uma extensão mínima no tempo (pouco mais de um ano). Frente à inconstância das demandas por trabalho, o vínculo solidário estabelecido entre os trabalhadores parece, portanto, fundamental para essa permanência na ocupação, ainda que seja mínima. Por fim, destacaria o fato de Jocélia desempenhar, em verdade, duas ocupações. Iniciou como “ajudante de pedreiro”, exercendo essa função recorrentemente, sempre que requisitada, e passou a ser também a encarregada da limpeza das casas. Também nesse trabalho, o serviço de limpeza é realizado, ratificando as tendências que impõem às mulheres tal atribuição e convergindo com as experiências anteriores dessa vida individual de trabalho. Esses seriam alguns fios para se aproximar do conjunto de incertezas que definem esse tecido social. Mais uma vez, tomaria as palavras de Bourdieu (1998) “a precariedade está por toda parte”.

Em relação aos padrões vigentes de precariedade extrema, seu trabalho não teria sido “tão” efêmero como se poderia esperar. Ela permaneceu nesse trabalho por uma porção razoável de tempo, tendo em conta o caráter totalmente imprevisível, eventual, e contrários às expectativas quanto à ocupação feminina na área da construção civil. A incorporação do trabalho de limpeza às suas atribuições justificaria o relativo sucesso dessa inserção. Ela punha a mão na massa, mas também fazia o trabalho que não era dos outros pedreiros, homens. Nesse sentido é muito significativo um autorreconhecimento positivo que faz quanto à qualidade do próprio trabalho: Jocélia entendia de limpeza e entregava a casa impecável.

Infelizmente, não se sabe quais foram as circunstâncias precisas que a fizeram mudar de trabalho. Pode-se, contudo, cogitar que o grande sofrimento vivido seria uma forte motivação para investir esforços na busca de um novo emprego. A essa época, Jocélia já havia dado a luz à sua segunda filha. Livre da barriga gestante, readquiriria “empregabilidade”, e poderia portanto pleitear novamente um emprego doméstico de diarista.

Em que medida o fato de Jocélia voltar ao trabalho de diarista poderia representar uma melhoria em suas condições de vida? A precariedade não desaparece. Pelo contrário, persiste. Em termos contratuais, a informalidade marca fortemente sua vida de trabalho. Como doméstica nunca fora fichada, conta:

*Nem em casa de família, teve uma casa de família que eu trabalhei quase 4 anos. Nunca me ficharam, minha carteira. Dava, assim, ele dava final de ano, ele dava 13º pra mim, ele dava... né, eu tinha... ganhava na época... acho que era um salário e*

*pouquinho que ele me pegava, aí ele dava, em dezembro ele me dava 13º, mas... fichar ele nunca me fichou, nunca me fichou não...*

Não é a primeira vez que o fato de Jocélia nunca ter sido fichada é enunciado. A primeira referência, do início da entrevista, atribuía as causas de tal fato à sua carência de estudos. Ao que parece, essa interpretação está em pleno acordo com a realidade sociológica descrita. Sabe-se como a baixa escolaridade é determinante para as possibilidades de inserção e como o grau de instrução das trabalhadoras domésticas é em geral baixo. Segundo pesquisa do DIEESE, em todo o Brasil, em torno de 60% dessas trabalhadoras completou o ensino fundamental (ou seja, têm menos de oito anos de estudo). No Distrito Federal, mais especificamente, esta taxa corresponde à 62,1%. Quanto ao salário, tem-se que o rendimento médio real mensal dos empregados domésticos homens e mulheres é, na média, 60% inferior ao dos assalariados e ao dos autônomos. No Distrito Federal, a proporção sobe para 78%. Infere-se da mesma pesquisa uma diferença entre o rendimento médio real mensal percebido pelas mensalistas com carteira, o qual supera o das sem carteira, que por sua vez, é maior do que o das diaristas.

Observando-se os dados esses secundários, pode-se inferir a distinção que se coloca entre as sub-categorias ocupacionais de diarista e de mensalista. Aqui, o dado quanto à diferença salarial faz pensar sobre as circunstâncias e motivações que levaram Jocélia a permanecer na atividade cujo nível salarial é o mais baixo. O fato explicaria-se principalmente por sua necessidade de cuidar das duas filhas. Segundo Jocélia, a maioria dos empregadores exige que se durma no emprego, para amortização das despesas que seriam gastas com as passagens. Para trabalhar em “casas de família”, explica a entrevistada, teria de permanecer durante toda a semana, com folgas apenas aos finais de semana. Sua remuneração seria mais alta, mas, nesse caso, não fora a motivação econômica a orientadora de sua escolha. E assim seguiu como diarista.

Ainda a partir desses dados, o que mais se poderia depreender da trajetória de Jocélia? Quais detalhes mais ela fornece de sua vida de trabalhadora doméstica? Em quantas casa teria ela sido empregada?

*(...) eu te ser sincera, eu não lembro. Não lembro porque foi muita casa, muita casa. Eu tinha a semana todinha, eu tinha o domingo todinho, de segunda a segunda. Teve época que era de segunda a segunda, eu não descansava. (...) Mais, mais de 15 anos, de diarista. Praticamente, foi o que eu fiz na vida, né... de diarista, né? O que... minha base mesmo, assim, foi de diarista. Em fazer, né, e passava pra outra pessoa, outra pessoa (...) era o dinheiro da semana. Tinha mês, assim, que eu não tinha um dia de folga. (...) Numa casa pra outra, me indicando pra outra, e eu pegava – precisando de*

*dinheiro, né, pagava aluguel, então, o que eu mais tinha era emprego de diarista.*

Mais de quinze anos de diarista, ocupação a qual Jocélia identifica como sua “base mesmo”.

Está em jogo aqui o tempo de trabalho como elemento de relevância ímpar para a dimensão identitária do trabalho. Conforme procurou-se explicitar na discussão teórica, tão maior seja o investimento de uma vida em função de uma atividade, tão mais profundamente dependerá sua identidade desse vínculo com o trabalho. Eis a socialização considerada a partir da experiência, a própria “base”; ela fala daquilo que lhe serve de fundamento. Falar do tempo que trabalhou é falar dos fatos, do cotidiano; enfim, do tempo vivido que subjetivamente assenta sua identidade.

Para melhor se apreender a experiência vivida, faz-se válida ainda a aproximação dos arranjos de seu cotidiano. Na condição de diarista, Jocélia trabalhava em várias casas e, até onde pode se lembrar, a soma dos rendimentos mensais superava o valor de um salário mínimo. Trabalhava em duas casas fixas e contava ainda com rendas eventuais de faxinas em outras casas, quando aparecia a oportunidade. A renda familiar era organizada de modo que o dinheiro fixo destinava-se prioritariamente ao pagamento do aluguel. O restante da renda, em geral recebida semanalmente em pequenas quantias, por sua vez destinadas aos gastos imediatos. E assim sobrevivia Jocélia, com o mínimo disponível para que vivesse uma semana de cada vez. O que mais teria ela a dizer sobre sua ocupação de tantos anos?

*as pessoas que trabalhava gostava do meu serviço, entendeu? Aí dava muitas coisas pra minhas filhas, me ajudou muito, sabe, ajudou cesta, ni cesta – nossa, eu gostei demais, foi a época que eu mais gostei. (...)*

Considerando-se o que ela diz anteriormente - quanto à intensidade do trabalho (sem um dia de folga em um mês inteiro de trabalho!), à precariedade do vínculo (informal a vida inteira!) e à instabilidade da renda (de uma remuneração baixa) e da mobilidade entre empregos - soa estranha e, e até contraditória, sua avaliação positivada. Contudo, para os parâmetros que tinha, relativos às condições ainda mais debilitadas de inserção no mercado, a possibilidade de consumo somada à ajuda habitual que recebia em doações das famílias seria justificativas suficientes para o seu contentamento.

A época em que se separou do segundo marido é narrada como a época mais difícil de sua vida adulta e, aos seus olhos, essa fase seria de certo modo definidora de seu destino de trabalho pelos próximos anos. Jocélia-mãe, que deixa sua identidade de Jocélia-esposa, precisaria agora trabalhar em dobro pelo sustendo das filhas. Além de trabalhar mais do que

nunca, ela exige o pagamento de uma pensão por parte de seu ex-marido por intermédio do sistema judiciário. Conquanto o valor mensal fosse irrisório (algo em torno de R\$20), conta ter sido uma ajuda que fez diferença. Com o passar do tempo, o valor da pensão aumentaria em função do aumento salário do marido. Até hoje filha recebe uma quantia de R\$370, uma renda essencial para o orçamento familiar.

Jocélia à época morava no Recanto das Emas e se deslocava diariamente até a Ceilândia para trabalhar. Esse trabalho não significava somente mais um trabalho, ele tinha um sentido especial de “sobrevivência”. Recém divorciada do segundo marido, Jocélia passava por uma fase especialmente delicada e sentia-se vulnerável. O trabalho oferecido a ela significava, antes de tudo, uma grande ajuda vinda do casal de amigos de seu ex. Eles a ajudariam a se sustentar, e ofereceriam a ela a oportunidade de dois empregos: além de trabalhar no trailer, ela faria “diária” uma vez por semana na casa de sua empregadora. Ela teria agora dois trabalhos diferentes, contratados informalmente pelo mesmo empregador.

Desde já, observa-se como o serviço doméstico se faz novamente realidade em sua trajetória. Enquanto trabalhava com “algo diferente”, servindo no trailer, Jocélia não abandonou o serviço de diarista. E mais uma vez é pertinente trazer à tona as especificidades pontuadas com relação a essa ocupação: a baixa qualificação, o trabalho feminino e uma certa “imobilidade”.

À luz das trajetórias, tanto de Mariana quanto de Jocélia, seria talvez pertinente ponderar que o termo “imobilidade”, se considerado em seu sentido estrito, talvez não faça juz absoluto à realidade vivida por essas trabalhadoras. De fato, fica evidente a constância da ocupação: seja na condição de diarista, seja na de cozinheira, ambas as trabalhadoras têm a ocupação como um ponto de apoio, uma alternativa constante (conquanto não desejável), ao longo de suas trajetórias profissionais. Não obstante, em ambos os casos, o resgate das histórias de vida indica, sim, mobilidade entre ocupações diversas ao longo de seus percursos no mercado de trabalho. O que se pretende ponderar é que, se, por um lado, a ocorrência perene faz do trabalho doméstico de fato uma “opção” destacada para as mulheres com baixa qualificação, e ainda, supõe uma forte identificação com as atribuições do ofício; por outro lado, as estratégias são orientadas de modo a incluir possibilidades de inserção para fora deste meio, sejam elas melhores ou com um *status* igualmente desqualificado. Isso possivelmente descaracteriza sua representação como uma “inevitabilidade”. Conforme sugere a bibliografia, as projeções futuras de ascendência são constantes, ainda que a mobilidade real se dê entre ocupações subalternas.

Chama atenção novamente a informalidade do contrato de trabalho. Naquele momento de grande dificuldade, o trabalho teve o significado de uma “grande ajuda” vinda de um casal de conhecidos do seu ex-marido. Ao ver da empregada, a mulher, sua patroa, era antes de tudo sua amiga. A relação de amizade justificaria nesse caso a dispensa de uma vinculação regularizada para o seus empregos, tanto no negócio da rua quanto na casa da amiga. E como ficariam acertados seus pagamentos?

Jocélia era remunerada de duas formas. Primeiramente, era pago a ela um valor fixo mensal pelas quatro diárias às quintas-feiras. Embora o contrato não fosse formal, era uma renda certa que dava a ela uma segurança para pagar o aluguel de seu barraco ao final do mês. Quanto ao trabalho no trailer, às sextas-feiras, aos sábados e aos domingos, o pagamento pouco tinha a ver com um assalariamento. A renda, portanto, era incerta e até arbitrária. De acordo com o combinado, ela ganharia ao final dos dias de trabalho uma quantia proporcional ao rendimento do trailer. Se o movimento fosse bom – como costumava acontecer, por exemplo, no começo do mês – ela disporia de um “dinheirinho a mais”. É relevante observar que Jocélia não sabia, contudo, qual era o montante diário recebido pelo caixa e tampouco tinha noção dos lucros rendidos ao negócio. Nesse caso, não seria forçoso apontar a precariedade dessa relação de trabalho: para além da desproteção a qual está exposta pela ausência do Estado, o valor da força de trabalho é indefinido. Uma vez que os termos do pagamento não são previamente estabelecidos, sua definição a cada momento está sujeita à arbitrariedade de sua empregadora.

Veja-se melhor. Como parte de seu pagamento contavam ainda as “gorjetas” oferecidas a Jocélia por seus clientes. Na maioria das vezes, elas eram contabilizadas em produtos (cervejas, espetinhos, etc.) e não em dinheiro, mas Jocélia negociava com sua amiga-chefe para converter monetariamente essa parte do pagamento.

*(O salário) de vendedora variava, porque vendedora não tinha aquela coisa assim, fixa, né, quando vendia muito – é, era mais porcentagem, entendeu, não tinha aquela renda fixa, aí ela me dava... (...) É, (dependia) da venda, o que a gente tirava, não tirava pra mim e me dava: ‘Ó, se semana vender muito, vendendo pouco, vou te dar tanto’, era assim, não tinha muita... ela (a patroa) só falava assim: ‘Ó, esse mês eu vou te dar a mais porque eu vendi’, mas ela não falava quanto, eu não sabia nem quanto ela recebia, o quanto ela tinha vendido, né. Eu trabalhava pra ela, então eu acatava. Ela falava só: ‘Ó, esse mês nós não vendemos muito não, então, eu vou dar só isso aqui’. Eu lembro que na época era, o quê, era 40... 40, eu não sei se hoje, se comparando com hoje era 40 reais quando ganhava pouco e até 100 reais quando ganhava muito. (...)*

*Porque, tipo assim, às vezes as pessoas não me pagavam também, pagavam cerveja pra mim, aí eu não bebia. Aí ela me dava: ‘Ó, você arrum... não sei quem pagou 4 cerveja pra*

*você’, aí eu pegava, pegava e não bebia ‘Não, prefiro dinheiro’. Aí ela pegava e me dava. ‘Ó, fulano deixou aqui pra você pago 3 espetinho aqui’... aí preferia o dinheiro, aí ela pegava e me dava. Pra mim era mais fácil, né, que eu pegava o dinheiro, né, aí comprava leite, a passagem, depois já comprava o leite pras menina... entendeu?*

Tratando-se de uma sociedade capitalista, o dinheiro enquanto remuneração para a compra da força de trabalho seria regra. Mas não nessa ordem, nessa lógica do informal. Ela preferiu o dinheiro, mas, por essa lógica, “nada de absurdo” haveria na possibilidade de pagamento ser feito em cerveja. Seria ainda interessante observar como na trajetória de Jocélia é evidente – mas uma vez, como foi na vida de Mariana – essa força dos laços informais. Informais não apenas no âmbito regulamentar, ou da ausência de contratos formais de trabalho, Trata-se da indistinção entre o “público” e o “privado”, da inevitável imbricação entre as relações pessoais, familiares e afetivas, e aquelas que seriam, a princípio, minimamente “impessoais”: as próprias relações profissionais. É oportuno, talvez, aprofundar-se um pouco mais nesse ponto, porque ele ajuda a elucidar melhor a relação entre subordinação e vulnerabilidade que envolve Jocélia.

Conforme aponta Cardoso (2010, p. 358), há, em casos como este, uma ambiguidade latente. Coloca-se em jogo uma *distinção problemática* entre, por um lado, o vínculo de proximidade, de respeito mútuo e de reciprocidade, logo, da relação horizontal, e, por outro lado, aquilo que se colocaria como relações de trabalho, de reconhecimento e respeito, mas que não são de reciprocidade entre “iguais”. É uma relação de poder, onde há uma estrutura hierárquica expressa em claras posições estruturais: uma de dominação e outra de subordinação. Poder-se-ia dizer que é algo inerente ao caráter do trabalho doméstico. Por fim, é possível notar que a prevalência dessa tensão entre as duas qualidades que permeiam essa relação se fez sentir no momento da saída. Foi dito que a amizade datava de outros tempos, desde quando era casada. Apontou-se também para o significado de “grande ajuda” que a oferta do trabalho teve para Jocélia. Há o constrangimento de uma “dívida” que se faria sentir no emaranhado dos afetos presentes. Como?

*Quando eu ia fazer faxina lá no Recanto, ele ficava jogando piadinha, querendo ficar comigo. Aí eu falava com ele mesmo, pra ele respeitar a mulher dele, pra ele trabalhar, meio turno, não sei o qu... falei mesmo. Aí até houve um dia que eu fui trabalhar e ele tentou me beijou a força, lá no Recanto. Aí eu peguei e falei com ela que não ia mais trabalhar lá, que eu tava cansada, e tal... eu não quis falar pra ela, né, realmente.*

O impasse: Jocélia estava sendo assediada pelo marido da mulher que tanto a tinha ajudado: “*ela fazia cesta básica, ela pedia ajuda, fazia rifa, lá no trailer pra me ajudar*”, além disso, tinha sido testemunha em sua separação e tinha a acolhido em um momento de grande

dificuldade. Era sua “*amigona mesmo*”, e Jocélia decide não contar.

*Aí como eu vou falar pra uma pessoa dessa, gente, que o marido dela tava tentando...  
você já pensou?*

Fora fisicamente assediada pelo marido de sua patroa (seu patrão) enquanto faxinava a casa. É fundamental se conceber que, sim, trata-se objetivamente de uma situação de trabalho. O assédio, porém, ocorria de modo velado também em época anterior, quando as relações ainda não eram de trabalho, mas apenas de amizade entre os casais. Na fala de Jocélia, fica clara a indistinção entre as coisas. Menos por “coincidência”, e mais pela natureza ambivalente do vínculo, também o motivo de sua “demissão” teria a ver com assuntos “pessoais”. Não foi algo que ela tenha significado (subjetivado) como um incidente no trabalho, um assédio sexual – como havia sido outrora, quando tinha 14 anos. É relevante se ter em conta essa imbricação inevitável entre as duas esferas, que define, em alguma medida, a sociabilidade de Jocélia em sua trajetória de trabalho. Mais importante ainda parece ser a discussão sobre como eventos assim, expressões de uma sociabilidade específica, repercutem para a construção identitária de Jocélia enquanto trabalhadora. E aqui nos deparamos com a complexidade do “real”, cujo sentido pode ser lido a partir das contradições que o permeiam.

Não seria pertinente à discussão sociológica discutir o mérito dessa relação específica entre Jocélia e seu empregador. Vale a pena, entretanto, refletir sobre esse tipo de sociabilidade pela qual não há uma distinção entre o que é relação de trabalho e o que não é. Mais especificamente, para o presente trabalho, cabe pontuar como essa socialização, na qual a informalidade se apresenta com tanta força, produz significados particulares para a vivência de situações no trabalho, e reproduz uma condição de subalternidade quase absoluta. O desfecho: a esposa descobre, há uma violenta briga conjugal e Jocélia fica sem trabalho. Nesse sentido, retomando o que foi dito, não surpreende ainda que, ao ver-se novamente desempregada, a “opção” de Jocélia tenha sido voltar a trabalhar como diarista. Para Jocélia, que precisava cuidar das filhas, ser diarista “era mais fácil”, por permiti-la voltar para a casa para cuidar do lar.

Algum tempo depois de divorciar-se do segundo esposo e de trabalhar no trailer por 4 anos, Jocélia conhece um homem, viúvo há 10 anos, mais velho, irmão de seu cunhado. Jocélia, que havia passado dez anos “sem ninguém”, “se junta” e vai morar com o companheiro no Gama. Nessa época, ela ainda trabalhava de diarista, mas sua remuneração, somada à pensão do ex-marido, era pouco para o sustento de sua família. O novo companheiro era um homem bom. Bom e simples, considera Jocélia. Uma nova união

significaria, pois, uma nova gestão familiar para a renda obtida. Como passou a ser? Ela conta que quanto ao consumo doméstico ele garantia o básico e não fazia questão de nada mais além de arroz, feijão e carne. Mas Jocélia fazia!, conta:

*Foi, porque... foi,. Porque, tipo assim, eu morava com ele lá, ele comprava... é porque, tipo assim, ele é uma pessoa muito boa. É uma pessoa assim, que compra arroz, feijão, a carne... e ta bom. Assim, tipo o básico, pra ele, assim, tendo arroz, feijão, esse negócio. E queria, você sabe como é, assim, quer um hambúrguer, quer uma coisa diferente. Muitas coisas, ele... eu queria fazer pras minhas filhas e não dava pra fazer, não dava pra mim comprar as coisas que elas gostava. (...) Ai foi quando a... a menina que trabalha aqui na biblioteca falou: 'Ó, lá tem... a faculdade lá ta precisando de faxineira e tal', eu falei: 'Ai, é uma área que eu entendo' aí eu falei, só, porque na época tava precisando só de faxineira, aí eu peguei e trouxe meu currículo, aí trouxe... conversou com a...*

Nessas circunstâncias, é fundamental que seja considerado o consumo como motivação essencial para a busca de um novo trabalho. Jocélia queria consumir mais e melhor e, para tanto, precisaria trabalhar para fora. Mais uma vez, é a rede de pessoas próximas que traz a possibilidade de inserção no mercado. Observa-se, nesse ponto, como as oportunidades, contudo, estão circunscritas pelo espectro de possibilidades coerentes com certo lugar no social, com certo nível de qualificação. Não seria irrelevante observar como a experiência com a limpeza aparece profundamente arraigada à identidade de Jocélia enquanto trabalhadora: permanece como o elo entre um trabalho e outro. Um elo que persiste, apesar de outros trabalhos terem sido vividos, a permanência desse “saber fazer” é especialmente significativa. Jocélia foi revendedora, foi ajudante de pedreiro, foi vendedora no trailer, foi atendente na padaria e, como se procura mostrar, cada uma dessas ocupações diz hoje um pouco sobre quem ela é. De fato, poder-se-ia cogitar que, em alguma medida, o primeiro emprego de doméstica influenciou suas possibilidades de mobilidade, no caso, de modo a limitar uma ascendência. De qualquer modo, importam aqui as ressignificações de cada uma dessas experiências, tomadas todas em conjunto que definem, hoje, quem ela é.

Volta-se às motivações para a inserção no mercado. São mobilizadas, pois, em seu discurso, no mínimo três motivações principais para "mudar de emprego" e conseguir outro trabalho. A partir de desejo de consumir, poder-se-ia inferir também a busca por autonomia pela renda. Por fim, falar em inserção tem um significado bem específico: Jocélia, que passou a vida à margem da formalidade, agora tem à vista uma possibilidade real de inserção no mercado de trabalho formal. Isso significa que ela busca também segurança, tanto no aspecto material, quanto no social (a tão almejada proteção!).

Aproveita-se o ensejo da temática em questão para se propor uma breve retrospectiva, com vistas a identificar e discutir brevemente a presença do Estado na trajetória profissional de Jocélia. Esse exercício é fundamental uma vez que se pretende discutir também a cidadania via trabalho, sem dúvida um quesito caro à construção identitária. Sem delongas, considerando-se o que foi exposto até aqui, é possível intuir que tal presença faz-se praticamente nula. Nula se for considerado aquele vínculo clássico característico do Estado Social, pelo qual se dá uma relação contratual regulamentada pelos direitos do trabalho, permite ao trabalhador a realização da cidadania. Nesses termos, por jamais ter se inserido regularmente no mercado de trabalho, ou melhor, por nunca ter sido contemplada com um contrato formal por parte de seus empregadores, Jocélia, em toda sua vida entre ocupações diversas (entre empregos e desempregos), não usufruiu, por exemplo, do seguro-desemprego. Isso significa dizer que, em todas as situações de desemprego pelas quais passou, ela jamais fora alvo de ações do governo no sentido de orientação, recolocação e, tampouco, de qualificação profissional.

Sabe-se, no entanto, que seguridade social é muito mais ampla que o seguro-desemprego e, em tese, contempla também aqueles incapacitados de trabalhar, ou os em condição de pobreza. Para não se correr o risco de redução do real com o forte termo “nulo”, é necessário pontuar duas experiências de Jocélia em relação à presença do Estado em sua vida no que diz respeito à esfera do trabalho. Por duas vezes, ela participou de programas sociais do “governo”. Em ambos os casos, a experiência foi frustrante, conta. Uma delas consiste na tentativa de adesão ao Programa Bolsa Família:

*eu me inscrevi no Recanto lá nesse negócio, do Bolsa Família, mas deu uma confusão danada. (...) Não, não deu certo não. (...) Quando eu cheguei lá... aí eu recebi 2 meses. Aí no outro mês tinha que recadastrar. Eles passaram aí na minha casa onde eu moro e cortaram. Simplesmente passaram! Aí eles falaram que não, que eu não enquadrava no programa, que eu tinha que correr atrás, mas na época eu tava trabalhando aqui, não podia estar faltando. Eu peguei e desisti. Só recebi 2 meses, na verdade eu recebi 2 meses. (...) É, 60 ou 70 reais mais ou menos, nem me lembro mais, acho que era 60 ou era 70 que era recebido. Aí...É muito complicado esse negócio do governo.*

A segunda ocasião foi a participação em um programa do Governo do Distrito Federal, cujos objetivos visavam a “inclusão social”, por meio do oferecimento de curso de qualificação profissional. Dentre os cursos oferecidos, Jocélia escolheu um curso de computação, e conta sobre sua experiência:

*Apesar que lá eu não gostei muito do curso assim não, eu achei... você não mexia no computador, entendeu? Só respondia o questionário (...) nunca tive aula prática. Aí até eu não gostei. Porque hoje em dia se você me falasse: 'Ah, faz isso aqui no computador', eu tenho curso, mas eu não sei mexer. Então eu não gostei. Eu queria muito fazer, vou fazer, vou ver se eu faço um curso mesmo, desses bem... pra mim entender, né... É, do governo, assim, ele falou que era do progra... ah, Programa de Inclusão Social.*

Poder-se-ia investir na discussão acerca da metodologia desse curso: no final das contas, nada se foi aprendido. Poder-se-ia também trazer à discussão a eficiência do programa no sentido de servir como auxiliar efetivo para a inserção do trabalhador no mercado, ou seja, questionar a adequação entre a demanda dos trabalhadores, as demandas do mercado e o tipo e qualidade dos cursos oferecidos. Esse, sem dúvida, é um aspecto fundamental para a análise crítica das políticas públicas. Para a presente discussão, contudo, o que parece fundamental é considerar o fato de que ambas experiências são representativas da presença pontual do Estado na trajetória profissional dos indivíduos. Nesse sentido, é possível refletir a experiência de Jocélia a partir da tese defendida por Cardoso (2010) quanto à sociabilidade “fluida” e a legitimação da desigualdade social (conforme se apresentou em detalhes na discussão teórica). Em toda sua vida de trabalho, ela não havia usufruído, nem ao menos tido acesso, a qualquer direito ou “benefício” provindo do Estado em relação ao seu trabalho. Ainda que tenha experimentado precariamente esses outros benefícios vinculados à seguridade, é perceptível que a expectativa quanto à obtenção de um emprego formal fez-se constante enquanto desejo e enquanto possibilidade “real”. Aqui destaca-se, uma vez mais, o vínculo fundamental entre cidadania e trabalho. Jocélia procurou o novo emprego porque queria a segurança que nunca teve. E ela fala de sua motivação:

*eu tava querendo, assim, mais segurança. Eu trabalhava de diarista, mas eu via que... o serviço fichado era mais seguro, que eu tinha... tinha a proteção, né, da lei, se eu, se eu.. tivesse doente, né, eu podia fazer um tratamento... aí eu trabalhava muito, chegava... o dinheirinho era bom, mas se a gente precisar do INSS, essa coisas, você não tem. Não tinha segurança, eu queria segurança, mesmo, pra mim e pras minhas filhas, foi pro isso que eu deixei de trabalhar...*

Foi quando soube, por intermédio de uma conhecida, que havia uma vaga para trabalhar com faxina em uma faculdade particular: "Ai, é uma área que eu entendo!", ponderou Jocélia e foi entregar seu currículo. Ela tinha a seu favor a indicação e, depois de passar por um processo seletivo (uma entrevista com o encarregado), foi contratada para a função de "auxiliar de serviços gerais". Havia muitas outras concorrendo à vaga, mas ela conseguiu o seu “lugar”. E assim, pela primeira vez, aos 35 anos de idade, Jocélia tem sua

carteira de trabalho assinada. O contrato era formal e não era vinculado a uma empresa de "intermediação de empregos". Seu contrato era direto com o da faculdade. E o trabalho, como era? Seria mais “leve”?

*Não, mais trabalho. Na época que eu entrei aqui, muito trabalho, Porque... era, a faculdade tava crescendo, e tinha muitas... tinham poucas, é... diarista... tinha poucas pessoas pra trabalhar, então a gente tinha muitos setores, a gente trabalhava muito, muito mais que na época que eu trabalhava. (...) eu achei muito cansativo, muito cansativo mesmo. Eu achava mais cansativo que na época que eu trabalhava de diária. De diária, não, que eu trabalhava de... de empregada.*

Assim, entende-se que, para Jocélia, a única diferença positiva entre um e outro é, de fato, “estar fichada”. Das vantagens do emprego em si, conta-se apenas o assalariamento formal. As duas horas para o almoço também são positivamente avaliadas. Ademais, o fato de morar próxima ao local de trabalho é considerado um privilégio, uma novidade para quem sempre se deslocou por horas de casa ao emprego. Quanto aos termos contratuais, estes lhe garantiriam ainda vale-transporte, se descontados do salário; não lhe conferem direitos à *ticket* alimentação, tampouco a um convênio que lhe dê assistência médica:

*pra mim, pra mim aqui mesmo, só foi mesmo... eu estar fichada, vou te ser sincera, porque... aqui, infelizmente, é assim, eles... a gente não recebe um salário, não tem o ticket? A gente não recebe o ticket. (...) Não, não tem ticket alimentação, não tem um convênio. Eu pensava muito na época por causa disso, que eu queria uma coisa, assim, que tivesse um convênio... (...) um plano de saúde. Mas aqui não tem. É igual ela (a chefe) falou, aqui não dá ticket, dá 2 horas de almoço, vale transporte, só se for eu paga, não dá também... aí s... ela foi muito franca: ‘Quer, quer’, não, ela falou: ‘É assim, assim, assim, quem quer, fique, pra entrevista, quem não quer, pode ir embora’.*

As condições eram essas e a ela restaria escolher: era *pegar ou largar*, e caso não estivesse disposta a aceitar (ou a se submeter, considerando a precariedade contratual), havia uma fila de outros desempregados dispostos a ocupar o lugar. Ela, em si, seria absolutamente “descartável” - essa é a ordem social da “lógica gerencialista”, nos termos de Gaulejac (2007). Nesse sentido, é possível identificar que, abaixo da superfície aparente de um diálogo banal em um emprego, há a regência de um ideário profundo que marca a organização social. Está implícito no discurso tanto o individualismo, quanto a luta pelos lugares que orienta indivíduos à competição: cada um salvando o seu, está em jogo a empregabilidade e ela corre risco de desemprego. É pertinente, pois, perceber a “desqualificação” implícita no discurso do empregador. E Jocélia, como ficaria diante das condições explicitadas? Ao que parece, ela sabia que era dispensável, precisava do emprego – não qualquer um –, um trabalho fichado.

Ela “pegou”.

Passados aproximadamente cinco anos desde o ingresso na função, Jocélia passaria a sentir o peso no corpo de uma vida de trabalho e os efeitos das condições precárias de trabalho, considerado insalubre. Poder-se-ia pensar sua situação como uma “ironia”, não do “destino”, mas da lógica social expressa na trajetória individual: Jocélia procurava segurança, a seguridade social por meio de um trabalho regularizado; passou a vida na informalidade e sua saúde a preocupava especialmente. Um emprego fichado corresponderia à satisfação de sua demanda por assistência. Se não obteria tal assistência diretamente por um convênio da empresa, significaria, ao menos, a possibilidade de acesso à proteção estatal em caso de necessidade. O universo de possíveis, a estratégia de inserção no mercado de trabalho, está relacionado à identidade de Jocélia enquanto trabalhadora. Pode-se perceber como as representações de Jocélia sobre si em negociação com as representações sobre o mercado foram significativas para motivá-la a pleitear a vaga no processo seletivo: ela se considera absolutamente “apta” para o trabalho com a limpeza – dessa área ela entende, afirma. Ao mesmo tempo, ela busca o exercício da cidadania, de seus direitos frente ao Estado. Os anos se passaram e Jocélia seguia sua vida de trabalho. Este viria a ser o segundo trabalho (depois da casa de Dona L.) no qual Jocélia permaneceria por mais tempo. E como foi esse tempo?

*Eu trabalhava, já tem... quando eu... 5 anos. Quando foi 5 anos, né, a partir de 5 anos que eu trabalhei aqui, eu comecei a forçar muito, forçar muito, aí eu comecei a sentir muitas dores, não tava em condições. Aí descobriu a minha diabetes, eu comecei a passar mal, não tava enxergando... (...) Aí da diabetes foi começando a gerar as coisas, como... a bursite, tendinite... aí com o... movimento repetitivo, foi 1 ano, 2 anos, eu não aguentei. Aí eu tava... pegava 8 dias de atestado, depois pegava mais 4 dias... e era muito, assim, perturbação, né, porque a gente não gosta, né?*

A situação de Jocélia estava muito complicada a essa altura, conta. Sentia-se incapacitada para o trabalho em função do adoecimento. E qual foi sua solução neste momento? Como Jocélia negociaria o conflito entre a mazela do corpo e a necessidade de trabalhar?

*Aí eu falei, cheguei na época e falei, que não tava aguentando trabalhar, assim, na limpeza, que tava sentindo isso, isso e isso, e a possibilidade de eu ir pra outro canto. Aí, como eu te falei, eu fui mandada (para outro setor). Mesmo assim, eu continuei... ah “pede conta”... vou pedir conta? 6, 7 anos na empresa? Não tem como... eu tenho bursite, tendinite, arrumei artrose, descobri da artrose, e pra completar, a fibromialgia, então eram dores insuportáveis. Eu fiz até uma coisa no coração, porque eu tava achando que eu tava com um problema seríssimo cardíaco, por causa da dor*

*no peito... deu problema no nariz, por causa desse produto, aqui também eu não posso com Q-Boa, até hoje, não posso com Q-Boa, no... nos pés, bactéria, porque eu trabalhei no laboratório... entendeu?*

A resposta da empresa foi negativa. Nada poderia ser feito para amenizar o sofrimento de Jocélia, essa é a lógica organizacional. Assim sendo, ela deveria procurar o INSS e pedir para “encostar”, o que significaria poder usufruir da seguridade do Estado Social. Pedir demissão não era, contudo, uma possibilidade. O trabalho, para Jocélia, além da segurança da renda e do papel estruturante de sua identidade, em termos de reconhecimento social, se colocava também em outros termos práticos. Sabendo das dificuldades a serem enfrentadas no sistema público de saúde, ela decide marcar uma consulta médica particular. E, nesse momento, o olhar do outro, um olhar legítimo do especialista, dá a ela um novo elemento para se reconhecer. O diagnóstico do médico a realidade de seu sofrimento e, mais, atribui a ele um sentido:

*‘Ó, se, senhora não parar... isso aí é a resposta que a senhora teve da época que a senhora tava trabalhando’, que eu falei pra ele meu serviço de diarista, a... o serviço de ajudante de pedreiro, de tudo. Isso, é, isso aí era a resposta do meu corpo!*

Nessa ocasião, um atestado médico permite a ela três meses “encostada” para realização do tratamento de saúde, fisioterapia. Não houve tratamento, pois o tempo na fila de espera superou o tempo do atestado. Entretanto, há um fato relevante quanto à renda:

*A primeira vez, a primeira vez que eu encostei foi muito mais do que o salário que eu recebia aqui, entendeu? A primeira vez eles me trataram direitinho, eu recebia, lá todo o quinto dia do mês tava lá o dinheiro.*

Ao voltar para empresa, contudo, Jocélia voltaria a exercer as mesmas funções de antes. Nada muda, a não ser o fato de muitas de suas colegas terem pedido demissão durante esse período. Isso não é banal. Poder-se-ia interpretar que, ao falar das demissões das colegas, Jocélia reforça sua narrativa sobre as condições precárias do processo de trabalho e sobre a forte pressão sentida pelo controle exercido pela chefia. Ao mesmo tempo, é possível inferir algum sentido implícito de impotência em seu discurso. Além do trabalho duro que ninguém aguenta, há de fundo uma impossibilidade de defesa coletiva:

*a maioria saiu, porque não agüentou, mesmo por causa da encarregada. (...) Você não tá dando conta? Você bateu o cartão, você trabalha, não importa se você doente, a lei dela é essa. Se você... se você tá doente, vai pro médico, mas se... aí se você traz os*

*atestados, não aceita os atestados.*

Muita coisa salta desse trecho e talvez a mais relevante para a presente discussão seja a denuncia em si: a organização lhe nega o reconhecimento de seu sofrimento e também a possibilidade de adaptá-la à atividade ou trocá-la de função. Isso é fundamental para a análise da identidade. O adoecimento relacionado ao trabalho gera sofrimento intenso, não somente pela dor física que torna torna o trabalho molesto, mas também pela angústia de ter que trabalhar com dor. Em parte, o sentido atribuído por Jocélia ao seu sofrimento mobiliza causas concretas: a vida de trabalho duro (especialmente nos tempos da construção civil) e as condições insalubres de sua ocupação nos últimos sete anos. Mas há uma dimensão, talvez menos evidente, que poderia-se inferir do trecho acima: novamente da questão do não-reconhecimento aparece associada ao sofrimento subjetivo.

Enfim, a maioria dos colegas saiu, mas Jocélia permaneceria; ela estava disposta a trabalhar. Contudo, havia sido advertida pelo especialista que, se voltasse àquelas mesmas condições de trabalho, às atividades de limpeza mais especificamente, os sintomas ressurgiriam. Dito e feito, conta Jocélia: *não deu um ano, eu tava do mesmo jeito, pior ainda!* Suas atribuições consistiam na limpeza de vários setores da faculdade em uma jornada de 8h diárias. Um trabalho cansativo, marcado pelo sofrimento: *e eu não aguentava, porque, você sabe, a artrose, ela dói muito, é.. e a fibromialgia.* Esta última impedia seus movimentos e a incapacitava para o trabalho. Em nova consulta médica, Jocélia se posiciona:

*disse que não tinha possibilidade de sair e tudo, que eu queria trabalhar, só que não dava... Aí chegou uma época que eu não aguentava mais. (...) 'Ah, então você tem que encostar' (diz o médico do trabalho), aí eu de novo tentei, ver se eu conseguia me adaptar... 'Não, não tem jeito, não aceito, não aceito, não aceito' (era a resposta da chefia).*

Jocélia estava em embate com a empresa. A prescrição médica era clara, e naquelas condições ela precisaria de repouso. A opção de antecipar a aposentadoria não condizia com a vontade de Jocélia. O resultado da negociação foi um atestado médico para sessenta dias sem trabalho. E assim foi. Mas ficar encostada não significaria para ela abrir mão da luta por seus direitos. Não acomodada, Jocélia buscaria a Previdência Social, que, segundo a prescrição, é: “o seguro social para a pessoa que contribui”. É uma instituição pública que tem como objetivo reconhecer e conceder direitos aos seus segurados. A renda transferida pela Previdência Social é utilizada para substituir a renda do trabalhador contribuinte, quando ele perde a capacidade de trabalho, seja pela doença, invalidez, idade avançada, morte e

desemprego involuntário, ou mesmo a maternidade e a reclusão. Sua missão é garantir proteção ao trabalhador e sua família, por meio do sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável, com o objetivo de promover o bem-estar social<sup>19</sup>.

*Só que... eu fui pro INSS, o INSS me ligou. Era isso que a gente tinha achado, quando você precisa... você, quando você recebe seu dinheiro, a primeira coisa que eles fazer é tirar, você, querendo ou não, contribui, agora, quando você precisa do INSS, eles se negam.*

Ao se contrapor o discurso institucional à fala de Jocélia, não se tem em primeiro plano o intuito político de denunciar aquilo que já é bem conhecido, a saber, a ineficiência do sistema. O que importa é refletir sociologicamente sobre o que está em jogo do ponto de vista identitário. Nesse sentido, resgata-se o conceito de cidadania, cujas atribuições estão fundamentalmente ligadas ao reconhecimento de um indivíduo perante o Estado. Conforme se procurou destacar na discussão teórica, o grau de cidadania realizado tem muito a ver com as possibilidades de acesso aos benefícios supostamente de direito ao cidadão pertencente ao Estado Social e de Direito.

*eu não to em condições de trabalhar lá na limpeza'. [...] peguei aquela bactéria também. Staphilococcus. [...] cinco tipos de bactéria que eu trabalhava nos laboratórios, no... nos pés, minha mão ficou da cor dessa pasta aí, preta, tava ficando preta.*

Os prontuários precedentes, segundo os dizeres da entrevistada, traziam registradas as provas sobre os mais de cem tipos de fungos e bactérias nos pés que conferiam realidade às suas enfermidades devido ao uso de botas furadas. Em relação ao processo de trabalho em si, o cotidiano descrito por Jocélia é marcado pelo risco e insegurança em função das condições insalubres. O risco que, na verdade, já não é risco, mas sim fato, e manifesta-se pelo adoecimento de seu corpo. Mesmo diante de todas as provas, os médicos da instituição pública não a reconheceriam enquanto trabalhadora incapacitada para o trabalho e, portanto, não receberia do governo auxílio algum. Jocélia se sentia profundamente injustiçada. E, para os casos de injustiça, haveria uma segunda instituição a qual poderia recorrer:

*Foi o que eu fui lá na Justiça Federal e coloquei. Aí passei 1 ano e 3 meses. Sem receber nada, nem da empresa, porque eu tava pelo INSS, a empresa eu desliguei, né, não podia... aí eu peguei, desliguei da... desliguei da empresa, não, continuei fichado, porque eles não podiam me mandar embora, que eu tava doente...*

---

<sup>19</sup> Discurso institucional da Previdência Social, disponível online:  
<http://www.mpas.gov.br/conteudoDinamico.php?id=1282>

No entanto, lá também experimentaria a decepção. Segundo o relato da entrevistada, os serviços de perícia médica da Justiça Federal lhe causaram mais insatisfação do que àqueles do Ministério da Previdência Social e, mais uma vez, suas limitações para o exercício das funções na limpeza não são reconhecidos por uma avaliação legítima vinculada ao Estado. Passado um ano e três meses, a resposta a Jocélia foi negativa. Consultar-se novamente com o médico da instituição seria seu último recurso. Mais uma vez, ela tem a ratificação em seu favor que, no caso, é a confirmação de sua impossibilidade: *‘Não, a senhora não tem condição de trabalhar na limpeza’*, confirmaria o especialista. O médico a informou que para o ano corrente, ela já não poderia contar com o auxílio da seguridade social (INSS), tampouco a quantia referente ao fundo de garantia (FGTS). Para o tempo de inatividade, a empresa suspende o pagamento do imposto. Orientada pelo doutor, sabia que sua situação era de grande vulnerabilidade, pois havia sido advertida: a empresa poderia mandá-la embora. Ela cogitava agora duas opções: ou tentar negociar individualmente com a empresa ou recorrer novamente à Previdência Social ou à Justiça Federal. Para compreender sua ação, é preciso compreender suas representações sobre essas instituições estatais:

*Não (confio), porque você já pensou? Você passa a vida toda, 7 anos, todo ano eles tiram do salário da gente. Quando eu preciso de um tempo, pra mim poder fazer um tratamento, não era nem pra eu me aposentar, era pra mim fazer um tratamento, é... o INSS... entendeu? É isso, é isso que... se fosse pra mim tirar, eu tirava. Se fosse uma decisão minha, se eu pudesse optar. O meu, o meu, e... o meu 13º, eu fiquei trabalhando poucos dias em dezembro, né, veio 53 reais, só, que eu recebi de décimo... eles já me tiraram 8 reais, o INSS. Aí eles sabem tirar. Aí quando é que vou ver esse dinheiro da gente? Você entendeu? A minha, a minha... revolta é só isso. Porque é um dinheiro que você paga pra quando você precisa encostar um pouco, gente. Por favor, né, você não é uma máquina, entendeu? Aí quando eu precisei do INSS, o juiz acatou a decisão, foi pior ainda. Agora eu não confio em justiça, em nada, só em Deus.*

Em relação ao Estado, ela se via sem saída e sua opção real seria a negociação com a empresa. Estava decidida a tentar e, lançando mão de atestado médico com validade de um ano, conseguira ser realocada em uma função diferente, cuja nova atribuição consistia basicamente na vigília diária do corredor de um dos prédios. Nessa nova ocupação, ela permanece a maior parte do tempo sentada, e seu trabalho consiste em registrar os passantes que têm acesso às salas. Seu salário diminuiu, pois perdera o adicional de insalubridade que encobria o risco: *Graças a Deus, porque na limpeza eu não aguento trabalhar mais!*, desabafa aliviada. Jocélia diz-se relativamente satisfeita com o desfecho do drama vivido nos últimos tempos. Contudo, a solução é provisória e seu futuro permanece incerto. Está exclusivamente

nas mãos da empresa deliberar quanto à sua qualidade e seu valor enquanto “capital humano”. Debitada como está, será Jocélia considerada útil ou descartável? Mas Jocélia não se vê como capital, *você não é máquina, entendeu?*, diz ela, em apelo ao reconhecimento de sua própria humanidade. Entretanto, o remanejamento futuro certamente não exclui a possibilidade de sua demissão, e ela sabe disso:

*Quanto tempo, só Deus sabe, aí ele me deu um atestado de 12 meses, pra ta lá. Porque tem 6, 12, 24 meses, o médico do trabalho que meu deu, de 12 meses. (...) depois de 12 meses, aí, aí o... a faculdade vai, aí eu não sei... se eu vou continuar, se vai me mandar... que...*

Faltam-lhe as palavras para descrever seu futuro. Subjetivamente, ela vive a ameaça do desemprego e, nesse sentido, poder-se-ia dizer que sua avaliação está em acordo pleno com os dados objetivos da realidade. Viu-se, no início da discussão, como a instabilidade e os movimentos intensos das trajetórias marcam entradas e saídas do mercado formal de trabalho, passando pelo desemprego, mas também pelo exercício de atividades diversas – lembre-se que essa é precisamente a marca que faz da mobilidade ocupacional uma forte expressão na ordenação do mundo do trabalho no Brasil (Guimarães, 2009). Em conformidade com tal constatação, Cardoso (2010) identifica esse padrão de sociabilidade, pelo qual o assalariamento formal figura como experiência efêmera para a maioria dos brasileiros ao longo de suas vidas. Tendo em vista os critérios de empregabilidade, o fato de Jocélia ter 45 anos de idade não é nada irrelevante, pois os dados objetivos comprovam que, a partir de certa idade (até os 40 anos, em geral), tendo perdido seu emprego formal, as chances de conseguir uma reinserção por meio de um contrato formal são diminutas, cada vez mais. O autor ressalva que isso não significa a anulação das possibilidades de obtenção de outro trabalho, mas as probabilidades são maiores para as ocupações e empregos informais. Embora não conheça os dados da realidade assim postos, é fundamental reconhecer que a realidade objetiva é subjetivamente vivida. Jocélia reflete sobre o que vive e, quando questionada, é capaz de atribuir sentido a isso. Sua narrativa pondera ações tomadas e ações possíveis.

Nesse sentido, em referência ao desfecho do caso individual de Jocélia, o que parece importante salientar são as consequências do sentimento de impotência, expresso por seu “medo” em relação ao futuro. Do ponto de vista discursivo, alguns indícios para a compreensão já foram considerados. Mas se subjetividade não é só discurso – o que mais se poderia arriscar inferir dessa escuta? Se é oportuno conceber os afetos como espécie de “relógios da subjetividade”, haveria algum propósito, talvez, em se explorar os fundamentos

desse medo sentido. Ainda que se considere apta ao trabalho, ela se sente debilitada. Ela sabe dos riscos de demissão aos quais está sujeita atualmente e, por isso, sente grande insegurança. Simultaneamente, ao vislumbrar os prováveis desdobramentos futuros, a entrevistada cogita a si mesma uma situação de forte “vulnerabilidade” frente à dura concorrência do mercado de trabalho. Enquanto trabalhadora, ela sente-se em desvantagem perante a essa realidade ameaçadora. Jocélia estaria à deriva. Certo é que mudanças futuras repercutirão subjetivamente e o processo identitário continuará a se moldar enquanto reflexo das experiências vividas. Qual tipo de identidade se fará possível a ela? Disporá Jocélia de recursos simbólicos para uma identificação positiva? Sabe-se que o medo, as dúvidas e as incertezas não são sentidos exclusivamente por ela. Quais questões mais profundas, de interesse sociológico, estariam ocultas por trás dessa experiência?

Neste ponto, cabe explicitar essa dimensão política que se manifesta nas relações cotidianas. Tendo ainda por referência considerações de Cardoso (2010), retomamos algumas categorias teóricas discutidas na primeira parte. O autor traz à vista a complexidade do real quando aponta a dificuldade de se distinguir claramente “capital social” e “estrutura de probabilidades”:

O capital social, nesse sentido, nada mais é do que a estrutura social posta em movimento pela sociabilidade, que a tudo põe em movimento. (...) os fins da ação individual não estão dados de uma vez para sempre. Eles precisam ser constantemente negociados nos diversos campos de ação disponíveis aos agentes (ou constituídos por eles), já que em cada encontro, ao qual estes trazem sua história, materializada em seus recursos materiais e subjetivos, mobiliza a subjetividade de cada um, e esta precisa constantemente atualizar concepções próprias (...) (CARDOSO, 2010, p. 368)

Para cada encontro intersubjetivo, o autor chama atenção justamente para a historicidade que constitui a identidade social dos sujeitos, em função da qual se dá o sentido da ação. Importa ao autor trazer à tona o aspecto político referente às atualizações constantes no confronto com o real. Cardoso (2010) parece admitir a *consciência prática (para além da discursiva)*, conforme formulada por Giddens (2003). Assumindo-se que há alguma *arbitrariedade* na ação social (mais ou menos consciente e mais ou menos automática), fica ainda mais evidente essa dimensão política, pela qual os indivíduos buscam se fazer sujeitos a todo tempo. Nesse contexto teórico, é pertinente considerar que as trajetórias de Jocélia e de Mariana: “não estiveram planando na tensão superficial da estrutura de oportunidades representada pelas probabilidades de destino no ponto de partida de suas vidas. Elas atualizaram constantemente essas probabilidades, testaram-nas, referendaram-nas, negaram-nas, ampliaram seus limites, mesmo quando inadvertidamente, isto é, mesmo sem a noção

exata, todo o tempo, do que estavam fazendo” (CARDOSO, 2010, p.368).

Negociar com o real significa, muitas vezes, buscar objetiva e subjetivamente saídas que façam sentido. Se a experiência identitária, conforme viu-se, pressupõe em si um “paradoxo” (entre ser igual e ao mesmo tempo diferente, a existência humana como um todo complexo é em si marcada pela contradição (GAULEJAC, 2003). Jocélia gostava demais de trabalhar, sempre trabalhou! E o conflito atual impunha-se assim:

*eu gosto muito, tá aí uma coisa que eu gosto de fazer, é trabalhar, por isso que eu tava ficando doente, porque eu queria fazer minhas coisas bem feitas e não tava dando conta, entendeu? E isso aí tava me deixando doente, é, eu falava pra encarregada: ‘Não tou dando conta de fazer, não tou dando conta de fazer uma coisa que eu gostava de fazer’. Eu sempre trabalhei: lavei, passei, cozinhei. Chegava numa casa – cadê – chegava era 7 horas, saía 10 horas da noite. Lava.. limpava, deixava tudo limpinho, era uma coisa que me deixava feliz, eu gostava. (...) chegou uma época que num... que eu não tava mais em condições de fazer isso, entendeu? Então era uma coisa que tava me deixando doente... me deixando triste, entendeu?*

Trabalhar demais era a causa de seu adoecimento. No dizer que se segue, saltam aos olhos a questão do reconhecimento, que figura, mais uma vez, como categoria central enquanto possibilidade de identidade positiva por meio do trabalho realizado. Viu-se na discussão teórica, como o “não-trabalho” pode ter repercussões negativas na identidade, principalmente pela marca da “inutilidade” atribuída ao trabalhador. No caso de Jocélia, ela está dividida no presente: se, por um lado, quer encostar, por outro, também quer trabalhar. Para ela, trabalhadora desde os 13 anos, deixar de trabalhar não seria evento sem forte significado. Encostar, nesse caso, não significa querer ser “um encosto” ou “inutilizada”, mas ela sente os limites do corpo e procura um trabalho adequado a eles. Tais elementos parecem configurar uma realidade subjetiva e objetiva que se articulam em torno de elementos contraditórios. E, assim, ela segue em negociação com a empresa: está buscando, “correndo atrás” dos direitos que sabe ter por lei. Essa busca pelo amparo da proteção estatal parece, antes, um gesto libertador (ao menos até agora, enquanto projeto). Como será a vida depois disso é outra história, ainda por ser vivida.

O conflito poderia ser também colocado em outros termos: Jocélia sabe que poderia “encostar”. Ela sabe de seus direitos, sente-se mal e há muito sofrimento em seu trabalho. Tem legitimada sua má saúde pela atestação médica e identifica cada uma de suas doenças. Ela é capaz de dar nome ao seu sofrimento, pode saber o motivo e, a partir disso, atribuir sentido. Não obstante, suas representações apontam para a necessidade de se manter no “emprego fichado”. A necessidade se dá principalmente em função da possibilidade de aposentar-se futuramente pelo sistema formal de empregos. Ainda que, atualmente, demonstre

grande insatisfação com o sistema de proteção ao trabalho, ela não estaria disposta a abrir mão da luta por essa segurança. Mesmo com “mais trabalho”, “mais sofrimento” e “mais adoecimento”, aos seus olhos a carteira assinada ainda é melhor: ela “aguenta” agora em nome da segurança futura. Seria essa motivação a única? Surpreendentemente, ao final da entrevista, revela-se que haveria algo a mais marcando fortemente a persistência de Jocélia em continuar a trabalhar. Somente depois de relatar em detalhes todo seu sofrimento no trabalho ela traz à tona uma segunda justificativa para deliberadamente insistir em manter-se no emprego, a despeito de todos os transtornos físicos, da violência simbólica, das frustrações decorrentes do conflito.

*Quero continuar, quero trabalhar, entendeu, igual falei pra ela, eu quero trabalhar. Minha casa saiu, graça a Deus, minha inscrição do IW saiu, meu apartamento... Recanto, Riacho Fundo, nós não sabe nem onde. Ai... isso também pesou muito. Que eu falei que eu tenho que comprovar renda. Como que eu vou ficar desempregada... Ai foi isso o que, foi isso o que mim deixou mais assim, que eu fiquei mais assim, sabe? Não, eu vou tentar voltar.. eu vou tentar voltar, entendeu, a trabalhar.*

Esse fato mostra-se especialmente relevante se for levada novamente em conta aquela forte relação predominante entre Estado Social e trabalhador. Viu-se como a lógica contratual determina o acesso aos direitos vinculado à renda e condicionado à tributação; contudo, a desigualdade de acesso ultrapassa as instituições específicas à proteção social. No caso, tem-se em questão, o direito à habitação. Jocélia depende do trabalho para o financiamento da casa própria. Certamente não há novidade nisso, mas, para a discussão, esse detalhe coloca-se crucial, na medida em que tem significativo peso para a manutenção no conflito, para a orientação de Jocélia pelo ímpeto da servidão voluntária, da submissão às condições precárias de trabalho que têm repercutido em sofrimentos físicos e psíquicos.

Além das relações cotidianas estabelecidas, não há um envolvimento coletivo que permita à entrevistada uma identificação coletiva, institucionalmente articulada. Mas e o sindicato? Ela só sabe que tem um sindicato à disposição, mas dele não sabe o nome. Nunca procurou saber ou foi por ele contatada. Sabe apenas da existência de uma taxa descontada e não abre mão do pagamento, para poder contar com o apoio do sindicato em caso de necessidade. Vimos que o caso de necessidade já se fez presente! E por que não recorrer a ele?

*(...) é que eu fiquei com medo de bater de frente aqui com a faculdade, eu queria tentar resolver da forma mais... que eu queria trabalhar, ser da responsabilidade da faculdade, ser da minha responsabilidade, que eu queria... mas, infelizmente, eu não... na época, na época que eu adoeci eu não consegui ajuda, nem aqui nem lá no INSS, então ficou meio.. eu mesmo decidi mesmo, que eu fiquei 1 ano e 3 meses mesmo,*

*assim... botei na justiça pra mim mesmo, descansar e fazer meu tratamento, entendeu, porque eu não tava em condições de trabalhar.*

Entretanto, Jocélia sentiu medo novamente, e esse sentimento em tudo tem a ver com aquelas transformações no mundo do trabalho discutidas no segundo capítulo. O desencorajamento à articulação sindical faz parte do conjunto das mudanças pós-fordistas que, conforme viu-se, implicaram na desmobilização coletiva na esfera do trabalho. É sem dúvida um ponto relevante: no campo de seus possíveis de identificação, ela não reconhece o sindicato como uma identidade “adquirível” para ampará-la na negociação com o Estado. Especialmente no caso de seu sindicato, que contempla simultaneamente um conjunto heterogêneo de ocupações, a viabilidade de se cogitar a identidade profissional por meio de uma suposta identidade coletiva parece perder a credibilidade. Para o desfecho do caso individual de Jocélia, o que parece pesar como mais grave são as consequências desse sentimento de impotência, expresso pelo “medo”. Tendo em conta os afetos como espécie de “relógios da subjetividade”, pode-se considerar que a experiência subjetiva de Jocélia é atravessada pelo não reconhecimento do Estado e, nesse sentido, está em jogo a questão democrática.

Embora estas relações de trabalho sejam regidas pelo vínculo formal, muitas são as dificuldades narradas pela entrevistada. Jocélia está doente e precisa de tratamento. Mas o fato é que, entre idas e vindas, ela não tem conseguido, até o momento, lançar mão de proteção institucionalizada. Isso está diretamente em acordo com a tese de Cardoso (2010), quanto aos direitos sociais figurando como “expectativas” (que persistem e, mesmo frustradas, são contrapeso às incertezas).

Durante o período enquanto o processo transcorria na Justiça Federal, a sobrevivência e segurança material de Jocélia seriam garantidas por seu marido. A união com o parceiro é estável e já completa 14 anos, mas Jocélia considera que mora “de favor” na casa própria de seu companheiro, um homem mais velho (70 anos). Ele é o dono da casa. É aposentado, faz uns bicos de pintor e recebe uma pensão de sua ex-esposa. Além do casal, estão agregados o enteado (com a esposa e o filho) e ainda as duas filhas dela que têm 18 e 20 anos. Moram todos juntos, mas a renda total e as despesas são divididas.

A renda atual da família de Jocélia gira em torno de R\$ 2.800,00. A quantia é a soma do rendimento dela de R\$ 700,00 (pouco mais de um salário mínimo) com o do esposo de R\$1200,00 (pensão de viuvez mais a aposentadoria) e mais o salário da filha mais velha, R\$800,00, e sua pensão alimentícia, cerca de R\$380,00. Embora o marido faça alguns bicos, a

renda mensal não sofre grandes variações e, portanto, há alguma segurança. Na ocasião da entrevista, contudo, a entrevistada vivia uma situação atípica. Depois de 1 ano e 3 meses “encostada”, acabara de voltar ao trabalho para assumir uma nova função e, por não ter completado o mês inteiro, teve um desconto em seu salário.

Das filhas de Jocélia, a mais nova ainda estuda, reprovou no ensino médio e agora frequenta um curso supletivo. A filha mais velha de Jocélia foi ainda criança diagnosticada com esquizofrenia, e isso é um aspecto importante para que se possa compreender com maior propriedade a vida de trabalho da entrevistada. Embora já tenha concluído os estudos e esteja empregada no comércio, sua filha demanda sempre cuidados especiais e ela precisa estar sempre à disposição para apoiá-la. Não raro precisa sair às pressas para auxiliar a filha em meio a um surto psicótico ou uma crise de delírios de perseguição, que pode surgir a qualquer momento. Além disso, o acompanhamento é frequente e, de fato, tudo isso repercute em seu trabalho, de modo a limitar seus horários. Quando empregada como diarista, suas possibilidades de obtenção de renda eram tolhidas. A trajetória profissional de Jocélia, além da dupla jornada, fora marcada por essa exigência constante de cuidados com a filha.

Hoje, Jocélia cumpre uma jornada de trabalho de 44 horas semanais. Somando-se a esse tempo as horas despendidas com os afazeres domésticos, a entrevistada considera praticamente nulo o seu tempo livre. Nulo porque, quando não está trabalhando, em casa ou fora, participa do culto, por duas horas aos domingos, e do grupo de canto das senhoras de sua igreja, às sextas-feiras, também por duas horas. Ela é protestante, filiada à Assembleia de Deus. Até onde se pôde averiguar, o vínculo com a igreja também figura como uma importante referência para a inserção comunitária de Jocélia. E ela explicita seus desejos atuais:

*Eu queria mesmo me aposentar por causa dessas doenças, por causa disso, eu queria ter minha aposentadoria pra mim ter o salário mesmo, entendeu? (...) então eu tenho vontade mesmo, é duas coisas: é fazer o curso de computação que eu vou fazer, também terminar o meu estudo, eu quero muito, é que eu tenho uma certa dificuldade com matemática. Nossa matemática é muito complicado, muito complicado... aí eu vou ver se eu termino, vou não – vou ver não – vou terminar, terminar matemática pra acabar, finalizar essa fase (...) É uma coisa que ficou faltando na minha vida, sabe, eu terminar meus estudo, coisa que eu falei que ia voltar, né? Agora minhas filhas já tão estudando, já tão encaminhada... eu fiquei, fui ficando, por causa da... os filhos... a oportunidade, entendeu? Que tem umas oportunidade, faculdade, trabalhar, entendeu?*

Absolutamente compreensível. Viu-se que a motivação principal dos pais para migrar para Brasília foi certamente a expectativa quanto a melhores condições de vida. Viu-se,

também, a centralidade do trabalho para esse deslocamento da família no território nacional. Sociologicamente, lê-se a *fluides social*, com uma conjunção dos diversos fatores, que marcam não o movimento por si, mas principalmente a insegurança (material e social), as trajetórias de instabilidade. Para a Jocélia e sua família, as idas e vindas para a Bahia acompanham os movimentos de entrada e saída no mercado de trabalho, entre o formal e o informal, entre uma ocupação e outra. Assim, como que fechando o ciclo de uma vida, resgatando a identidade dos pais, para os quais a mobilidade também foi uma realidade, Jocélia manifesta sua vontade de voltar para a terra natal. Ela quer viver no interior, onde a vida é mais barata, mais tranquila e agradável. Jocélia relembra com grande nostalgia sua infância junto às raízes familiares. No entanto, não é somente a saudade dos tempos em que passava as férias na roça com a avó que a remetem a esse universo. Não seja esquecida a boa recordação do “melhor emprego”. Ao ser questionada sobre com o que trabalharia, não há hesitação em responder: na padaria!

É um projeto para o fim da vida. Ela vislumbra a possibilidade de finalmente livrar-se do sofrimento e dificuldades que marcou e ainda marcam sua trajetória de trabalho. Dir-se-ia que a expectativa quanto à aposentadoria ganha destaque para suas projeções futuras. A possibilidade de aquisição da casa própria sem dúvida representa uma motivação relevante, embora haja uma reorganização: em seu sonho cor de rosa, ela projeta a velhice na Bahia. Atualmente, ela mobiliza seus recursos financeiros para a compra de uma habitação definitiva no Distrito Federal. De qualquer modo, o que importa é o “sentido” de suas estratégias, mais especificamente no mundo do trabalho. Parece oportuno sugerir que a crença no acesso a esse benefício da seguridade social é o que motiva mais fortemente a “resistência” de Jocélia frente à deterioração de seu corpo, ao sofrimento psíquico, e à precariedade de suas condições de trabalho. E isso é muito importante se são levados em conta os argumentos tecidos por Cardoso (2010), quanto aos direitos do trabalho e seu papel na manutenção das desigualdades sociais. O que seria estar protegida afinal?

O que finalmente chama a atenção são as prioridades de Jocélia para o fim da vida: terminar os estudos e fazer um curso de computação! O peso da valorização da qualificação “supera” as motivações individuais em função do interesse econômico para o alcance de bons postos no mercado. Assim como para Mariana, ao “fim” da vida importa para Jocélia estudar. A busca incessante por uma identidade positiva. A busca do “sujeito humano” que, nas palavras de Enriquez (2001, p. 34) “é aquele que procura romper com a clausura social e psíquica, para se abrir ao mundo e tentar transformá-lo”. Insiste-se na ideia de que todo

indivíduo (totalmente pré-formado e definido pela sociedade) sempre tem em si os recursos para se libertar das malhas do social, ou seja, tornar-se sujeito. E assim, compreendendo as determinações sociais, tem-se que a iniciativa de transformação surge como projeto voluntário no cotidiano dessas duas mulheres. Quando se considera a relatividade do peso da estrutura – e, por outro lado, a reflexividade do indivíduo - permite-se que o olhar seja direcionado para essa “busca por autonomia”, componente fundamental da dinâmica política pela qual se desdobram os processos de socialização social. Para a reprodução ou para a mudanças as lutas estão presentes.

Enfim, dizer que a dimensão política é fundamental à sociabilidade é basicamente afirmar que: *há um modo pelo qual as expectativas mútuas são confrontadas, testadas e negociadas* (CARDOSO, 2010, p.367). Isso se dá no cotidiano das relações sociais, no plano das relações entre indivíduos. Quando Jocélia desabafa seu descontentamento e, principalmente, sua desconfiança em relação à justiça estabelecida pela ordem jurídica vigente, ela toca no que parece ser o coração da questão. Há um embaraço, um nó, uma crise de sentido decorrente desse confronto entre expectativas mútuas: de um lado Jocélia, enquanto cidadã trabalhadora, e do outro o próprio Estado.

Arriscaria-se a afirmar que o dilema vivido poderia ser explicado pelo não “reconhecimento” de suas limitações para o trabalho, não só pelo Estado, mas também pela empresa. Eis, portanto, uma profunda questão de fundo que remete o pensamento a um plano mais abrangente, a saber, a questão da cidadania entre o “mercado” e o “Estado”. E como se delinaria essa relação entre o plano individual e o coletivo? Como a identidade de Jocélia poderia ser explicada pelo tipo de socialização que lhe é possível?

O desafio maior posto à presente análise sociológica, especialmente orientada por um olhar clínico, é justamente discernir o essencial para a compreensão de uma realidade social a partir de uma história singular. Durante o percurso analítico procurou-se promover algum distanciamento em relação a aos aspectos singulares da biografia individual, em prol de da compreensão do quadro mais amplo no qual ela está inscrita. Com maior ou menor sucesso, procurou-se ao mesmo tempo não diminuir as histórias de vida, pois parte-se do pressuposto que o vivido e a reprodução do tecido social realiza-se por aquela via de mão dupla, em que cada indivíduo é ao mesmo tempo produto e produtor de dada realidade.

Conforme Girard (2004), a noção da auto-estima pode ser compreendida para além da interpretação psicológica. O conceito transcende também a conotação “positivada” comumente associada a ele. A questão da auto-estima é também uma questão eminentemente

política, mas que tem recebido pouca atenção dentre os estudos sociológicos. A autora chama a atenção para as dificuldades investigativas que envolvem o tema: a questão da auto-estima está fortemente imbricada as relações de hierarquia social.

Viu-se no caso de Mariana, como em uma sociedade cujos valores definem-se a partir de critérios econômicos, também o valor de cada indivíduo tende a ser mensurado em quantidades de capitais, seja econômico, seja cultural: eles estão sempre combinados definindo um lugar mais ou menos privilegiado no social. Quanto ao plano individual, Girard (2004, p.2) coloca a questão assim: “*como pensar 'eu valho tanto quanto o outro', como pensar-se igual em direitos, em uma sociedade tão estruturada hierarquicamente?*”. O que parece está em jogo é a força de reprodução dos mecanismos de dominação e subordinação. Para aqueles situados nos domínios subalternos, vulnerabilizados, são escassas as possibilidades de “negociação com o real”, ou seja, da busca de uma transformação em sentido a aquisição de auto-estima.

Nesta linha de pensamento, refletir sobre as condições desiguais de inserção no mundo do trabalho significa, em termos políticos, pensar a própria realização da democracia. Segundo Girard (2004), a socialização coloca-se no centro dessa questão: a despeito da igualdade, as formas democráticas têm socializado indivíduos em condições desiguais de renda, capacitações, gênero, cor, idade, etc. A partir da indagação supracitada, poderia-se chegar ao que está em jogo para o tecido social. A idéia central é a de que a auto-estima (seja ela individual ou coletiva) é uma construção social e suas configurações espelham relações de poder. Situada no campo do poder (conforme pontuou-se no percurso analítico), a conquista da auto-estima é antes de tudo fruto de uma luta contra a dominação, que se dá ao longo do processo de socialização pelo qual se passa. Portanto, a conquista de uma identificação positiva transcende em muito aos desejo e força individual por uma identidade melhor. Aqui parece haver um fio preciso para a captura do nexos identitário entre os planos subjetivo e o objetivo.

Tanto na discussão teórica inicial quanto na análises biográficas (BOURIDIEU, 2008a), buscou-se evidenciar o processo pelo qual a dominação se faz por meio da naturalização das desigualdades, em relações nas quais o olhar do dominante é interiorizado pelo dominado. Uma vez visto tão de perto, não se poderia ignorar o sofrimento que permeia as histórias de vida que transcorrem sempre em busca de um identidade positiva. Do ponto de vista estritamente sociológico, pouco se evoca questões sobre o sofrimento ou sobre a auto-estima. Do ponto de vista da sociologia clínica, sugere-se uma motivação para o “recalque” de

temas tão caros: “esta pode ser uma 'escuta arriscada' pois nos leva a repensar a nossa compreensão do social assim como indagar sobre nossas pontencialidades e/ou limites de promover mudanças na estrutura social” (GIRARD, 2004, p.2). Nesse sentido, há algo mais sobre a dominação que careceria ser destacado sobre as experiências de socialização em análise:

Quando a integração ocorre na base da coerção, não há como eliminar o sofrimento, já que existe submissão e dominação. Os indivíduos se adaptam, mas são alienados, ou resistem e vivem tensões permanentes. Na alienação, o oprimido adota o ponto de vista do opressor, que é um efeito da socialização em sociedade de integração pela subordinação. Isso acarreta o perigo da frustração, de não ser reconhecido como um igual, mesmo diferente, e essa frustração se acumula de maneira extremamente tensa. Ora, o que podemos notar é que a integração numa ou noutra perspectiva se realiza num mecanismo ou de adaptação violenta ou de submissão violenta. A integração se dá num mecanismo de discriminações de trabalho manual/intelectual, de gênero, de idade e de raças, mesmo na democracia (GIRARD, 2004, p. 8).

Não se poderia ignorar as biografias: o que Jocélia reivindica é principalmente condições que lhe permitam uma identidade positiva. Jocélia se reconhece vivendo uma realidade tal com a qual precisa negociar constantemente. Sua ação individual faz-se possível dentro desse universo de possibilidades as quais ela reconhece. Ao confrontar-se com essa situação específica, ela mobiliza a partir do que ela é (ou seja, de sua história) os recursos para elaborar uma concepção atual sobre sua própria experiência. Poderia-se pensar a experiência individual no mundo do trabalho em termos de demanda por reconhecimento: primeiro perante à empresa e depois perante ao Estado. A luta de Jocélia por seus direitos traz a ela sofrimento. Contudo, para quem conhece sua história, é possível afirmar que seu sofrimento não é exclusivamente atual. Entre altos e baixos, a vulnerabilidade marcou predominantemente a socialização de Jocélia no mundo do trabalho. Neste último episódio da vida de Jocélia, grosso modo, parece relevante observar que essa experiência subjetiva é atravessada pelo não reconhecimento do Estado (que a coage), bem como pela necessidade de adaptar-se às exigências da empresa. Nesse sentido, está em jogo a integração e, portanto, a questão democrática.

Na história de Mariana, sua luta por auto-estima evidencia-se ao longo de sua história de ascensão: ela acredita que para “ser gente” precisa estudar e, nesse sentido, não poupa esforços para conquistar sua própria formação (e também a de seus filhos). O sentido que dá a sua própria trajetória considerando-a “desde” a infância, aponta para essa coerência interna no sentido de uma busca que ganha contornos e cujo objetivo torna-se gradualmente definido. A

título de exemplo, rememorando o episódio de sua promoção para “auxiliar de laboratório”, pode-se sugerir o sentido de conquista parece estar claro para ela.

Para ambas as histórias, este ponto talvez esteja também no centro. No caso de Jocélia, considerar as derrotas recorrentes nas lutas que travou por seus direitos, signifique talvez por em pauta a ratificação de uma lógica social que vai, conforme se viu, na contramão dos pressupostos de igualdade em uma sociedade. A constatação principal poderia ser colocada da seguinte maneira: sem a proteção efetiva do Estado, Jocélia encontra-se em posição absolutamente frágil e vulnerável e não é mero acaso que a solução encontrada tenha sido “adaptar-se” à empresa. Essa lógica, como viu-se, pertence à um paradigma muito mais amplo: seja pela adaptação ou pela subordinação, a coerção implicada nas socializações limita as “margens de manobra do trabalhador” (GIRARD, 2004), trazendo uma vez mais à pauta a ameaça à autonomia – quanto maior a coerção, maior a fragilidade, menor a autonomia.

Para encerrar o argumento, arriscaríamos algumas reflexões que, embora digam respeito à questão de fundo ao objeto, vinculam em um cenário mais amplo a relação entre mobilidade ocupacional e identidade via trabalho. Como exatamente a conquista de auto-estima se dá por meio dos vínculos sociais? Em se tratando da identidade social, conforme abordou-se ao longo das análises, supõe-se que essencialmente o reconhecimento do indivíduo por seu “saber fazer” é fundamental. No mundo do trabalho, é o olhar dos outros que definirá o valor de suas habilidades e de sua maestria quanto ao domínio de certo ofício. O juízo que se faz sobre o trabalho constitui-se em valores socialmente compartilhados: é o reconhecimento sobre o seu valor que permite ao indivíduo a realização da auto-estima. A obtenção de reconhecimento corresponde à legitimação do direito a se ocupar um lugar específico. Em larga medida, a conquista de identificações positivas dependem das lutas coletivas para a conquista de identificações positivas. Por outro lado, aponta-se os efeitos nocivos da competitividade. Nesse contexto, a auto-estima poderia ser definida como “uma identidade social positiva dependente das boas relações trabalho” (GIRARD, 2004, p. 11).

Com base nessas considerações, caberiam, talvez, duas considerações quanto às trajetórias analisadas. Em primeiro lugar, caberia ressaltar o fato de que, em ambas as histórias de vida, as lutas coletivas não figuram como centrais, embora suas experiências de trabalho sejam intensas e fundamentais para a construção das identidades individuais. Em segundo lugar, caberia destacar a reflexão apresentada sobre “fazer qualquer coisa”. Por um lado, fazer algo, dominar um ofício, e ser reconhecido por isso, significaria a possibilidade de

auto-estima e a legitimação da ocupação de um lugar. Em sentido contrário, estar disposto a fazer “qualquer coisa” corresponde se estar coagido por uma realidade que obriga a submissão. Nesse caso, estar-se disposto(a) a realizar um trabalho qualquer quer dizer submeter-se a um trabalho necessariamente desvalorizado. A coerção se dá pela necessidade de sobrevivência. Ademais, poderia-se sugerir que fazer muitas coisas ao longo da trajetória de trabalho (mobilidade ocupacional) significara, talvez, a impossibilidade do reconhecimento pelo domínio de um ofício específico. Nesse sentido, a mobilidade ocupacional, conforme discutiu-se, corresponde a uma condição de insegurança: sendo vários os lugares ocupados, para cada um deles dificilmente o trabalhador pode gozar dos atributos passíveis de reconhecimento. Nesses termos, poderia-se pensar em xeque a própria legitimidade dos lugares que se ocupa no social. Sendo assim, depois de conhecer a realidade vivida dessas duas trabalhadoras, “qual identidade possível?” permanece, em parte, como uma questão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo-se de temas amplos e gerais, considerou-se em primeiro lugar as grandes transformações societárias consideradas a partir das últimas décadas. Mais especificamente, lançou-se um amplo debate em voga nas ciências sociais contemporâneas, que seria o foco do presente trabalho: a identidade. O tema da identidade é entendido como controverso não só por ser objeto de interesse de disciplinas diversas, mas especialmente por sua complexidade. Para os sociólogos, o interesse quanto ao tema “identidade” é crescente não por acaso. A literatura sociológica sugere que os vínculos entre os indivíduos tornam-se cada vez mais diversos, efêmeros, múltiplos, imprevisíveis e aleatórios. Nesse sentido, a identidade vista pela perspectiva de pertencimento à grupos de origem, à grupos fechados e homogêneos, ou seja, a noção de identidade tratada a partir de uma referência coletiva bem definida e permanente passa a ser problemática.

Nesse quadro, procurou-se trazer à tona, principalmente, o como grandes mudanças estruturais de cunho político, econômico e social têm sido interpretadas pela sociologia. Convencionalmente concebidas em seu conjunto com “alta modernidade”, as transformações recentes quanto as formas de experimentar o espaço-tempo corresponderiam à novas formas de experiências subjetivas. Em um mundo instável, globalizado, no qual intensas transformações fazem-se sentir, como interpretar as sociabilidades possíveis? Quais tipos de identidades têm sido possível aos indivíduos situados nesse espaço-tempo, estopim da modernidade?

Viu-se como as respostas a esses questionamentos, embora ainda frágeis e incertas, ancoram-se no centro da produção sociológica. Ao que parece, o problema está implicado, antes de tudo, na própria compreensão dos processos de socialização. Nesse sentido, procurou-se explorar argumentos a fim de evidenciar a relação entre o individualismo crescente descrito pela teoria e as interpretações quanto ao processo que estaria em curso, interpretado como “dissolução” ou crise das identidades das identidades. A heterogeneidade nas formas de sociabilidade seria uma das características mais marcantes dos tempos atuais. Nesse sentido, as ciências sociais têm sido desafiadas frente às possibilidades de relações sociais cada vez mais numerosas e intensas, deslocadas no tempo veloz e no espaço sem fronteiras: a identificação de parâmetros que apontam regularidades, padrões e orientações coletivas, para a leituras do caráter social das identidades coloca-se como inquestionável desafio ao campo.

Para ilustrar em linhas mais gerais o sentido desse grande desafio, mobilizou-se com maior ênfase alguns conceitos. O conceito de *homoclausus* (ELIAS, 1994), por exemplo, se refere a preponderância da “identidade-eu”: a multiplicidade de vínculos possíveis em contexto de maior interação e interdependência entre os indivíduos é expressão das identidades contemporâneas. Cada vez mais, afirmaria-se uma percepção de que o sentido da vida encerra-se no próprio indivíduo. Os meios de identificação parecem arbitrários e imprevisíveis, descolando do plano coletivo as individuais de identidade. É elementar para a sociologia, Elias chama atenção, se atentar para o obscurecimento das relações sociais relacionada a essa figuração identitária, do “eu” desprovido de um “nós”. O segundo conceito, também referente ao individualismo e a essa forma específica de autopercepção individual, a qual se pode entender como *identidade reflexiva*. Conforme procurou-se demonstrar, a necessidade de manter um sentido de coerência e continuidade da vida tem seu fundamento na identidade narrativa. Essa conformação identitária seria específica da modernidade e acentuada na alta modernidade: conquanto as fontes de identificação coletiva são fracas, múltiplas, incertas e instáveis, a história “sobre si mesmo” permite aos indivíduos a segurança ontológica requerida à existência. Em ambos os conceitos, está expressa a intenção de interpretar a socialização de modo a dissolver o clássico dilema que opunha indivíduo e sociedade (ou, estrutura e ação).

Com base nesses prognósticos, foi possível se descrever como o individualismo recebe lugar de destaque no centro da teoria sociológica. Os esforços no sentido a apreender dinâmicas de socialização têm significado não só no sentido de se capturar o “nexo em si”, entre indivíduo e sociedade, entre estrutura e ação (ou entre o plano objetivo e o subjetivo). No que concerne às questões identitárias, o grande desafio posto à sociologia contemporânea parece se colocar justamente no descortinar desse cenário de “dissolução da definição dos papéis sociais” resultante da ruptura com os padrões modernos de sociabilidade. Entende-se que a modernidade teria instaurado-se que se introduzisse a idéia de “indivíduos autônomos” que, por sua vez, converge com o enfraquecimento dos vínculos coletivos, comunitários, locais, familiares (tradicionais) em detrimento da ascensão de possibilidades múltiplas de identificação.

Do ponto de vista teórico, entende-se em linha bem gerais que o senso de si em relação aos outros como ser “independente e autônomo” está relacionada ao individualismo crescente e à fragmentação das identidades tradicionais. O movimento é duplo. A natureza dos vínculos caracterizaria-se por essa fragmentação das paisagens culturais “de classe, gênero,

sexualidade, etnia, raça e nacionalidade” (nas palavras de HALL, 2011), que pode ser entendida como “crise das identidades” (DUBAR, 2009). Por um lado, a heterogeneidade crescente é sintomática da dissolução das formas modernas de identidade coletiva. Por outro lado, a crise pode ser compreendida a partir do plano individual: a emergência do sujeito “pós-moderno”, “flutuante” corresponde a subjetividade vivida de um modo fragmentado, onde pela qual o “senso de si” é inseguro à medida que cada uma traça sua própria vida, há uma tensão permanente. Já não há âncoras identitárias seguras e, nesse contexto, predomina a “força dos laços fracos”, o “risco” e as “incertezas”.

Reforça-se, enfim, que está em jogo a compreensão das relações entre transformações objetivas e subjetividades: novas formas de socialização significam novos modos de identidade. É nesse sentido que as grandes mudanças estruturais são estão necessariamente vinculadas à dinâmicas profundamente arraigadas nas formas de “ser no mundo” individualmente. A compreensão da identidade está necessariamente vinculada a configurações correspondentes aos modos de organização social. Assim, compreender socialização significa levar em conta os planos objetivo e subjetivo que conformam sociabilidades e fundamentam os vínculos entre indivíduos (relações sociais) a partir dos quais as identidades são forjadas.

Convergindo as lentes para a observação do mundo do trabalho, pretendeu-se abordar do ponto de vista teórico os principais movimentos dessas grandes transformações estruturais. Mais do que apenas descrever as transformações no mundo do trabalho, procurou-se situar inserido na dimensão mais amplas das transformações identitárias. Para compreender a socialização dos trabalhadores em tempo atuais, é preciso compreender a história coletiva que os abarca. Tendo como foco de interesse as relações entre o “mundo do trabalho” e as construções subjetivas correspondentes à socialização, a discussão foi conduzida de modo a privilegiá-las. Assim, traçou-se um percurso de modo a explicitar como àquelas grandes transformações (enunciadas no primeiro capítulo) foram interpretadas pela sociologia do trabalho e, enfim, como mudanças estruturais são passíveis de compreensão a partir de histórias vividas por indivíduos.

Procurou-se então observar como a desarticulação da sociedade salarial, se deu a partir do processo de reestruturação na esfera produtiva à nível global (HARVEY, 2012). Os processos de flexibilização e de precarização foram sinalizados como carros-chefe das inovações alçadas pelo novo paradigma produtivo. tendo como sintoma mais expressivo as altas taxas de desemprego. Nesse sentido, o surgimento de novas formas de trabalho,

caracterizadas pela fragilização das relações de trabalho por meio de mudanças normativas e institucionais seriam sintomáticas da redefinição do papel do Estado. Em contexto de globalização, a ideologia neoliberal junto ao ideário pós-fordista teriam delineado uma nova dinâmica entre mercado e Estado em detrimento ao compromisso do Bem-Estar social. A questão social emerge quando se reconhece o papel fundamental das formas institucionais e normativas socialmente estabelecidas para a socialização dos indivíduos: no centro, pois, as possibilidades de cidadania.

Quanto aos descensos internos ao próprio campo da sociologia, colocou-se em pauta a centralidade que o trabalho adquiriu enquanto categoria teórica analítica para a leitura e interpretação das dinâmicas vigentes em sociedades industriais capitalistas. Viu-se que, ao passo que mudanças de paradigmas reestruturavam concretamente o mundo do trabalho e lhe atribuíam novas feições, instaurou-se o questionamento quanto à permanência da validade do trabalho em termos heurísticos. A discussão gira, então, em torno da manutenção ou enfraquecimento da capacidade do trabalho de socializar consistentemente indivíduos que dele vivem e promover integração social, tendo em vista a heterogeneidade de suas formas e a instabilidade experimentada.

A partir de uma revisão bibliográfica pôde-se sugerir que no interior da controvérsia, dentre as formulações que defendem a centralidade do trabalho, tem-se lançado mão de estudos sobre as consequências do “desemprego de longa duração” para a subjetividade. Corroborara-se assim a hipótese de que a experiência do não-trabalho colocaria os indivíduos em situação de grande vulnerabilidade, pela qual gradualmente se rompem os vínculos que os integram a sociedade. Tendo em conta esse conjunto de considerações, no que concerne às transformações no mundo do trabalho para as formas contemporâneas de sociabilidades, foi possível identificar o risco, a incerteza, a instabilidade, a mobilidade, a insegurança, o curto prazo, a precariedade, a flexibilidade, a competição, vínculos frágeis e temporários, instabilidade.

No terceiro capítulo, resgatando-se o tema do Estado Social enquanto regulador da cidadania, procurou-se abordar o Brasil em meio às transformações globais no mundo do trabalho. Para o contexto nacional, viu-se como o conjunto de reformas liberalizantes foi instituído, em meio ao processo de reestruturação produtiva, sem que se tivesse realizado uma sociedade assalariada (no sentido europeu do termo). A idéia de um welfare incompleto torna ainda mais nocivos àqueles efeitos sentidos em termos de flexibilização e ampliação do desemprego. Considera-se ainda como características particulares um sindicalismo fraco e

uma longa história do setor informal do mercado de trabalho. Em função do forte impacto sentido a partir do anos 80 (fim do ciclo próspero), chega-se a denominar o período desencadeado por tais mudanças como de “desestruturação do mercado de trabalho”, pelo qual a heterogeneidade do mercado adquiriu expressividade máxima. Em um segundo momento, foi trazida à discussão os resultados de uma relevante pesquisa sobre o estatuto do desemprego no Brasil. Tendo em vista a experiência recente e restrita da proteção social, buscou-se compreender mais de perto as relações entre esta e o sistema de emprego do ponto de vista institucional, trazendo-se à tona os constrangimentos aos quais foram submetidos os direitos do trabalho. Realizada entre o final dos anos 90 e o início deste século, os resultados qualitativos revelam o “desemprego recorrente” como tipicamente brasileiro (GUIMARÃES, 2009).

Do ponto de vista empírico, um dado importante é a desigualdade no risco para o trânsito no mercado: uma vez submetido a vínculos precários, maior sua fragilidade e maiores são as chances de desemprego recorrente (tendo em conta ainda o trânsito por ocupações subalternas). Os intensos movimentos dos trabalhadores no mercado representaram um entrave à identificação de padrões para as trajetórias. No plano teórico, abordou-se a tese da fluidez na tecitura social. Historicamente construída, essa fluidez é justificada por um conjunto de fatores, dentre os quais se destacam: a insegurança material do trabalhador em contexto de urbanização, o trânsito do “trabalhador desgarrado”, a oferta excessiva da força de trabalho e a intensa competitividade. Tais caracteres conformariam-se em uma inércia social, uma hierarquia imóvel da estrutura social. Nesse sentido, a principal constatação é o contraste entre a mobilidade no mercado de trabalho (grande fluidez das posições individuais), sem que haja mobilidade social efetiva (ascendente). A tese aponta para as expectativas de integração social pela cidadania alimentadas por experiência “possíveis”, embora efêmeras, da experiência formal de trabalho. Se a fluidez no mundo trabalho brasileiro data dos primórdios do capitalismo, procurou-se, enfim, explorar uma forte característica atual da flexibilidade: a rotatividade e sua relação com o desemprego recorrente. Assim, pode-se ao mesmo tempo averiguar aspectos institucionais das organizações (empresas) em articulação com àquelas do Estado. Lançando-se luz à relações objetivamente definidas entre indivíduos e organizações sob os domínios da ideologia gerencialista, pode-se explicitar o caráter da dimensão política: a preocupação sociológica consiste também em descortinar o discurso do “fatalismo econômico”, no sentido a pensar a natureza dos vínculos, as possibilidades de socialização. Há de fundo uma preocupação com a integração social.

Seguindo a investigação nesse sentido, procurou-se explorar a “luta por lugares” pela perspectiva da teoria sociológica: compreender a mobilidade social exige uma compreensão mais profunda das lógicas de distinção social que regem as relações de poder e dominação. Descrever as relações no *espaço social* (BOURDIEU, 2008a) significa captar os mecanismos de distribuição de capitais (econômicos e cultural) que sustentam hierarquias entre profissões. Explicita-se, pois, os papéis da educação e da qualificação profissional para a reprodução das desigualdades. Nesse sentido, para além da escolaridade, procurou-se discutir brevemente a seletividade do emprego e as condições de inserção no mercado de trabalho em função do gênero, da raça e da idade. Enfim, pode-se abordar mecanismos políticos e econômicos envolvidos na questão da mobilidade ocupacional horizontal, cujo efeito de imobilismo estrutural subverte o ideário democrático.

Das preocupações concernentes ao plano do coletivo (das condições macro e das estruturas objetivas), pode-se finalmente focalizar a discussão no plano individual, microsociológico. Gradualmente, desde o primeiro capítulo, procurou-se explicitar na discussão teórica as implicações mútuas entre esses planos, de modo abordar as repercussões subjetivas em função das dinâmicas sociais mais amplas. Nesse sentido, retomar a dimensão da “ação social” enquanto foco analítico significou admitir a dimensão discursiva da narrativa sobre si como recurso metodológico privilegiado.

Ao considerar o conjunto de critérios definidores da empregabilidade e do tipo de inserção provável correspondente, elegeu-se a “herança” (a posição de origem no espaço social) como categoria privilegiada para a discussão da identidade narrativa. Sendo esta última elementar para a compreensão das socialidades contemporâneas, procurou-se discutir e esclarecer alguns aspectos da discussão sociológica, dentre os quais a questão da reflexividade figura como ponto central.

Assumindo-se um posicionamento que reitera a capacidade do indivíduo de atribuir sentido aquilo que faz (quando questionado) e a identidade narrativa enquanto uma faceta da identidade (muito mais complexa em sua totalidade), o próximo passo seria a apresentação da sociologia clínica enquanto abordagem pertinente para lidar com o objeto, por meio da metodologia de histórias de vida.

Nesse sentido, procurou-se esclarecer as nuances do método, cujo principal intendo justifica-se por seus esforços analíticos de ler o social sem, contudo, minimizar a relevância individual para a produção da sociedade. Ressaltaria-se que, em verdade, o que esta posto é um grande desafio epistemológico. E, nesse contexto teórico, seriam as principais

dificuldades situadas para o projeto de mediação entre a história individual e a história social: a construção do objeto; objetividade/subjetividade; o estatuto do relato; a interpretação; o lugar dos determinismo psíquico e social. Todos esses quesitos seriam originárias da complexa relação estabelecida entre os campos da sociologia e da psicologia (GAULEJAC, 1999).

Uma vez finda a discussão teórica, apresentou-se o problema de pesquisa e seus objetivos correspondentes. Em resumo, a proposta central que motivou o investimento investigativo foi abordar o processo de construção identitária via trabalho de trabalhadores cuja trajetória profissional é marcada pela mobilidade entre ocupações diversas. Em parte, pretendeu-se também investigar o movimento dos trabalhadores no mercado de trabalho por meio de uma análise qualitativa orientada pelo olhar da Sociologia Clínica. Em segundo plano, desenvolveu-se uma breve reflexão de cunho teórico. De fundo, a preocupação emergente ao se pensar “identidade” e “trabalho” foi quanto à harmonia entre as categorias analíticas e a realidade empírica. Embora não se dispusesse de ferramentas suficientes para desenvolver com a presteza necessária um tratamento analítico, tendo em vista principalmente as limitações desta dissertação, está aberta a possibilidade futura de se aprofundar na exploração do tema.

Quanto às análises das histórias de vida, procurou-se explorar, resumidamente, os seguintes temas: a relação entre qualificação e trabalho, a recorrência em ocupações subalternas, a questão do gênero para a inserção no mercado de trabalho, a precariedade das condições laborais, as relações de poder e dominação, a valorização da educação formal e a busca por qualificação, a relação entre trabalho e religião, a importância das redes informais para a obtenção de trabalho, dentre outros. Do conjunto de elementos trazidos à tona no decorrer das análises das duas histórias de vida, antes de se ter pretendido chegar a qualquer argumento resolutivo, especialmente no que concerne ao diálogo com as formulações teóricas, acredita-se que a presente dissertação pode oferecer alguma contribuição, ainda que tímida, no sentido de aproximação da realidade vivida por indivíduos em mobilidade ocupacional.

Os esforços analíticos quanto às histórias de vida se deram no sentido de tentar reconhecer o processo de construção identitária em relação às formas de inserção no mundo do trabalho. Procurou-se, assim, reconhecer os momentos de maior relevância que, por movimentos dialéticos, marcaram as representações individuais no mundo trabalho ao longo da vida. Entre a busca por "tornar-se sujeito" e as possibilidades de reconhecimento, considerou-se no cerne da dinâmica as relações sociais para a conformação da identidade.

Assim, pode-se ter em conta as implicações mútuas entre as diversas esferas de socialização. Sem o reconhecimento dessas complexas dinâmicas, a compreensão da identidade via trabalho não se faria possível. A realidade, tal como vivida, não separa a experiência em categorias e, justamente por isso, é permeada também por contradições.

Desse modo, enfim, chamar-se-ia a atenção para o "sentido" produzido no transcorrer da vida em sua totalidade. Embora do ponto de vista conceitual não se possa conformar esse sentido como uma "racionalidade", na acepção mais utilitarista do termo, parece pertinente assumir a existência de uma racionalidade que compreende as representações e condutas no mundo. Ela talvez seja menos óbvia e evidente, pois leva em conta fantasias, aspirações, sentimentos, emoções. Conforme a orientação clínica para a compreensão da realidade social, procurou-se essa aproximação em relação àquilo que constitui a existência humana: sentido construído, situado no nexos entre os planos objetivo e subjetivo. Assim, a tentativa de compreensão das possibilidades de identidade para essas trabalhadoras se deu, pois, de modo a incluir a dimensão imaginária da sociedade, as dimensões consciente e inconsciente, bem como a infância, as crenças, as esperanças, a família, presente, futuro.

Retomando a temática “democracia” especificamente, tratada ao longo do presente trabalho, observa-se que os estudos sobre identidade procuram desvendar as dinâmicas de grupos (entre igualdade e diferença, pertencimento e exclusão) nos quais as lutas por reconhecimento figuram como elemento fundamental. No caso dos trabalhadores, nem sempre diferenças objetivas, sejam elas de condições materiais de existência, se constituem enquanto elemento de coesão, identificação, agregação, ou mobilização. Em segundo lugar, observa-se a aleatoriedade das trajetórias, que ao que parece, tanto pelo curto tempo de permanência nos empregos, quanto em função do exercício em atividades diversas (incluindo informais), não permitiria uma vinculação necessariamente forte entre o trabalhador e um único ofício. Nesse sentido, a teoria parece propor é que a ideologia individualista e a desarticulação coletiva (no caso, sindicatos) não é favorável a uma identificação do trabalhador com um grupo de “iguais” reconhecido pelo Estado e como uma luta com bandeira e hino. É disso que se trata quando se fala em crise da “identidade via trabalho” (ou das identidades profissionais).

No caso das socializações de Jocélia ou de Mariana, por exemplo, embora se sintam eventualmente injustiçadas, prevalece a crença de que seus fracassos são de responsabilidade sua, especialmente nos casos de dispensa, de não obtenção de um trabalho (como foi para o emprego de caixa na padaria), ou da necessidade de adaptar-se (é “pegar ou largar”).

Conforme sugere Cardoso (2010), a um nível macro, as desigualdades não são reconhecidas como injustas no mundo do trabalho, e, portanto, não há grandes expectativas de luta coletiva por reconhecimento. Primeiro com a esperança de conquista e, depois, de permanência no emprego formal, a batalha cotidiana “por acesso ao que é reconhecido como de direito”, se forja a partir da negociação individual do trabalhador como o Estado.

Ao que se pode perceber, a interpretação da identidade no trabalho vinculada às categorias profissionais (ligadas às lutas coletivas, sindicatos) é um traço reforçado pela bibliografia. Por essa perspectiva, em linhas gerais, a crise contemporânea da identidade é em grande medida interpretada como consequência da dissolução das categorias de ofício. Dizendo de outro modo, frente a todas essas considerações, gostaria de assinalar a dificuldade imbuída na possibilidade de se assumir como verdadeira a ideia de que a identidade via trabalho depende essencialmente do pertencimento a uma dada categoria profissional. Entretanto, assumir que há uma crise na “identidade coletiva”, ou em bloco, não redundaria, talvez, na afirmação de que não há “identidade via trabalho”.

Em sentido análogo, dizer que as possibilidades de referências coletivas para a constituição das identidades individuais estão em declínio não seria o mesmo que afirmar que a sociedade tenha menor peso na constituição dessas identidades, ou seja, na socialização de seus indivíduos. A maior quantidade de vínculos potenciais, as possibilidades aumentadas de “cada um se fazer”, traçando trajetórias múltiplas e “exclusivas” em função de uma sociabilidade cada vez mais intensa, são, em si, produtos (e produtoras) da configuração social, situada no tempo e no espaço. Algo no sentido de considerar uma socialização, enquanto processo de constituição de indivíduos e sociedades, simultaneamente, por meio das interações e práticas sociais, que definem instituições, relações de poder, e identidades “coletivas” e “individuais”.

Finalmente, quanto à questão de fundo epistemológico ela poderia estar talvez relacionada com certa debilidade de lidar com a heterogeneidade, observada e teorizada, no que concerne às sociedades. Essa angústia poderia estar vinculada ao fracasso do projeto moderno, referente às transformações no mundo do trabalho e ao projeto de democracia. Nesse sentido, um amplo processo abarcaria as dificuldades de “negociação com o real”, diga-se assim, que importam também do ponto de vista político. Tanto na produção de conhecimento, quanto na promoção de igualdade social, a tensão parece se dar por meio de uma convergência relativa, no sentido a se negar os postulados universais e se reconhecer a pluralidade.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.

BOSCHETTI, Ivanete. *Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação*. 2007. Disponível em: [http://www.egem.org.br/arquivosbd/basico/0.505783001251746904\\_ivanete\\_boschetti\\_unida\\_de\\_i.pdf](http://www.egem.org.br/arquivosbd/basico/0.505783001251746904_ivanete_boschetti_unida_de_i.pdf). Acessado em Agosto de 2012.

BOURDIEU, Pierre. *A Profissão de Sociólogo*. São Paulo: Ed. Vozes, 2004.

\_\_\_\_\_. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008a.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papyrus Editora, 2008b.

\_\_\_\_\_. *Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

BURSZTYN, Marcel; ARAÚJO, Carlos H. *Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas em Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond; Brasília: Codeplan, 1997.

CANDAU, Joel. *Memória e Identidade; tradução Maria Leticia Ferreira*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A Construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CATANNI, Antônio David; HOLZMANN, Lorena. (Org.). *Dicionário de trabalho e tecnologia*. Porto alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

COSTA, Nilson do Rosário. *A proteção social no Brasil: universalismo e focalização nos governos FHC e Lula*. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, June 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232009000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000300002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 04/07/2013.

DAL ROSSO, Sadi (org). *Trabalho na Capital*. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2011.

DEPARTAMENTO      INTERSINDICAL      DE      ESTATÍSTICA      E      ESTUDOS

SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *O emprego doméstico: uma ocupação tipicamente feminina*, Brasília: OIT - Secretaria Internacional do Trabalho, 2006.

DUBAR, Claude. *Entre crise global e crises ordinárias: a crise das identidades*. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.18.1, pp.175-184, 2011. Disponível em: [http://www.fflch.usp.br/ds/plural/edicoes/18\\_1/v18n1\\_editorial.pdf](http://www.fflch.usp.br/ds/plural/edicoes/18_1/v18n1_editorial.pdf). Acessado em 04/07/2013.

DUBAR, Claude. *A Crise das Identidades: Interpretação de uma mutação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

DEMAZIÈRE, Didier. & DUBAR, Claude. Trajetórias profissionais e formas identitárias: uma teorização. In N. A. Guimarães & H. Hirata (Orgs.), *Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações* (pp. 167-187). São Paulo: Senac, 2006.

DISTRITO FEDERAL. *Pesquisa distrital por amostra de domicílios – 2011*. Brasília: CODEPLAN, 2012.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa de emprego e desemprego no Distrito Federal*, Brasília: CODEPLAN, 2011.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1994.

ENRIQUEZ, Eugène. *Perda do trabalho, perda da identidade*. In. NABUCO, Maria Regina; CARVALHO NETO, Antônio Moreira de. (Orgs.). *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: Instituto de Relações do Trabalho - IRT/PUC-Minas, 1999.

\_\_\_\_\_. *O homem do século XXI: sujeito autônomo ou indivíduo descartável*. REA – eletrônica, v. 5, n. 1, Art. 10, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v5n1/29568.pdf>. Acesso em: 04/07/2013.

GALLINO, Luciano (Diretor). *Dicionário de Sociologia*. São Paulo: Paulus, 2005.

GAULEJAC, Vincent de. *As Origens da vergonha*. São Paulo: Via Lettera Editora e Livraria, 2006.

\_\_\_\_\_. *Historias de vida y sociología clínica*. [Revista]. Temas Sociales. Santiago de Chile : Ediciones SUR, V. 23, mayo, 1999; 1ª edición. Disponível em: <http://www.sitiosur.cl/r.php?id=35>. Acesso em: 04/07/2013.

\_\_\_\_\_. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. São Paulo: Ed. Idéias e Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. Identité. In: Barus-Michel, J.; Enriquez, E.; Lévy A. (Dir.). *Vocabulaire de psychosociologie, références et positions*, Paris, Érés, 2002.

\_\_\_\_\_. *Sociologues en quête d'identité, Cahiers internationaux de sociologie*, 2001/2, n° 111, p. 355-362. Disponível em: <http://www.cairn.info/article.php>. Acesso em:

04/07/2013.

\_\_\_\_\_. *Historias de vida y sociología clínica*. [Revista]. Temas Sociales. Santiago de Chile : Ediciones SUR, V. 23, mayo, 1999; 1ª edición. Disponível em: <http://www.sitiosur.cl/r.php?id=35>. Acesso em: 04/07/2013.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp. 1991

\_\_\_\_\_. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2002.

\_\_\_\_\_. *A Constituição da Sociedade*. ed. Martin Fontes. Rido de Janeiro, 2003.

GIRARD, Christiane. *Cooperativas: uma possível transformação identitária para os trabalhadores do setor informal?* Soc. Estado. Vol.16 no.1-2 Brasília June/Dec. 2001.

\_\_\_\_\_. *Dossiê Globalização e Trabalho - perspectivas de gênero*. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002.

\_\_\_\_\_. *Trabalhando a auto-estima*. In: II ENCONTRO DE INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS DO FUNDO DE GÊNERO – BRASIL (PROJETO FIG-07/03) DO FUNDO PARA IGUALDADE DE GÊNERO (FIG) DA AGÊNCIA CANADENSE PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL (CIDA), 2004. Disponível em: [http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1667:trabalhand-o-a-auto-estima&catid=221:artigos-e-textos&Itemid=155](http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1667:trabalhand-o-a-auto-estima&catid=221:artigos-e-textos&Itemid=155). Acesso em: 04/07/2013.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena (Orgs.), *Desemprego: trajetórias, identidade, mobilizações*. São Paulo: SENA, 2006.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. *Por uma Sociologia do Desemprego*. Rev. bras. Ci. Soc. Vol.17 no.50, São Paulo: 2002.

\_\_\_\_\_. *Desemprego, uma construção social*. São Paulo, Paris e Toquio. Belo Horizonte: MG, Argymentvm, 2009.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomás Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. , 1. reimp. – Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo, Ed. Loyola, 2012.

HOLSTON, James. *A cidade modernista*. Uma crítica de Brasília e sua utopia. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

LAUTIER, Bruno; PEREIRA, Jaime M. *Representações sociais e construção do mercado de*

*trabalho: empregadas domésticas e operários da construção civil na América Latina.* Cadernos CRH, Salvador, 21: 125-15, 1994

LÉVY, Andre. *Ciências Clínicas e Organizações Sociais - Sentido e Crise do Sentido.* Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MAMMARELLA, Rosetta. “Box II Panorama da estrutura socioocupacional das Regiões Metropolitanas no Brasil, 2000”. In: QUEIROZ RIBEIRO, Luis Cesar & SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. *As metrópoles e a questão social brasileira.* Rio de Janeiro: Reva/Fase, 2007.

OFFE, Clauss. *Trabalho: categoria-chave da sociologia?* In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº. 10, vol. 14. São Paulo: 1989.

POCHMANN, Marcio. *O emprego no desenvolvimento da nação.* São Paulo: Boitempo, 2008.

SILVA, Josué Pereira da. *Cidadania e/ou trabalho: o dilema da questão social neste final de século.* Idéias 2 (5)/ (1) (6), 1998-1999.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter.* Rio de Janeiro: Record, 1999.

SATIO, K. SOUZA, A. P. A mobilidade ocupacional das trabalhadoras domésticas no Brasil. Artigo. São Paulo: EESP-FGV, -.

SCALON, M, C. Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1999.

THEODORO, Mário; GIRARD, Christiane F. N. *Atividades informais em Brasília: análises e desafios.* Congresso Internacional do GREIDT, Paris, 2000.

VELASCO E CRUZ, Sebastião Carlos (org.). *Reestruturação econômica mundial e reformas liberalizantes nos países em desenvolvimento.* Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, 2004.

VEN, Michel Marie Le. *Dazinho; um cristão nas minas.* Belo Horizonte: CDI, 2005.

## ANEXO 1

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Essa entrevista contribuirá para a pesquisa de mestrado em Sociologia, vinculada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília sobre trabalhadores residentes no DF que têm experiências em diversas atividades de trabalho. O objetivo mais geral da pesquisa é compreender o mercado de trabalho a partir das histórias contadas por quem realmente vive do trabalho e tem alguma experiência acumulada nas idas e vindas entre diferentes atividades (trabalho com ou sem carteira, trabalho com parentes, trabalho por conta própria, etc).

Esse questionário é apenas uma introdução à nossa entrevista. A intenção é registrar alguns dados mais gerais, para que seja possível organizar melhor informações de sua vida. Tudo o que for respondido estará protegido e o seu nome não será revelado em hipótese alguma.

aplicação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/2013 Data \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

### Questionário

#### Perfil do entrevistado(a) e de sua família

**P 1.** Qual é o seu nome? (*somente o primeiro nome*) \_\_\_\_\_.

**P 2.** Sexo: 1.  Masculino 2.  Feminino

**P 3.** Qual é a sua idade? \_\_\_\_\_.

**P 4.** Qual é a sua raça/cor da pele?

1.  Branca 2.  Parda 3.  Preta  Oriental  Indígena  Outra: \_\_\_\_\_.

**P 5.** Estado civil:

1.  Solteiro(a) 2.  União Estável / Mora junto 3.  Casado(a) 4.  Separado(a)

**P 6.** Religião:

1.  Católica

2.  Afrobrasileira. Especifique. \_\_\_\_\_.

3.  Protestante/Evangélica. Especifique. \_\_\_\_\_.

4.  Espírita

5.  Não tem religião.

6.  Outra. Especifique. \_\_\_\_\_.

**P 7.** Você possui alguma deficiência que te impede de trabalhar?

1.  Sim
2.  Não

Se sim, especifique: \_\_\_\_\_.

**P 8.** Qual é a sua escolaridade?

1.  Nunca estudou
2.  Alfabetizado (a) (Lê e escreve).
3.  Ensino Fundamental – 1a a 4a série.
4.  Ensino Fundamental – 5a a 8a série.
5.  Ensino Médio.
6.  Ensino Técnico.
7.  Ensino Superior.

**P 9.** Estuda atualmente?

1.  Sim
2.  Não

P 9.a Se sim, especifique: \_\_\_\_\_.

Este curso é:

- a. 1.  Privado 2.  Público
- b. 1.  Pago 2.  Gratuito

**P 10.** Já participou ou participa atualmente de cursos profissionalizantes?

1.  Sim
2.  Não

P 10.a Se sim, especifique: \_\_\_\_\_.

**P 11.** Em que cidade / estado você nasceu? \_\_\_\_\_.

**P 12.** Onde você mora atualmente? \_\_\_\_\_.

a. Há quanto tempo você mora na cidade? \_\_\_\_\_.

b. Já morou em outra cidade no DF? \_\_\_\_\_.

Se sim, Qual/quais e por quanto tempo em cada uma? Qual o motivo da mudança?

| Local | Tempo aprox. de permanência | Motivo |
|-------|-----------------------------|--------|
|       |                             |        |
|       |                             |        |
|       |                             |        |
|       |                             |        |

### Caracterização do domicílio

**P 13.** Fazer relação dos outros moradores do domicílio.

| Nome | Parentesco | Sexo | Idade | Trabalha | Estuda |
|------|------------|------|-------|----------|--------|
|      |            |      |       |          |        |
|      |            |      |       |          |        |
|      |            |      |       |          |        |
|      |            |      |       |          |        |
|      |            |      |       |          |        |
|      |            |      |       |          |        |
|      |            |      |       |          |        |

**P 14.** Qual foi a renda familiar total no mês passado? (Para o entrevistador: Considerar todos os rendimentos de todos os moradores do domicílio): R\$ \_\_\_\_\_.

**P15.** Essa é a renda que sua família tem normalmente por mês? ( ) Sim ( ) Não

**P16.** Em relação a sua moradia atual, ela é:

1. ( ) Alugada 2. ( ) Própria ( ) Mora de favor 4. ( ) Outra situação.

Especifique. \_\_\_\_\_.

**P17.** Quantos cômodos existem na sua moradia? \_\_\_\_\_.

**P18.** Quantos cômodos são usados pelos moradores para dormir? \_\_\_\_\_.

Em relação à infraestrutura, sua moradia possui:

- ( ) Água encanada 2. ( ) Esgoto ou fossa séptica 3. ( ) Luz elétrica 4. ( ) Coleta de lixo

### **Trabalho e renda**

**P 19.** Você atualmente trabalha?

1. ( ) Sim, trabalho fora (ou para fora) (Siga para P 25)
2. ( ) Sim, trabalho em minha casa com afazeres domésticos (Siga para P 23)
3. ( ) Não (Siga para P 23)

Para quem respondeu, na P 22, apenas os itens 2 ou 3:

**P 20.** Está procurando trabalho? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não

P 23.a Se sim, há quanto tempo? \_\_\_\_\_.

**P 21.** Você já trabalhou fora (ou para fora)?

1. ( ) Sim
2. ( ) Não (Siga para P 33)

**P 22.** Com que idade você começou a trabalhar? \_\_\_\_\_.

**P 23.** Qual a sua principal atividade/profissão? \_\_\_\_\_.

**P 24.** Nessa atividade, qual o tipo de vínculo? (marcar somente uma)

1.  empregado com carteira assinada
2.  empregado sem carteira assinada
3.  empregador
4.  trabalhador conta-própria
5.  trabalho em cooperativa/ associação
6.  trabalho voluntário
7.  trabalho não-remunerado. Especificar: \_\_\_\_\_.

**P 25.** Há quanto tempo está neste trabalho? \_\_\_\_\_.

**P 26.** Quantas horas por semana você trabalha? (*pode contar com outras atividades que complementam a renda*) \_\_\_\_\_.

**P 27.** Em relação ao seu trabalho atual, como o conseguiu?

1.  Indicação
2.  Agência de emprego
3.  Anúncio
4.  Diretamente na empresa
5.  Outro. Especifique. \_\_\_\_\_.

**P 28.** Caso tenha sido indicação, quem te indicou esse trabalho?

1.  Um(a) parente
2.  Um(a) amigo(a)
3.  Um(a) conhecido(a)
4.  Outro.

**P 29.** Nesse trabalho, qual foi sua remuneração bruta no mês passado? R\$

\_\_\_\_\_.

**P 30.** Você tem outras fontes de renda? 1.  Sim 2.  Não

Se sim, quais fontes?

1. Aposentadoria
2. BPC
3. Bolsa Família
4. Seguro desemprego
5. Pensão alimentícia
6. Outro. Especificar.
7. Outras Atividades

Quais?

\_\_\_\_\_.

Tipo de vínculo:

1. empregado com carteira assinada
2. empregado sem carteira assinada
3. empregador
4. trabalhador conta-própria
5. trabalho em cooperativa/ associação

Remuneração bruta (pode ser em salários mínimos): \_\_\_\_\_.

**P 31.** Sobre isso, conversaremos mais a fundo depois do questionário, mas gostaria de registrar rapidamente quais foram os quatro últimos empregos / trabalhos que você teve:

| Especificação | Tempo de permanência | Remuneração aproximada (em salários mínimos) |
|---------------|----------------------|--|
|               |                      |  |
|               |                      |  |
|               |                      |  |

**P 32.** Você alguma vez já recebeu seguro desemprego? Ou recebeu algum benefício do governo?

Se sim, qual?

### **Trabalho Reprodutivo**

*Nos domicílios com crianças de até 14 anos:*

**P 33.** Na sua família, quem gasta mais tempo cuidando das crianças? 1. ( ) Você 2. ( ) Outra pessoa.

Especifique. *(por parentesco)* \_\_\_\_\_.

**P 34.** Quanto tempo em média você gasta por dia cuidando das crianças? \_\_\_\_\_.

**P 35.** Ter que cuidar das crianças te impede de trabalhar?

1. ( ) Sim 2. ( ) Não 3. ( ) Não, mas limita meus horários disponíveis para trabalhar

**P 36.** Mais alguém cuida das crianças? 1. ( ) Sim 2. ( ) Não

Se sim, especifique. \_\_\_\_\_.

**P 37.** Você paga por esse cuidado? 1. ( ) Sim. 2. ( ) Não

Se sim, especifique *(quanto e que tipo de pagamento)*.

\_\_\_\_\_.

*Para quem, na P 35, respondeu 1 ou 3:*

**P 38.** Quais serviços você acha que facilitariam a sua vida no cuidado com as crianças (inclusive

para te liberar para trabalhar)? *(Pode marcar mais de uma)*

1. ( ) Creche ou pré-escola
2. ( ) Escola mais perto de casa
2. ( ) Escola em tempo integral (o dia todo)
3. ( ) Transporte escolar público
4. ( ) Restaurante popular perto de casa
5. ( ) Mais uma refeição na escola
6. ( ) Outro. Especifique. \_\_\_\_\_.

**P 39.** Há, na família, mais alguém que necessita de cuidados especiais (idosos, doentes, pessoas com deficiência)?

1.  Sim

Se sim, especifique: \_\_\_\_\_.

2.  Não (*Vá para a P 42*)

*Para quem respondeu o item 1 na pergunta anterior:*

**P 40.** Quem é a(o) principal responsável por cuidar dessa pessoa?

1.  Você
2.  Outra pessoa. P 42.a Se outra pessoa, especifique: \_\_\_\_\_.

**P 41.** Isso a(o) impede de trabalhar?

1.  Sim
2.  Não
3.  Não, mas limita os horários disponíveis para trabalhar.

**P 42.** Quanto tempo livre você tem por semana? (*Considerar tempo livre aquele em que não há obrigações de trabalho remunerado, nem afazeres domésticos ou cuidados de crianças e de outras pessoas*)

1.  Nenhum
2.  Pouco
3.  Suficiente
4.  Muito

*Para quem respondeu 2, 3 ou 4 na questão anterior*

**P 43.** O que você faz no seu tempo livre?

---

---

---

---

---

**P 44.** Você participa de algum desses grupos abaixo relacionados?

1.  Grupo Religioso
2.  Grupo de Mulheres
3.  Associação de Moradores/as
4.  Sindicato
5.  Partido Político
6.  Movimento social
7.  Cooperativa
8.  Outro. Especifique. \_\_\_\_\_.
9.  Não participo de nenhum grupo.

**P 45.** Já foi oferecida a você a possibilidade de participar de algum programa de qualificação profissional?

1.  Sim, você participou. Especifique. \_\_\_\_\_.
2.  Sim, mas você não participou. Especifique. \_\_\_\_\_.

Por quê?\_\_\_\_\_.

3.  Não foi oferecido.

*Se foram respondidos, na P 45, os itens 1 ou 2.*

**P 46.** Quem ofereceu tal qualificação?

1.  ONG
2.  Poder público
3.  Sistema S (SENAI, SENAC, SESI, SESC, SEBRAE, SESCOOP, SENAR...)
4.  Empresa / Empregador
5.  Outro. Especifique.\_\_\_\_\_.

*Muito Obrigada!*

## ANEXO 2

### Roteiro de Entrevista

Essa segunda parte é mais livre e agora sim vamos conversar sobre sua história de trabalho. Gostaria que se sentisse bastante a vontade para trazer o que te parecer relevante, de coisas boas e ruins, acontecimentos que te marcaram e tudo o mais o que vier à mente, mesmo que não pareça assim tão importante.

#### *Herança familiar*

Acho que podemos começar retomando um pouco da história da sua família, sobre seus avós, a origem deles, o lugar onde viviam, as profissões, os filhos.

E seus pais, da onde vieram e qual era a ocupação de cada um?

Você tem lembranças de infância em relação ao trabalho deles? Alguma recordação especial?

Como você via o trabalho de seu pai? E de sua mãe?

São quantos filhos no total?

#### *História de vida e trajetória profissional*

Ainda sobre sua infância, me conte um pouco sobre como era sua vida, sua casa, as condições em que sua família vivia.

Você se lembra de algum sonho de infância? Quais eram?

Com qual idade começou a estudar?

Como foram seus anos de escola? A relação com os professores, com os colegas, com o estudo?

Houve alguma experiência, positiva ou negativa, que tenha te marcado?

Após deixar a escola você tinha planos? O que tinha em mente? O que esperava da vida?

Sobre o primeiro emprego, conte um pouco como foi essa experiência inicial.

Como você conseguiu esse trabalho?

O que você esperava desse trabalho assim que começou?

O que significava para você esse trabalho? E para sua família?

E o dinheiro?

Se lembra de algo especial que você pôde realizar ou comprar, algo que desejava e que a renda lhe permitiu?

O que você fazia lá exatamente?

O que você achava dessa atividade? Servia pra que?

As horas passavam depressa ou devagar?

Como era sua rotina nessa época?

(Quanto do seu tempo era para o trabalho – desde sair de casa até voltar?)

(Intensidade: Em comparação com os outros, você sente que trabalhava mais ou menos nesse trabalho?)

Como você se sentia no trabalho?

Como era sua relação com as pessoas que trabalhavam com você? Colegas, chefe, clientes, etc.

Há algum episódio em especial que você sente que te ficou na lembrança?

Qual foi o motivo para sair?

Você sentiu como essa passagem? Foi ruim? Foi bom?

Como ficou sua vida então?

A renda ficou apertada? Houve uma ajuda?

Você tinha algo em mente para o futuro próximo?

Você fazia o que nesse período, entre esse e o próximo trabalho?

Chegou a procurar trabalho? Como foi isso?

Você recebeu em algum momento algum benefício do governo, como por exemplo o Seguro Desemprego?

Em qual época e por quanto tempo?

### ***Sobre o Presente***

De todas essas coisas que você sabe fazer, de toda a experiência que você me contou, há um trabalho que te motive da maneira especial? Há uma atividade com a qual você se identifique mais?

O que você mais gosta de fazer?

Se você tivesse que colocar em ordem de preferência todos os seus trabalhos, qual seria essa ordem, do melhor ao pior.

Se você pudesse escolher o que você estaria fazendo hoje, o que seria?

### ***Sobre o Futuro***

Você tem planos para o futuro? Quais são eles?

E seus filhos hoje, o que fazem?

Como você vê a relação dos seus pais com você e a sua relação com seus filhos?

### ***Para concluir***

Muito agradecida pelo tempo doado e por sua disposição em contribuir para a pesquisa. Sua participação será sem dúvida de grande valor! Haveria mais alguma coisa que você gostaria de falar sobre o que foi conversado? Algo que gostaria de acrescentar? Há alguma dúvida ou algo que queria saber sobre a pesquisa? Alguma observação?

